



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA**

**AUTOCUIDADO E CUIDADO ENTRE MULHERES ATIVISTAS -
ATOS POLÍTICOS DE FEMINISMOS CONTEMPORÂNEOS**

Guaia Monteiro Siqueira

Brasília, Distrito Federal

2021

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

**AUTOCUIDADO E CUIDADO ENTRE MULHERES ATIVISTAS -
ATOS POLÍTICOS DE FEMINISMOS CONTEMPORÂNEOS**

Autora: Guaia Monteiro Siqueira

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade de Brasília como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Sociologia.

Área de concentração: Sociedade e Transformação.

Linha de Pesquisa: Feminismo, Relações de Gênero e de Raça.

Orientadora: Profa. Dra. Tânia Mara Campos de Almeida.

Brasília, Distrito Federal
novembro de 2021

**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA**

**AUTOCUIDADO E CUIDADO ENTRE MULHERES ATIVISTAS -
ATOS POLÍTICOS DE FEMINISMOS CONTEMPORÂNEOS**

Autora: Guaia Monteiro Siqueira

Orientadora: Profa. Doutora Tânia Mara de Campos Almeida (UnB)

Data da aprovação: 30 / 11 / 2021

Banca examinadora:

Profa. Dra. Christiane Girard (UnB) – Membro Efetivo

Profa. Dra. Marcela Amaral (UFG) - Membro Externo

Profa. Dra. Marlene Teixeira (UnB) - Suplente

Brasília, Distrito Federal

2021

Agradecimentos

Ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade de Brasília.

Em especial, à Professora Tânia Mara pela orientação cuidadosa, paciente, afetuosa e certa, fruto de um encontro surgido anos atrás, no NEPEM - Núcleo de Estudos e Pesquisa sobre a Mulher da UnB.

Às professoras Berenice Bento, Kátia Tarouquella e Sabrina Fernandes que gentilmente me auxiliaram no processo de qualificação do projeto de mestrado, cujas contribuições foram valiosíssimas.

E às professoras Christiane Girard, Marcela Amaral e Marlene Teixeira pela leitura atenta, pelos comentários e pela presença na banca de defesa desta dissertação.

Ao Laboratório GENPOSS – Gênero, Política Social e Serviços Sociais da UnB pela formação que foi divisora de águas por aqui.

A toda a equipe do NUPAV – Núcleo de Estudos de Prevenção e Assistência a Situações de Violência da Região de Saúde Central do Distrito Federal por serem família em tempos pandêmicos.

A todas as mulheres que embarcaram comigo no processo de entrevistas.

Agradeço ao CFEMEA, à Arcana, à CENTRAR e à Akahata pelos ensinamentos mútuos sobre o cuidado coletivo de ativistas.

Muitas são as companheiras que as movimentações pelo Autocuidado e Cuidado entre ativistas me presentearam nesta vida.

Agradeço profundamente às companheiras da Roda Lobeira de Autocuidado e Cuidado entre Ativistas que construímos ano após ano no Distrito Federal.

À Hellyete e sua acolhida generosa.

À Natasha, Tammy, Pauli, Diana, Graci e Renata pelas doses salvadoras de amor, música, poesia, força e inspiração, por fios condutores que atravessaram tempo e espaço, chegando sempre na melhor hora, direto no meu coração.

E à família das amoras amadas, agradeço todo o amor e a proteção.

Eu não tenho dúvidas que o afeto e a arte são o caminho para vivermos melhor nesse mundo. Celebremos o amor político e a amizade entre as mulheres. "Abraço é o nome da circunferência onde se descansa a existência" (Ana Suy Sesarino).

Abraço em vocês tudim.

RESUMO

A pesquisa “Autocuidado e cuidado entre mulheres ativistas - atos políticos de feminismos contemporâneos”, de caráter qualitativa, foi realizada a partir de revisão de literatura, registros empíricos e análise discursiva de entrevistas semiestruturadas realizadas no Centro-oeste, Sudeste, Norte e Nordeste brasileiro. Parte de referências latinoamericanas sobre o tema, e precisamente, da experiência teórica e metodológica desenvolvida pelo CFEMEA, Centro de Estudos e Assessoria Feminista, no Brasil desde 2015. Propôs-se a investigar algumas formas em que o (auto) cuidado vem sendo apropriado por mulheres ativistas no Brasil, apresentando aproximações e particularidades de experiências em curso vividas individualmente e desenvolvidas por grupos feministas, e os desafios enfrentados. Os resultados apontam para múltiplas dimensões do (auto) cuidado enquanto saúde integral, holística, ética, afetiva, coletiva, antirracista, que corrobora para a auto-organização feminista, em um caráter transformador e antissistêmico diante do Estado e das desigualdades de gênero, raça, etnia, classe, sexualidade, idade, entre outras na sociedade brasileira, acirradas por políticas de austeridade econômica marcadas por forte conservadorismo nos últimos anos, bem como pelo cenário de crise sanitária, social, política e econômica em virtude da pandemia da COVID-19. Nesse complexo contexto sociológico, a necessidade de se repensar a atuação feminista contemporânea a partir do autocuidado e do cuidado entre suas ativistas, levando em conta os riscos a que estão expostas no cotidiano de suas ações, os conflitos e as situações de descuidos entre elas, bem como as formas com que historicamente se estabelecem as relações entre movimentos feministas, Estado e demais instituições, não só segue relevante e de dimensão política, como se mostra ainda mais urgente para a preservação de suas vidas e a sustentabilidade de suas lutas.

Palavras-chave: autocuidado, cuidado, feminismo, mulheres, política.

ABSTRACT

The dissertation “Self-care and care among women activists: political acts of contemporary feminisms”, of qualitative character, was carried out from a literature review, empirical records and discourse analysis of semi-structured interviews carried out in the Midwest, Southwest, North and Northeast regions of Brazil. It is part of Latin American references on the theme, and precisely, of the theoretical and methodological experience developed by the CFEMEA, Center for Feminist Studies and Advice, in Brazil since 2015. Its objective was to investigate some forms in which (self) care is appropriate for women activists in Brazil. It shows proximities and particularities of individual experiences and those developed by feminist groups, and the challenges faced. The results point to multiple dimensions of (self) care as integral, holistic, ethical, affective, collective, anti-racist health, which corroborates feminist self-organization, in a transformative and anti-systemic in the face of the State and the inequalities of gender, race, ethnicity, class, sexuality, age in Brazilian society, which have been aggravated by austere economic policies marked by strong conservatism in the last few years, as well as the sanitary, social, political and economic context due to the COVID-19 pandemic. Amidst this complex sociological context, there is a need to rethink contemporary feminist activism based on the self-care and care of its activists, taking into consideration the risks they are exposed to in their daily actions, conflicts and situations of lack of care among them, as well as the ways in which historically the relations between feminist movements, the State and other institutions are established, not only remains relevant issue and has a political dimension within it and urges for the preservation of their lives and the sustainability of their struggles.

Key words: self-care, care, feminism, women, politics.

Para lograr un verdadero cuidado de los derechos de todas y todos, necesitamos una transformación desde las raíces, y eso nos incluye a nosotros/as mismos/as. Por eso el autocuidado es un modelaje de lo que queremos ver allá afuera, y en ese sentido es un acto político (IM Defensoras; DEFENRED, 2017. Sem paginação).

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
I - O pessoal é político	11
II – Politização do cuidado.....	12
III - Breve histórico do ativismo de mulheres e feminismos.....	17
IV- Objetivo geral, objetivos específicos e organização da dissertação.....	25
Capítulo 1 - Caminhos metodológicos	28
1.1 O afeto move.....	28
1.2 Percurso e procedimentos metodológicos	32
1.3 Ferramentas de análise	35
Capítulo 2 - Autocuidado e cuidado entre ativistas - a experiência do CFEMEA	39
2.1 CFEMEA e os 30 anos de lutas feministas no Brasil.....	41
2.2 O contexto é soberano – resistir é preciso.....	47
2.3 Da politização do cuidado ao cuidado coletivo – novos paradigmas	54
2.4 Desafios à autotransformação coletiva.....	59
2.5 Inauguração de uma nova perspectiva sobre o cuidado	64
Capítulo 3 – Feminismo, zona de diferenças. Não somos todas iguais.	70
3.1 Racismo, lesbofobia e preconceito de origem.....	80
3.2 Novos paradigmas, velha política nas instituições	83
3.3 Discurso sem prática e as identidades limitantes	86
3.4 De que cuidado estamos falando? Reflexões sobre um coletivo feminista	93
3.5 Aprendizados com as experiências de descuido	104
Capítulo 4 - A política feminista do (auto)cuidado	109
1.1 Sobre a ética do (auto)cuidado	111
1.2 Autorreflexão para o cuidado de si	120
4.3 O cuidado da mãe negra.....	126
4.4 Cuidado feminista antiproibicionista	131
4.5 O cuidado que aproxima	137
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	139
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	145
ANEXOS I Lista de sites para consulta	160
ANEXO II Termo de Consentimento Livre e Esclarecido 2019	162
ANEXO III Termo de Consentimento Livre e Esclarecido 2020	163
ANEXO IV Roteiro de Entrevista A	164
ANEXO V Roteiro de Entrevista B.....	165
ANEXO VI Roteiro de Entrevista C.....	166
ANEXO VII Roteiro de Entrevista D	167

INTRODUÇÃO

O autocuidado e o cuidado entre ativistas enquanto categoria de estudo e de atuação dos movimentos feministas brasileiros é algo que se pode considerar recente e atual. A pouca literatura sobre o tema começou a ser organizada e disseminada no Brasil a partir de 2015 pelo CFEMEA - Centro de Estudos e Assessoria Feminista, organização responsável também pela difusão de rodas, encontros e formações para o desenvolvimento e compartilhamento de experiências e de metodologias de autocuidado e cuidado entre mulheres ativistas em diferentes cantos do país. O trabalho desenvolvido pelo centro feminista faz referência aos debates internacionais sobre a necessidade de cuidado, de proteção e de defesa coletiva das e dos defensores de direitos humanos.

Muito influentes são as contribuições de Jane Barry e Jelena Djordjevic (2007), as quais, a partir das histórias de mais de 100 mulheres ativistas de 45 países dos 5 continentes, investigaram como as ativistas faziam para se manterem bem, seguras e com saúde física e emocional. Em suma, como mantinham seu bem-estar apesar dos inúmeros desgastes físicos e emocionais a que são expostas no exercício da atuação política feminista.

Mas foi Audre Lorde, escritora, feminista, negra e lésbica caribenha, a primeira a escrever sobre a ideia do autocuidado enquanto uma “forma de autopreservação”, e, portanto, um “ato de guerra política”. Em *A Burst of Light, Essays* (1988), ela alertava as mulheres negras para a necessidade de se dar o necessário para o próprio bem-estar, buscar redes de apoio e estabelecer limites para si mesma e nas relações com os outros como central para a resistência diante da persistência da violência racista.

E na década de 90, a feminista radical negra e lésbica bell hooks escreveu *Vivendo de amor*, no qual chamava atenção para a importância do amor e do crescimento espiritual – da atenção às “necessidades emocionais” - como forma de “resistência coletiva” e “recuperação” das mazelas do sistema escravocrata e das divisões raciais sobre a população negra, especialmente para as mulheres negras.

O amor cura. Nossa recuperação está no ato e na arte de amar. (...) Quando nos amamos, sabemos que é preciso ir além da sobrevivência. É preciso criar condições para viver plenamente. E para viver plenamente as mulheres negras não podem mais negar sua necessidade de conhecer o amor (bell hooks, [1994] 2000: 188-198).

O termo foi popularizado na sociedade nos últimos anos, e hoje, com a pandemia da COVID-19, é ainda mais reforçado, especialmente pelas mídias e na internet, tornando-se

parte do imaginário social. No entanto, a ideia de autocuidado propagada parece se distanciar de sua concepção originária de autopreservação das mulheres, sobretudo das mulheres negras, tratado como mercadoria ligada a escolhas individuais, retirando-se sua natureza coletiva e política (CFEMEA, 2020).

Assim, parto do entendimento de autocuidado enquanto um termo antirracista, relacionado há historicidade da resistência negra. Assim como a ideia de bem viver, que, segundo Anibal Quijano (2014), é a formulação mais antiga da resistência indígena à colonialidade de poder na América Latina.

Bien Vivir para ser una realización histórica efectiva, no puede ser sino un complejo de prácticas sociales orientadas a la producción y a la reproducción democráticas de una sociedad democrática, un otro modo de existencia social, con su propio y específico horizonte histórico de sentido, radicalmente alternativo a la colonialidad global del poder y a la colonialidad/modernidad/eurocentrada. Este patrón de poder es hoy aún mundialmente hegemónico, pero también en su momento de más profunda y raigal crisis desde su constitución hace poco más de quinientos años. En estas condiciones, Bien Vivir, hoy, solo puede tener sentido como una existencia social alternativa, como una des/colonialidad del Poder (ib: 46).

Relaciona-se o bem viver à sobrevivência, pois:

(...) no se puede defender la vida humana en la tierra sin defender, al mismo tiempo, en el mismo movimiento, las condiciones de la vida misma en esta tierra (ibid.: 52).

No Brasil, o movimento de mulheres negras também utiliza o conceito de bem viver, denunciando a falência do projeto civilizador. Conforme Cidinha da Silva, em relação a Marcha das Mulheres Negras Contra o Racismo, a Violência e Pelo Bem Viver, ocorrida no país em 2015:

Para alcançar o “bem viver” proposto pela Marcha, a superação do racismo e da violência, dos quais as mulheres negras são alvo, são condições essenciais. Mas, enquanto isso não acontece integralmente, vão sendo estabelecidas conexões entre a natureza, a política, a cultura, a economia e a espiritualidade, das formas possíveis e de maneira holística. Recupera-se assim, o sentido de utopia para a construção de um mundo no qual todas as pessoas possam viver com saúde, alegria e dignidade (SILVA, 2015. Sem paginação).

Desse modo, a perspectiva feminista do autocuidado e do cuidado entre ativistas inspira-se nas referências antirracistas do (auto)cuidado entre pessoas de uma comunidade e seus territórios. E fundamenta-se numa noção holística de saúde - física, mental e espiritual, com integração entre corpo e mente, pessoal e coletivo, e sobretudo, assumindo as diversas diferenças e desigualdades que atravessam o cotidiano das mulheres em geral, e também das ativistas comprometidas com a transformação social.

I - O pessoal é político

Participo da primeira Roda de Autocuidado e Cuidado entre Ativistas desenvolvida pelo CFEMEA no Distrito Federal (DF) desde seu início em 2015¹. A Roda Lobeira – assim conhecida após o surgimento de outras rodas na região - se realiza a partir de metodologias que possibilitam a construção de relações de confiança e solidariedade entre mulheres, o processamento de conflitos, autoconhecimento e cuidado consigo mesmas e com o coletivo, promovendo saúde, bem-estar e proteção às ativistas (OLIVEIRA; DJORDJERVIC, 2015; CFEMEA, 2016).

A potência da Roda foi se aprofundando nos diversos âmbitos de minha vida. Naquele momento, eu enfrentava desafios profissionais na instituição em que eu trabalhava², lidava com conflitos pessoais frutos de abuso psicológico e tentava apreender após processos duros que haviam se passado em minha militância até então, em especial, em virtude de denúncias ao racismo perpetrado no interior da Marcha das Vadias do Distrito Federal, a qual participei de 2011 a 2013, bem como de perseguição política direta na internet por setores antidemocráticos e de extrema direita, inclusive com uso público e difamatório de minha imagem.

Estar em roda, com mulheres ativistas, a partir de suas experiências e múltiplas estratégias de lutas, me ajudou a lidar com as adversidades pessoais e coletivas, a me fortalecer e me impulsionou a seguir nas articulações feministas com maior compreensão das estruturas de desigualdades que atravessam o feminismo, apontando para a necessidade urgente de se construir um feminismo antirracista.

De lá para cá, algumas decisões importantes motivaram meu ser ativista feminista. Me afastei de alguns espaços de militância, me aproximei e construí outros³; mudei meu local de trabalho⁴, e direcionei minhas energias e grande parte do meu tempo para fortalecer

¹ As Rodas de Autocuidado e Cuidado entre Ativistas acontecem em ciclos, a cada semestre, no DF. No segundo semestre de 2021, a Roda encontra-se em seu 14º ciclo, o quarto em formato virtual.

² Atuava como assistente social da Secretária de Saúde (SES/DF) no Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas Infantojuvenil Brasília (CAPS ADi BSB). Posicionei publicamente contra o desmonte desse serviço e o racismo institucional na política de drogas do DF, o que foi discutido por mim em “Racismo institucional: a percepção de usuários e usuárias de um centro de atenção psicossocial no Distrito Federal”, trabalho de conclusão de curso de Especialista em Gestão de Políticas Públicas em Gênero e Raça do Programa de Pós-Graduação em Educação da UnB/DF (SIQUEIRA, 2016) e em artigo de mesmo título, nos anais do III Encontro Internacional: Participação, Democracia e Políticas Públicas (SIQUEIRA, 2017).

³ Hoje meus esforços estão direcionados principalmente a duas frentes de luta por transformação social: justiça reprodutiva e ativismo do cuidado.

⁴ Desde 2016, exerço minha função enquanto assistente social da SES/DF em dois diferentes Centros de

a Roda Lobeira de Autocuidado e Cuidado entre Ativistas no DF. Desde então, compus inúmeras ações do CFEMEA e de outros coletivos para a difusão da perspectiva de autocuidado e cuidado entre ativistas dos diversos cantos de nosso país e da América Latina.

No entanto, cada vez mais, me deparava com um hiato entre a produção teórica feminista crítica sobre o cuidado e as elaborações sobre o cuidado em si - enquanto necessidade básica e urgente para a vida das mulheres, especialmente para as ativistas. Dessa inquietação, surgiu o desejo de aprofundar meus estudos desde o novo paradigma teórico e prático do autocuidado e cuidado entre ativistas, como contribuição às Ciências Sociais brasileiras no tocante aos campos da teoria política feminista, das teorias dos movimentos sociais e dos estudos sobre a saúde integral de mulheres defensoras de direitos humanos, particularmente dos direitos das mulheres.

II – Politização do cuidado

As preocupações com o cuidado e a importância da preservação da vida são antigas e estão na base da existência e da sobrevivência humana. No entanto, constata-se um aparente silêncio sobre este tema enquanto categoria de análise das ciências. Esse fato aponta para grande hiato temporal entre as primeiras noções filosóficas de cuidado, datados da Antiguidade, e seu estudo acadêmico iniciado apenas a partir dos anos 1980.

No terceiro volume de *História da Sexualidade - O Cuidado de Si*, Foucault (1985) retorna à filosofia das práticas sociais clássicas⁵ para investigar as primeiras formas de preocupação com o cuidado. Mostra o processo de consolidação de uma cultura de si, de bases morais, que implicava o conhecimento e a valorização de si como condição para a auto-constituição dos sujeitos. Sujeitos, esses, inseridos num contexto de práticas sociais, em que cada um necessitava do outro para seu próprio cuidado, ao passo que essas mesmas relações sociais lhes indicavam a necessidade do cuidado de si em responsabilidade com o todo, considerando o justo para o conjunto da sociedade.

Considera-se, portanto, a primeira forma de conceituar o cuidado em sociedade,

Especialidades para Atenção às Pessoas em Situação de Violência Sexual, Familiar e Doméstica no Hospital Regional da Asa Norte (HRAN). Um, com foco no enfrentamento às violências de gênero, raça, sexualidade, idade, etc., contra pessoas adultas - CEPAV Margarida; e outro, no qual desenvolvo ações com adolescentes ofensores de crimes sexuais contra crianças em grupo multifamiliar - CEPAV Jasmim.

⁵ Pode-se considerar o período de ápice das civilizações grega e romana, do séc. V a. C. ao séc. II d. C. ou, em sentido amplo, a Antiguidade clássica em toda sua duração, do séc. VIII a. C. ao séc. V d. C.

como uma prática que envolve um conjunto de ocupações, tarefas e trabalho com o cuidado dos outros e de si. De modo que o cuidado foi se tornando, assim, um elemento organizador das relações sociais. Esse é um dos pontos centrais do debate feminista sobre a prática social e política do cuidado que veio a se desenvolver nos anos 1980 e que incide na perspectiva emergente do autocuidado e cuidado entre ativistas.

Ao definir práticas de condutas morais, data desse mesmo período o surgimento da correlação entre o pensamento filosófico e a prática médica. Essa relação informa que a necessidade do cuidado de si se materializa na necessidade moral, a nível pessoal e social, de cuidar de certos males, de exame da alma, que é antes de tudo, exame da própria consciência. Deste modo, a preocupação com a saúde se consolidou enquanto:

o medo do excesso, a economia do regime, a escuta dos distúrbios, a atenção detalhada ao disfuncionamento, a consideração de todos os elementos (estação, clima, alimentação, modo de vida) que podem perturbar o corpo e, através dele, a alma (FOUCAULT, 1985: 62).

Esse retorno à Antiguidade em Foucault nos apresenta elementos para compreender como a cultura de si, o princípio do conhecimento de si, seus temas e suas práticas sociais foram desenvolvidas a partir de reflexões a respeito da moral sobre os prazeres de corpo e de alma e de uma ética da justiça, como um mapeamento de condutas corretas a se seguir na vida em sociedade, ou seja, marcada por relações de poder. Na sociedade moderna o cuidado e suas relações de poder se instalam como eixos fundamentais para a constituição do indivíduo moderno.

Desde então, estudos foram desenvolvidos em relação ao cuidado enquanto objeto das ciências sociais, passando pela sociologia clínica à análise institucional. Essa pesquisa, entretanto, segue por outras referências. Principalmente, o debate crítico feminista sobre o cuidado e a vida das mulheres nos últimos anos.

Das contribuições feministas, destaca-se a obra da cientista política Joan Tronto e sua análise sobre os elementos políticos do cuidado. Como síntese, ela reconhece a pertinência da ética em relação ao cuidado para o debate feminista. No entanto, defende que seu estudo deve se centrar em uma ética do cuidado enquanto teoria moral social e política. Presente em nossa comunidade, o cuidado envolve uma pluralidade de agentes e atividades e permite o realinhamento entre práticas sociais, moralidade e política na sociedade.

Em *Mulheres e cuidados: o que as feministas podem aprender sobre a oralidade a partir disso?*, Tronto (1997) defende que o cuidado não pode ser compreendido como uma

moral feminina e exclusivo do espaço privado. Em termos práticos, uma “moral feminina”, na sociedade patriarcal, é inversamente proporcional às lutas feministas por autonomia e redução das desigualdades e opressões de gênero⁶.

No livro, descreve como o trabalho do cuidado relaciona-se aos objetos de cuidado e às diferentes necessidades de cada objeto, como uma forma geral de compromisso social (cuidar com) e como necessidades específicas de um objeto/pessoa (cuidar de/cuidar do outro). Deste modo, o cuidado relaciona-se a diferentes atividades, que podem ser resumidas como o trabalho doméstico remunerado (atividade pública), os afazeres domésticos (atividade privada), a dispensa de cuidados com pessoas dependentes (por exemplo, crianças, idosos e enfermos), tanto remunerado ou por pessoas da família/domicílio (geralmente sem remuneração), e exercido por instituições e serviços de saúde e de cuidados. Entretanto, há desigualdades entre o reconhecimento social dessas diferentes atividades e seus impactos científicos, econômicos, políticos – e de saúde - na vida de quem o exerce e na maneira como ele é realizado.

Com o intuito de oferecer ao cuidado uma perspectiva sociológica e política mais ampla, ligado às necessidades e à sobrevivência humana, em *Caring Democracy*, Tronto propõe o cuidado como:

Uma atividade da própria espécie que inclui tudo o que podemos fazer para manter, continuar e reparar nosso “mundo” para que possamos viver nele da melhor maneira possível. Esse mundo inclui nossos corpos, nós mesmos e nosso meio ambiente, e tudo em que procuramos intervir de forma complexa e autossustentável (FISCHER; TRONTO, 1990: 19).

Em *Moral Boundaries. A Political Argument for an Ethic of Care* (TRONTO, 2009), a autora ressalta que quando a diferença entre os gêneros é considerada como principal marcador nas análises sobre o cuidado, esquece-se das questões sociais, como raça e classe, que evidenciam a natureza política do cuidado. As atividades do cuidado permanecem desvalorizadas por sua conexão com o feminino e suas emoções, o ambiente doméstico e

⁶ Tronto faz referência à perspectiva teórica pioneira de Carol Gilligam (1982). Para ela, o cuidado exercido pelas mulheres envolvia aspectos ligados ao feminino, como a generosidade, a sensibilidade e a emoção. Esse pensamento deslocou o ponto central da ética e cunhou uma moral feminina da ética do cuidado, baseado em virtudes essencialmente femininas e tradicionalmente não legitimadas pelo pensamento moral até então, considerando certas experiências das vidas das mulheres e suas formas de agir e pensar, consolidando-se como uma noção mais democrática do cuidado. Por esse fator, em certa medida essa "moral feminina" apresentou uma ferramenta de fortalecimento de mulheres diante dos inúmeros silenciamentos vividos em sociedade. Entretanto, por reforçar a valorização do gênero feminino a partir de características essencialistas, o pensamento de Gilligam dividiu opiniões, inaugurando os caminhos para a consolidação das teorias feministas do cuidado e o debate crítico.

privado; já que o padrão hegemônico valoriza a ética da justiça, da racionalidade e da objetividade.

A partir desse entendimento, autora propõe uma "teoria da politização do cuidado" que defende a não associação do cuidado ao gênero e inaugura o reconhecimento do cuidado não apenas como contribuição à vida coletiva, mas atividade inscrita na divisão social do trabalho e, por isso, passível de ser comparado aos empregos relevantes no mercado do trabalho. Supõe também a revisão das fronteiras entre a moral e a política, a moral e os afetos, o privado e o público.

Tronto (1997) destaca que o trabalho do cuidado não é restrito às mulheres, porém em sua manifestação histórica, se insere na estrutura patriarcal, representando grande sobrecarga a elas. Especialmente na conjuntura mundial em que é cada vez mais frequente que não estejam restritas ao espaço privado, mas em espaços públicos, como destacado por Helena Hirata e Danièle Kergoat (2007).

Silvia Yannoulas, referência nos estudos de gênero sobre profissões e ocupações, indica a concentração de empregos para mulheres em postos de trabalho que requerem características ligadas ao imaginário feminino, como a docilidade, a delicadeza e a paciência (YANNOULAS, 2003). Posteriormente, passou a investigar o fenômeno da feminização das profissões do cuidado que permeia a divisão social do trabalho (YANNOULAS, 2011). Para ela, a feminização se dá tanto em termos quantitativos, considerando a presença massiva das mulheres nas atividades de cuidado, quanto qualitativos, se analisado pela relação entre os atributos da feminilidade e as aptidões demandadas às tarefas de cuidado com as outras pessoas.

Autoras negras como Sueli Carneiro e Jurema Weneck chamam atenção para a racialização do cuidado no país. De tal modo que a inserção e o aumento da participação das mulheres no mercado de trabalho nos últimos anos nem reduziu seu empobrecimento, nem inverteu a lógica da estratificação social na qual a mulher negra ocupa a base da pirâmide (CARNEIRO, 1995; 2004; WERNECK, 2009).

Inspirada pelos estudos de Yannoulas e pesquisas que produziram juntas, Mariana Marcondes (2013) aporta uma definição bastante significativa à prática social do cuidado que tem como objetivo:

atender às necessidades humanas concretas, mas também emocionais e psicológicas, pressupondo a interação face a face entre quem cuida e quem é cuidado, em uma relação de interdependência. Trata-se de um trabalho essencial para reprodução da vida humana, o que pressupõe que o compreendamos como

inscrito na divisão sexual do trabalho (MARCONDES, 2013: 258).

Esse é um dos pontos centrais do debate feminista sobre a prática social e política do cuidado desde seu desenvolvimento até hoje. Parto, assim, de um entendimento ampliado sobre o cuidado, intrinsecamente relacionado com as estruturas de desigualdades de gênero, raça e classe em nosso país, o que conduz a uma reflexão política. Nesse sentido, faz-se visíveis os questionamentos feministas contemporâneos, mobilizadores desta pesquisa: que cuidados são destinados às mulheres? Quem cuida das cuidadoras? Quais cuidados para a sustentabilidade dos movimentos feministas?

As primeiras preocupações com o cuidado de pessoas que cuidam de outras pessoas no Brasil, atrelado à uma noção de autocuidado, ocorreram no campo da saúde, especialmente nas áreas da saúde coletiva e enfermagem. Data de 2008 o *Guia Prático do Cuidador*, publicado pelo Ministério da Saúde, com objetivo de:

(...) orientar cuidadores na atenção à saúde das pessoas de qualquer idade, acamadas ou com limitações físicas que necessitam de cuidados especiais, esclarecendo os pontos mais comuns do cuidado no domicílio; ajudar o cuidador e a pessoa cuidada; estimular o envolvimento da família, da equipe de saúde e da comunidade nos cuidados, e promover melhor qualidade de vida do cuidador e da pessoa cuidada (BRASIL, 2008: 5).

O guia define cuidado como "atenção, precaução, cautela, dedicação, carinho, encargo e responsabilidade" (id.; ib.: 6) em representação à "essência da cidadania, do desprendimento, da doação e do amor" (id.; ib.: 7). Reitera que "esse cuidado deve ir além dos cuidados com o corpo físico, pois além do sofrimento físico decorrente de uma doença ou limitação, há que se levar em conta as questões emocionais, a história de vida, os sentimentos e emoções da pessoa a ser cuidada (id.; ib.: 5).

Igualmente relevante, no guia, o cuidado com cuidador faz-se importante nos processos de promoção de saúde. No entanto, realiza-se a partir de autocuidado, do cuidado de si próprio, "por meio de atitudes e comportamentos que a pessoa tem em seu próprio benefício, com a finalidade de promover a saúde, preservar, assegurar e manter a vida" representando assim "a essência da existência humana" (id.; ib.: 7). Para tanto, o guia indica que o cuidador deve se atentar a seus desgastes pessoais e emocionais, para manter sua integridade física e emocional e desempenhar suas atividades com qualidade. Fornece "dicas que podem ajudar a preservar a saúde e aliviar a tarefa do cuidado" (id.; ib.: 11), como contar com a ajuda de outras pessoas, reservar tempo para descanso, autocuidado e práticas de atividades físicas.

Nesse sentido, a proposta do Ministério da Saúde trouxe avanços à concepção crítica de preservação da saúde de pessoas que desempenham cotidianamente tarefas de cuidado. No entanto, essa preocupação não é ingênua, posto que se alinha à perspectiva familista de reprodução do cuidado, que desonera o Estado, à medida que fomenta práticas individualistas e fortalece desigualdades, especialmente de gênero, classe, raça e etnia, além do fato de não debater tais estruturas no país.

Em sentido radicalmente diferente, quando incorporado a uma abordagem integral da saúde e a recente perspectiva política de autocuidado e cuidado entre mulheres ativistas, sua prática possibilita o cuidado consigo mesmas e as possibilidades de cuidar, proteger e apoiar outras mulheres, enquanto enfrentam as estruturas desiguais estruturais da sociedade, assim como nas dinâmicas tradicionais de cuidado, e nas dinâmicas que permeiam os tradicionais movimentos sociais.

III - Breve histórico do ativismo de mulheres e feminismos

Os movimentos de mulheres e feministas⁷ pelo mundo estiveram à frente de muitas lutas contra as desigualdades e pela melhoria das condições de vida das mulheres em geral. E, segundo Sueli Carneiro (2003), "o movimento de mulheres do Brasil é um dos mais respeitados do mundo e referência fundamental em certos temas do interesse das mulheres no plano internacional. É também um dos movimentos com melhor performance dentre os movimentos sociais do país" (CARNEIRO, 2003: 117).

Entretanto, os feminismos são plurais como todo movimento social e, por isso, perpassado por tensões internas. "Construídos em sociedades multirraciais e pluriculturais" (CARNEIRO, 2003: 118), como é o caso brasileiro, os feminismos divergem quanto à busca de unidade do sujeito político e dos modos de alcançar seus projetos vinculados a diferentes vertentes ideológicas.

Porém, como bell hooks tão bem definiu: "O objetivo do feminismo global é se

⁷ Neste trabalho, tomo a distinção de Carmen Silva (2016), a qual compreende "movimentos de mulheres como processos conflituos que geram ações coletivas protagonizadas por mulheres" enquanto "o movimento feminista é uma parte do movimento de mulheres (...) cujas participantes assim se identificam, como feministas, o que significa a adoção de uma perspectiva crítica radical à situação social das mulheres e uma agenda de enfrentamento à dominação e exploração às quais nós mulheres somos submetidas" (SILVA, 2016, p. 11-12). No entanto, "as articulações movimentalistas no Brasil são majoritariamente feministas, (...) assumem publicamente essa perspectiva política" (SILVA, 2016: 163).

estender e alcançar lutas globais para acabar com o sexismo, a exploração sexista e a opressão” (hooks, [2000] 2018. Sem paginação). Deste modo, pode-se dizer que há uma matriz em comum entre todas as vertentes ditas feministas: "a luta por autonomia, emancipação e o reconhecimento da[s] mulher[es] como sujeit[as] polític[as]" (GALETTI, 2016, p. 19. Grifos meus)⁸.

Os estudos protagonizados pelas pensadoras feministas têm contribuído para alterar o cenário tradicional das teorias no campo social, cultural e político no mundo. Nesse processo, são visíveis as críticas a um feminismo hegemônico, por sua inferência às teorias aportadas pelos feminismos europeus e norte-americanos, majoritariamente brancos e liberais, que se enveredam pela construção de uma categorização abstrata sobre "as mulheres" que em grande medida abafa as lutas de mulheres negras, indígenas, camponesas, lésbicas e trans no mundo.

Por isso, intensificam-se os debates sobre identidades de grupos, o que conduz a debates mais amplos sobre vulnerabilidades, lugares de fala, representatividades políticas, etc. E o mundo acadêmico, que também tem se pluralizado com as políticas afirmativas, torna-se cada vez mais permeado por produção de conteúdos referentes à diversidade de contextos socioculturais e à diversidade das mulheres.

Progressivamente, a compreensão de que "gênero, classe, raça/etnia e sexualidade não devem ser entendidos de maneira separada, mas entrelaçada e articulada" (MACHADO, 2017: 3), torna-se especialmente relevante em sociedades do sul global, como é o caso da América Latina e do Caribe, onde os feminismos vêm construindo relações específicas com o Estado e com o capitalismo, e entre si, pela história de colonialidade, como experiência comum (SEGATO, 2015).

No Brasil, cuja formação social de sua recente democracia contém "forte marca patriarcal e escravista forjada no período de expansão colonial do capitalismo da Europa e uma história de mudanças de regimes políticos operados pelas elites" (SILVA, 2016: 52), as desigualdades estruturais são intensificadas pelas propostas de governabilidade em curso. Ações políticas institucionais que contemplam a privatização e a militarização dos serviços públicos, em especial saúde e educação, com o enxugamento da seguridade social e da

⁸ *Diversas, mas não dispersas* foi o lema do 14º Encontro Feminista Latinoamericano e do Caribe (EFLAC), em novembro de 2017 em Montevidéu, no Uruguai. No Brasil, a frase foi bastante difundida pela ativista e vereadora Marielle Franco que, em fala pública na Câmara Municipal do Rio de Janeiro, utilizou uma blusa com o lema produzida pela CAMTRA - Casa da Mulher Trabalhadora.

previdência brasileira, a redução de direitos trabalhistas e previdenciários e, ainda, a forte influência do fundamentalismo religioso⁹.

Em consequência, constata-se o aumento da violência racista, machista e homolebobitransfóbica¹⁰, com aumento do índice de feminicídios¹¹, especialmente entre mulheres pretas e pobres¹², e de transfeminicídios¹³, a morte de pessoas com útero em decorrência da prática insegura de abortos¹⁴, o crescimento da pobreza e do desemprego no país, o ataque à luta por direitos sexuais e justiça reprodutiva, a perseguição política de movimentos sociais e organizações em defesa dos direitos humanos, entre tantas estratégias institucionais, intersetoriais e conservadoras que ameaçam a recente democracia brasileira, bem como o bem-estar e a segurança da população em maior situação de vulnerabilidade, em grande medida, composta por mulheres e jovens negras e periféricas¹⁵.

Diante desse cenário, as mulheres ativistas brasileiras vêm protagonizando ações de denúncia, enfrentamento e mobilizações de rua para a defesa da vida digna e segura para as mulheres e para o conjunto da população brasileira. É notável o grande número de mulheres

⁹ Exemplo de ações políticas nefastas é a Emenda Constitucional 95 aprovada em 15/12/2016, que aprovou o novo regime fiscal brasileiro com estabelecimento de um teto de congelamento dos gastos públicos com saúde, educação e assistência social por 20 anos. Por trás, há um projeto político em curso de privatização, concentração de renda e exclusão social.

¹⁰ Segundo Grupo Gay da Bahia, a cada 20h, um/a LGBT é assassinado/a ou se suicida vítima de LGBTfobia, fazendo o Brasil “campeão mundial de crimes contra as minorias sexuais” (GGB, 2018: 01).

¹¹ No Brasil, a Lei 13.104/15, Lei do Feminicídio, alterou o Art. 121 do Código Penal (1940) e incluiu a tipificação do feminicídio como uma das formas qualificadas de “homicídio contra a mulher por razões da condição do sexo feminino” (BRASIL, 2015).

¹² Segundo o Atlas Infográfico da Violência (IPEA; Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2019), em 2017 foram assassinadas 4.936 mulheres, ou seja, 13 vítimas por dia, o maior número em 10 anos. Os dados também revelam que a taxa de homicídio de mulheres não negras teve aumento de 4,5%, enquanto para as mulheres negras, esse crescimento foi de 29,9%, entre 2007 e 2017. A proporção de mulheres negras foi de 66% de todas as assassinadas no Brasil no ano de 2017. E de acordo com a pesquisa Visível e Invisível (Fórum Brasileiro de Segurança Pública; Instituto Datafolha, 2021) “a prevalência de assédio sexual entre as mulheres pretas (52,2%) foi maior do que a encontrada entre mulheres pardas (40,6%) e entre as brancas (30,0%), trazendo para o centro do debate o racismo, o machismo e a objetificação do corpo das mulheres negras como variáveis centrais para compreensão destes resultados” (id., ib.: 34).

¹³ Dados recentes da ONG Transgender Europe (TGEu) que monitora o assassinato de pessoas trans no mundo revelam que em 2021 o Brasil segue como o país que mais mata pessoas trans no mundo. Também há uma constância de assassinados globais de mulheres trans ou pessoas transfemininas, o que, segundo a Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA) se mantém no Brasil, representando o “ciclo de violência que afeta travestis e mulheres trans (...) na medida em que a morte é o ponto final de uma série de violações anteriores” (ANTRA, 2021: sem paginação).

¹⁴ Segundo a Organização Mundial de Saúde (2013), o aborto inseguro está entre as principais causas evitáveis de morbimortalidade de gestantes no mundo, além de ocasionar outras complicações de saúde. No Brasil, dados da Pesquisa Nacional do Aborto de 2016, indicam que há “maior frequência do aborto entre mulheres de menor escolaridade, pretas, pardas e indígenas, vivendo nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste” (DINIZ; MEDEIROS; MADEIRO, 2017: 653).

¹⁵ O Atlas Infográfico da Violência (IPEA; Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2019) aponta o crescimento da violência letal contra jovens e contra negros, população LGBTI e mulheres.

organizadas no país à frente de lutas pela soberania popular, defesa dos territórios e em defesa da democracia e dos direitos humanos.

Segundo Carmen Silva (2016), os movimentos feministas brasileiros, de forma geral, estão comprometidos com as lutas por uma sociedade sem hierarquia de gênero, sem que este seja utilizado sob a égide do privilégio ou da opressão. Integram o campo político dos movimentos sociais do país associado ao campo político de esquerda e/ou campo democrático e popular. E fomentam novas reflexões teóricas e práticas, em uma perspectiva antissistêmica. Para Silva, as mobilizações de resistência contemporânea possuem uma marca associada à "um discurso ético sobre a política, de valorização do cotidiano e de solidariedade" (SILVA, 2016, p. 94). E constata-se a relevância das diversas expressões artísticas que compõem os ciclos de manifestações¹⁶ dos últimos anos no país, aos quais as mulheres vêm, com criatividade e força, encampando a resistência feminista brasileira frente ao neoliberalismo e ao retrocesso de direitos.

No entanto, essa realidade de múltiplas lutas tem impacto direto sobre as vidas das ativistas na linha de frente. Insatisfações, dúvidas, medos, inseguranças, custos físicos, psíquicos e econômicos, além do alto risco de violações de direitos são alguns dos resultados desse processo.

Segundo *Nota Informativa sobre defensores em perigo na América Latina*, da OXFAM (2016), no ano de 2015 aproximadamente 185 pessoas defensoras de direitos humanos foram assassinadas no mundo. Dessas, 122 mortes ocorreram na América Latina. O Brasil figura entre o primeiro do continente: entre janeiro de 2015 a maio de 2016, pelo menos, 74 pessoas defensoras de direitos humanos foram assassinadas aqui.

Em complemento, o *Dossiê Vidas em Luta. Criminalização e violência contra defensoras e defensores de direitos humanos no Brasil* publicado pelo Comitê Brasileiro de Defensores de Direitos Humanos (NETO et alli, 2018), há um padrão de violência e o aumento exacerbado dos casos após 2016¹⁷. Especialmente na região norte, vinculados aos

¹⁶ Ciclos de manifestações ou ciclos de protestos alinham-se à teoria dos movimentos sociais de Sidney Tarrow (2009). Os "ciclos de confrontos" representam contextos políticos em que mobilizações ocorrem em torno de uma pauta ou pautas políticas que acabam por impulsionar novas mobilizações e bandeiras de lutas. Ao analisar esses ciclos, deve-se considerar a gama de mobilizações desencadeadas e os impactos sociais, em vez de se avaliar resultados de cada movimento social envolvido individualmente.

¹⁷ 2016 foi o ano do início do Governo Michel Temer (Movimento Democrático Brasileiro - MDB), após o Golpe de Estado que culminou no corrupto impeachment da Presidenta Dilma (Partido dos Trabalhadores - PT). Temer presidiu o país até a posse de Jair Messias Bolsonaro (na época, Partido Aliança pelo Brasil) em 01 de janeiro de 2019, acirrando ainda mais a crise brasileira de direitos.

conflitos territoriais, envolvendo populações ribeirinhas, quilombolas e indígenas; e nos grandes centros urbanos, relacionado à violência policial e ao genocídio da juventude negra. Em todos os casos, figura o número de mulheres violentadas¹⁸. O aumento do conservadorismo sobre as ativistas, bem como os defensores de direitos humanos em geral, intensifica-se de tal forma que recentemente alguns tiveram que deixar o Brasil para preservação de suas vidas e de suas lutas¹⁹.

Esse contexto de intensa crise social, política e econômica brasileira se acirra ainda mais a partir de 2020, e segue em 2021, com a crise de emergência sanitária causada pela pandemia de COVID-19. A principal medida de prevenção à propagação do novo coronavírus, conforme recomendações científicas em todo o mundo, é o isolamento das pessoas, via estado de quarentena. Em suma, a reafirmação do espaço doméstico como local mais seguro para se estar durante a pandemia de modo a se prevenir do contágio e reduzir a curva de contaminação do vírus. No entanto, novamente o movimento feminista denuncia o quanto o espaço doméstico não é o “lar doce lar” para as mulheres²⁰. Sem contar que as consequências das desigualdades sociais no Brasil se intensificam diante da crise.

Apesar do cuidado com a vida ser cada vez mais urgente, o cuidado sanitário no país vem sendo tratado como matéria de barganha política e econômica, em detrimento da preocupação com a ciência e a saúde pública. Na contramão das recomendações de segurança mundiais, o Estado estimula a aglomeração de pessoas ao desqualificar publicamente a gravidade do contágio de COVID-19, propagar tratamentos precoces questionáveis do ponto de vista científico. Além disso, observa-se defesa das políticas de austeridade econômica, apresentando medidas ínfimas de assistência à população.

¹⁸ Um exemplo emblemático é o caso de Marielle Franco, mulher negra e periférica, então vereadora do Rio de Janeiro pelo PSOL, assassinada em 14 de março de 2017 com três tiros na cabeça e um no pescoço dentro de seu veículo no Estácio, região central da cidade, ao retornar de uma atividade do partido na Casa das Pretas (Lapa/RJ). Marielle estava acompanhada de sua assessora e de seu motorista, Anderson Gomes, que também foi assassinado. Há mais de três anos dos homicídios, o caso ainda não foi solucionado, inclusive com inúmeros indícios de corrupção no processo investigativo.

¹⁹ É o caso da professora e pesquisadora Débora Diniz e do deputado federal Jean Wyllys - PSOL, cujas notícias de mudança para outros países foram denunciadas por movimentos sociais no Brasil e no mundo.

²⁰ Em junho de 2020, a ONU Mulheres alertou para o aumento da violência contra as mulheres e para a dificuldade de denúncia em determinados contextos. No Brasil, pesquisa da Confederação Nacional dos Municípios (2021) revela aumento no registro da violência contra as mulheres durante a pandemia em um quinto dos municípios. De acordo com a pesquisa do Fórum Brasileiro de Segurança Pública e Instituto Datafolha (2021), cerca de um quarto das brasileiras sofreu algum tipo de agressão. Segundo Luciana Boiteux e Maria Bertoche (2020) “De 2019 para 2021, o aumento dos casos de feminicídio indica que talvez a diminuição no registro de lesões corporais seja não uma diminuição da violência, mas um efeito da dificuldade de denúncia, em razão do isolamento e da proximidade com o agressor”.

Deste modo, "o isolamento pode parecer uma opção ou privilégio individual" (CFEMEA, 2020. Sem paginação). No entanto, esbarra nas desigualdades estruturais de nossa sociedade, onde incidem provocando injustiças: quem pode ficar em quarentena, quem tem moradia, segurança alimentar e cuidados em saúde assegurados na pandemia, quem tem direitos trabalhistas garantidos, quem é responsável pelo cuidado nos ambientes domésticos e públicos, quem cuida das pessoas enfermas, em que condições, como cuidar de si sem refletir sobre o cuidado coletivo... Portanto a desproteção de grande parte da população brasileira, historicamente vulnerável, figura como uma "imposição sistêmica – patriarcal, racista e de classe e, por isso mesmo, o seu oposto (a proteção contra a pandemia) é um direito não acessível." (id.; ib.).

Assim, a vivência da pandemia da COVID-19 no Brasil intensifica as desigualdades sobre grande parte da população, especialmente para as mulheres, e sobretudo, para as negras, indígenas, rurais, pobres e periféricas. E torna ainda mais vulneráveis trabalhadores e trabalhadoras da saúde. E também boa parte das ativistas na linha de frente, muitas das quais estão comprometidas com ações nas ruas, em unidades de assistência e coletivos, junto a populações vulneráveis nos diversos cantos do país, na intenção de mitigar as drásticas consequências sociais da pandemia, que acabam as expondo a situações de grande risco ao contágio do novo coronavírus, além da já sinalizada violência de setores conservadores.

Nesse contexto, a crise de cuidados historicamente existente ganha visibilidade como nunca antes no país. Aparentemente, a importância do cuidado - um discurso social sobre o cuidado - vem sendo apropriado pela sociedade em geral, indicando o que as teóricas e ativistas há tempos alertam: que o cuidado enquanto prevenção de agravos e promoção de saúde é necessariamente coletivo, e por isso político; relaciona-se com a divisão sexual do trabalho e tantas outras assimetrias sociais; deve estar atrelado a uma abordagem que considere as vulnerabilidades sociais, políticas e econômicas da sociedade (AYRES, 2003); e que, nas estruturas em que vivemos, não é possível depender exclusivamente do Estado para que ele seja garantido. Essa última afirmação dialoga com os argumentos feministas discutidos nesta dissertação, especialmente no que tange ao fato de que o cuidado pessoal, não apenas, mas principalmente em tempos pandêmicos, só é possível coletivamente.

Diante do contexto, em contraposição aos ideais liberais e individualistas modernos, determinados movimentos feministas vêm repensando suas estratégias de atuação, com ênfase em ações de segurança, de defesa e de cuidado de suas ativistas para preservação de

suas vidas e, conseqüentemente, sustentabilidade de suas ações políticas. E deste modo, repensando o espaço que o cuidado ocupa na vida das brasileiras e como ele pode ser revolucionário se realizado por e para mulheres, como bem destacado por Manuela Melo (2014).

Ao final e ao cabo, trata-se de realizarmos, nós mesmas, nos espaços movimentistas que criamos, uma experiência na qual podemos nos transformar e podemos transformar o mundo (OLIVEIRA; DJORDJERVIC, 2015: 16).

Este trabalho e o tema em si dizem respeito à promoção de saúde integral e coletiva por e para os movimentos feministas brasileiros, ou seja, à *práxis* política feminista de criação de estratégias para transformação social e política coletiva diante das opressões de gênero, raça, classe, sexualidade e tantas outras na sociedade brasileira - verdadeiramente revolucionária²¹, segundo definição de Cecília Sardenberg (2002). Experiências que dialogam com a concepção de heterotopia proposta por Tânia Navarro (2000) como “espaços outros” que os estudos e movimentos feministas vem criando: “heterotopias práticas e teóricas que atuam na representação de gênero e fora dela, na medida da crítica à produção e reprodução do sistema de sexo/gênero através das instituições sociais” no sentido “não apenas de pensar o mundo, mas transformá-lo (ib.: sem paginação).

É o caso da Roda Lobeira de Autocuidado e Cuidado entre Ativistas desenvolvida pelo CFEMEA e citada no início desse texto. E diversas são as experiências que estão sendo gestadas com criatividade e resistência das ativistas durante este momento de pandemia - e virtualidade - no país. Porém, parte-se do princípio de que é a própria reflexão política que baliza as práticas realizadas pelo autocuidado e cuidado entre elas, visando uma transformação subjetiva, mas também concreta, das vidas das mulheres e de suas comunidades.

Assim como destaco as contribuições aportadas pela artista visual e ilustradora Priscila Barbosa na atualidade²². As obras de Priscila, apresentam um olhar “poeticamente revolucionário” composto principalmente por retratos de mulheres de diferentes formas em

²¹ Considera-se a afirmação de Silva (2016) a respeito da transformação proposta pelos feminismos "como um devir histórico, contingente, mas uma utopia possível" (SILVA, 2016, p.169). E ainda, "utopia quando a gente se move em novas direções e visões (...) para nos inspirar e seguir para frente (...) saber como vamos interligar nossas lutas e visões e chegar a algumas conclusões sobre como vamos desenvolver valores revolucionários e, principalmente, como desatrelar valores capitalistas de valores democráticos" (DAVIS, 1997, sem paginação).

²² Priscila Barbosa, mulher branca, cisgênera, bissexual, faixa etária entre 20 e 35 anos, foi entrevistada durante a realização do trabalho de campo dessa dissertação em 2019. Pelo caráter particular de sua obra, suas contribuições discursivas ao tema serão apresentadas como epígrafes ao longo do trabalho.

diferentes cenas do cotidiano, que dialogam sobre saúde, prazer, autocuidado, enfrentamento de violências, arte, política, entre outros temas. E assim, acrescentam conteúdos à subjetividade intrínseca ao (auto)cuidado de e entre mulheres.

Ela integra a Matriz Coletiva, e, em parceria com os coletivos Comum e TEAR, lançou o *Mini-manual de autocuidado para mulheres na linha de frente: lembretes ilustrados de amor e resistência* que foi amplamente compartilhado entre grupos feministas pela internet em 2018. Segundo Priscila, o manual é um compilado de informações a respeito do autocuidado, destinado “a mulheres ativistas ou mulheres conscientes do seu papel de luta que possam passar essas informações de autocuidado nas trocas com outras mulheres”, a partir do entendimento de que:

não se faz luta quando não se está bem. Autocuidado são as medidas que temos que tomar antes de se dispor a cuidar de outras pessoas. Uma tentativa de inserir essa cultura no nosso cotidiano, já que aprendemos a sempre cuidar ou estar disponível para as outras pessoas (Priscila).

Em entrevista, ela relatou que desde 2013 a terminologia do “autocuidado” foi ganhando força a seu redor, mas só trabalhando com o público, entendeu a necessidade de falar em autocuidado,

de se resguardar de certas situações e de entender que não se pode ser responsável por todas as pessoas ao nosso redor. Entender o papel que cada um tem numa luta coletiva (Priscila).

A ideia de publicar o manual surgiu pouco tempo depois do assassinato de Marielle em março de 2018, na intenção de somar esforços a uma revolta potente: “porque eu acho que é isso, a revolta é muito importante. Mas ela precisa ser potente. Ela precisa gerar algo. Você precisa se sentir ainda fortalecida, mesmo revoltada”.

Priscila também é responsável pela publicação do *Calendário Ilustrado 2019: Verás que uma filha tua não foge à luta*, em um contexto de grande retrocesso político em nosso país²³. Novamente, ressalta que a obra se destina a mulheres, “não necessariamente feministas, mas ativistas (quer elas estejam conscientes de que são ativistas ou não)”, considerando o contexto amplo de lutas diárias e resistência das mulheres brasileiras.

²³ Após a entrevista, Priscila publicou as versões do *Calendário Ilustrado: A Revolução será Poética* (2020) e *Não somos inofensivas* (2021).

IV- Objetivo geral, objetivos específicos e organização da dissertação

Esta pesquisa, de caráter qualitativo, realizada por meio de revisão literatura, entrevistas semi-estruturadas e registros empíricos, teve como objetivo geral: investigar algumas formas em que o (auto) cuidado vem sendo apropriado por e para mulheres ativistas no Brasil, demonstrando suas especificidades, bem como o caráter político e transformador dessas experiências, diante das opressões de gênero, raça/etnia, classe, sexualidade, entre outras na sociedade brasileira.

Como objetivos específicos, se propôs a: levantar experiências de autocuidado e cuidado entre mulheres brasileiras ativistas; analisar possíveis entrecruzamento de conceitos, princípios, métodos e metodologias apropriados pelas diferentes experiências investigadas; e investigar a possibilidade do autocuidado e cuidado entre as mulheres ativistas; ampliar, tensionar e/ou polemizar o arcabouço acadêmico e movimentista feminista brasileira. Assim, na dissertação ora apresentada, considero a pluralidade dos movimentos feministas, apesar de em alguns momentos no texto, referir-me ao feminismo no singular²⁴.

A pesquisa não se propõe a apresentar um manual de autocuidado ou a validar (ou não) experiências que estão sendo desenvolvidas entre feministas no país. Mas a contribuir para o debate contemporâneo sobre o sentido político do autocuidado e do cuidado coletivo no feminismo e para o feminismo. Importa ressaltar também que as entrevistas foram realizadas entre setembro de 2019 e janeiro de 2020, ou seja, antes da chegada da pandemia da COVID-19 em território brasileiro. Entretanto o que observei com a crise sanitária é o acirramento da crise social, política e econômica que há muito atravessa a vida das mulheres brasileiras. Dado que impacta no fato de que muitas questões a respeito do autocuidado e do cuidado entre ativistas, novas reflexões, metodologias e experiências vem sendo desenvolvidas por ativistas brasileiras durante a pandemia, especialmente a partir de ferramentas virtuais, como forma de resistir a esse momento.

Assim como a organização da vida em si, nas esferas pessoais e laborais, a própria dinâmica de alguns coletivos feministas vem passando por constantes transformações. Se por um lado o advento da internet demonstra favorecer a conexão entre ativistas de diferentes

²⁴ Silva destaca que a pluralidade dos movimentos feministas brasileiros pode ser caracterizada como "baixo grau de centramento". No entanto, dada sua "capacidade de ação", a partir da "força de sua atuação conjunta com as diversas articulações dos movimentos de mulheres" (SILVA, 2016, p. 152), permiti-lhes liderar processos políticos e protagonizar ações de enfrentamento à vida digna às mulheres

locais em estágio de isolamento e quarentena, culminando em maior participação e minimização das diferenças e desigualdades, por outro lado, também pode acarretar sua acentuação, pois o acesso à internet não é um direito garantido em nosso país, tampouco a possibilidade de estar em casa, quiçá considerar as casas como locais seguros e sigilosos para participação em rodas desta temática.

Portanto os achados aqui não alcançam o impacto concreto da pandemia nos coletivos e nas vidas das entrevistadas, tampouco as reflexões que cada uma vem construindo durante a pandemia em torno desta pesquisa. Mas apontam para a necessidade de se repensar a atuação feminista a partir do autocuidado e do cuidado entre suas ativistas não só segue relevante, como se mostra ainda mais urgente.

Assim, esta dissertação traz reflexões baseadas na análise de argumentos das entrevistadas, somadas a reflexões produzidas e publicadas por diversas ativistas sobre os desafios para as vidas das mulheres e ativistas diante da crise de cuidados visibilizada pela pandemia da COVID-19, bem como aos conhecimentos empíricos sobre a diversidade de processos virtuais de autocuidado e cuidado entre ativistas engendrados de norte a sul do país neste momento.

A dissertação está organizada da seguinte forma:

No capítulo 1, apresento considerações enquanto pesquisadora imbricada em seu objeto de estudo e outras questões que atravessaram o caminho percorrido. Em seguida, descrevo as escolhas epistemológicas e metodológicas empregadas para o processo de coleta e de análise dos dados do campo empírico estudado.

No capítulo 2, apresento elementos que se consolidam como base do paradigma do autocuidado e cuidado entre ativistas. Em particular, as contribuições do CFEMEA, tanto em âmbito de suas produções teóricas, quanto em relação à sua participação enquanto organização entrevistada nessa pesquisa, em diálogo com o histórico de surgimento das primeiras organizações feministas no país.

No capítulo 3, discuto os principais tensionamentos ao feminismo brasileiro apontados pela revisão bibliográfica, em especial pelas contribuições de teóricas e ativistas negras e seu impacto na agenda política feminista contemporânea. E aqueles constatados durante o desenvolvimento do trabalho de campo, a partir de relatos pessoais de como, em certa medida, as ativistas entrevistadas sofreram e/ou perceberam situações de desrespeito, opressão e de falta de cuidado no interior de grupos, movimentos e organizações

feministas. Assim, identifico as teias que conduzem à necessidade de uma perspectiva política sobre cuidado e feminismo.

No capítulo 4, apresento elementos que compõem a dimensão política do (auto) cuidado feminista, discutindo os principais conceitos e sentidos atribuídos às diversas experiências desenvolvidas e investigadas durante o trabalho de campo.

Nas considerações finais, retomo os principais achados da pesquisa em relação aos objetivos indicados, considerando caminhos possíveis a uma práxis feminista que propõe alterações nos entendimentos sobre cuidado e saúde para preservação das vidas das ativistas brasileiras e para a sustentabilidade de suas ações políticas, especialmente a partir do acirramento das desigualdades em decorrência da crise política de cuidados em tempos pandêmicos.



Capa do *Mini-manual de autocuidado para mulheres na linha de frente*: lembretes ilustrados de amor e resistência. Ilustração por Priscila Barbosa, @priiii_barbosa, 2018.

Capítulo 1 - Caminhos metodológicos

*Estou atrás
do despojamento mais inteiro
da simplicidade mais erma
da palavra mais recém-nascida
do inteiro mais despojado
do ermo mais simples
do nascimento a mais da palavra*
(Ana Cristina César, 28.5.69 [1985] [2013])

1.1 O afeto move

As reflexões que incentivam esta proposta de pesquisa tiveram início em 2015, quando comecei a participar da Roda Lobeira de Autocuidado e Cuidado entre Ativistas desenvolvida no Distrito Federal pelo CFEMEA a partir de um primeiro ciclo em parceria com o Instituto Arcana. Naquele ano também comecei a participar dos Encontros de Imersão para o Autocuidado, o Cuidado entre ativistas e a Formação em TRE (Técnica de Redução de Estresse e Alívio de Tensões) promovidos pelo CFEMA no centro-oeste.

Em 2016 e 2017, esses encontros reflexivos e formativos seguiram no Nordeste e no Norte do país, e minha participação continuada fortaleceu o desejo de aprofundar o estudo sobre o potencial político transformador que essas metodologias aportam aos feminismos hoje. Em 2018, o CFEMEA promoveu os Diálogos Virtuais para o Autocuidado e o Cuidado entre Ativistas e o Primeiro Encontro de Autocuidado e Cuidado entre Ativistas no qual participei da organização. Toda essa imersão possibilitou o contato com algumas das mulheres entrevistadas na pesquisa²⁵.

A experiência de atuação em saúde com pessoas em situações de violência doméstica, familiar e sexual - em maioria, mulheres e crianças - enquanto assistente social de um hospital público do DF, a partir de 2016, se somaram às reflexões sobre a necessidade de se repensar os sentidos de saúde integral, a importância do autocuidado e a urgência do fortalecimento do cuidado entre mulheres.

Em 2018, ingressei no curso de mestrado acadêmico em sociologia. A escolha pela

²⁵ Mais informações sobre as rodas e os encontros fomentados pelo CFEMEA sobre autocuidado e cuidado entre ativistas serão descritos no capítulo 02 dessa dissertação.

área de conhecimento relaciona-se com o objetivo desta pesquisa em analisar as práticas de autocuidado e cuidado entre mulheres ativistas, enquanto ação de saúde transformadora em suas vidas, mas que ocorrem no seio de coletivos e organizações feministas, ou seja, seu caráter político e relacionado à *práxis* feminista e à auto-organização dos movimentos de mulheres. Pareceu-me consistente embarcar nas análises sociológicas sobre movimentos sociais e movimentos feministas. Mas esse caminho foi marcado por desafios, entre eles: construir uma escrita científica que fosse condizente com minha forma de pensar, de sentir e de atuar nesse mundo.

Entretanto, os anos do curso foram atravessados por muitas outras questões em nível pessoal e coletivos. Em 2018, o cruel assassinato de Marielle Franco e Wanderson Silva, até hoje sem resposta. E, no Instituto de Ciências Sociais da UnB, o suicídio de Elly, estudante e feminista do Coletivo Afetadas (SOL/UnB)²⁶. Momento no qual, em meio a dor, pude realizar uma roda de autocuidado e cuidado entre suas companheiras realizada no Centro de Convivência das Mulheres (CCM/UnB).

A sociedade brasileira enfrentou um processo eleitoral que culminou na eleição do atual governo alinhado ao grande capital, ao militarismo e aos fundamentalismos religiosos, declaradamente racista, machista, sexista e lgbtfóbico, que representa graves retrocessos em áreas fundamentais como saúde, educação, assistência social, trabalho e cultura. Assim, em 2019, o sentimento de desesperança coletiva entre aquelas e aqueles que lutam por direitos sociais e humanos cresceu e devastou muitas pessoas. Nesse ano também acompanhei o falecimento do meu avô materno, sendo esse o primeiro de tantos lutos que atravessaram a escrita dessa dissertação.

Considerando todo esse contexto, seguir nas movimentações pelo autocuidado e cuidado entre ativistas foi algo que me inspirou a continuar a pesquisa, apesar de representar um impasse e sobrecarga de trabalho em relação ao uso do tempo de uma jovem acadêmica, ativista e servidora pública.

Ainda em 2019, estive envolvida com outra atividade que muito dialoga com o tema discutido. Participei de uma oficina para a Segurança e o Autocuidado para Ativistas LGBTI+ na América Latina realizada pela Akahata²⁷, e posteriormente atuei como

²⁶ A nota *Por Elly, Por nós e Pelas outras* foi lançada em pelo Coletivo Afetadas/SOL/UnB, o Grupo Femivida/UnB, o Laboratório GENPOSS/SER/UnB e o NEPeM/CEAM/UnB (2018)

²⁷ Akahata - Equipe de Trabalho em Sexualidades e Gêneros, uma organização lationamericana de direitos humanos com sede na Argentina que desde 2015 vem promovendo espaços de vivência e reflexão sobre o segurança e cuidado de ativistas LGBT no continente.

facilitadora de outras duas oficinas da Akahata no Brasil²⁸. Para além dos muitos ensinamentos, essa experiência possibilitou o contato com uma ativista que posteriormente foi entrevistada, somando-se ao campo empírico da pesquisa.

Essa dissertação deveria ter sido defendida em maio de 2020. A pós em si já traz muitas questões, e podemos dizer que entre tantos desafios eu seguia um fluxo de estudo relativamente persistente, com conclusão do trabalho de campo e transcrição das entrevistas em janeiro de 2020, para então focar na escrita final. Mas não era possível imaginar uma pandemia naquele ano, causando acirramento das velhas desigualdades, além de muitas despedidas.

Além de lidar com o falecimento de mais pessoas próximas e queridas, minhas condições laborais não me permitiram “ficar em casa” durante a quarentena. Pelo contrário, o hospital público em que trabalho se converteu em referência para o Plano de Contingência da COVID-19 no DF, o que exigiu muito tempo de estudo, criação de novas estratégias de atendimento e de manejo dos inúmeros desgastes de saúde física e mental que enfrentamos, eu, servidores e servidoras e usuários e usuárias do SUS.

Diversos foram os desafios para seguir as atividades de acompanhamento psicossocial nos dois CEPAV - Centros de Especialidades para Atenção às Pessoas em Situação de Violência Sexual, Familiar e Doméstica em que trabalho. Atividade que se tornou ainda mais intensa considerando o agravamento da violência doméstica e familiar em tempos de quarentena e isolamento social. E acolher e aportar processos de adoecimento, de luto e de promoção de saúde no cenário pandêmico tornou-se parte de minha rotina profissional e pessoal, um grande desafio durante a construção persistente dessa dissertação. Além do fato de que entre dezembro de 2020 e agosto de 2021 atuei como Chefe do NUPAV - Núcleo de Prevenção e Assistência a Situações de Violência da Região Central de Saúde responsável pela coordenação dos cinco CEPAV do território. Núcleo no qual sigo como chefe substituta.

Portanto, durante os complexos anos de 2020 e 2021, foi fundamental seguir participando da Roda Lobeira de Autocuidado e Cuidado entre Ativistas, ainda que virtualmente. E ter participado do primeiro ciclo dos Encontros Virtuais e Formação para o Autocuidado e Cuidado entre Ativistas realizados pelo CFEMEA em 2020.

²⁸ As oficinas acontecerem respetivamente em Lima/Peru, Recife/PE e Brasília/DF (AKAHATA, 2019).

Foi igualmente especial a oportunidade de facilitar dois encontros virtuais para o Autocuidado Feminista e a Proteção Coletiva entre ativistas LGBTI+ que participaram das oficinas presenciais da Akahatá no ano anterior (AKAHATA, 2020a; 2020b). Estes foram espaços de compartilhamento de dores e angústias, mas também de estratégias de resiliência e de metodologias de autocuidado e cuidado entre ativistas que fortalecem a todas nós diante de um cenário tão nefasto.

Muitos foram os desafios em realizar uma pesquisa enquanto imbricada pessoal e politicamente em seu objeto de estudo, numa relação sujeito-pesquisadora, "sendo eu mesma parte do que quero conhecer" (SILVA, 2016, p. 10). Muitos foram os momentos em que me vi afetada²⁹ pelas histórias compartilhadas pelas entrevistas realizadas com ativistas de diferentes cantos do país. Resisti ao ímpeto de realizar uma cartografia, em detrimento da análise discursiva previamente planejada. Daí, a necessidade de cuidar das minhas convicções *a priori* sobre o tema, e de um esforço sistemático de auto-observação durante o campo para análise e escrita científica ética e adequada ao campo epistemológico e empírico estudado.

As entrevistas foram regadas a café, chá, bolo e pão de queijo. Tiveram gato, cachorro, tabaco e flores. Conversa em banco, embaixo de árvore, no sofá e na mesa da cozinha. Tiveram risos e choros e muito abraço, enquanto o isolamento social era algo impensável. Tiveram muita sensibilidade e afetação ligando todo o trabalho.

A redação deste trabalho passou por um período de paralisia durante a pandemia. Luto, tristezas, confusão mental e estrutural me atravessaram sobremaneira. Como superação, fui inspirada pela responsabilidade depositada em mim por tantas companheiras, não só as entrevistadas, mas todas aquelas que acompanharam esse meu fazer. O entusiasmo delas, vez ou outra, se traduziu em ansiedade e novamente em paralisia em mim. Mas em sua grande maioria, foi o que me motivou a seguir. "Vai! Vai com medo mesmo, mas vai"³⁰, me falavam entre rodas e outros encontros. E a orientação durante todo esse processo foi

²⁹ A antropóloga Jeanne Favret-Saada ([1991] 2005) discorreu sobre "aceitar 'participar' e ser afetada", "fazendo da 'participação' um instrumento de conhecimento" (ib.: 157), pela experiência de campo em seus estudos sobre feitiços e desenfeitiçamentos no Bocage francês, demonstrando como "aceitar ocupar esse lugar e ser afetada por ele abre uma comunicação específica" (ib.: 159) com o objeto de estudo. Nesse processo, aquilo que é afetado é resultado da modificação pelo campo, bem como o processo de análise seguirá um tempo próprio, maleável, posterior.

³⁰ Em referência à frase de Margarida Maria Alves, trabalhadora rural paraibana, que inspirou a Marcha das Margaridas por sua luta pelos direitos trabalhistas no campo: "Medo nós temos, mas não usamos!".

essencial. Aprendi que eu só poderia escrever como uma socióloga a partir de muito estudo, mas associado à interdisciplinariedade de saberes, ações, desejos e afetos que me compõem. Portanto, o texto que se apresenta é resultado desse caminho complexo, encruzilhado, desafiador. É a expressão do meu direito a reflexão e escrita, sem a pretensão de definir certezas. Mas também, de uma luta coletiva sobre viver e viver bem e cada vez melhor. Exponho-me, com ânimo e rebeldia, e com as certezas de que o pessoal é político e a saída é coletiva e afetuosa.

1.2 Percurso e procedimentos metodológicos

Elucidadas essas considerações iniciais, que localizam meus saberes à respeito do tema (HARAWAY, 1995) e meus afetos mobilizados antes e durante essa pesquisa, faço agora uma explanação das escolhas metodológicas empregadas. Esta pesquisa segue uma abordagem qualitativa (MINAYO, 1993; FLICK, 2004; CRESWELL, 2010), a qual se justifica pela pretensão em colaborar com a redução das lacunas existentes a nível acadêmico sobre as concepções de autocuidado e cuidado entre mulheres ativistas, fenômeno ainda pouco estudado à luz do saber científico. Como afirma Minayo,

É no campo da subjetividade e do simbolismo que se afirma a abordagem qualitativa (...). [Ela] realiza uma aproximação fundamental e de intimidade entre sujeito e objeto, uma vez que ambos são da mesma natureza: ela se volve a empatia aos motivos, às intenções, aos projetos dos atores, a partir dos quais as ações, as estruturas e as relações se tornam significativas (MINAYO, 1994: 244. Grifo meu.).

Deste modo, a pesquisa foi realizada a partir de revisão de literatura composta por livros e artigos acadêmicos, bem como entrevistas, notas informativas de movimentos sociais, vídeos e letras de música, alinhada à perspectiva epistemológica movimentalista feminista brasileira. Como resultados desse processo, apresento uma Lista de sites para consulta ao final do trabalho (ANEXO I).

Também foram realizadas entrevistas semiestruturadas com utilização de roteiro guia (COMBESSIE, 2004; VELASCO; DÍAS DE RODA, 1997; BAUER; GASKELL, 2002). Boni e Quaresma (2005) ressaltam vantagens na técnica de entrevista semiestruturada para a captação de dados subjetivos, como a elasticidade na duração das entrevistas e a possibilidade da enunciação de respostas espontâneas, considerando a interação entre pesquisadora e entrevistadas. A composição do campo empírico foi dividida em quatro

conjuntos de entrevistas, realizadas a partir de quatro roteiros semi-estruturados, das quais algumas foram nominalmente identificadas, enquanto outras tiveram suas identidades preservadas para garantia de sigilo às delicadas informações prestadas.

Os roteiros seguem uma estrutura semelhante quanto à: I) Perfil das entrevistadas e II) Trajetória pessoal no feminismo - sentidos atribuídos ao feminismo, ao ativismo feminista, à política feminista e grupos/coletivos/organização feministas que fez e/ou faz parte. Entretanto, na parte III, há perguntas exploratórias que se distinguem quanto a: A - Produção de material e facilitação de ações de autocuidado e cuidado entre ativistas para outros grupos/coletivos/organização; B - Vivências de experiências que possam ter provocado sentimento de descuido/ opressão/ violência no interior de movimentos feministas; C - Construção de ações de autocuidado e cuidado coletivo no interior do seu grupo/coletivo/organização; e D - Outras formas de ativismo feminista sobre autocuidado.

A organização em quatro conjuntos de entrevistas, portanto, refere-se a esses diferentes aspectos. Ressalto que as entrevistas não foram realizadas na ordem em que serão apresentadas e discutidas. O texto foi elaborado de modo a criar uma linha de pensamento reflexiva de continuidade a respeito dos temas e discursos tratados.

A primeira entrevista (analisada no capítulo 2) refere-se à Guacira César de Oliveira do CFEMEA/DF pela importância dessa pensadora e ativista e, por conseguinte, dessa organização na produção e difusão de material específico sobre o tema e na construção de espaços reflexivos entre outros grupos/coletivos/organizações do país nos últimos anos (Roteiro de Entrevista A - Anexo IV). A revelação de sua identidade foi autorizada mediante assinatura de Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (ANEXO II).

O capítulo 3 contém análise de experiências de descuidos e tensões no seio de articulações feministas. A seleção das entrevistadas foi realizada a partir de um email consulta disparado pela orientadora da pesquisa para mulheres ativistas questionando se havia identificação com a proposta e possibilidade de participação, ou se poderiam indicar possíveis participantes. Cinco ativistas, cujas identidades pessoais foram mantidas em sigilo, foram entrevistadas a partir de Roteiro de Entrevista B (Anexo V). Nesse roteiro também constam perguntas a respeito do conhecimento sobre o tema do autocuidado e o cuidado coletivo articulado ao feminismo, mas em um caráter exploratório para ampliar o escopo de sentidos distintos atribuídos ao tema.

Para compor o último conjunto de análise, foram convidadas mulheres ativistas que,

identificadas com os ideais de luta feminista para transformação das vidas das mulheres, protagonizam ações de autocuidado e cuidado entre os grupos/coletivos/organização feministas que fazem parte. A seleção inicial partiu do meu conhecimento prévio advindo da participação em encontros e rodas regionais e nacionais sobre a temática. Ao longo do percurso metodológico outros coletivos foram incorporados. Oito coletivos feministas do norte, nordeste, centro-oeste e sudeste foram convidados, quatro responderam ao convite e foram entrevistados (Roteiro de Entrevista C - Anexo VI). As ativistas entrevistadas nesta seção fazem parte da Rede de Mulheres Negras/PE, SOS Corpo/AMB/PE, Coletivo de Autocuidado/AMB/PB e Mulheres Canábicas/DF, contemplando portado nordeste e centro-oeste do país.

Tanto no Roteiro de Entrevista A como C, buscou-se conhecer como o autocuidado e o cuidado entre ativistas está sendo/é incorporado dentro dos grupos/coletivos/organizações pesquisados e quais experiências estão sendo/são vivenciadas/compartilhadas/desenvolvidas por cada uma. Com o intuito de compreender quais os princípios norteadores dessas experiências, as entrevistadas foram convidadas a refletir sobre a importância que o autocuidado e o cuidado entre mulheres ocupa em seus diversos ativismos. E se contribuem para o processamento de conflitos, para fortalecer laços de solidariedade e de reciprocidade entre as ativistas, para fortalecer os vínculos de pertencimento aos grupos/coletivos e para enfrentar os ataques e violações de direitos. Nesse sentido, foram questionadas sobre o caráter político dessas experiências. E finalmente, sobre os principais desafios enfrentados para a incorporação dessa temática em seus diversos contextos de atuação.

A última entrevistada a ser identificada nominalmente nesta pesquisa é a artista feminista Priscila Barbosa, em relação ao quesito "outras formas de ativismo feminista sobre autocuidado". O Roteiro de Entrevista D (Anexo VII) buscou investigar as motivações para a elaboração de suas produções artísticas relacionadas ao tema do cuidado e do autocuidado, bem como compreender a articulação entre as linguagens artísticas e teóricas para o cuidado entre e pelas mulheres.

Apesar de seguir mesma linha de coleta de dados a partir de roteiro semi-estruturado, à entrevista de Priscila não foram aplicadas as ferramentas analíticas apresentadas a seguir. Suas reflexões e práxis são de outra natureza, de outra linguagem que é a da subjetividade artística. Portanto as contribuições de Priscila ao tema serão apresentadas neste trabalho

como epígrafes atravessando o trabalho como um todo, pois que o cuidado e o autocuidado também implicam em subjetividades, as quais também são constituídas por processos políticos.

O contato com as participantes foi realizado por email, através de carta convite, apresentando a pesquisa, seus objetivos e os parâmetros para a realização das entrevistas. Por dificuldades em localizar os grupos, e posteriormente, as pessoas que seriam entrevistadas na pesquisa, associada a disponibilidade destas em participar, foi necessária a extensão do trabalho de campo. O tempo das participantes disponível às entrevistas também foi desafiador durante o trabalho de campo. No período previamente planejado, entre os meses de setembro e outubro de 2019, realizei 8 entrevistas presenciais nas cidades de São Paulo/SP, Recife/PE, João Pessoa/PB, Rio de Janeiro/RJ e Brasília/DF. No entanto, apenas em janeiro de 2020 foi possível realizar as últimas três entrevistas, uma presencialmente e duas por vídeoconferência³¹.

Foram realizadas, no total, 11 entrevistas, mediante assinatura de Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (ANEXOS I e II). Para o registro dos dados obtidos, as entrevistas foram gravadas e posteriormente transcritas. Os cuidados éticos pertinentes aos dados confiados à pesquisa foram observados desde a coleta à análise e partilha desta pesquisa (Brasil, 1996).

1.3 Ferramentas de análise

Para o conhecimento do campo empírico da pesquisa, foi utilizada a análise de discurso. Segundo Nogueira (2001) e Coutinho (2006), a teoria do discurso é considerada uma alternativa às perspectivas metodológicas tradicionais, pois envolve definição e interpretação de problemas epistemológicos. Por isso vem em ascensão, sendo utilizada pelas áreas da psicologia, psicanálise, teoria literária, teoria política, história, filosofia, ciências sociais, e, em especial, dos estudos de gênero.

A associação entre os estudos de gênero e feministas a metodologias alternativas e, em grande medida, qualitativas, como destaca Coutinho (2006), deve-se ao fato de sua relevância do ponto de vista social. Esse fato, muitas vezes, envolve tanto emoções,

³¹ Para essas entrevistas, foi utilizado o Jitsi Meet, um aplicativo de vídeoconferência seguro, criptografado e de código aberto, alinhado às preocupações com cuidados digitais no meio ativista. Para a análise, apenas os áudios foram gravados, não constando registros de imagens em vídeo.

sentimentos, como atividades e eventos que foram experienciados pelas participantes da pesquisa, denotando, por sua vez, a importância da oralidade no que diz respeito à dimensão interpretativa na sistematização e análise dos dados. A relevância da oralidade demonstrada por Coutinho alinha-se à metodologia da análise de discurso justamente pela centralidade com que ela figura.

Nogueira (2001) ressalta que a análise de discurso:

Constitui um conjunto de métodos e de teorias que pretendem investigar quer o uso quotidiano da linguagem quer a linguagem nos contextos sociais. A pesquisa do discurso oferece rotas para o estudo dos significados, uma forma de investigar o que está implícito e explícito nos diálogos que constituem a ação social, os padrões de significação e representação que constituem a cultura. Permite uma série de abordagens aos dados e, mais importante, um conjunto de teorizações a esses mesmos dados (NOGUEIRA, 2001: 22).

Na teoria do discurso, "a verdade é uma construção discursiva", na qual, segundo Pinto, "o discurso é uma tentativa de dar sentido ao real" em sua continuidade histórica (PINTO, 2006: 80). Para a autora, o enunciado de um discurso construído ou subjetificado pelos partícipes de uma pesquisa, já são capazes de provocar - *afetar* - a relação entre as pessoas, e, igualmente, capazes de mudar os rumos de uma história.

Nessa abordagem epistemológica, portanto, as perguntas, apesar de semi-estruturadas, foram tão abertas quanto o possível, buscando-se ampliar as possibilidades de apreensão de significados dos diferentes elementos que fazem parte das trajetórias pessoais de cada entrevistada no feminismo, da resignificação de experiências desconfortantes para algumas e de como outras estão atuando para modificar os contextos em que estão inseridas a partir da concepção política do autocuidado e do cuidado entre ativistas.

Como ponto de partida, me lanço na ideia de que cada trecho do material empírico comunica, produz ou atualiza sentidos importantes à análise. Esse conhecimento captado à primeira vista, no entanto, não pode ser generalizado ou tido como universal (NOGUEIRA, 2001). Relaciona-se com trajetórias relatadas e subjetificadas pelas entrevistadas. E, pelo viés interpretativo inerente à análise do discurso, relaciona-se também com a visão de mundo desta pesquisadora, assim como com o sistema de valores envolvidos. Deste modo, descarta-se uma síntese analítica neutra, tampouco espera-se que seja considerada como verdade absoluta.

Deste modo, o conjunto do material completo analisado na pesquisa não foi construído de forma independente do processo da pesquisa, pela simples gravação das entrevistas, como nos lembra Pinto (2006). E igualmente, Orlandi (1995), pois:

São vários os procedimentos de análise — como relação de paráfrases, observação dos diferentes enunciados de ocorrência, relação com diferentes discursos, etc. — , mas qualquer que seja o procedimento, o ponto de partida é sempre o mesmo na relação entre unidade e dispersão: o postulado de que o sentido sempre pode ser outro e, o sujeito, com suas intenções e objetificações (ORLANDI, 1995: 16).

O corpo discursivo foi construído a cada etapa. Foi refinado e transmutado desde o momento de realização da primeira vez, passando em seguida pela etapa de escolha do tipo e o processo de transcrição em si, e por diversas leituras do material transcrito que nortearam o campo textual a ser analisado discursivamente. Decidi por transcrever as entrevistas na íntegra, mesmo quando parecia que a conversação era conduzida para um assunto divergente do tema da pesquisa e de seus objetivos. Somam-se a esse material, os registros do diário de campo. Em dois momentos das entrevistas houve falhas no equipamento de gravação, e as notas do diário foram fundamentais para o resgate das informações não gravadas, inseridas como observações após cada transcrição, para fins de registro e possibilidade de análise.

Tanto no momento de transcrição quanto durante as leituras do material, foram observados e registrados padrões textuais, sem que houvesse entendimento de que significados teriam ou de que modo seriam explorados na pesquisa. Durante essas etapas, novamente me foi exigido um esforço de auto-observação sobre o modo como conduzi as entrevistas, em que momentos interrompi equivocadamente ou perdi o momento propício para realizar determinada pergunta. Portanto, em algumas entrevistas foi mais trabalhoso identificar pontes entre os diferentes caminhos da conversação e as questões relevantes à análise proposta. No material transcrito também foram feitas marcações indicando nexos de sentido entre diferentes conceitos e significados apresentados pelas participantes. E também às demais entrevistas. Essa etapa seguiu por diversas leituras a todas as entrevistas, até que uma categorização mais assertiva dos enunciados pudesse ser consolidada, conforme os objetivos propostos. Na análise dos textos, também assumiram importância as ausências. Um exemplo foi o fato da grande maioria das ativistas não citar preocupações com cuidados digitais enquanto incorporadas a uma perspectiva de cuidado no movimento.

Por todos esses fatores, a pesquisa segue uma das premissas da análise de discurso que é sua complexidade, "assim como a natureza dinâmica do mundo [*contexto*] social" em que se insere (NOGUEIRA, 2001. p. 17. Grifo meu). Portanto, como já explicitado, refleti sociologicamente sobre um projeto feminista de transformação social que se articule a uma perspectiva de autocuidado e cuidado entre ativistas, não para procurar respostas exatas à questão, mas para elucidar esse campo em debate, discutir conceitos e ampliar o arcabouço

teórico e político sobre o tema.

A análise de discurso realizada sobre esse complexo campo discursivo conduziu meu olhar para duas frentes de análise que serão apresentadas nas páginas que seguem e em diálogo com aportes do capítulo teórico. Primeiramente, discuto as principais tensões às lutas feministas na contemporaneidade correspondentes às diversas formas de opressão existentes "sobre as mulheres" e "entre as feministas". Aí entram em jogo relatos de conflitos, opressões, violências e descuidos, atrelados a dados da realidade brasileira. Em segunda análise, discuto os principais conceitos relacionados ao ato político característico da incorporação de estratégias de cuidado nas agendas feministas estudadas, considerando os sentidos atribuídos a esses conceitos e suas justificações, na direção de apontar caminhos possíveis aos estudos e práticas que propõem modificações coletivas sob uma perspectiva feminista.

Capítulo 2 - Autocuidado e cuidado entre ativistas - a experiência do CFEMEA

Giramos com a ciranda
Ciranda de cura
Ciranda de amor
Ciranda de luta
Circularidades, essa é nossa missão
Arte, Cuidado, Ativismo
Marchamos em ação
O mundo roda
Mulheres giram
Com força e amor
Mudamos nossas vidas
Girando, girando
Girando, girando
(Martinha do Coco, Ciranda de amor e luta
Perfume dela, 2018)³²

Este primeiro capítulo analítico parte da apresentação sobre o trabalho desenvolvido pelo CFEMEA, Centro de Estudos e Assessoria Feminista, nos últimos anos em relação à disseminação teórica e prática sobre o autocuidado e o cuidado entre ativistas brasileiras. O fio condutor deste capítulo é a análise da entrevista realizada com Guacira César de Oliveira, somada a registros empíricos de rodas virtuais de autocuidado e cuidado entre ativistas em que entrevistada e pesquisadora estiveram presentes em 2020, com devido consentimento da primeira.

A partir de entrevista realizada em sua casa em janeiro de 2020, Guacira compartilhou um pouco de sua trajetória pessoal e coletiva. Guacira é uma mulher branca com descendência ascendência negra e europeia. Cisgênera, heterossexual, no auge dos seus 60 anos. Nascida em São Paulo, onde viveu sua infância. A juventude foi vivenciada no Rio de Janeiro. Aos 17 anos mudou-se para Brasília, onde reside.

³² A ativista e artista Martinha do Coco recebeu do Ministério da Cultura o título de Mestra da Cultura Popular em 2013 e, em 2017, o prêmio de Mestra da Cultura Afro Brasileira pela Secretaria de Cultura do Distrito Federal (PORTAL GELEDÉS, 2017). A mestra é uma das integrantes da Roda de Autocuidado e Cuidado entre Ativistas do Paranoá -DF, que será detalhada adiante, experiência na qual concebeu a letra da canção “Ciranda de Amor e Luta”.

Em 1983, graduou-se em ciências sociais com dupla habilitação. Iniciou o ativismo organizado em setores de esquerda e, posteriormente, na luta feminista, tendo participado ativamente do processo da reforma constituinte. Em 1989, foi uma das fundadoras do CFEMEA, organização não governamental feminista e antirracista, de caráter público e sem fins lucrativos, a qual dirigiu até muito recentemente e segue como integrante. Compõe também a Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB)³³ e a Articulación Feminista Marcosul (AFM)³⁴.

A partir dos anos 2000, tornou-se mestra em gênero, desenvolvimento e cooperação internacional. Essa experiência de cooperação entre diferentes povos, articuladas aos debates dentro do CFEMEA, da AMB e da AFM fortaleceram suas ações no âmbito do feminismo latino-americano. Há aproximadamente 10 anos, iniciou formações em práticas terapêuticas e analíticas: Psicanálise; Terapia Comunitária Integrativa; TRE (Tension Release Exercises/Exercícios para a liberação das tensões) e Processo Terapêutico de Autoconhecimento.

Esses estudos foram fundamentais à sua compreensão sobre a importância do autoconhecimento e do cuidado entre ativistas no interior de organizações feministas.

Esses últimos 10 anos, foram muito de olhar mais para isso: olhar mais para a pessoa que está no ativismo, para as emoções que movem o ativismo, e que informam a razão pela qual a gente se coloca nas lutas. Então foi um olhar pro outro, mergulhar e estudar para entender melhor como juntar essas coisas, e o ativismo... Porque terapia há muito tempo é muito importante para mim. Autoconhecimento há muito tempo é muito importante para mim. Muito mais do que esse que eu dedico a estudar. Mas aí eu fui estudar porque queria juntar isso com ativismo né (Guacira).

Guacira atua também como terapeuta em Processo Terapêutico de Autoconhecimento individual e grupal. E refere o processo de meditação para o autoconhecimento e a autopercepção somados a aprendizados budistas como bases de sua espiritualidade e bases para as reflexões sobre cuidado e feminismo.

Essa trajetória de esforços reflexivos pessoais e coletivas culminou com a inauguração, em 2015, de um novo ciclo do CFEMEA orientado à sustentabilidade do ativismo. Esse novo ciclo da organização é marcado, sobretudo, pela ampliação de

³³ Grande articulação movimentalista brasileira, criada em 1994, que reúne feministas de norte a sul, majoritariamente organizadas em suas regiões em fóruns locais, estaduais e regionais (SILVA, 2016).

³⁴ Rede de Organizações Não Governamentais feministas do Cone Sul da América Latina: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Paraguai, Peru e Uruguai, criada em 2000, como campo político feminista a nível regional e global. Ver [AFM – Mujeres del Sur (mujeresdelsur-afm.org)].

perspectivas no interior da organização e em relação com coletivos, organizações e ativistas, a partir da incorporação do autocuidado e do cuidado entre ativistas, categoria nomeada por ela entre as reflexões e construções em curso pela organização, que, somadas ao estudo das publicações da organização, serão aqui apresentadas.

A análise ora apresentada, a que pese a relevância da atuação do CFEMEA na difusão sobre o autocuidado e o cuidado entre ativistas no Brasil, também foi elaborada a partir de revisão bibliográfica, com ênfase nas recentes elaborações feministas, em especial latinoamericanas, sobre a importância do cuidado no ativismo.

2.1 CFEMEA e os 30 anos de lutas feministas no Brasil³⁵

O CFEMEA tem centralidade nesta dissertação devido a seu protagonismo em relação ao autocuidado e cuidado entre ativistas brasileiras. A partir de 2015, o CFEMEA iniciou um ciclo de investimentos materiais e humanos para o desenvolvimento, disseminação de metodologias e experiências de autocuidado e cuidado entre mulheres ativistas que segue "a trilha aberta por Jane Barry e Jelena Djordjevic" (OLIVEIRA; DJORDJEVIC, 2015: 8) que vem contribuir com a transformação das práticas tradicionais dos movimentos sociais de mulheres.

Essa trilha faz referência à pesquisa pioneira sobre o tema, realizada por Barry e Djordjevic durante 9 anos de trabalho no Fundo de Ações Urgentes pelo Direitos Humanos das Mulheres. A partir das histórias de mais de 100 mulheres ativistas de 45 países dos 5 continentes, as autoras investigaram como as ativistas faziam para se manterem bem, seguras e com saúde física e emocional. Como mantinham seu bem-estar apesar dos inúmeros desgastes físicos e emocionais aos quais são expostas no exercício da atuação política feminista.

O resultado da pesquisa foi publicado em 2007 com o título *Qual sentido tem a revolução se não podemos dançar?*³⁶. No prólogo do livro, Jane Barry, responsável pelas

³⁵ Essa sessão faz referência ao livro *CFEMEA – 30 anos de lutas feministas*, publicado pela organização em 2019, ao qual contribuí com o texto "Rodas de re-existência feminista" (SIQUEIRA, 2019).

³⁶ Ao final do livro, as autoras relataram o processo que lhes inspiraram o título (BARRY; DJORDJEVIC, 2007: 134). Em complemento, destaca-se que "Esta frase, que dá título a um dos livros que inspiraram o desenvolvimento da estratégia de autocuidado na IM-Defensoras, é atribuída à anarquista Emma Goldman, que, diante da censura de um de seus companheiros pela dança 'inadequada', apontou: 'Se não se pode dançar, sua revolução não me interessa'. Com esta frase, reivindicamos o direito das defensoras ao gozo, prazer e usufruto de seu próprio corpo" (CÁRDENAS; MÉNDEZ. 2017: 2).

entrevistas analisadas, conta como foi complexa a tarefa de lidar com os dados coletados, sem que se perguntasse acerca da sustentabilidade de seus próprios ativismos; sobre que processos seriam necessários para a transformação e a sobrevivência de suas próprias militâncias. Ou seja, um livro que inova ao dar luz às dores ocasionadas pelo cotidiano da atuação feminista. E que deixa o caminho aberto para que se criem estratégias de lidar com essas questões, um caminho aberto sobre a necessidade de as ativistas cuidarem de si e entre si.

A publicação também apresenta uma ampla compilação da produção bibliográfica elaborada até aquele momento sobre os impactos das lutas sociais à saúde das defensoras de direitos humanos, bem como algumas estratégias coletivas desenvolvidas no cerne dos próprios grupos e organizações feministas. Dessa bibliografia, destaca-se o primeiro *Manual de Autocuidado e Autodefesa para Mulheres Ativistas* (BERNAL, 2006), cuja divulgação foi favorecida pela circulação do livro de Barry e Djordjevic em 2007.

Além de ter possibilitado maior acesso às reflexões sobre o tema, a leitura da obra conduz à compreensão sobre a importância do desenvolvimento de estratégias de atenção ao cuidado e à saúde de mulheres ativistas para continuidade de suas ações coletivas. O livro tornou-se fonte de inspiração para defensoras de direitos humanos no mundo, com grande influência nos feminismos latinoamericanos, região que vivencia há alguns anos inúmeros retrocessos no campo democrático de direitos.

Ademais, as iniciativas em curso do CFEMEA baseiam-se na *práxis* feminista, no resgate de elementos dos grupos de autorreflexão dos anos 1960 e da pedagogia feminista, na terapia comunitária, na arteterapia, no conceito de saúde integral, entre outras fontes comprometidas com a “despratriarcalização, desracialização, descolonização e transformação social” (CFEMEA, 2016: 5) e das subjetividades. Como foco em promover saúde, bem-estar e proteção às mulheres ativistas, aportam princípios éticos e políticos, como horizontalidade, solidariedade e reciprocidade. E se realizam a partir de metodologias que possibilitam a construção confiança e solidariedade entre as mulheres, do processamento de conflitos e de autoconhecimento e cuidado consigo mesma (OLIVEIRA; DJORDJEVIC, 2015; CFEMEA, 2016).

Muito antes desse momento, em 1989, surgia o CFEMEA, fruto do processo de redemocratização brasileira. Em entrevista, Guacira informou que o lema de criação da organização era “garantir os direitos das mulheres na lei e na vida”. Deste modo, como outras

organizações feministas no período, o CFEMEA atuava com incidência no legislativo, no executivo e na política pública em geral, e dentro do movimento de mulheres, a partir do entendimento dos movimentos como força política de pressão para a conquista e efetivação dos direitos sociais.

Desse modo, o CFEMEA passou a integrar o conjunto das mobilizações feministas surgidas no período de resistência pré-democrática e de redemocratização brasileira, que enfrentavam o histórico de 21 anos de ditadura no país, trabalhando com estratégias de conscientização, mobilização, produção e disseminação de textos e controle social, em estreita articulação com o Estado e suas agências.

O surgimento de organizações não-governamentais e sem fins lucrativos inauguraram o trabalho político-profissional das feministas que passaram a se reunir em torno de entidades ou centros feministas. Essas organizações tiveram papel fundamental na mobilização das mulheres, com incidência na redemocratização.

Ana Alice Costa em *O movimento feminista no Brasil: dinâmicas de uma intervenção política* (2005), afirma que, naquele momento, sob a égide de que “o pessoal é político” (HANISCH, 2006), as feministas brasileiras construía um movimento libertário e de resistência no qual discutiam autonomia, sexualidade, saúde e prazer, com críticas às opressões oriundas das relações de poder patriarcais e do controle ditatorial em curso, levando para o âmbito público, questões que antes eram tratadas a nível privado, doméstico³⁷. Chamavam atenção para o fato de que as relações íntimas estavam permeadas de relações de poder, e que isso também deveria ser objeto da política (SAFFIOTI, 1999). Entre as pautas centrais estavam a valorização do trabalho exercido por mulheres, o enfrentamento da violência sexual e doméstica, a descriminalização do aborto e o fim da ditadura, tendo incidido fortemente no processo de redemocratização brasileira.

Em sua dissertação, Verônica Ferreira (2006) demonstrou como, entre as décadas de 1970 e 1980, houve o surgimento de grupos feministas latinoamericanos e brasileiros de estudos, reflexão e ação sobre saúde, sexualidade e autoconhecimento, por sua vez inspirados nos grupos de autoconsciência ou autorreflexão norte-americanos surgidos nas

³⁷ Ressalta-se as contribuições da feminista americana Carol Hanisch ([1969] 2006), uma das primeiras a defender a politicidade em torno dos problemas das mulheres considerados “pessoais”. E a importância dos grupos de autorreflexão entre ativistas para debater essas questões.

décadas de 1960 e 1970³⁸. No Brasil, o SOS Corpo Grupo de Saúde da Mulher³⁹ e o Coletivo Feminista Sexualidade e Saúde⁴⁰, também destacados por Sardenberg (2004), realizavam oficinas baseadas na pedagogia feminista de trabalhos com mulheres para socialização e discussão das suas experiências individuais e coletivas. Mas também para a elaboração de estratégias coletivas de ações feministas com foco no autoconhecimento do corpo e no questionamento da medicina tradicional, até a criação de serviços próprios de saúde das mulheres (FERREIRA, 2006)⁴¹.

Outra organização criada no período foi o Coletivo de Mulheres Negras, em São Paulo, 1983. Segundo Sueli Carneiro (CARNEIRO, 2004), foi pioneiro em discutir a necessidade de ênfase na saúde das mulheres negras, questão considerada por suas ativistas como essencial à verdadeira transformação social almejada pelos feminismos. O Coletivo foi seguido pela criação do GELEDÉS - Instituto da Mulher Negra, fundado em 1988 (SILVA, 2016; SILVA, 2018).

A consolidação dessas organizações e formas de atuação política foi intensificada após a promulgação da Constituição Cidadã em 1988, compondo o momento político de luta dos movimentos sociais pela efetivação dos direitos democráticos conquistados, sendo esse o contexto de surgimento do CFEMEA⁴². Essas ações foram fundamentais para o estabelecimento da relação dos movimentos feministas e de mulheres com o Estado durante o processo de Reforma Constitucional e pós-democratização, a partir da organização de redes de *advocacy*⁴³, do feminismo institucionalizado em agências públicas e das atividades

³⁸ Caracterizados pela disseminação das ideias de apropriação dos corpos para a emancipação das vidas das mulheres a partir da criação de espaços exclusivos para o compartilhamento de experiências, com ênfase nos temas de sexualidade, saúde e violência, afirmando a máxima feminista de que o pessoal é político (SARDENBERG, 2004). Essas ideias têm influenciado a perspectiva do autocuidado e o cuidado entre ativistas enquanto prática orientada à sustentabilidade do ativismo feminista brasileiro.

³⁹ Criado em Pernambuco em 1981. Hoje, SOS Corpo - Instituto Feminista para a Democracia. Ver [SOS Corpo – Instituto Feminista para Democracia].

⁴⁰ Criado em São Paulo em 1985. Ver [Home - Coletivo Feminista (mulheres.org.br)].

⁴¹ Ver também SARDENBERG, 2004; SILVA, 2016.

⁴² Do período pós-constituente destacam-se as seguintes organizações, entidades e articulações feministas brasileiras: o CFEMEA - Centro de Estudos e Assessoria Feminista, criado em Brasília em 1989; a Cunha Coletivo Feminista, fundada na Paraíba e a REDEH - Rede de Desenvolvimento Humano no Rio de Janeiro, ambas criadas em 1990; a THEMIS - Gênero, Justiça e Direitos Humanos, criada em 1993 no Rio Grande do Sul; bem como a Rede Nacional Feminista de Saúde, Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos, conhecida como Rede Saúde organizada desde 1991; a Articulação de Mulheres Brasileiras - AMB, criada em 1994; e a AGENDE - Ações de Gênero, Cidadania e Desenvolvimento, criada em Brasília em 1998.

⁴³ Segundo Louis Enrico (2017), o termo tem origem no latim, *advocare*, que significa ajudar alguém. E no inglês, *to advocate*, que na tradução literal para o português significa advogar, com uma conotação mais jurídica. Por isso, no Brasil prefere-se o termo *advocacy* como sinônimo de defesa e de argumentação em favor de uma causa, ou seja, um processo de reivindicação de direitos que objetiva influir na formulação e implantação de políticas públicas às necessidades da população em questão.

feministas diretamente nos governos, como destacado por Patrícia Rangel (2012) em sua tese de doutorado em ciência política e Céli Pinto (2003) em *Uma história do feminismo no Brasil*.

Assim, durante a década de 1990, um conjunto de instrumentos de democracia participativa foram desenvolvidos, o que possibilitou a participação das mulheres ativistas nos espaços institucionais de incidência sobre o Estado, especialmente a organização em conselhos⁴⁴ e conferências de políticas públicas, tanto em âmbito nacional como internacional⁴⁵, e as organizações de mulheres no interior dos partidos políticos de esquerda e no movimento sindical.

Esse fator favoreceu a expansão da ação feminista nacional. Segundo Patrícia Rangel, "suas protagonistas tiveram sucesso em transitar por distintos espaços e influenciar decisões nos três poderes", por meio desse "novo patamar institucional de intermediação entre Estado e sociedade" tornando-se representantes da coletividade das mulheres e compondo-se como "um poder relevante na arena política" (RANGEL, 2012: 179), logrando avanços na legislação dos direitos das mulheres a partir de então.

Assim, essas organizações foram fundamentais para fortalecer a atuação na esfera pública, pressionando a política pública para a efetivação de direitos e para a ampliação dos direitos das mulheres brasileiras em geral, conforme Silva (2016). Muitas dessas articulações movimentistas criadas entre 1970 e 1990 atuavam em grupos de acolhimento e/ou serviços de assessoria a grupos de mulheres populares.

Entretanto, Pinto (2003) recorda que esse momento de expansão do feminismo via profissionalização do movimento, com a intensificação da institucionalização a partir da formação de centros e organizações, também é resultado de debates políticos sobre as diferenças entre as mulheres e no seio dos próprios ativismos, fruto do contexto político de redemocratização. Essas reflexões derivam justamente da participação de novas articulações dos movimentos de mulheres, como as mulheres rurais, as negras, as indígenas e as lésbicas.

⁴⁴ "Inicialmente, em 1982, com a formação do Conselho da Condição Feminina, no governo PMDB, em São Paulo, e, em 1985, com a criação do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), no Governo Federal sob a presidência de José Sarney" (SILVA, 2016: 87), com fortalecimento após a criação da Secretaria Nacional de Política para Mulheres, em 2003, pelo Governo do PT.

⁴⁵ Destaca-se a participação dos movimentos de mulheres e feministas brasileiros na Conferência Mundial Sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (ECO-92), no Rio de Janeiro em 1992. E a intensa preparação brasileira para participação na IV Conferência Mundial sobre a situação das mulheres da ONU realizada em Pequim em 1995. A primeira Conferência Nacional de Política para Mulheres no país se realizou anos depois, em 2004, durante o Governo Lula (PT) (SILVA, 2016).

Nesse contexto, como destaca Rita Segato (2002), a relação dos movimentos e das organizações com o Estado passa a ser o cenário propício de reconhecimento de novos grupos, identidades e representações políticas. No entanto, sendo o Estado a grande instituição promotora da esfera pública, e, ao mesmo tempo, uma instituição patriarcal⁴⁶, racista e classista; e estando as ONGs em relação direta com o Estado, e também com as agências internacionais financiadoras, elas certamente sofrem cisões e conflitos que foram e são estabelecidos a partir desse contato.

Desse modo, conforme Costa (2005), enquanto o pensamento feminista se generalizava entre a população, as brasileiras se deparavam com contradições, disputas e discriminações entre elas que as levaram a repensar as relações pré-estabelecidas com as grandes instituições, como Igreja, Estado e movimentos sociais.

Pode-se considerar então que entre esses anos, o feminismo se somou ao bojo das reflexões sobre a maneira de se conceber a cultura política e organizativa dos movimentos sociais, com maior ênfase no debate sobre autonomia das mulheres, porém em um contexto complexo de forte dependência Estatal e de capital financeiro que acirra desigualdades entre elas. E a diversidade entre as ativistas, cada vez mais visível e geradora de tensões, parece se tornar central às elaborações feministas contemporâneas, ou ao que vem sendo chamado, *o feminismo brasileiro atualizado*.

Diante dessa complexidade, Guacira relatou que tinha uma preocupação, vivenciada pelo CFEMEA ao longo dos anos, sobre as bases da organização:

Como é que a gente faz com que isso seja movimento feminista? E não um feminismo individual, apenas, uma postura... Como que a gente cria força política para os enfrentamentos que como feminismo nós temos de dar no mundo? Como é que cria uma estrutura? Claro, o movimento é uma puta estrutura, é uma estrutura organizativa para isso. Uma estrutura aberta. Não é uma ONG e tal. Mas o movimento sem alguma estrutura que lhe dê alguma âncora não vai, não dá, não se segura, não se sustenta. Os movimentos têm âncora. E o feminismo ao qual eu pertença têm âncora nas ONGs que apostam no movimento. Tem ONG que não aposta no movimento. Tem ONG que quer ser especialista, fazer pesquisa, fazer estudo, ser agência de notícia. Bacana, legal. A nossa praia, a do CFEMEA, era ser uma organização para fortalecer o movimento feminista. Uma organização do movimento feminista. A gente sempre se viu como movimento (Guacira).

Portanto, atuação do CFEMEA nestes 30 anos segue uma trajetória de fortalecimento dos movimentos de mulheres. E a organização se soma ao conjunto das demais organizações

⁴⁶ Para bell hooks (1984), o patriarcado é uma forma de nomear o sexismo institucionalizado. Assim alertavam as feministas radicais norte-americanas da década de 80, em críticas às instituições e a relação dos feminismos com as mesmas.

movimentalistas feministas brasileiras que vêm há mais de 30 anos expandindo o debate feminista no Brasil, incidindo na produção acadêmico-científica sobre as condições de vida das mulheres, colaborando com a formulação de políticas públicas e com a formação de novos grupos feministas no país⁴⁷. E ainda, foram e são essenciais a difusão das reflexões feministas brasileiras sobre as maneiras de se conceber a cultura política e organizativa dos movimentos sociais, com maior ênfase nos debates sobre autonomia e auto-organização, fortalecimento e proteção das mulheres e o reconhecimento e a valorização de seus distintos corpos e territórios, de suas vidas, essenciais às elaborações feministas contemporâneas.

2.2 O contexto é soberano⁴⁸ – resistir é preciso

O processo de inauguração desse novo ciclo de atuação do CFEMEA a partir de 2015 deve-se em grande medida às inquietações permanentes de Guacira (e da organização), articuladas a reflexões dos movimentos de mulheres dentro e fora do país: "Como é que nós agregamos as pessoas? Como seguiremos resistindo? Para mim esse continua sendo o grande desafio" (Guacira).

Data desse mesmo período histórico, uma conjuntura política de amplas mobilizações nacionais que envolveu o campo dos movimentos sociais brasileiros pela manutenção e garantia dos recentes direitos democráticos conquistados no país diante de uma intensa crise de representatividade política-institucional. Essa crise político-representativa - que se mantém até hoje - levou ao golpe de estado que destituiu a então presidenta Dilma Rousseff em 2016 (PRONER et alli., 2016). O vice-presidente Michel Temer assumiu o cargo em abril daquele ano, e se manteve no governo até as eleições de 2018 que instituiu Jair Bolsonaro, presidente⁴⁹.

⁴⁷ Considero a formação de novas entidades, organizações, coletivos, fóruns estaduais, grupos estudantis feministas, grupos feministas de incidência na internet - como a Universidade Livre Feminista, o Blogueiras Feministas (desde 2010) e o Blogueiras Negras (2013); e as marchas de mulheres e feministas - ao exemplo da Marcha das Margaridas (iniciada nos anos 2000), das Marchas das Vadias (desde 2011), das Marchas das Mulheres Negras (em caráter nacional em 2015, seguida de marchas nas diversas cidades e estados brasileiros desde então) e da Marcha de Mulheres Indígenas (2019 e 2021), bem como o crescimento da autoidentificação de mulheres ao feminismo e como feministas nas últimas décadas.

⁴⁸ A frase refere-se a um dos ensinamentos fundamentais do TRE - Exercícios para a liberação das tensões apreendido durante as formações para ativistas promovidos pelo CFEMEA nos últimos anos em parceria com a CENTRAR – Terapias Integrativas para a Promoção do Potencial Humano. Nas formações para ativistas brasileiras, o TRE foi rebatizado como Técnica de Redução de Estresse entre Mulheres.

⁴⁹ Essa crise de representatividade institucional atravessou os governos do PT (com duração de 2003 até 2016), especialmente durante os 2 mandatos finais. Sem desconsiderar os avanços do período, pode-se dizer que ela foi engendrada pela manutenção de políticas econômicas neoliberais e crescente conservadorismo político,

Se a partir dos anos 2000, constatou-se maior radicalidade dos movimentos feministas brasileiros em prol de uma luta por igualdade, direitos e justiça democrática, nos últimos anos, as mulheres ativistas brasileiras vêm protagonizando ações de denúncia, enfrentamento e mobilizações de rua contra os retrocessos e pela defesa do mínimo: garantia dos direitos já conquistados e luta por uma vida digna e segura para as mulheres e para o conjunto da população brasileira. Para ilustrar:

É muito duro o retrocesso que estamos vivendo sobre as nossas tão recentes conquistas democráticas, fragilmente instituídas e já fortemente abaladas. Controlam as nossas vidas, nossa fecundidade, nossos desejos, nossos corpos diversos. Reagem de forma violenta para nos tirar do lugar de cidadania e nos roubar o pequeno quinhão de autonomia que já alcançamos, mesmo que em condições tão desiguais. Estigmatizam as lutas feministas e antirracistas. Atacam nossos direitos sexuais e reprodutivos, mobilizam o ódio misógino e lesbo-trans-homofóbico. Reforçam a cultura do estupro, a criminalização do aborto, o feminicídio. Desmontam a seguridade social e a infraestrutura precária de cuidado que aí estava contida. Atacam as políticas afirmativas. Rejeitam a perspectiva de gênero. Recusam reconhecer desigualdades de gênero. Rejeitam o marco ético e político dos direitos humanos. Todos esses embates marcam também a crise política tecida pela trama conservadora que avançou a passos largos, engrenando negociações, urdindo acordos pelo poder e para a política antidireitos das mulheres (CFEMEA, 2016: 12).

Ao analisar politicamente a violência contra as mulheres nas sociedades latino-americanas, Rita Segato (2015), defende que esta não pode ser pensada “por fuera de las estructuras económicas capitalistas ‘de rapiña’, que necesitan de la falta de empatía entre las personas – de una pedagogía de la crueldad – para sostener su poder” (SEGATO, 2015: Sem paginação). O cenário atual dos Estados latinoamericanos, herdeiros do modelo colonial, para a autora, é de uma “conquista de poder”. E apesar dos avanços no campo dos direitos conquistados, eles não se mostram capazes de proteger as pessoas. Por isso, para ela, “o atacamos ese proyecto histórico del capital o no vamos a solucionar el problema de las mujeres” (Id.; ib).

Assim, que, como destacado por SILVA (2016), observou-se a relevância da

permeado por influências de fundamentalismos religiosos e de uma mídia corporativista, além de denúncias de corrupção na base governista, com diversos impactos na esperada melhoria das condições de vida da população. Importa destacar o desmonte da Secretaria Nacional de Política para Mulheres (SPM) e das Secretarias da Mulher dos Estados e Municípios, já durante os mandatos da Presidenta Dilma, especialmente quando, em 2015, a SPM deixou de ter *status* de ministério e foi incorporada ao então recém-criado Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos (MMIRDH), unindo-se às Secretarias de Política de Promoção da Igualdade Racial e de Direitos Humanos. A partir da gestão de Temer, o desmonte foi acirrado. O MMIRDH foi extinto, e suas funções foram atribuídas ao Ministério da Justiça, então denominado Ministério da Justiça e Cidadania. Com o Governo Bolsonaro, a SPM foi vinculada ao Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH), ao qual representa retrocesso em relação aos direitos e autonomia das mulheres e dos direitos humanos em geral, sob a égide de uma concepção moral e religiosa de família.

participação das mulheres em atos de resistência no Brasil nos últimos anos, dos quais a autora citou: as *jornadas de junho de 2013*, em especial no movimento *Copa pra quem?*, em denúncia às violações de direitos humanos nos preparativos para a Copa do Mundo de 2014, especialmente em relação aos grandes empreendimentos; seguida da luta por uma reforma no sistema político do país via Assembleia Constituinte exclusiva em 2014; os atos *Fora Cunha e Contra o PL 5069*, pela condenação de Cunha, a descriminalização do aborto e o arquivamento do referido projeto de lei, somando-se ao ciclo de protestos (TARROW, 2013) que foi popularizado como *Primavera Feminista* ou *Primavera das Mulheres*, também em razão da luta contra o golpe de estado que se realizaria em abril de 2016; bem como a onda de hashtags nas redes sociais, a exemplo das campanhas *#oprimeiroassédio*, *#meuamigosecreto*, *#seráqueéracismo?*, *#chegadefiuuiu* e *#oqueeuaprendicomofeminismo*⁵⁰.

A esses ciclos de protestos, somo a Marcha das Mulheres Negras, de caráter nacional, ocorrida em Brasília em 2015, e difundida para outros estados desde então. E a I Marcha de Mulheres Indígenas em 2019, fruto do Primeiro Encontro de Mulheres Indígenas no país. Importantes mobilizações que vieram politizar o feminismo brasileiro no sentido de que as opressões de raça/etnia e suas diversas implicações sejam tomadas como imperativo ético e político das lutas feministas para o enfrentamento do conservadorismo fundamentalista neoliberal, e a construção de justiça social e equidade para *todas as* mulheres brasileiras⁵¹. Soma-se também a sexta edição da Marcha das Margaridas, que ocorreu em 2019 em Brasília, na sequência da Marcha das Mulheres Indígenas, como o lema “Margaridas na luta por um Brasil com soberania popular, democracia, justiça, igualdade e livre de violência”⁵².

⁵⁰ Sobre a Primavera das Mulheres, ver também: GRILLO et. alli, 2015.

⁵¹ Essas mobilizações são fruto da história de lutas de mulheres indígenas e negras. Em 2002, diversas mulheres indígenas brasileiras se reuniram pela primeira vez, para discutir uma agenda de ações afirmativas para elas e suas comunidades no país, onde questões relacionadas aos cuidados com elas, suas culturas e seus povos foram descritos e propostos como reivindicação. Elas não se vinculavam a movimentos feministas à época, mas foi um importante marco para elas e sua relação com o Estado (SEGATO, 2003). Assim como as mulheres negras brasileiras, estiveram reunidas anos antes, em 1988, no Encontro Nacional de Mulheres Negras, em Valença, Rio de Janeiro, e em muitos outros espaços, denunciando a “falência do projeto civilizador levado à cabo pelo Estado brasileiro, que exclui significativa parcela da população brasileira” (FIGUEIREDO, 2018). Hoje, denunciam, sobretudo, a votação do Marco Temporal, em curso pelo STF, que defende que os povos indígenas só têm direito a reivindicar determinada terra caso estivessem ocupando-a no momento em que a Constituição Federal foi promulgada, em 1988. VER [MARCHA2015 (wixsite.com)] e [Marcha das Mulheres – ANMIGA].

⁵² No ano 2000, “20 mil mulheres, movidas pelo sonho de uma vida melhor, realizaram em Brasília a maior manifestação pública de trabalhadoras rurais de todos os tempos, reivindicando seus direitos por melhores condições de vida e expressando os problemas que as atingiam: a fome, a pobreza e a violência” (SILVA, 2014: 7). Ocorrida de quatro em quatro anos, a Marcha das Margaridas em 2019 contou com cerca de 100 mil manifestantes. VER [(20+) Marcha Das Margaridas | Facebook].

Acrescento ainda o *Fora Temer*, em repúdio ao governo ilegítimo de Michel Temer (de 2016 a 2018) e o enfrentamento ao Projeto de Emenda Constitucional 55/16 que foi aprovada pela Emenda Constitucional 95/16, congelando os gastos públicos por 20 anos. E o *Ele não* em 2018 em repúdio à eleição e continuidade do Governo Bolsonaro, culminando nas manifestações nacionais e greves gerais em maio e junho de 2019, contra o aumento do conservadorismo político brasileiro e, em especial, os cortes de recursos públicos para a educação e a Reforma da Previdência.

Ainda, somam-se as inúmeras mobilizações populares dos fatídicos anos de 2020 e 2021, em denúncia ao conservadorismo político e econômico, ao aumento e à intensificação das violências de gênero, do genocídio negro e do etnocídio, criminalização dos movimentos sociais, aumento da inflação, desemprego, crises de abastecimento de água e energia no país, queimadas predatórias⁵³, precarização e privatização do SUS, auxílio emergencial insuficiente e carência da assistência social como um todo, corrupção em torno da compra e distribuição de vacinas para prevenção da contaminação do novo coronavírus, difusão de tratamentos não científicos, entre tantos exemplos de brutalidade com que a política e a oligarquia brasileira têm respondido à sociedade em meio a pandemia da COVID-19. O que tem levado o país ao topo do ranking mundial pandêmico. De acordo com o Ministério da Saúde, em novembro de 2021 o Brasil registra um total de 21.888.439 infecções e 609.447 mortes relacionadas ao novo coronavírus desde o início da pandemia no país⁵⁴.

Em virtude da quarentena e do isolamento social, assim como as possibilidades de manutenção das condições de trabalho e das relações sociais enfrentam modificações estruturais, também os ativismos foram chamados a se reinventar nesse momento. Uma vez mais, respondem com criatividade e coragem, ocupando os espaços virtuais, os bairros e as ruas. Os primeiros painéis⁵⁵ de oposição às medidas socioeconômicas, políticas e de saúde ocorreram em março de 2020, em capitais brasileiras, após um pronunciamento do presidente minimizando a gravidade do contágio do novo corona vírus e o chamamento de uma marcha pedindo intervenção militar no país. Em maio, manifestantes saíram às ruas denunciando o fascismo e pedindo a destituição do governo em meio à pandemia, tendo como pautas também o antirracismo e a defesa do SUS e das/os profissionais de saúde. As manifestações

⁵³ Especialmente na Amazônia, Pantanal e Cerrado brasileiro.

⁵⁴ Dados do Ministério da Saúde, 07/11/2021.

⁵⁵ Estratégia de manifestação pelas janelas das casas e apartamentos, inicialmente utilizada por setores de direita na época do *impeachment* de Dilma Rousseff, incorporadas por setores de esquerda, feministas, antirracistas e antifascistas em 2020 devido ao estado de quarentena pela pandemia da COVID-19.

se intensificaram em junho e seguiram pelo segundo semestre de 2020, quando o Governo Federal começou a tratar o assunto das testagens de vacinas para coibir a contaminação por COVID-19 com demasiada irresponsabilidade. As manifestações seguiram em 2021.

Os movimentos de mulheres e feministas foram protagonistas quando no 8 de março de 2020, no princípio da pandemia no Brasil, realizaram marchas em diferentes cidades e seguiram mobilizadas pelas redes sociais, pelo *Ele não* e por *Justiça para Marielle*, militante e parlamentar do PSOL, há mais de dois anos de sua execução sem resposta. As manifestações seguiram o curso de denunciar o crescimento da violência de gênero e do racismo, e em resistência às medidas arbitrárias do governo e da sociedade como um todo à vida das mulheres durante a pandemia⁵⁶. No marco do 20 de novembro – Dia da Consciência Negra, e no 25 de novembro - Dia Internacional pela eliminação de toda forma de violência contra as mulheres, o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) realizou a *Jornada de Luta das Camponesas no Enfrentamento ao Racismo e à Violência Contra as Mulheres*, pautando os compromissos do movimento no combate a todas as formas de violência e opressão que estruturam o sistema capitalista, patriarcal e racista. E em 2021 as mulheres encamparam a luta “vacina no braço, comida no prato” unindo-se aos setores de esquerda no coro pela saída do presidente.

A relevância dessas mobilizações sociais, com grande protagonismo das mulheres, foi tanta que repercutiu nas eleições municipais ocorridas em novembro de 2020, quando, em caráter histórico, candidaturas LGBT, negras, indígenas, de mulheres, periféricas e camponesas foram eleitas para Câmaras de Vereadores e Prefeituras de diversos cantos do país⁵⁷. Também foi majoritária a não eleição dos e das candidatas apoiadas pelo Governo Bolsonaro.

E repercutiu também na II Marcha de Mulheres Indígenas ocorrida em setembro de 2021, com forte apoio de demais setores feministas. Com o lema “Pela vida das mulheres, NÓS POR NÓS, pelas crianças e anciãs, seguimos em marcha!”, e com o lançamento do

⁵⁶ Vide o caso da menina de dez anos, grávida após estupro de seu tio, e que sofreu perseguição na unidade de saúde em que realizaria o aborto legal (previsto em lei), tendo sido apoiada por setores feministas que garantiram a realização da interrupção gestacional em outro estado (GUIMARÃES, 2020). Em resposta à forte manifestação feminista ao caso, o Governo Federal aprovou a Portaria 2561, em setembro de 2020, que dificulta o acesso ao aborto legal ao impor normas para constringer mulheres e profissionais de saúde nos serviços públicos de saúde. E o julgamento do Caso Mari Ferrer, em novembro de 2020, que foi gravemente constringida pelo advogado de seu ofensor sexual em audiência virtual, sem interdição, demonstrando a persistência do sexismo, da misoginia e do moralismo presente no judiciário brasileiro (CUNHA, 2020).

⁵⁷ Com exceção do Distrito Federal e da ilha de Fernando de Noronha, considerada um distrito do Estado de Pernambuco, pois em ambos distritos não há eleições municipais.

Manifesto Reflorestarmentes: Reflorestar mentes de sonhos, afetos, soma, solidariedade, ancestralidade, coletividade e história⁵⁸, mais de 5 mil mulheres indígenas de 172 povos marcharam na capital brasileira na semana do 7 de setembro⁵⁹, contra o arbítrio do governo Bolsonaro, contra o Marco Temporal e pela demarcação das terras indígenas. Por um lado, observava-se o agravamento da crise sanitária. Por outro, intensifica-se a crise do governo, marcado por manifestações a favor das políticas de Estado, como greve de caminhoneiros, motociatas, etc., mas também por recuo do próprio presidente, que publicamente negou ofensas que teria proferido ao Supremo Tribunal Federal, complexificando ainda mais o cenário social e político brasileiro.

Diante dessa conjuntura política que incide negativamente sobre as condições de vida no país, sobretudo para as camadas empobrecida, as mulheres e, especialmente, os e as defensoras de direitos humanos, as mobilizações sociais têm valor indiscutível. Por outro lado, representam custos – físicos e emocionais – às ativistas.

Ana Maria H. Cárdenas e Nallely Méndez (2017) relatam como no contexto latinoamericano e caribenho, as defensoras de direitos humanos enfrentam:

o aumento do feminicídio, a diversificação das formas de violência na sociedade, o avanço das transnacionais na desapropriação de terras e de territórios, a precarização dos empregos ou o desemprego, a impunidade e a falta de justiça, bem como o autoritarismo que impera nos governos. A IM-Defensoras conseguiu visualizar que essas violações dos direitos humanos seriam mais agudas nos próximos anos e, com isso, os níveis de demanda para as defensoras que já atendiam a uma multiplicidade de necessidades que, em muitos casos, excediam nossas energias, gerando percepções e sentimentos de coragem, impotência, raiva, preocupação, medo, terror, desespero e solidão. Além do desconforto físico derivado dessas emoções e de nossa própria negligência para atender aos pedidos de ajuda demais pessoas (CÁRDENAS; MÉNDEZ, 2017: 1).

Essa reflexão vai de encontro ao reconhecimento dos inúmeros riscos físicos a que estão expostas as defensoras de direitos humanos nesses contextos, além do "*stress, burn out*"⁶⁰, explosões emocionais incontroláveis, depressão, ansiedade, enxaqueca" como alguns dos efeitos que a atuação política tem sobre as ativistas "e que muitas vezes as fazem desistir

⁵⁸ VER: [Marcha das Mulheres – ANMIGA] e [Reflorestarmentes - ANMIGA CONVOCA]

⁵⁹ A data, que marca a independência do Brasil a Portugal e o início da República, é tradicionalmente festejada por desfile militar na Esplanada dos Ministérios em Brasília-DF, com forte apelo cívico e moral - tradicional e conservador. Em 2020, apesar da gravidade da pandemia da COVID-19, o governo manteve o desfile, inclusive como uma forma de apregoar a falsa ideia de que o isolamento social não seria necessário para evitar o contágio do vírus. Em 2021 o desfile não aconteceu, mas a capital foi ocupada por setores militares e manifestantes a favor das políticas de estado em curso.

⁶⁰ *Burn out* pode ser traduzido como "se queimar", em referência à síndrome do esgotamento emocional que pode ocorrer em indivíduos que trabalham com pessoas. Sobre esses e outros agravos de saúde a defensoras de direitos humanos, ver também JOSCELYNE, et alli, 2015.

de seu importante trabalho" como afirmou Jessica Horn em entrevista à Associação para os Direitos das Mulheres no Desenvolvimento (AWID), em publicação de Verónica Vidal e Susan Tolmay (2015).

Percebe-se assim que a reorientação do CFEMEA iniciada em 2015, voltada à sustentabilidade do ativismo, resulta de processo reflexivo anterior de vislumbre desse contexto crítico, indicando a necessidade de transformação da atuação política:

Eu acho que tantos anos dentro do movimento de mulheres, tantas batalhas, eu fui sacando que tinha um limite. A política daquele jeito tinha um limite. Um limite que estava dentro do próprio movimento na sua capacidade de se expandir, de radicalizar sua experiência movimentista, organizativa. Eu sentia essa limitação dentro do movimento. Dentro da organização aonde eu estava, dentro desse movimento. Óbvio, não era uma coisa que estava resolvida no CFEMEA, ou estava resolvida na AMB. Não. Eu senti que nós estávamos precisando radicalizar aquela experiência. E que aquela radicalidade tinha a ver com a gente estar inteira dentro do processo. Mas não, essa cisão entre o pessoal e o político estava sempre muito colocada (Guacira).

Guacira traça um paralelo entre a política, incluindo a política feminista que vinham construindo a partir das organizações e em articulação com os movimentos de mulheres, e a estrutura patriarcal em que vivemos, na qual os movimentos de esquerda e o próprio feminismo também estão imersos, baseados nas tradicionais díades: razão *versus* emoção, mente *versus* corpo, pessoal *versus* político. O trecho abaixo explicita a necessidade de transformar o ativismo diante desse cenário de fragmentação que pode levar ao adoecimento e a paralisia das ativistas, e conseqüentemente, de suas lutas:

Nós estamos entrando na política muito recentemente, nós mulheres. Sei lá, há um século que nós mulheres entramos na política. Não é isso? E estamos lidando com esse negócio que eles inventaram há 5mil anos. Então não é uma invenção qualquer. Não é simples fazer de outra maneira. As instituições são todas patriarcais. Não estou dizendo que nós somos uma merda. E que o movimento feminista está fazendo política de macho. Não é isso. É um processo. E eu achava que parte desse processo precisava disso. Para mim, pessoalmente, já estava insuportável fazer política desse jeito. Eu não estava dando mais conta. Eu estava perdendo a vontade, a fé no sentido de "vai dar certo". Aí não dá, né. Eu sou daquelas pessoas que precisa do "sem tesão não há solução". Eu preciso acreditar, eu preciso vibrar com aquilo que eu estou fazendo para poder me envolver, me engajar (Guacira).

Em um mundo racista, capitalista e patriarcal, as mulheres vivem em meio a esses sistemas de poder, acirrados pelos avanços neoliberais, "projetados para nos tornar infelizes - estrategicamente projetados para apagar a felicidade, o bem-estar e a existência de certos grupos de pessoas" (VIDAL; TOLMAY, 2015. Sem paginação). E como afirmou Guacira,

“o individualismo é uma grande falácia que inventaram para nos deixar sós e fracas”⁶¹.

Ao mesmo tempo, esse modelo age intensamente sobre as pessoas por meio de sofisticadas ferramentas de propaganda, políticas e de mercado, de modo a pressioná-las a se responsabilizar pela sua sobrevivência e seu bem-estar, por sua própria felicidade - seu próprio cuidado. E desqualifica aquelas que não obtém êxito em produzir sua felicidade em contextos desiguais e excludentes, como fracassadas.

Até mesmo as reflexões no interior de organizações feministas sobre a mercantilização da saúde (FASSIN, 2005) e seus agravos, como o estresse e o burn out (JOSCELYNE, et alli, 2015; VIDAL; TOLMAY, 2015) foram cunhados em contextos empresariais, e parecem apontar para uma construção liberal e capacitista sobre a saúde e a doença, que existem quase que para atender ao sistema capitalista e mercantil destituídos do caráter de responsabilidade coletiva pelo cuidado das ativistas e entre elas, no sentido do direito de viverem suas vidas em plenitude e com qualidade para si mesmas e para fortalecer as lutas de transformação no mundo.

Por isso, a orientação seguida pelo CFEMEA nos últimos anos traz em sua base o autocuidado e o cuidado entre ativistas como possibilidade revolucionária de transformar os modos de atuação política, a partir do direcionamento de: "Criar espaço reflexivo, de reflexão feminista de que pessoal e político não se separam", pois, como afirmou Guacira, “nos espaços ativistas, movimentista, isso ainda está separado”. Esse parece ser um primeiro passo no sentido de reconhecer os riscos e os agravos à saúde das ativistas em consequência dos modos de atuação política e dos contextos de vulnerabilidades em que estão inseridas, reconhecendo que esse modelo tem um limite, e *cuidar* das pessoas que encampam as lutas por direitos no país é urgente para a sustentabilidade de seus ativismos.

2.3 Da politização do cuidado ao cuidado coletivo – novos paradigmas

A recente perspectiva feminista do autocuidado e do cuidado entre ativistas, o cerne da análise da dissertação ora apresentada, tem como fundamento central o cuidado. Categoria basilar da vida humana, e, em tempos pandêmicos, ainda mais urgente e necessário, o cuidado remonta desde às questões da filosofia clássica até os estudos modernos.

⁶¹ Fala da entrevistada durante os Encontros Virtuais e Formação para o Autocuidado e Cuidado entre ativistas em 2020.

Desenvolvidos principalmente pelas ciências sociais e pelas profissões da educação e da saúde, como a pedagogia, a enfermagem e o serviço social, o cuidado segue marcado pela forte presença das mulheres como suas responsáveis, o que conduz à prevalência de estudos feministas e de gênero sobre o tema.

Não há um consenso entre as e os pesquisadores do cuidado, sendo este um conceito em constante definição. Mas parto das elaborações feministas sobre a politização do cuidado, considerando-o como uma prática social direcionada para atender às necessidades humanas de sobrevivência, mas também emocionais e psicológicas, relacionando-se com a reprodução social humana, e por isso, inscrito na divisão sexual do trabalho (MARCONDES, 2013; TRONTO, 2007; 2019). Prática que, no mundo globalizado, mantém uma dinâmica de feminização, enquanto primazia das mulheres, de desvalorização, ainda que remunerada (YANNOULAS, 2011), e de racialização, advinda da centralidade do trabalho doméstico exercido pelas mulheres negras no país (WERNECK, 2009). A prática do cuidado em nossa sociedade está intrinsecamente relacionada ao empobrecimento das mulheres no país, e mais ainda, ao empobrecimento das mulheres negras e periféricas.

Assim, a realidade do trabalho reprodutivo do cuidado nas sociedades neoliberais representa um grande entrave a um projeto democrático de sociedade e à redução das desigualdades de gênero, raça e classe, à autonomia e à emancipação das mulheres preconizadas pelos feminismos. Ao contrário de promover a emancipação das mulheres, o cuidado nas sociedades globalizadas aparece como uma categoria de sustentação do patriarcado e de suas diversas formas de opressão. Enquanto lugar social e culturalmente atribuído às mulheres, ele as oprime e as subalterniza ainda mais.

A valorização do cuidado, da atenção dedicada ao outro e da solicitude como valor moral, coletivo, contribui para a superação de uma concepção dominante de ética da justiça, permeada por regras de convivência na sociedade individualista e capitalista. Porém, se tal valor, ligado à manutenção das relações sociais, vinculado “às mulheres”⁶², baseado nos conhecidos - e questionados - estereótipos de gênero, que reafirmam visão romantizada do cuidado, como consequência, reforça os padrões desiguais de gênero e mantém a subjugação das mulheres e das suas atividades.

Há toda uma construção coletiva de que o reconhecimento das mulheres, do valor das mulheres... as mulheres só têm valor quando se doam... quando nos

⁶² Aqui cabe o questionamento “quais mulheres?”, considerando uma categoria universal - essencialista - de mulheres, o que corrobora para a desigualdade entre esse grupo tão diverso, sobretudo entre mulheres brancas e negras. Tal argumento será explanado no capítulo 3.

entregamos, sem limites. De que estamos à serviço. As construções feministas contemporâneas vêm lembrar que eu valho, eu tenho direito, eu mereço a pausa, o descanso. Eu sei aonde dói em mim e para mim. Eu sei o que eu posso e não posso ou em que hora eu posso fazer tal e tal coisa. Essa é uma construção coletiva, mas depende da autotransformação das ativistas que compõem determinado movimento. Não é uma coisa ou outra. Nem uma coisa antes da outra. É uma via de mão dupla. Um processo. É toda uma complexidade que vamos experienciando. O cansaço é individual, mas também é coletivo. E as energias de transformação também são coletivas (Guacira)⁶³.

Vidal e Tolmay (2015) relatam como as ativistas em geral subestimam o estresse emocional e mental que a opressão e a injustiça causam em sua atuação movimentista e sobre suas vidas pessoais, frequentemente esquecendo-se como esse estresse é coletivo. E que, ao apoiar outras mulheres ou grupos em condições vulneráveis, esse peso também as afeta. E como, nesse contexto, os desafios para cada uma são enormes, pois “geramos, do nosso corpo, a energia que nos mantém no ativismo” (CFEMEA, 2016: 13). Portanto lidar com essa situação é urgente.

No contexto da exaustão e do adoecimento, marcada por uma ordem liberal - mercantil - sobre o processo de doença e de saúde, destacam-se as contribuições da antropologia política da saúde do antropólogo e médico Didier Fassin. Os estudos de autor colaboram para uma crítica dos processos de saúde na contemporaneidade, à medida que analisa políticas públicas e também ações humanitárias realizadas por instituições privadas diante de crises sanitárias.

Recuperando os conceitos foucaultianos de “biopolítica” e “biopoder” que imprimem governamentalidade sobre os corpos (FOUCAULT, [1975] 2002), Fassin (2005) problematiza a assistência em saúde destinada a populações vulneráveis em contexto de globalização, mostrando como a ordem capitalista se inscreve nos processos de doença a partir da interdependência mundial dos modelos de saúde. Em síntese, questiona como a ordem mundial incide sobre os corpos, sendo eles portadores de testemunho através da doença, no qual se inscreve uma narrativa individual e coletiva.

Portanto, ele é um dos defensores de uma politização da saúde, que considere os efeitos das condições socioeconômicas e culturais na saúde da população, e não apenas a origem biológica de determinadas doenças. Essa percepção faz-se relevante para compreender os processos de adoecimento das ativistas em organizações, nas quais as próprias nomeações sobre o adoecimento em si – como estresse, burn out e depressão – estão

⁶³ Fala da entrevistada durante os Encontros Virtuais e Formação para o Autocuidado e Cuidado entre ativistas em 2020).

inscritas em uma lógica empresarial que reduz uma compreensão total do sofrimento, na qual, quando garantido, o cuidado segue uma ordem estritamente biologizante e medicalizante para simples manutenção da força de trabalho.

Nesse sentido, compreender o cuidado em seu contexto amplo, considerando as condições de gênero, classe, raça e etnia, sexualidade, entre outras, em que se realiza, os recursos envolvidos, os vínculos que cria, os processos sociais com os quais se relaciona, os saberes a ele vinculados, e para quem se destina, permite considerar os valores liberais que são incentivados em nossa sociedade e como estes são engendrados dentro da lógica patriarcal, capitalista, racista e cisheteronormativa, o que conduz à reflexão política e socioantropológica sobre a saúde das ativistas na linha de frente. E aos questionamentos feministas contemporâneos, mobilizadores desta pesquisa: que cuidados são destinados às mulheres ativistas? Quem cuida das cuidadoras? Que cuidados são necessários à sustentabilidade dos movimentos feministas?

O cuidado não recíproco e o autocuidado se tornaram mercadoria, vendidas para quem pode pagar o preço e está disposta a consumir o que as clínicas de estética, salões de beleza, empresas de lazer e turismo, SPA's, as grandes empresas do ramo farmacêutico e médico-hospitalar, as terapias alternativas e convencionais vendem (OLIVEIRA; DJORDJEVIC, 2015: 16).

Esse modelo liberal que impõe o cuidado individual e como mercadoria também referenda algo que está sendo tratado na contemporaneidade como positividade tóxica. O conceito ainda em construção, discutido na internet em meio a imensa difusão de textos, posts, imagens e inúmeras propagandas midiáticas com conteúdo de autoajuda que impõem um modelo de positividade ou de atitudes otimistas que as pessoas devem adotar diante de situações difíceis, não importam quais, pois a própria atitude positiva tornará a vida mais saudável e potencialmente feliz⁶⁴. Lembro que a autora Rita Segato define a violência midiática, especialmente contra as mulheres, como "brazo ideológico de la estrategia de la crueldade" (SEGATO, 2015. Sem paginação).

Por trás dessa imposição de felicidade, há a negação do sofrimento. Também, uma negação dos determinantes de saúde, que, como já detalhado, são amplos e relacionam-se com desigualdades em nossa sociedade. Novamente, ocorre uma responsabilização individual pelo sofrimento e/ou adoecimento, em perspectiva liberal, capacitista e de

⁶⁴ O episódio "Positividade Tóxica" da série *Greg News*, lançado em 22/10/21, alerta para o perigo da exaltação da positividade na contemporaneidade. Nele, o protagonista afirma: "Nada mais cômodo para um sistema político que só entrega miséria e desigualdade que uma população que acha que reclamar da pobreza atrai mais pobreza".

privilégios que acirra as desigualdades e os processos de adoecimento.

Considera-se, portanto, o cuidado-mercadoria-privilégio como perverso à medida que impossibilita pensamentos e posicionamentos reflexivos sobre as desigualdades e as estruturas de injustiça. Desfoca a atuação política pela mudança das estruturas de opressão, propagando um cuidado de si individualista e autossuficiente, meritocrático, que separa ainda mais as pessoas em virtude do fortalecimento dos privilégios sociais. Como apontado, esse modelo liberal permeia contextos de feminismos institucionalizados, a partir de pressões determinadas pela relação com agências financiadoras e o Estado, e demais pressões coletivas, como a mídia – que também segue lógica mercadológica - e que acometem as ativistas em sociedades patriarcais, capitalistas, racistas e cisheteronormativas.

Assim, a politização da saúde corrobora com o novo paradigma sobre o cuidado coletivo, na defesa de uma abordagem holística integrada sobre a saúde, que compreende o cuidado físico, mental, emocional, psicológico e espiritual. Ou seja, considera as subjetividades em dimensão política em torno do adoecimento e da saúde, como uma contraposição aos valores liberais sobre o cuidado, a saúde e a vida em si.

Nesse contexto, os feminismos comprometidos com a verdadeira transformação no mundo assumem papel fundamental. É inegável que o feminismo vem provocando mudanças consideráveis no sentido da superação e da transformação das relações sociais de opressão em todo o mundo. Circunscritos no bojo dos movimentos sociais, isto é, a partir da compreensão do confronto político como estratégia para promover ações e operar mudanças nos sistemas de desigualdades, segundo formulações de Sidney Tarrow (2009), os movimentos de mulheres e feministas estiveram - e estão - à frente de diversas lutas contra as desigualdades e pela melhoria das condições de vida.

Na obra *Feminismos populares e lutas antissistêmicas*, Carmem Silva (2016) apresenta uma noção de feminismo enquanto:

(...) capacidade construída pelos movimentos de mulheres de desenvolver processos de lutas que contribuam com a desnaturalização do lugar instituído socialmente para as mulheres, lutas que desconstruam os ideais de feminilidade hegemônicos, que coloquem em cheque a divisão sexual do trabalho, que descolonizem os corpos e os modos de vida, ofereçam resistência cotidiana à violência e busquem construir uma nova subjetividade e uma nova visão de mundo, baseadas na autonomia das mulheres (SILVA, 2011: 110 apud SILVA, 2016: 26).

Como lembra Jessica Horn (VIDAL; TOMAY, 2015), o trabalho enquanto mulheres defensoras de direitos humanos comprometidas com a transformação social: “é criar

sociedades que sejam justas, onde as pessoas possam viver bem, saudáveis e equilibradas, e sejam capazes de conduzir suas vidas sem o medo da violência” (VIDAL; TOLMAY, 2015. Sem paginação). Tais Koshino (2018) complementa: “Lembre-se, precisamos estar vivas, saudáveis e bem para lutar por nossos direitos”.

O trabalho pioneiro do CFEMEA caminha nesse sentido de transformar o ativismo, visando a preservação das vidas das ativistas, e, conseqüentemente, cuidando para a sustentabilidade de seus ativismos. Guacira ressalta a importância do coletivo em uma sociedade marcada pelo capitalismo, competições e individualismo. E como o cuidado, que sempre esteve como primazia das mulheres, deve ser um lugar de potência das mulheres (CFEMEA, 2020).

"Autocuidado e cuidado entre ativistas é subversivo quando eu me cuido para cuidar melhor das outras e de nossos movimentos" (Guacira)⁶⁵.

2.4 Desafios à autotransformação coletiva

Com o intuito de aprofundar o entendimento sobre os esforços do CFEMEA para a fundação de um olhar e uma prática voltada para o autocuidado e o cuidado entre ativistas, ainda em processo, retorno ao histórico de transformações no interior da organização. E como ressaltou Guacira, “Eu acho que no CFEMEA, elas [*as fundadoras*] estavam num momento de sair, de se retirar daquele ativismo mais intenso que uma ONG exige (Entrevista A. Grifo meu)”. Ademais, como pontuou Guacira, a partir de 2010 o CFEMEA e tantas outras organizações feministas enfrentavam uma crise, que passava em grande medida por uma crise de financiamentos.

Rangel (2012) ressalta que, para o desenvolvimento de suas ações, além de recursos do Estado nos níveis federal, estadual e municipal – essas organizações contavam com cooperação de fundos internacionais. Essa financeirização e institucionalização dos feminismos crescente a partir da década de 1990 é alvo de críticas de feminismos autônomos, como salientado por Gurgel (2004). Pinto (2003) destaca que essa articulação implicou em limites aos movimentos e organizações, tendo em vista a necessidade de corresponder às agendas e critérios dos fundos internacionais para recebimento de recursos e

⁶⁵ Fala da entrevistada durante a Roda Lobeira de Autocuidado e Cuidado entre Ativistas em 2020.

institucionalização, que de certo modo engessam as possibilidades de representação e atuação dos movimentos. Essa dinâmica conflitiva de dependência das agências e seus recursos foi exposta no período relatado por Guacira.

As ONGs estavam diminuindo. A cooperação estava diminuindo para o Brasil e as ONGs feministas estavam sofrendo mais com isso. Eram mais frágeis e eram as primeiras a serem cortadas dos financiamentos. Ficou aquela coisa que tinha recurso para as grandes ONGs, que eram recursos grandes, que precisava ter uma organização para administrar esses recursos, que tivesse uma história de administrar esses recursos. E as organizações pequenas foram sendo abandonadas, porque várias fundações saíram do Brasil naquele momento. Também foi um momento em que essas organizações internacionais viram o Brasil como um lugar em que elas poderiam captar recursos para elas mesmas serem atoras e não apoiarem a agência, a autoria das organizações brasileiras. (...) Porque no nível global, as grandes organizações internacionais, as ONGs internacionais escolheram alguns países ricos para investir como global players, onde elas tinham que ter os escritórios delas. Então elas passam a ser ator dentro do país. Aí aconteceu isso com várias. Isso significou o fechamento de várias outras que deixaram de ter o apoio dessas. Ex: Oxfam Brasil (Guacira).

Essa instabilidade das organizações coincide com o enfraquecimento das mesmas mediante o Estado, que há anos vivenciava uma crise de representatividade como já explanado neste capítulo. E essa crise, por sua vez, enfraquecia – e enfraquece ainda mais os movimentos feministas em suas lutas à medida que muitas representações políticas importantes dos movimentos sociais brasileiros haviam sido incorporadas à gestão pública, até porque muitas das mulheres feministas foram atuar no próprio estado a partir da redemocratização brasileira. A disputa por reconhecimento e visibilidade, materializada em uma disputa por recursos, também intensificava as disputas entre as próprias organizações, enfraquecendo o contexto ativista em geral.

Nesse bojo, o CFEMEA enfrentava uma certa fragilidade com a saída de algumas fundadoras e a chegada de novas ativistas. Muitas das quais recém-saídas de espaços universitários, especialistas em temas de gênero e direitos humanos, mas, como pontuou Guacira, sem a experiência no movimento feminista, que impactava também no pertencimento de cada uma à organização.

A própria forma com que a organização foi mantendo suas atividades através de editais e contratação de mão de obra por períodos mais curtos, via lógica capital de financeirização por agências, foi cenário propício para o surgimento de dificuldades de interações e diálogos entre as diferentes gerações, diferentes perspectivas de incidência política e em relação com outros movimentos feministas e de mulheres, o que parece ter acirrado a permanência de um projeto comum.

As organizações que conseguiram sobreviver a essa crise política e econômica, tanto interna, como externamente, foram percebendo que não era sustentável depender integralmente do Estado ou de recursos de agências internacionais, percebendo que deveriam ir além dessa estrutura capitalista que engessa e cria dissonâncias e conflitos.

Para Segato, há uma direção a ser seguida pelos movimentos feministas, que é o de tirar os pés do Estado, sem abandoná-lo:

lo que quiero decir es que debemos llevar adelante otras luchas, sólo nuestras y en un campo otro, marginal con respecto a la égida del Estado, con estrategias autogestionadas de autoprotección. Necesitamos vínculos más fuertes entre mujeres, vínculos que blinden los espacios de nuestras vidas, independientemente de las leyes y las instituciones, y que rompan el modelo de la familia nuclear. (...) Es necesario que las estrategias de autodefensa proliferen (...) como prácticas de las rutinas, de las calles, de las casas, en la vida cotidiana de la gente tal como es (SEGATO, 2015. Sem paginação).

Essa reflexão aponta para uma retomada da vivacidade dos movimentos de mulheres e feministas, daquilo que os mantém vivos nas lutas por resistências, daquilo que une cada mulher às demais e às lutas. E parece ser substancial na condução das ações do CFEMEA nos últimos anos voltadas a estratégias de fortalecimento das próprias ativistas nos diferentes movimentos.

Ao desafio de “agregar pessoas” (Guacira) em um primeiro plano, houve a intenção de criar a Universidade Livre Feminista – ULF⁶⁶, para reunir ativistas, coletivos e movimentos de todo o país por meio de plataforma virtual, mas também com espaços presenciais de articulação e formação sob a ótica da pedagogia feminista.

Era uma ideia de sair do quadradinho da ONG. Tem muita gente querendo fazer coisas feministas. Mas a ONG não tem jeito de contratar todo mundo. E se a gente contrata todo mundo também, isso não quer dizer que a pessoa vai ficar aqui, a pessoa vai continuar sendo feminista em qualquer parte onde ela esteja. Então "como eu vou fazer isso?" Aí eu achei que a ULF seria uma boa idéia. Quando começamos a conversar sobre a ideia da UFL, era de colaboradoras em vários lugares. Ter uma estrutura pequena, fixa, formal e tal, e ter colaboradoras em muitos lugares. Então a pessoa podia ser de outros locais/ coletivos (Guacira).

Mas a crise que enfrentavam incidiu sobremaneira no projeto inicial da Universidade Livre Feminista.

a ideia não evoluiu da maneira que eu tinha pensado. Eu achei que mais gente ia embarcar nessa ideia. Mas os processos de diálogo com outros grupos para que compusessem esforços dentro da UFL se desenvolveram num contexto em que muitas ONGs estavam fechando. Muitas ONGs feministas. (Guacira).

Neste intento, a ULF se desenvolveu a partir de uma ação colaborativa entre o

⁶⁶ VER [<http://feminismo.org.br>].

CFEMEA, o SOS Corpo e a Cunhã⁶⁷. E desde então, desenvolve um trabalho de formação feminista no país a partir da plataforma virtual.

A gente conseguiu ter uma rede de colaboradoras, têm umas 30 pessoas. É uma rede muito diversa, têm jovens de 20 anos de idade, meninas de comunidade, professoras PhD, gente do Nordeste, gente de diferentes lugares. É uma coisa bem eclética assim. Nesse sentido, conseguiu atrair, aquilo que eu dizia lá trás “não podemos ficar nesse quadradinho da ONG, tem um monte de feminista no mundo” (Guacira).

Guacira destaca como suas preocupações sobre a necessidade de autocuidado e cuidado entre ativistas já se relacionavam com o processo de formação feminista iniciado via ULF, no sentido de agregar feministas de diferentes contextos e movimentos (ou não) do país para refletir e se movimentar juntas, fortalecendo o pertencimento ao ativismo.

Sob a égide de que “o pessoal é político”, Guacira relata como a experiência pessoal de autotransformação e os estudos sobre práticas terapêuticas "para lidar com a emoção, lidar com a subjetividade, de uma maneira mais profunda" e a partir de viés crítico, influenciaram suas reflexões sobre a autotransformação dos movimentos feministas. Se refere aos processos terapêuticos nos quais:

o patriarcado, as religiões estruturadas, etc são vistos como estruturas que produzem o sofrimento humano, que mantém a dominação e que produzem o sofrimento. Terapias subversivas, digamos. Processo de grupos. Não só com mulheres. Mas onde o patriarcado é olhado e visto na sua capacidade de atrofiar, de machucar (Guacira).

Isso significa reconhecer como as estruturas patriarcais e conservadoras destacadas por Guacira, as quais são também racistas, classistas e lgbtfóbicas, não só promovem desigualdades e outras violências à população preta, indígena, lgbt e pobre de nosso país, como também acarretam sofrimentos e adoecimentos para elas, bem como para as vidas das ativistas. Incidem, pois, na subjetividade de cada, nos recursos internos que cada uma constitui para estabelecer relação com as demais e com o mundo, e para lidar com determinados conflitos.

Ocorre, assim, uma valorização da subjetividade de cada ativista e da intersubjetividade em relação às outras ativistas, ou seja, uma valorização da constituição enquanto sujeitas de suas próprias histórias, atravessadas por relações de poder. Trata-se de

⁶⁷ Como destacado, SOS Corpo - Instituto Feminista para a Democracia, criado em Pernambuco (1981), e o Coletivo Feminista Cunhã, na Paraíba (1990). Ver [Cunhã Coletivo Feminista (@cunhanfeminista) • Fotos e vídeos do Instagram].

levar o lema de que o pessoal é político para uma outra esfera, que é a da subjetividade política, a qual considera que é no campo das relações sociais, em sua intrínseca diversidade, e a partir das consequências subjetivas para cada uma, sejam elas positivas ou negativas, que cada ativista vai se constituindo e atuando no mundo.

E cuidar dessas consequências dentro dos contextos de auto-organização das mulheres relaciona-se com a proteção da saúde mental e física das ativistas, sendo fundamental para uma práxis feminista transformadora. A partir dessa compreensão, passa a defender a relação consigo mesma, e o cuidado consigo mesma, e também com as outras ativistas, como ato político de cuidado coletivo, ato político de resistência.

Então, em meados dos anos 2010, outro projeto foi seguido pelo CFEMEA, que se tratava da criação do Coletivo de Autocuidado, o primeiro no Brasil, formado por ativistas de diferentes locais. No entanto, Guacira relatou brevemente que a ideia de criação de uma nova organização naquele momento de crise se mostrou insustentável.

Deste modo, penso que o movimento do CFEMEA destes últimos anos é consequência do processo de reconhecimento dos desgastes internos advindos: da imensa carga de trabalho e pressões de mercado sobre as ativistas; da diversidade entre elas, nos campos socioeconômicos, étnico-raciais, de gênero, etário, regional, entre tantos outros marcadores, mas também das subjetividades de cada ativista; e dos desafios de pertencimento à organização em relação aos diversos movimentos feministas e sociais; mas também em relação ao Estado e às agências financiadoras, reprodutoras e potencializadoras de desigualdades e conflitos; bem como do contexto de riscos a que estão expostas em contexto de conservadorismo e o retrocesso político.

Esse processo apontava para a necessidade de auto-transformação de cada integrante e da organização, em um movimento de cuidar organicamente da sobrevivência das organizações e movimentos já existentes e, assim, potencializar a resistência do ativismo feminista na contemporaneidade.

Então também fui vendo que essa autotransformação era fundamental para a gente poder transformar as organizações onde a gente estava, o movimento onde a gente estava. E poder transformar o mundo também transformando esses lugares onde a gente estava. Então é uma transformação que vinha... - num é num sentido só: tem que se transformar primeiro para depois transformar o espaço onde você estava para depois transformar o mundo. Não. É tudo junto e misturado. E que na política que a gente fazia faltava muito investimento na autotransformação e na transformação dentro dos grupos que a gente estava. Essa percepção, como autoconhecimento, eu tava vivendo isso fazia bastante tempo. E envolvida como o movimento também há muito tempo. E percebendo como que certos limites precisavam de autoconhecimento, precisavam de confiança mútua (Guacira).

Portanto, a perspectiva de autotransformação que Guacira descreve se propõe à revisitação das formas de se atuar enquanto feminista, a partir de questionamento mais profundo sobre os processos de desigualdades fomentadas pela relação com o Estado liberal e pela atomização das relações de trabalho feminista e de uma perspectiva individualista e liberal sobre o (auto)cuidado, para uma transformação de si e da atuação feminista em movimentos, coletivos, articulações e organizações. E como esse paradigma exige processo intenso de autotransformação envolvendo cada ativista e o interior das coletividades. Nesse bojo, nasce o “autocuidado e cuidado entre ativistas”:

Assim, a primeira vez que li sobre autocuidado dentro do ativismo foi no livro [BARRY; DJORDJEVIC: 2007]. (...) Mas eu vejo que ali, e na atuação de muitas pessoas, ainda era nesse sentido do autocuidado como algo que as pessoas que estão dentro do movimento precisam ter. Mas não como algo que tem de estar no processo da formação e na cultura política organizativa do movimento. Quer dizer, o movimento é um movimento que tem que cuidar e defender o cuidado no mundo. Então é uma questão ideológica também, uma questão pragmática. É uma outra forma de fazer política. E de se organizar. Porque se é outra forma de fazer política, tem que ter outra forma de se organizar. (...) Eu não tinha dúvida, autocuidado, autoconhecimento, autotransformação. E eu sabia que essas coisas não se fariam por mim, pela minha carne, porque essas coisas não se fazem sozinha. Se fazem coletivamente. E que esses processos coletivos, feitos coletivamente, eles podem impactar muito efetivamente os processos de transformação do mundo, ou seja, a política que a gente faz, uma coisa que você faz do coletivo para o coletivo. Mas quando esse coletivo está transformado, ele atua no mundo de uma outra maneira. Então ficou esse nome enorme (Guacira. Grifo meu).

2.5 Inauguração de uma nova perspectiva sobre o cuidado

Guacira conta como todas essas reflexões pessoais e no interior na organização, conduziram para a inauguração do novo ciclo do CFEMEA, em 2015, voltado para a sustentabilidade do ativismo feminista, definindo como estratégias centrais:

(i) o fortalecimento da Universidade Livre Feminista; (ii) o impulsionamento da dimensão política do autocuidado e do cuidado entre ativistas; e (iii) o desenvolvimento de metodologias de formação na ação⁶⁸ para fortalecer a luta feminista, ampliar o ativismo e a resistência dos movimentos à ofensiva conservadora antidireitos (em especial, frente ao Parlamento), lutar contra a criminalização das mulheres e pela legalização do aborto (CFEMEA, 2015. Sem paginação).

Então ela relatou como esse processo foi engendrado a partir de uma ação de agregar pessoas que já faziam parte de seu convívio anterior, as quais participavam do processo terapêutico de autoconhecimento, da terapia comunitária integrativa, da arteterapia e demais

⁶⁸ Conceito associado ao princípio de práxis feminista, ou seja, de articulação entre teoria e prática, e às reflexões sobre autocuidado e cuidado entre ativistas engendradas nas experiências entre elas.

práticas com ênfase na promoção de qualidade de vida em grupos a partir do autoconhecimento e do fortalecimento coletivo.

Dessa articulação, surgiu a primeira roda na cidade Estrutural, no DF, em parceria com o Programa Roda de Mulheres, desenvolvido pelo Instituto Arcana, que foi inscrito na organização como um projeto de formação de mulheres atrelada à Universidade Livre Feminista. Segundo as artistas e terapeutas criadoras do programa em 2004, o Programa Roda de Mulheres “nasceu do desejo de levar atividades de autoconhecimento, por meio da arte, para mulheres com pouco ou nenhum acesso a trabalhos terapêuticos (...), grupos de mulheres de baixa renda do Distrito Federal”⁶⁹.

Na sequência, teve início a Roda de Autocuidado e Cuidado entre Ativistas de Brasília, que mais tarde foi nomeada de Roda Lobeira, realizada até hoje em uma sala para atividades em grupo na sede do CFEMEA⁷⁰. A partir daí o CFEMEA auxiliou no fomento de Rodas de Autocuidado e Cuidado entre ativistas em diversas cidades do Distrito Federal, como Paranoá, Planaltina e São Sebastião, de diferentes contextos sociopolíticos, como organizações feministas de bairro, acadêmicas, centros de cultura, assentamentos rurais, entre outros que muito contribuíram para o enraizamento do pertencimento de mulheres ao feminismo destacado por Guacira.

As Rodas de Autocuidado e Cuidado entre Ativistas, esse espaço, tem agregado pessoas. Acho que a gente conseguiu isso nesses anos de roda, fazer com que as pessoas se sintam no feminismo. E não "ah, eu sou feminista porque eu tenho uma atitude assim, porque eu vejo o mundo assim". Não. "Eu tenho um grupo, eu pertencço a isso aqui. Eu tô junto com isso aqui". (...) Eu acho que a gente tá contribuindo para a pessoa, a mulher, a feminista, a ativista que está lá no movimento de soberania alimentar e tal se engajar em coisas que são a luta feminista (Guacira).

Ainda em 2015, o CFEMEA iniciou os Encontros de Imersão para o Autocuidado, o Cuidado entre ativistas e a Formação em TRE (Técnica de Redução de Estresse entre Mulheres). Os encontros realizados pela organização em parceria com a CENTRAR⁷¹ aconteceram no Centro-oeste brasileiro, entre 2015 e 2016, no Nordeste, entre 2016 e 2017, no Norte, entre 2017 e 2018 e no Sudeste, entre 2018-2019.

Nessa esteira, o CFEMEA e a ULF promoveram os Diálogos Virtuais sobre o

⁶⁹ Arcana, Instituto de Arte & Desenvolvimento Humano, alia a arte à saúde, gênero, cultura, ecologia e educação em prol do desenvolvimento humano. VER [[RODA DE MULHERES | instituto-arcana](#)].

⁷⁰ Desde 2015, a Roda Lobeira de Autocuidado e Cuidado entre Ativistas acontece em ciclos a cada semestre. No segundo semestre de 2021, encontra-se em seu 14º ciclo.

⁷¹ CENTRAR – Terapias Integrativas para a Promoção do Potencial Humano. Ver [[CENTRAR | Terapias Integrativas para Promoção do Potencial Humano \(wordpress.com\)](#)].

Cuidado e o Autocuidado de Ativistas, nos quais “participaram mulheres envolvidas com as práticas de autocuidado e cuidado entre ativistas, a maioria identificada com a militância feminista” (CFEMEA; ULF, 2018:2). Essa foi a primeira experiência de realizar o debate sobre essa temática em uma plataforma virtual. Segundo as editoras do zine que compila os resultados dos diálogos, Guacira Oliveira e Sophia Branco,

o ambiente virtual se tornou um espaço de reencontro entre mulheres que estiveram juntas em encontros e processos de formação presenciais. Esses reencontros nos fizeram perceber como estamos construindo coletivamente conhecimentos para o nosso próprio cuidado e para os cuidados com as nossas companheiras (CFEMEA; ULF, 2018: 2).

A primeira edição do zine *Autocuidado e cuidado entre Ativistas: Diálogos Virtuais* “parte de um processo de trocas, elaboração coletiva, construção de rede e geração de perspectivas futuras. Ela foi produzida para alimentar o Encontro de Cuidado e Autocuidado entre Ativistas, realizado em setembro de 2018, em Luziânia, Goiás”. Esse encontro reuniu “ativistas que estiveram juntas em momentos presenciais, sejam eles parte dessas iniciativas realizadas pelo CFEMEA ou não, para partilhar os conhecimentos que construímos ao longo das nossas histórias” (CFEMEA; ULF:16).

No zine, antes que pudessem imaginar que a virtualidade seria algo tão valorizado poucos anos depois, em virtude da pandemia da COVID-19, Oliveira e Branco ressaltaram os desafios em promover reflexões profundas em um espaço virtual:

Fazer do espaço virtual um espaço de diálogo não é tão simples como pode parecer. Nós que colaboramos com a Universidade Livre Feminista, temos buscado incentivar que os Fóruns de discussão sejam espaços de trocas, partilhas, conexões verdadeiras, não de aceleração e disseminação indiscriminada de informação. Essa forma de interação que busca a conexão entre as nossas experiências é um desafio por causa do ritmo que vivemos. Em geral, não encontramos tanto tempo para ler com a atenção os relatos umas das outras, fazer perguntas, esperar as respostas e seguir dialogando. O que percebemos foi que nos Diálogos sobre Cuidado e Autocuidado de Ativistas essa troca se deu de forma rica e intensa. Foi um processo marcado por muito entusiasmo em relação às experiências umas das outras e pelo desejo de partilhar aqueles aprendizados e informações nos grupos presenciais que construímos localmente (CFEMEA; ULF, 2018: 3).

Esses desafios e aprendizados foram aprofundados nos anos de 2020 e 2021, devido à crise de emergência sanitária ocasionado pela pandemia do novo coronavírus. No início da pandemia, Rita Segato escreveu *A verdadeira liberdade está na incerteza* (2020). No artigo, chama atenção para a importância do fortalecimento de laços entre as pessoas, a partir de novas formas de comunicação, nesse momento em que a materialidade dos corpos faz-se ausente, pelo estado de isolamento social e quarentena. Assim, ela defende uma “politicidade

da amizade”, uma “politicidade do espaço doméstico”, novamente alertando para a beleza dos feminismos que se constroem no cotidiano entre as mulheres.

A necessidade de revisitação das práticas feministas no contexto pandêmico torna-se ainda mais relevante, considerando que seguem como as principais responsáveis pelo cuidado, a proteção da vida e a sobrevivência de famílias, povos e comunidades. As consequências são perceptíveis, principalmente entre as ativistas.

Desde que se instalou o Estado de Calamidade, vemos as mulheres experimentando medo, insônia, angústia, ansiedade, aceleração mental, estresse, dificuldade de se concentrar, irritabilidade, tensão contínua, esgotamento emocional, isolamento, tristeza, depressão, pânico, cansaço sem fim. Essas emoções e experiências pesadas que muitas de nós estamos vivendo têm implicações diretas sobre as condições de nos mantermos coesas, nos organizarmos e nos articularmos (CFEMEA, 2020: 5).

Diante dessa realidade, com sabedoria e irreverência, como forma de dar uma “resposta cuidadosa e solidária com as mulheres, frente à pandemia da COVID-19 e às crises e agravos estruturais dela decorrentes”, o CFEMEA fomentou o grupo virtual das Tecelãs do Cuidado, composto por ativistas de diferentes cantos do país para “elaborar e fazer girar as Rodas Virtuais de Autocuidado e Cuidado entre Ativistas em diferentes espaços cibernéticos e territoriais, e facilitar cuidados online para a liberação de tensões e o alívio de estresse” (ib.: 3).

Na publicação Rodas Virtuais de Autocuidado e Cuidado entre ativistas (CFEMEA, 2020), a organização apresenta esse processo, no qual:

inventamos alternativas metodológicas, abrimos outros espaços, criamos novas oportunidades e adaptamos ferramentas para lidarmos com tensões, estresse, exaustão, medos, dores, perdas, desespero e, assim, potencializamos a justa indignação e disposição das mulheres para a luta (ib: 6).

As experiências de rodas virtuais em curso pelo CFEMEA também estão presentes no recém-publicado livro de Cosette Castro (2021), *Cuidado e Autocuidado entre mulheres ativistas no mundo online. Estimulando (novas) subjetividades em tempos de pandemia e violência*. Por meio de aplicação de questionário virtual e entrevista semi-estruturada on line com participantes das respectivas rodas, em meio a pandemia, a autora analisou os desafios do ciberativismo feminista em “construir/reforçar afetos, estimular novas sociabilidades e laços sociais entre mulheres ativistas a partir de uma roda de mulheres que ocorre apenas no mundo virtual” (CASTRO, 2021: 19).

O ciberativismo das rodas virtuais de autocuidado e cuidado entre ativistas vai além do que Rita Segato (2015) nomeou como “práticas de vanguarda”, como as campanhas

feministas em plataformas virtuais de grande alcance. As rodas são pioneiras sim, mas se encaixam no que denominou como “estratégias de autodefesa” que fortalecem os laços entre as mulheres em um momento em que não é possível ocupar as ruas, mas sim o cotidiano das vidas delas, em tempos pandêmicos.

Alinhado a estratégias de fortalecer a luta feminista, ampliar o ativismo e a resistência dos movimentos à ofensiva conservadora antidireitos, o CFEMEA também promoveu espaços de cuidado e autocuidado na Marcha das Mulheres Negras em 2015, na Marcha das Margaridas em 2019, e no Encontro das Mulheres Indígenas em 2021. Nas respectivas rodas e encontros, virtuais ou presenciais, os métodos buscam: estimular o autoconhecimento; favorecer a reciprocidade nas relações de cuidado entre ativistas; e propiciar o processamento dialógico das tensões que acometem as mulheres em nossa sociedade; visando assim o fortalecimento de cada uma e em grupo, desse modo, potencializar as construções políticas movimentistas (CFEMEA, 2016).

Tais iniciativas "se constituem como política contrahegemônica, instigando as mulheres a combater e superar os processos de marginalização, privação e invisibilização de opressões sistemáticas", de tal modo que fortalecem "a construção ética e cultural do cuidado desde a perspectiva da democratização das relações sociais" (OLIVEIRA; DJORDJEVIC, 2015: 17).

Assim, diante dos muitos conflitos e tensões, seja no interior da organização, e na relação com outros coletivos e movimentos feministas e sociais, com o Estado, as agências e o mercado, na tentativa de lidar com as inúmeras desigualdades estabelecidas entre as mulheres, e pelo acirramento dessas desigualdades no contexto de calamidade pública vivenciado hoje, o processo de elaboração e difusão da perspectiva do autocuidado e do cuidado entre ativistas aparece como estratégia de resistência política. Como não poderia deixar de ser, é ele mesmo atravessado por desafios.

Eu não lembro exatamente o que aconteceu, foi alguma coisa que eu vi na internet. Estava trabalhando e aí: ‘Será que eu sou feminista?’. E eu já era uma pessoa que ia para as manifestações, que tinha vários pensamentos a ver com política. Mas eu não dava nome a nada. Eu não sabia dar nome. E aí veio isso de me questionar se eu era/sou feminista. Aí eu pensava, ‘Mas quais são os critérios?’. ‘Só existe um feminismo?’

É muito difícil isso de uma mulher julgar o quão feminista é a outra. Existe muita disputa. Eu sinto que tudo é uma luta entre a gente sabe, de quem falou melhor, de quem está falando... isso é um mega desserviço, até porque todo mundo é contraditório, todo mundo, porque todo mundo está aprendendo, está se aprendendo

Por isso eu falo muito sobre ser poeticamente revolucionária, porque se a gente deixa de lado essa sensibilidade, trata como se fosse uma fraqueza, aí vem a fraqueza porque a gente entristece, se torna pesada, se torna dura né. E aí não tem espaço para nada.

Eu acho que no ativismo existe muito isso de tem que ser forte sempre, tem que ser afrontoso sempre, tem que ser... tem que estar armada sempre. E eu acho que existem várias maneiras de se armar. E estar sensível é uma delas. Porque quando você está sensível, você consegue perceber as necessidades coletivas, das outras pessoas. Você consegue responder de algum modo ao que está acontecendo no momento. Sabe, eu acho que quando você está sensível, fica mais fácil caminhar entre as diferentes necessidades.

Não tem como falar “eu luto contra uma coisa específica” ou “a favor de uma luta específica” e só. São muitas coisas misturadas. A gente muda de ideias. De lugares também. E de necessidades. Não quer dizer que eu vá para o sentido oposto. Mas eu percebo, eu falo “Olha, tem essa coisa aqui que eu nunca tinha pensado”. Porque não é de mim, não é da minha vivência. Mas alguém trouxe isso e eu “Nossa, eu nunca tinha parado para pensar nisso”. Isso você só consegue se você é sensível às coisas, às relações.

Então, para mim, feminismo é primeiro falar com as mulheres, falar entre as mulheres, e falar das mulheres como protagonistas, expandir uma visão do que é uma mulher e expandir a visão de quais são as dificuldades que as mulheres têm.

A gente vai caminhando, vai repensando aos poucos. Eu acho muito bonito isso, de você olhar uma coisa antiga e não se identificar mais com ela. Porque sai. Quer dizer que você cresceu, que você evoluiu seu pensamento, que você desconstruiu outras coisas. Se você continuasse achando maravilhoso o que você já fez antes, você estaria lá parada né.

(Priscila Barbosa).

Capítulo 3 – Feminismo, zona de diferenças. Não somos todas iguais.

*Então eu não estou falando deles no meu trabalho,
não estou falando de nada em relação a eles.
Eu estou falando da gente, em relação a gente.
De como a gente se relaciona com a gente mesma.
E como a gente se relaciona com outras mulheres.
Porque nós sofremos opressão de diversos lados, inclusive do nosso.
Entre mulheres, entre ativistas, entre feministas.
Enquanto a gente não cuidar disso, a gente não consegue
deixar de ser oprimida pelas outras pessoas.
Porque, se a gente não sente que a gente tem espaço nem entre a gente...
Escolhi falar com as mulheres sobre as mulheres, de preferência numa
conversa em que eu possa pensar sobre mim e
elas pensarem sobre elas também.
No meio da luta é fácil se esquecer que você também é um ser individual, com
necessidades individuais e descobertas individuais.
(Priscila Barbosa)⁷².*

Esse trabalho é sobre afeto! Sobre formas de se fazer a luta feminista com atenção, escuta, paciência, cuidado com as mulheres, mas sobretudo entre as mulheres. As diversas ativistas, as suas lutas de resistência e contras as violências, especialmente no Brasil. Como é possível transformar o mundo a partir de uma construção política/militância que pode ser violenta para aquelas que a constroem? Que pode significar descuido e opressão? E que não está sedimentada em princípios e metodologias que radicalizem o sentido de que o pessoal é político para todas?

A diversidade entre as ativistas significa que não são iguais. Diferenças de classe, raça, etnia, idade, regionalidade, sexualidade, identidade de gênero, entre outras, incluindo aquelas estabelecidas com o Estado (via instituições governamentais e não governamentais). Especialmente considerando as dimensões continentais de nosso país, atreladas ao histórico de organização desigual da nossa sociedade, a qual se reproduz e se mantém por meio da atuação estatal e suas agências. Diferentes que não almejam ser iguais, até porque há diferenças ligadas à personalidade de cada uma. Mas desejam o respeito mútuo e o

⁷² Artista feminista Priscila Barbosa, em entrevista para essa dissertação, realizada em 2019, mediante uso do roteiro semi-estruturado D (Anexo VII).

acolhimento em sua pluralidade. Respeito e acolhimento em pequenos passos, mudanças nos espaços coletivos, organizativos e institucionais.

Tais mudanças, entretanto, não se fazem de uma hora para outra, pois desafiam a ordem e a estrutura histórica dos tradicionais movimentos sociais, herdados em grande medida das lutas sindicais e partidárias, em que é preciso ser homem para ocupar os espaços de poder, é preciso falar mais alto para ser escutada, é preciso erguer as mãos e apontar; em uma tentativa de incorporar atributos associados à linguagem reforçada como masculina, do discurso lógico e racional, para ter reconhecimento na arena pública. E assim, estar apta para atuar em coletivos e pautar suas reivindicações, num ciclo histórico de hierarquias, que parece reforçar os valores patriarcais e, conseqüentemente, gera conflitos, opressões e desigualdades nos movimentos.

O movimento feminista de tradição europeia e norte-americana, que começou a se estruturar em fins do século XIX, foi essencial para a conquista de direitos para as mulheres em todo o mundo. Naquele período, enquanto uma elite branca feminista encampava a luta por direitos políticos e o sufrágio universal⁷³, a maior parte das mulheres, responsáveis pelo trabalho essencial à vida humana, não possuía reconhecimento nem direitos trabalhistas que a protegessem, tampouco acesso à educação, nem condições de higiene, nem o direito à vida. E boa parte ainda não tem.

De tal forma que o feminismo como movimento social de alcance mundial em sua reivindicação por direitos humanos das mulheres, baseou-se na construção de uma categoria universal mulher enquanto sujeita política que atravessa as sociedades. Essa categoria é caracterizada por um conjunto de experiências relacionadas ao gênero feminino que se expressam em primeiro grau pelos signos anatômicos do corpo considerado feminino, ou seja, aqueles que as diferenciam do corpo biologicamente pertencente ao sexo masculino, e, por sua vez, parecem reforçar os marcadores culturais de gênero, definindo o que é apropriado ou não aos gêneros masculino e feminino. Rita Segato (2003) destaca que essa

⁷³ Referência ao feminismo europeu da passagem do século XIX para XX, impactado pela Revolução Industrial e pelas Primeira e Segunda Guerras. Com ações iniciadas na Inglaterra, houve insurgência do movimento de proletárias pela igualdade de direitos e condições de trabalho, e das sufragistas, cuja luta centrava-se na conquista por direitos políticos e o direito ao voto. Segundo Pinto (2003), essa que é classicamente a primeira onda feminista chegou ao Brasil pelo movimento das anarquistas proletárias. Em território nacional, foi protagonizado por mulheres majoritariamente das classes médias e altas que lutavam pelo sufrágio feminino. Em 1910, fundam a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino que a conquista desse direito em 1932, quando foi promulgado o Novo Código Eleitoral brasileiro.

experiência universalizante – essencialista - é levada a outras dimensões, como classe e raça, que são bases da violência de gênero.

Até mesmo a conceituação de gênero enquanto categoria de análise (HARDING, 1986; SCOTT, 1988), tão importante para compreender as estruturas de desigualdades entre homens e mulheres, foi fundada sobre os próprios binarismos de gênero de herança patriarcal que parecem justificar expectativas culturais díspares sobre o masculino e o feminino, à medida que fortalecem sua diferenciação. E ainda que os entendimentos sobre gênero tenham se complexificado a partir de novos paradigmas que aprofundaram o caráter excludente do binarismo homem-mulher (BUTLER, 2004), a incorporação do feminismo norte-americano e europeu de modo acrítico e descontextualizado traz consequências para boa parte das mulheres.

Assim, enquanto o feminismo segue baseado em uma construção universal, genérica, abstrata e supostamente homogeneizante da categoria mulher como sujeita de representação política, não está ileso ao racismo e a outras práticas de invisibilização e de opressão *entre* as mulheres (GONZALES, 1988), o que compromete sua luta. Especialmente em sociedades multirraciais e pluriculturais como é a América Latina e o Caribe. E sobretudo do Brasil, onde os traços da colonização, sob o projeto político de miscigenação brasileira e a construção do mito da democracia racial, atrelado à força patriarcal e capitalista, materializam-se em feminização e racialização da pobreza e da violência, desigualdades no mercado de trabalho, desigualdades territoriais, entre outras. Em resumo, como aponta Sueli Carneiro (1995), desvalorização social das mulheres negras em todos os níveis de vida⁷⁴. Essa desvalorização é estendida a demais grupos de mulheres racializadas no país, como as indígenas, em decorrência do projeto civilizador que se traduz em genocídio e epistemicídio até os dias atuais⁷⁵.

Em avaliação sobre a Marcha das Mulheres Negras em Brasília 2015, Naila Nunes destaca que, naquele momento, as mulheres negras chegavam a 49 milhões, “a maior população negra fora da África”, quase um quarto da população total do país,

⁷⁴ Como já apontado na introdução, estudos indicam que as mulheres negras brasileiras estão em desvantagem quanto a mulheres e homens brancos em todos os indicadores pesquisados, especialmente em relação aos níveis de pobreza (IPEA, 2011) e de violência (FBSP e IPEA, 2019; FBSP e Datafolha, 2021), ou seja, essa parcela da população é mais vulnerável à pobreza e à violência do que outros grupos.

⁷⁵ Jurema Werneck destaca que Sueli Carneiro denominou o epistemicídio como “os processos de negação de povos e grupos afrodescentes como sujeitos de conhecimento, a partir da negação, ocultamento ou desvalorização de sua visão de mundo e dos saberes que a sustentam tanto a partir do continente quanto em sua diáspora” (CARNEIRO, 2005 apud WERNECK, 2009: 152).

(...) entretanto a cada 1 hora e 50 minutos, uma mulher negra morre. Houve um aumento de 54% de assassinatos de mulheres negras. A chance de sermos estupradas é três vezes maior do que mulheres brancas. Sobre a violência doméstica, somos as maiores vítimas, sem falar da violência midiática racista que exclui e invisibiliza a mulher negra (NUNES, 2015. Sem paginação).

A constatação da falência do projeto civilizador perpetrado pelo Estado, que exclui e dizima as populações negras e indígenas brasileiras, vem sendo denunciada desde a formação da República. Domingues (2007) afirma que a participação das mulheres negras sempre foi significativa em denunciar a opressão sexista e racista consequente deste projeto. Matilde Ribeiro (1995) destaca que o movimento contemporâneo de mulheres negras emergiu em meados dos anos 1970, autônomo no contexto das lutas, alertando para “a forma secundarizada com que o caráter de sua opressão e organização foi tratado pelos movimentos negro e feminista” (ibid.: 446).

No campo teórico, o conceito de interseccionalidade, elaborado pela feminista afro-americana Kimberlé Crenshaw (1989), tem sido referência para analisar a relação entre as categorias de opressão. A “forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras” (CRENSHAW, 2002: 177). A existência de intersecções complexas entre distintos "eixos de poder" ou "eixos de subordinação" (ibid.) precisa ser considerada para contemplar as diferentes dinâmicas operantes no fenômeno da violência contra as mulheres negras e, deste modo, combater a invisibilidade da experiência das mulheres negras na política antirracista e feminista. Para realizar o enfrentamento de um dos eixos – a violência de gênero, por exemplo – há que se enfrentar a "opressão interseccional", "sistemas de subordinação" ou "estrutura" (ibid.: 176)⁷⁶.

Nessa esteira, para a ativista negra e intelectual Patricia Hill Collins (2000) o conceito de interseccionalidade deve ser complementado pela noção de eixos de subordinação que se inscrevem em uma “matriz de dominação”. Além de raça, hierarquias entre grupos sociais são operadas por outros marcadores relevantes, interconectados e responsáveis por silenciamento e opressões entre eles. Debruçando-se sobre as vidas das mulheres negras, Collins ([1990]2019) também foi responsável por dar lhes voz no mundo político a partir

⁷⁶ Bárbara Machado (2017) ressalta que "embora o conceito de interseccionalidade seja creditado à jurista norte-americana Kimberlé Crenshaw", essa perspectiva "remonta aos movimentos de mulheres negras e mulheres de cor norte-americanas da década de 1970" (MACHADO, 2017, p. 3). Destaca ainda o papel primordial do feminismo negro norte-americano, especialmente bell hooks (1984) e Audre Lorde (2007).

dos “stadpoint views” – pontos de vista de suas experiências de discriminação e opressão interseccional como fator à emancipação.

A proposição sobre interseccionalidade também figura entre os escritos de Angela Davis ([1981] 2016), militante e intelectual negra e lésbica, segundo a qual é preciso compreender que cada uma das categorias teóricas e estruturantes das relações sociais informa e é informada pelas outras. Considerar as intersecções entre raça, classe e gênero, percebendo que entre elas há relações que são mútuas e outras que se cruzam, não sendo correto uma compreensão de primazia de uma sobre as demais.

Antes que o conceito fosse operacionalizado pelas intelectuais norte-americanas, no Brasil, a antropóloga, educadora e ativista negra Lélia Gonzales (1982) já alertava para a necessidade de compreender a opressão da mulher negra na sociedade a partir da interconexão entre discriminações que geram desigualdades e, por consequência, incidem nos seus processos de subjetivação e de organização política. Para a autora, o reconhecimento da historicidade de mulheres negras, indígenas, de países colonizados, não brancas⁷⁷, e o reconhecimento da especificidade do patriarcalismo sobre elas é importante para a construção de um feminismo afrolatinoamericano que advogue por outro projeto de nação, desmistificando o “silêncio ruidoso”⁷⁸ sobre as contradições raciais que se fundamentam na suposta democracia racial (GONZALES, 1988)⁷⁹.

Nesse intuito, as mulheres negras vêm fomentando iniciativas para a criação de uma organização própria que, segundo Jurema Werneck (2009), abriga uma identidade política construída pela diversidade entre elas, mas a partir do seu histórico de luta em comum – de enfrentamento às violências racistas, heterossexistas e eurocêtricas que fazem parte de sua história. Para Gonzalez, a experiência histórica comum demarcada pela discriminação racial e pelo sexismo, bem como pelas estratégias de resistência às opressões, constrói “solidariedade” entre as mulheres negras (GONZALES, 1988: 137).

⁷⁷ Como complemento a ressalva de Mariana Cestari (2014, sem paginação): “A oposição entre ‘brancas’ e ‘não-brancas’ e a denúncia do que hoje poderia se denominar privilégios da branquitude também estavam presentes na produção de Lélia Gonzalez”.

⁷⁸ “Silêncio ruidoso” dissimula a dominação da ideologia do branqueamento e dificulta a “afirmação positiva de uma identidade negra” (GONZALES, 1988: 137). A indígena Kaê Guajajara (2019) afirma na música *Espelho, espelho meu*: “um massacre silencioso, esse você não vai ver lá na sua TV”.

⁷⁹ Ao identificar conteúdos da historicidade das mulheres negras, em referência ao legado de Lélia Gonzales, Dione Moura e Tânia Almeida (2019) apresentaram os lugares de memória: ancestralidade, afrocentralidade e epistemologia do feminismo afrolatinoamericano; “atuam para dar suporte ao entendimento de saberes e práticas atuais em relação ao enfrentamento ao sexismo e ao racismo na sociedade, bem como para dar suporte a projetos futuros” (Id.; ib: 21).

Werneck destaca que esse processo não tem sido simples, pois a constituição das identidades de mulheres negras passa pelos impactos da escravidão, da colonização e dos regimes racistas patriarcais sobre elas, que as coloca em polo oposto – “de diferenciação” - às mulheres brancas, estando as últimas “em condições de privilégio e de poder de violência” (WERNECK, 2009: 153). Defende então, a “necessidade de ultrapassagem” na direção de “novos conceitos instáveis de mulheres negras” às suas múltiplas necessidades e desejos e “que garantam sua inserção em processos de transformação social” (ibid.: 152), ou seja, seu reconhecimento enquanto categoria política. Para tanto, destaca “diferentes repertórios ou pressupostos de (auto)identificação) ou de identidade e de organização” (ibid.: 153) a que recorrem as mulheres negras brasileiras ao longo da diáspora⁸⁰. Tais repertórios direcionam ao reconhecimento “de diferentes agentes históricas e políticas – as mulheres negras – intensas com toda a diversidade” (ibid.: 153).

No intuito de demonstrar a construção dessa identidade política heterogênea, e a atuação não só provocativa, como também propositiva do movimento em dar visibilidade à questão racial em diversos campos, Matilde Ribeiro (1995) descreveu os processos para sua autodenominação e organização mais consistente tanto nacional como continental a partir da década de 80⁸¹. Processos estes, marcados por tensionamentos no bojo dos movimentos negros, a partir do não reconhecimento das questões de gênero ali existentes; dos movimentos feministas, baseado em suposta igualdade entre as mulheres que invisibiliza desigualdades⁸²; e do próprio movimento de mulheres negras, marcado por concepções

⁸⁰ “A autora dá exemplos de formas políticas e organizativas e de modelos de força feminina precedentes à invasão escravista e colonial” (CESTARI, 2014. Sem paginação), “preservadas (e, é claro, transformadas, pois se trata de culturas vivas) na tradição afro-brasileira do século XXI” (WERNECK, 2009: 154). Cita as divindades da tradição ioruba, como as Ialodês, e as tradições dos povos bantus, que cultuam divindades africanas e indígenas. “Estas reafirmavam e reafirmam a política como um atributo feminino desde a época anterior ao encontro com o ocidente. (...) O que torna fácil compreender que (...) precederam a criação do feminismo” (WERNECK, 2009: 157). Também ressalta as irmandades femininas negras; a primeira associação de trabalhadoras domésticas, fundada na década de 30; e o Conselho Nacional da Mulher Negra, de 1950, bem como a atuação das mulheres negras no campo da cultura de massa, como o samba.

⁸¹ Ribeiro (1995) enfatiza que essa estruturação ocorreu, mais precisamente, a partir de 1985, com a publicação do estudo Mulher Negra (CARNEIRO; SANTOS, 1985), durante o processo da III Conferência Mundial das Mulheres, em Nairóbi. E com a participação de mulheres negras no III Encontro Latino-americano e do Caribe (EFLAC) realizado em Bertioga/Brasil no mesmo ano. Em âmbito nacional, foi decisiva as mulheres negras e populares no Encontro Nacional Feminista (ENF) em 1987. E a realização dos I e II Encontros Nacionais de Feministas Negras (ENMN) em 1988 e 1991, seguidos de seminários regionais, estaduais e nacionais nos anos seguintes até a aprovação de uma Articulação Nacional das Mulheres Negras em 1994 (RIBEIRO, 1995). A Articulação de Mulheres Negras Brasileiras (AMNB) se consolidou em 2000, fortalecendo a participação das mulheres negras na III Conferência Mundial Contra o Racismo, na África do Sul, em 2001. Ver [[AMNB – 21 anos de Primaveras Negras! - AMNB](#)].

⁸² Destacado por Ribeiro, no III EFLAC “houve o episódio da chegada de um ônibus vindo do Rio de Janeiro com mulheres negras de movimentos de bairro (favelas e periferia) e demais setores como partidos políticos as

políticas e metodológicas que incidem sobre suas formas de organização, representação e definição de agendas políticas – gerais e específicas - em relação aos demais movimentos sociais, ao Estado e às agências públicas e privadas até hoje.

(...) pelas dificuldades e lidar com a diversidade existente entre as mulheres (raciais, étnicas, de condições sociais, de geração, culturais, [orientações sexuais e identidades de gênero], etc) e mesmo de ter uma visão mais ampla dos processos organizativos, corre-se o risco de reforçar a imagem da feminista como branca de classe média intelectualizada [cisheteronormativa] (RIBEIRO, 1995: 450. Grifos meus).

Assim, como afirmou Jurema Werneck:

constatamos que a exclusão da presença das mulheres negras (a exemplo das mulheres indígenas e de outras pessoas e grupos) dos relatos da história da política brasileira e mundial, e da história do feminismo, deve ser compreendida, principalmente, como parte das estratégias de invisibilização e subordinação desses grupos. Ao mesmo tempo em que pretendem reordenar a história de acordo com o interesse dos homens e mulheres blanc@s. O que permite apontar o quanto esta invisibilização tem sido benéfica para aquelas correntes feministas não comprometidas com a alteração substantiva do status quo (WERNECK, 2009: 161-162).

Assim como mulheres indígenas e camponesas foram construindo espaços de resistência e auto-organização, ainda que em diálogo com outros movimentos.

Portanto, o entendimento de que "gênero, classe, raça/etnia e sexualidade não devem ser entendidos de maneira separada, mas entrelaçada e articulada" (MACHADO, 2017, p. 3), tornam-se relevantes no sul global, como na América Latina e no Caribe, em que a história da colonialidade atrelada à proliferação do controle da economia e política, segundo Segato (2015), expôs os povos a circunstâncias semelhantes, e que intervém nas relações de gênero, resultando em violência.

Es por todo esto que de forma alguna podemos abordar el problema de la violencia de género y la letalidad en aumento de las mujeres hoy como si fuera un tema separado de la intemperie de la vida con todas sus presiones. Presiones y niveles de anomia característicos de los cambios de época, pues de hecho estamos asistiendo a un tránsito entre épocas que hace que el momento actual presente características de liminaridad y suspensión de las normativas que dan previsibilidad y amparo a las gentes, dentro de una gramática compartida (SEGATO, 2015. Sem paginação).

quais não haviam feito inscrição no Encontro e alegavam não ter dinheiro para fazê-la. Estas alegavam ainda ter vindo para ficar. Instalou-se longa discussão entre o grupo organizador (em sua maioria mulheres brancas) e as negras (as que estavam no ônibus e outras). Os conflitos estabelecidos configuraram-se pelas diferenças raciais, mas também pelas questões sociais" (RIBEIRO, 1995: 449). Segundo Cestari, o III EFLAC foi "eleito marco na emergência do movimento. (...) acontecimento inaugural de confrontação das mulheres negras no interior do feminismo e de afirmação de sua identidade política autônoma em sua especificidade, tanto como 'mulheres negras brasileiras' quanto na identificação entre mulheres não-brancas pela história compartilhada (CESTARI, 2014. Sem paginação).

O Brasil está imerso nesse cenário de avance estatal, colonial, patriarcal, empresarial e midiático, no qual:

Junto a la no preservación del suelo nutricio de la vida, de la tierra, hay una insensibilidad para esa agresión del nicho. A esto se suma una progresiva crueldad hacia el cuerpo de las mujeres, y a los cuerpos feminizados en general. Es una totalidad que, si no la entendemos bien, no podemos atacar las bases de lo que nos hace sufrir como mujeres (SEGATO, 2015. Sem paginação).

Nessa “fase atual apocalíptica do capitalismo”, Segato (2002) conduz a outro olhar sobre as identidades políticas, em contraponto às alteridades históricas, que foram se formando ao longo da história das nações, resultantes de processos de subjetivação a partir de interações e interrelações históricas, instáveis. Identidades políticas, por outro lado, advêm da modernidade, como mandato da diversidade, que, sob a cortina da defesa de direitos, Estado e instituições parecem estar interessadas no reconhecimento de minorias para criação de nichos de consumo, ou o que Segato denomina “el procesamiento mercadológico de las identidades”.

Este Estado, ator múltiplo, composto por instituições para administração do território, e, conseqüentemente, das pessoas em sociedade, se torna o palco dos reconhecimentos dos grupos sociais, bem como o eixo da produção das identidades políticas para seu reconhecimento (SEGATO, 2002). Berenice Bento complementa:

Não tenho a menor dúvida de que a forma como os corpos são apresentados, principalmente, na esfera pública, é fundamental para a realização de atos de reconhecimento ou de negação de reconhecimento. Os Estados tentam sistematicamente controlar os corpos. E o corpo, aqui, não é compreendido como uma entidade metafísica. É algo materializado em modas e modos que o qualificam (ou o desqualificam) para a vida (BENTO, 2021b. Sem paginação)⁸³.

Portanto, o reconhecimento de categorias ou identidades políticas eleva as sujeitas históricas a figuras de representações políticas à altura de negociações com o Estado e as instituições. Ao mesmo tempo, parece essencializar a pluralidade e a subjetividade que as compõem, na imposição de uma categoria universal, como uma forma de enquadramento de

⁸³ As reflexões de Bento são recentes sobre a atuação do Estado Afegão e das agências internacionais humanitárias durante os 20 anos de ocupação norte americana no país, para uma suposta libertação das mulheres afegãs que, em verdade, se apropriou de suas lutas. Com a retirada dos EUA do país em 2021, sob a ascensão do governo do Talibã, o discurso difundido internacionalmente é de que só agora as mulheres estão sofrendo o peso do machismo extremista. Bento denuncia que há uma “instrumentalização dos EUA das lutas das mulheres” E que apesar de terem se retirado do país, as disputas em torno dessa identidade – a mulher afegã, segue forte. A “mulher-moeda afegã” repercute no cenário internacional de modo a qualificar as ações humanitárias, desconsiderando as dinâmicas nocivas engendradas por elas no país. Essa problematização se alinha à relação Estado, agências e lutas em pauta.

quem é passível de reconhecimento, quando e como. “O estado e suas fantasias de homogeneidade”, destaca Bento (2021b). Além da possibilidade de cooptação pelo Estado, pelo mercado e pelas instituições (GONZALEZ, 1991 e hooks, 1984).

De tal modo que a história plural das mulheres brasileiras na luta por reconhecimento e garantia de direitos é marcada pela desigualdade entre os homens, mas também pelas inúmeras diferenças entre elas, que passam por estruturas concretas de desigualdades, mas também subjetivas, e em meio a um sistema político que tende a valorizar ou minimizar a diferença de acordo com interesses patriarcais, capitalistas e cisheteronormativos, determinando sempre quem é ou não sujeita de direito.

Tomo a ressalva de Jurema Werneck sobre a identidade das mulheres negras:

Não se trata de contrapor ao mito de fundação patriarcal ou da branquitude burguesa do feminismo um outro que simbolize seu oposto radical, quer dizer, que reitere essencialismos e estereótipos com sinais trocados. (...) o que pretendo é mostrar o caráter contingente do relato patriarcal e racista, naturalizado e reiterado nas historiografias da cultura, do antirracismo e do feminismo (WERNECK, 2009: 161)

Sem uma reflexão que fundamente ações no sentido de luta por demandas gerais e específicas articuladas (RIBEIRO, 1995), pode-se incorrer em uma perspectiva feminista competitiva atomista e liberal, conforme preocupação seletiva em torno de determinadas pautas - formas de opressão sobre as mulheres – servindo a propósitos colonialistas e liberais, não comprometidos com a transformação das estruturas de poder para a real emancipação das mulheres. Sob uma lógica que desconsidere a articulação entre racismo, sexismo e capitalismo globalizado, há o risco de incorporação metafórica das proposições originárias de interseccionalidade, o que pode chegar a minar, em certo ponto, o radicalismo potencial da luta feminista (hooks, 1984).

Entretanto, se, ao criticar o patriarcado na década de 80, as feministas radicais estadunidenses apontavam para uma saída mais autônoma, de crítica ao Estado e a todas as suas instituições (hooks, 1984), essa posição não parece ser aplicável ao Brasil, considerando as formas com que os movimentos sociais, incluindo os movimentos feministas, estabeleceram relação com o Estado desde seu início (COSTA, 2005; GURGEL, 2004; PINTO, 2003; SEGATO, 2002). Nesse contexto, um olhar atento sobre a multiplicidade das mulheres e suas articulações por direitos se faz necessário.

O movimento feminista contemporâneo enfrenta o tortuoso processo de denúncia das desigualdades estruturais de nossa sociedade. Encarar as diferenças que existem entre as

mulheres, suas trajetórias, marcas concretas e subjetivas que carregam em episódios distintos de opressões, e em outra medida, de privilégios, pode ser doloroso para quem se propõe a tarefas coletivas, carregadas de conflitos e contradições, e por muito descuido. Especialmente porque cada uma possui conhecimentos e percepções, limitados por suas “diferentes origens, experiências, pertencimentos, identidades (étnica, racial, de gênero, sexualidade, condição física, geração, religiosa, etc.), contextos, escolhas, condições orgânicas e emocionais, entre tantos outros elementos” (CFEMEA, 2016: 16). Nesse sentido, a afirmação histórica de Rosa Luxemburgo mostra-se relevante: “Por um mundo onde sejamos socialmente iguais, humanamente diferentes e totalmente livres”.

Este capítulo apresenta tensionamentos no feminismo brasileiro a partir de relatos pessoais de como, em certa medida, as entrevistadas perceberam situações de desrespeito e de falta de cuidado no interior de articulações feministas, consigo e/ou com as outras, justamente quando as desigualdades entre elas foram expostas. E como suas diferentes correntes teórico-políticas aportam elementos ao autocuidado e cuidado entre ativistas. São relatos que trazem à tona denúncias dos movimentos feministas que originaram dimensões e partilhas em diversas categorias identitárias e de representação política de grupos importantes no processo de preservação de tantas ativistas e suas lutas: as feministas negras, as lésbicas, as camponesas etc. Ao passo que podem tanto engessar subjetividades, como colaborar com práticas de descuido e opressão entre elas.

Cinco ativistas, cujos nomes serão mantidos em sigilo, foram entrevistadas a partir do Roteiro de Entrevista B (Anexo IV). Os grupos envolvidos nos relatos também não foram identificados, pois a ideia é apenas produzir reflexões a respeito.

O quadro (01) a seguir traz a síntese do perfil das entrevistadas, conforme informações fornecidas durante as entrevistas.

Nome fictício	Faixa etária	Raça/cor	Local de nascimento	Local de moradia	Formação Educacional	Ocupação	Identidade e de Gênero	Orientação Sexual	Classe Social	Religião/Espiritualidade
Odete	35 a 50 anos	Preta	Interior de SP	Piracicaba/SP	Graduação em Gestão Ambiental e em Recursos Humanos. Cursando Pós-graduação em Direitos Humanos	Servidora Pública aposentada (Fiscal Ambiental)	Mulher Cis	Heterossexual	Média	Candomblé
Bete	50 a 65 anos	Branca	Interior de SP	GO	Graduação em Ciências Sociais (dupla habilitação). Mestrado e Doutorado em Sociologia.	Servidora Pública aposentada. (Professora e pesquisadora)	Mulher Cis	Heterossexual	Média alta	Busca do autoconhecimento, do autodesenvolvimento. Busca do eu interior. Eu crístico, eu maior. Mas nada em particular
Rita	20 a 35 anos	Preta e indígena - afroindígena, negrindia	Alagoas	Rio Branco/AC	Licenciatura e Mestrado em Artes Cênicas	Produtora cultural, diretora de teatro, atriz e poeta.	Travesti	Bissexual	Baixa	Espiritualidade holística, ligada à intuição, afetos e natureza
Natália	20 a 35 anos	Branca	Brasília/DF	Jacarepaguá (Zona Oeste) / RJ	Graduação e mestrado em Filosofia. Doutorado em Filosofia Antiga	Professora de inglês e espanhol. Desempregada. Estudando para concurso universitário	Mulher Cis	Heterossexual	Média	Agnosticismo
Marta	20 a 35 anos	Preta	Rio de Janeiro/RJ	Rio de Janeiro/RJ	Graduação em Sociologia. Pós-graduação.	Assessora Parlamentar	Mulher Cis	Ignorada	Média	Ignorada

3.1 Racismo, lesbofobia e preconceito de origem

Odete, mulher cisgênera heterossexual negra, estudante de direitos humanos, servidora pública aposentada, ambientalista e ativista do movimento de mulheres negras do interior de São Paulo, cresceu em meio a uma família de ativistas sociais. Para ela, um movimento de feministas negras é importante, pois:

Os homens negros são muito machistas. (...) Em vez de eles serem nossos parceiros. Uma crítica que eu tenho contra o movimento negro é que ele foi embasado e fechado por homens, eles não davam espaço para as mulheres negras. Tanto que hoje o movimento de mulheres negras segue mais forte que o próprio movimento negro (Odete).

A região em que vive é extremamente racista, marcada pela abolição tardia da escravidão (aproximadamente 1950, sendo que a abolição da escravatura no país data de 1888). O que incide em certa continuidade do trabalho escravo em lavouras e fábricas, representando sério ataque aos direitos humanos. Ela também recorda como entre a taxa de violência contra mulheres no país, 44% são sobre mulheres negras. E as principais vítimas do feminicídio são as jovens e mulheres negras, entre 15 e 50 anos. “É sinal de que as políticas públicas não estão chegando para as mulheres negras” (Odete). Assim, tem atuado com jovens negras para o enfrentamento de violências, proteção, autonomia e acesso à educação e direitos trabalhistas. Porém, além de enfrentar o racismo, ressalta:

Pode parecer estranho, mas mesmo dentro do movimento feminista têm muitas dificuldades sabe? Têm ainda muitas mulheres que ainda têm uma cabeça muito fechada dentro do movimento. Ainda têm pessoas muito racistas. Têm pessoas muito preconceituosas no movimento feminista que precisam desconstruir” (Odete).

O que para ela não deveria acontecer, pois “a partir do momento que você está dentro do movimento de mulheres, eu acredito que uma tem que abraçar a outra. E não ficar com nenhum tipo de preconceito” (Odete). Então contou sobre dois episódios, há época da entrevista, em que sentiu a dureza do preconceito de uma feminista.

Inclusive no final do mês passado, eu tive em uma cidade de São Paulo e eu percebi assim nitidamente: tinha uma pessoa do movimento, uma pessoa histórica do movimento, e eu percebia a dificuldade que ela tinha de chegar próxima a mim. Isso foi...! Próxima a mim e próxima de uma outra menina que era lésbica. A menina é assumidamente lésbica. Tanto que a menina até veio falar comigo. Ela percebeu! Uma menina bem jovem! Aí ela falou "nossa, porquê ela não se aproxima da gente?" Eu falei, "talvez ela tenha algum problema, mas o problema tá com ela, não com nós" (Odete).

Para Odete, o racismo que a imagem dela desperta em feministas brancas, culminando em dificuldade de aproximação física – repulsa, assim como a lesbofobia no trecho narrado, também vem carregado do que nomeia como preconceito de origem:

Pelo fato de eu ser do interior de São Paulo, eu percebia um certo preconceito. Sabe, aquele preconceito, como eu posso explicar...? Eu não digo que seria um preconceito cultural, sabe... “Ah, mas ela é do interior” Isso em atividades na capital e em outras regiões. Eu percebia isso: preconceito de origem, que existe até hoje, e é algo que não deve acontecer dentro do movimento feminista (Odete).

O segundo episódio ocorreu em sua cidade:

Nós tivemos uma situação complicada agora nos 21 dias de ativismo, que havia uma presidente do Conselho Municipal da Mulher e da Diversidade daqui que não queria debater a questão das mulheres lésbicas e a questão das mulheres negras. Para ela, mulher é tudo mulher! (Odete).

Quando uma feminista, em geral privilegiada pela branquitude e/ou classe, alega que “mulher é tudo mulher”, não reconhece a extrema desigualdade que existe entre as mulheres, especialmente no contexto brasileiro. Deslegitima a importância de ações e políticas reparatórias para combater essas desigualdades. Esse feminismo não dá conta da diversidade das mulheres, mas de uma categoria essencializada de mulher. Por isso a questão da representatividade é importante na conquista por direitos e transformações.

Aí o que nós fizemos: eu falei "Não! A gente vai ter que fazer um enfrentamento, mas a gente bola nossas estratégias, vai ter que ser um enfrentamento para ela entender que ela não está dentro de uma redoma e que existem outras prioridades fora do que ela vê". Eu falei "Gente, vamos fazer um negócio bem legal com dados, com dados, para ela entender que não somos nós que estamos falando, os dados estão aí. As pessoas não podem contra os dados né". Aí o que nós fizemos? Nós fizemos um seminário, convidamos ela para participar, e colocamos todos esses

ingredientes dentro. Colocamos uma menina lésbica, colocamos uma menina negra, colocamos uma menina indígena. Ela teve que se sentar e ouvir. Para ver se abre a cabeça dela. Mas não de uma maneira agressiva. De uma maneira estratégica que a gente teve para ela entender as outras realidades. Então nós fizemos isso, através do diálogo e de várias estratégias. Porque é difícil de convencer, é difícil, extremamente difícil (Odete).

Por outro lado, essa estratégia relaciona-se com três questões caras aos movimentos por transformação social relacionadas às identidades e representatividades de grupos e aos lugares de fala envolvidos. Primeiro, atribui a responsabilidade da luta contra a lesbofobia e contra o racismo – as estratégias de “convencimento” como relatou Odete – à “menina lésbica”, à “menina negra”, à “menina indígena”. Em segundo, a representação do grupo por uma pessoa, com sua vivência singular, pode limitar a apreensão da realidade diversa entre as mulheres lésbicas, negras e indígenas. Por fim, colocar “todos os ingredientes dentro”, juntos, pode reforçar o estereótipo da “representação da diversidade”, tão valorizada pelo capital moderno, que, de certo modo, corrobora com a falsa ideia de que ter representatividade em uma mesa, em um debate, é suficiente para enfrentar a lesbofobia e o racismo, por exemplo. Por esses, entre tantos fatores, as lutas contra as violências se tornam complexas para as ativistas.

O respeito ao lugar de fala, que possibilita a diferenciação de discursos conforme a posição social de onde se fala, “os pontos de partida”, considera as vivências e experiências, também as “condições sociais que permitem ou não que esses grupos acessem lugares de cidadania.” (RIBEIRO, 2017: 61). O lugar de fala não deve limitar a pluralidade de existências entre um grupo, pelo contrário, pois cada sujeito é único, ainda que pertença a uma mesma identidade política. Tampouco, e absolutamente, não pode ser utilizado por privilegiados como instrumento de desresponsabilização de reparação histórica. “A discussão é sobretudo estrutural e não ‘pós-moderna’ como os acusadores dessa teoria gostam de afirmar” ressalta Djamila Ribeiro (2017: 68).

Para a entrevistada, o coletivo de mulheres negras que integra no interior do estado foi criado, pois perceberam que as violências enfrentadas se estruturam sobre desigualdades de raça e de gênero: “O tráfico, o trabalho escravo, a questão das trabalhadoras domésticas – que têm muitas que ainda não recebem, não sabem dos seus direitos. Estão sendo usadas também como escravas pelas patroas” (Odete), tanto que relatou sobre um caso complexo em que seu coletivo atuou para interromper violências e proteger uma jovem negra de 17 anos. A menina fora trazida para a cidade aos 8 anos de idade, com a promessa de proteção

pela família que a acolheu. Porém a realidade foi de falta de acesso ao ensino e à saúde, e de exploração do trabalho infantil. “A menina estava mantida como se fosse um cárcere privado né” (Odete).

O relato representa uma realidade brasileira ainda persistente de intensa migração de jovens de cidades rurais, interioranas e empobrecidas em busca de melhores condições de vida, mas que têm seus sonhos usurpados pela arraigada cultura coronelista, patriarcal, racista e capitalista de nosso país. Essa é uma das faces do racismo brasileiro, que se perpetua veladamente. Por isso, “é aquele negócio, você tem que prestar atenção nas coisas, no que está acontecendo do seu lado” (Odete).

Então Odete contou como essa situação foi enfrentada pelo movimento feminista para o cuidado da jovem, a partir de um olhar de cuidado entre a comunidade, mas também articulado com órgãos de proteção e justiça.

Hoje ela está numa casa de recuperação, tá estudando (...) E o cara que fez isso, o responsável, está preso. Nós conseguimos pegar uma promotora que é ligada ao movimento feminista. Fez toda a diferença (Odete).

Constata-se, por um lado, a importância dos direitos consolidados pelo Estado, uma noção de direito universal moderna - materializada no Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990) atrelado à dispositivos de coibição da violência doméstica e familiar presentes na Lei Maria da Penha (BRASIL, 2006), bem como articulação com as políticas de assistência social e educação. E, para tanto, a articulação do movimento feminista com as instituições públicas. E por outro, aponta para a relevância da inserção do feminismo nessas instituições de modo mais direto, uma territorialização das instituições.

3.2 Novos paradigmas, velha política nas instituições

Bete, mulher cisgênera heterossexual branca, servidora pública aposentada, com dupla habilitação em ciências sociais, mestre e doutora na área e militante partidária de esquerda. Atualmente não integra nenhum coletivo feminista, mas fez parte da criação dos primeiros coletivos feministas no país e foi uma das responsáveis por levar os debates feministas e a discussão de gênero para a academia brasileira entre as décadas de 70 e 80. Para ela, os ideais feministas se somaram à sua trajetória de vida.

Ora, eu sempre fui muito transgressora né. Eu acabei de fazer 17 anos e sai de casa. Vim para cá. Imagina! Então eu já era uma buscadora. Por isso que eu fiz antropologia. (...) Então eu já tinha uma percepção da desigualdade e da opressão

por ver histórias, as histórias das mulheres todas. E quando surge o feminismo, foi uma luz maravilhosa assim que aliás me deu força inclusive na minha segunda separação. Eu já estava no meu segundo casamento, me deu muita força para me separar, esses valores e tal. (...) E como eu era uma buscadora, na universidade eu conheci o marxismo, então realmente eu queimei em praça pública: família, propriedade e Estado. (...) Eu fui casada quatro vezes e nunca me casei em papel, por acreditar nos meus novos valores. Eu estava me reconstruindo. Então claro que o feminismo me abria para todo um novo lugar (Bete).

Apesar de ter tido experiência nos movimentos organizados de esquerda, especialmente em um partido político de esquerda, quando perguntada sobre o feminismo enquanto movimento político, Bete contou que o *surgimento* do feminismo – *acadêmico* - no país, confrontava a lógica partidária que se perpetuou posteriormente:

Completamente! Nunca foi partidário quando começou. Ao contrário, não só político, mas como profundamente revolucionário. Porque eu vivi nos 80 a crise da verdade dos paradigmas conceituais. (...) Nos 80 surgem conceitos como violência e gênero que transcendem as tradicionais polaridades. Que perpassam todos os lugares. Foi então uma contribuição acadêmica paradigmática muito forte o conceito de gênero, de feminismo. Aí foi essa militância [*também nas ruas*], a gente saía em uma passeata, todo mundo de branco, quando tinha algum feminicídio, que nem existia o conceito, mas quando um homem matava uma mulher (Bete. Grifo meu).

Mas então relatou como esse movimento na vanguarda do enfrentamento ao patriarcado no país foi marcado por desafios. “É claro que a gente dá um passo à frente e retrocede dois. Porque a força do patriarcado ancestral é muito forte” (Bete).

Eu paguei o preço pesado. (...) Foi uma militância barra pesada. (...) Nós éramos as feministas mal-amadas que queríamos trazer para a universidade questões que não tinham... eu me lembro de um colega dizer "gênero, isso que vocês estudam, não tem estatuto de objeto científico" (Bete).

Ademais aos enfrentamentos na sociedade e em suas escritas feministas, a herança do patriarcado ancestral era tão forte, que Bete relatou como ele incidia sobremaneira em como as feministas se organizavam institucionalmente, no partido político e na academia, o que culminou no seu afastamento gradual dos movimentos.

Aí eu vim para cá no final dos 80. Já não militei tanto. E não quis entrar no [*grupo*] de estudos das mulheres [*de uma grande universidade do país*] apesar de que tudo me levava para isso. Porque eu já me dei conta, muito forte, da presença do poder, da busca pelo poder, dentro da institucionalização do movimento. Aí realmente eu comecei a sim, a ver muita mulher botando o pau na mesa sabe (Bete. Grifo meu).

Pondera que essa disputa de poder estava intrinsecamente relacionada às assimetrias de poder tradicional dos binarismos de gênero, ao que os novos paradigmas indicavam um caminho de superação. No entanto, na prática, isso estava longe de se materializar.

Mal ou bem, por mais que a gente ainda não tivesse avançado muito na discussão do feminino e o masculino (...) depois, com a discussão da performance da Butler, eu acho que a gente avançou muito mais nessa discussão. Mesmo assim eu sentia

muito o que para mim, na minha leitura, era uma masculinização das mulheres. E isso me incomodou. Muito poder. E disputa, disputa. Disputa por cargo e tititi, historinhas não explícitas, de consultoria, de grana, etc. (Bete).

Reflete sobre os avanços da epistemologia feminista a partir das elaborações teóricas sobre gênero e suas performances. Ao passo que a herança patriarcal, na qual o feminismo está imerso, mantém armadilhas estruturais para as mulheres que se propõem ao exercício público e em instituições governamentais e não-governamentais, tradicionalmente ligado aos estereótipos masculino, engendrando as disputas por poder entre as mulheres. A inserção de feministas na academia naquele momento estimulava a competição entre elas, numa lógica mercadológica e capacitista de quem produz mais, em menor tempo, quem se articula com outras organizações, quem acessa os recursos, quem coordena, que de certo modo se mantém até os dias atuais. Ao final e ao cabo, disputa pelo status da identidade e representatividade enquanto feminista acadêmica, que exalta a produção teórica, em detrimento de uma ação concreta. Por isso, é importante um deslocamento do olhar e das práticas cotidianas.

Quando eu conheci a Judith Butler, ninguém sabia na época foi a maravilha! Foi quando eu pude ampliar mais a questão do sexo, do gênero masculino e feminino, para ver a sexualidade, as diferentes combinações. Foi uma baita de uma abertura para mim a nível pessoal. Aí que eu fui te falando, cada vez mais o movimento feminista foi à nível pessoal ficando pequeno. Porque eu fui crescendo também no gênero, imagina! (Bete).

Ao final, enfatizou outra perspectiva das disputas entre as mulheres que está na raiz de seu “descontentamento principal com o movimento feminista!” (Bete):

Falei das histórias de poder, de tirar o pau na mesa... Mas o que mais me incomodou foi nunca, nunca poder discutir... a competição entre as mulheres, os xingamentos. Putaria que rola também, não é só entre os homens! (...) Porque esse lado é real, da sacanagem, da competição. Existe uma disputa, concorrência, tirar o homem da outra. Mentiras. Nesse plano aí do afetivo/sexual. E que também nunca teve estatuto dentro do movimento feminista, como se, nos espaços que eu andei, não havia espaço para isso (...). Isso me decepcionou muito. Dentro dessa lógica de heteronormatividade compulsória, "eu vou brigar com a outra". E dentro do movimento feminista essas práticas se reproduzem. Se reproduziam, no que eu vivi. Estou falando das minhas decepções (Bete).

Bete elucida um ponto chave na vida das mulheres em geral que está intrinsecamente relacionado às hierarquias de poder: a própria estrutura machista, classista, racista, de origem, se reproduz junto às mulheres e em suas subjetividades, produzindo as disputas entre elas. As disputas dentro da militância de esquerda partidária ganhavam outro peso, como se ali essa questão fosse parte da *práxis* política, quase que justificável. Mas em relação ao feminismo que construía, “um movimento tão revolucionário como foi, como começou” (Bete), se tornou insustentável.

Ela contou como, nos anos 90, mesmo com as decepções relatadas, optou por seguir nos estudos de gênero motivada pela constatação de que as pesquisas na área eram incipientes, além de muito necessárias. Mas como falou “Eu estava machucada? Não. Eu estava decepcionada. Frustrada. De ver que é aquela velha história né” (Bete).

Eu estava muito frustrada, não com o avanço do movimento feminista porque eu acho que foi muito legal: Maria da Penha, é fato! Para a minha geração, meu deus, que uma mulher separada era puta, o que a gente tem hoje graças ao movimento feminista é incontestável. Acho que dentro dos movimentos todos, foi o que primeiro avançou. Depois o movimento de raça, indígena e tal. Mas o de mulher foi o motor chefe assim. De ir mexendo com essas estruturas, mais a nível da chamada cultura e valores (Bete).

Quando traz à tona as disputas entre mulheres, sob ótica heteronormativa, por trás de seu argumento fala do homem safado, infiel, que personifica a dinâmica patriarcal e legitima o machismo implícito entre as mulheres. Igualmente, fala da dinâmica nos movimentos sociais e nas instituições. Essas estruturas patriarcais fomentam a rivalidade entre as mulheres, que promove disputas, rupturas e afastamentos, e acaba por colocá-las umas contra as outras, e deixá-las sós, o que impede a amizade e solidariedade mútuas, e as enfraquece diante das opressões, mesmo entre aquelas que estão dispostas a fazer algo diferente no coletivo, como as feministas.

3.3 Discurso sem prática e as identidades limitantes

Rita, travesti, bissexual, é uma jovem licenciada e mestra em artes cênicas e, através de sua arte, atua como produtora cultural, diretora de teatro, atriz e poeta autônoma. Nascida em Alagoas, com ascendência afro-brasileira e indígena, se criou no Distrito Federal e hoje vive em Rio Branco (AC). Essa trajetória impacta na forma como se declara: afro-indígena, negrindia, mas que politicamente tem se “colocado mais como preta”, pois “eu sei que as opressões que eu sofro têm mais a ver com uma questão de racismo por eu ter a pele escura do que de etnia por eu ser indígena”. Ainda mais vivendo em região indígena, onde “a leitura do meu corpo enquanto mulher negra é lida em primeira instância. E enquanto indígena é lida só em segunda instância” (Rita).

A entrevistada foi inserida no campo de pesquisa quando o trabalho de coleta dos dados já estava em andamento no segundo semestre de 2019. Isso porque, naquele período, estivemos juntas em uma formação feminista para o autocuidado e o cuidado coletivo entre ativistas LGBTQs e, durante a formação, ela se declarou ex-feminista, o que despertou meu

interesse em convidá-la para a pesquisa.

No Distrito Federal, Rita fez parte de uma casa de cultura de feminismo negro. “Lá que eu participei das primeiras discussões sobre algumas frustrações em relação ao feminismo” (Rita). Hoje integra, um grupo de teatro que é também coletivo ativista de lésbicas, bissexuais, travestis e mulheres trans que trabalham a partir da arte-educação no Acre. Rita relata como a região é machista e transfóbica, onde:

a transfobia está associada não só a violência direta ou marcada como violência em relação ao corpo de pessoas trans, mas também a violência indireta que é a coisa da hipersexualização, do fetiche, porque tem muito isso aqui. Ao mesmo tempo que mata travesti, come travesti. Mas é violência né, porque você já olha para aquele corpo e determina que aquele corpo está ali para aquilo. E pode ser que esteja, como qualquer corpo pode estar. Mas ver só o estereótipo eu acho que é o que acaba saindo da questão tênue de ser ou não ser, e acabar sendo o que eu tô chamando de violência (Rita).

Nesse contexto, a representatividade das artistas LBTs, desenvolvendo trabalhos acadêmicos que transcendem a universidade sobre essa temática, tem sido fundamental no enfrentamento das violências. E o lugar de fala de Rita aí se situa.

Então eu tenho me colocado como ativista. E assim, entendendo que posso colocar um “r” e virar ativista. E afirmando ou não, ainda estou fazendo. A minha maior questão hoje em dia tem sido fazer mais e me afirmar menos, no sentido de ser uma pessoa política. Não quero me afirmar enquanto feminista, mas vou tentar observar minhas práticas e detectar, estar atenta às violências contra as feminilidades, aos corpos femininos, às mulheres, às mulheridades, e combatê-las. Ao invés de ficar dizendo "eu sou feminista", ou eu sou "transfeminista". Eu acho que eu já passei por esse lugar e hoje em dia eu reconheço que eu preciso fazer mais em vez de ficar dizendo "eu sou..." (Rita).

Questionada sobre algum evento ou situação específica que a havia levado para a construção desse posicionamento enquanto ativista ex-feminista, respondeu: “Eu só falei ex-feminista tirando onda. Foi zoeira. Porque eu adoro tirar onda. Sou debochada, né”. Mas apesar do deboche, relatou como experiências lhe despertaram reflexões sobre o feminismo “como esse lugar mesmo de não dar conta de todas as especificidades” (Rita). Primeiro, vivências bem pessoais, em âmbito doméstico:

(...) em vários momentos da minha colocação enquanto, transfeminista negra, eu estava num relacionamento heterossexual e eu me percebi reproduzindo padrões normativos cisgêneros, da dona de casa, que não bastava estar tudo perfeito ou imperfeito, pela metade, mas tem que estar perfeito. Porque eu estava desempregada e estava em casa. Então eu não posso fazer mais nada a não ser limpar a casa. E aí eu me percebi nesse lugar. E eu percebi que às vezes eu estava mais no discurso do feminismo, participando de rodas, falando o que eu acreditava, e não estava observando minhas práticas (Rita).

Esse trecho enfatiza padrões heteronormativos cisgêneros que são produto da estrutura patriarcal, ao mesmo tempo em que a reforçam, num ciclo poderoso de opressão

para mulheres, especialmente para aquelas lésbicas, bissexuais, e ainda mais para mulheres trans e travestis, a que Butler ([1993] 2019) conceitua como seres abjetos, ainda mais foras da *norma*. Essa percepção foi ampliada nas relações coletivas, presentes no interior de espaços ativistas, entre as ativistas, acarretando-lhe frustrações:

Ao passo em que eu também comecei a detectar nas minhas relações com mulheres feministas, principalmente as cisgêneras, e também algumas mulheres trans e travestis, algumas reproduções do padrão da norma cisheteronormativa (Rita).

Às vezes, a gente não percebe que demandas de pessoas pretas são demandas diferentes de pessoas brancas. E se a gente não perceber que demandas de mulheres cis pretas são diferentes de demandas de pessoas cis brancas. E de mulheres cis pretas são diferentes de mulheres trans pretas. E de mulheres trans pretas, diferentes de mulheres cis brancas também. Eu acho que a gente acaba se perdendo (Rita).

Rita traz para o debate a importância da diferença, em seu sentido filosófico, como processo ou conjunto de propriedades pelas quais uma entidade, uma pessoa ou grupo se distingue de outros em um campo relacional. As diferenças dos marcadores de gênero e raça, entre outros, trazem vulnerabilidades e pautas que demandam atenção.

Muito complexo você ficar atenta o tempo inteiro a essas especificidades das pessoas. Porque de algum modo, a gente precisa encontrar o ponto comum para poder levantar a força de batalha mesmo, para ir à luta. Mas nesse lugar de levantar a força de batalha "somos todas feministas" ou "ninguém solta a mão de ninguém", a gente acaba se ferindo e não estando atenta às diferenças que eu acho que é o mais importante (Rita).

Neste ponto, Rita chama atenção para a máxima “ninguém solta a mão de ninguém”, termo que se tornou popular por setores de esquerda no Brasil em 2018, no contexto de resistência à eleição de Jair Bolsonaro. Apesar de ter sido incorporado entre os diversos setores da sociedade nas ruas e na internet, o termo relaciona-se a elaborações feministas anteriores de unidade entre mulheres, de união, de sororidade. E Rita aponta essa relação ao indicar que esse lugar do “ninguém solta a mão de ninguém” é também o de “encontrar o ponto comum (...) [*universal*] para ir à luta” no sentido de que “somos todas feministas” como central ao feminismo (Rita).

“O que nos unifica? Tenho feito essa pergunta e acredito que existem pontos de unidade. Primeiro, temos uma agenda histórica do feminismo”⁸⁴, afirmou Berenice Bento (2017. Sem paginação). Nesse contexto, a sororidade vem sendo difundida entre setores feministas como uma alternativa ao enfrentamento das opressões, como os estereótipos da

⁸⁴ “É importante destacar, contudo, que estou me referindo aos feminismos brasileiros” (BENTO, 2017. Sem paginação).

rivalidade e da separação entre mulheres, frutos do patriarcado.

Marjorie Chaves explica: “na sua origem em latim, ‘soror’ significa irmã, por isso, o sentido de irmandade entre mulheres ou união entre mulheres”. E afirma que “a sororidade é capaz de causar transformações em favor das mulheres e também resguardá-las de abusos e violências comuns de uma sociedade patriarcal e racista como a nossa”. Para tanto, como destaca, na sororidade:

a ideia central é de solidariedade entre as mulheres, na crença de que todas são igualmente oprimidas, e por isso, necessitam se unir em busca da equidade de gênero (...). Porém, há um limite nessa compreensão, pois as experiências do que é ser mulher são diversas e não cabem em um único sujeito do feminismo (CHAVES, 2020. Sem paginação).

Por isso, o uso do termo não é consenso entre as feministas. Bento (2017) vai mais longe:

há múltiplas divergências entre os feminismos, e em alguns momentos fica difícil reconhecer em algumas posturas uma identidade política feminista, fazendo-me interpretar a sororidade como um dos mitos que constitui o imaginário feminista. Um mito muitas vezes perverso porque, acredito, termina por não enfrentar práticas violentas de mulheres contra mulheres. Esquece-se ainda que as mulheres também têm classe social, sexualidade, religião (...). Agem desta forma porque seus interesses de classe são prioritários. E isso o mito da sororidade tenta silenciar (ib. sem paginação).

Existem ainda outros “feminismos radicais” que são contra a participação de pessoas trans nos movimentos feministas. (...) Ou seja, há um núcleo comum entre as feministas, mas nessas situações de tensão, esse núcleo desaparece e é difícil identificar uma unidade para construir uma pauta em conjunto (id.: Ib.).

Para hooks (2000), o patriarcado deve estar no centro de todos os embates feministas, como uma unidade das lutas. Porém, sem enfrentar a real complexidade do sistema de opressões sobre as mulheres, a política vai lentamente sendo removida do feminismo e engolida pelo Estado e agências internacionais, e isso mina a teoria e a prática feminista, a política feminista em si. Um dos riscos de se esvaziar o sentido político radical da teoria feminista foi sinalizado por hooks quando, em 1980, nos EUA,

A evocação de uma irmandade politizada, tão crucial para o início do movimento feminista, perdeu o significado, pois o terreno da política feminista radical foi ofuscado por um feminismo baseado em estilo de vida que sugeria que qualquer mulher poderia ser feminista, não importando suas crenças políticas (hooks, 2000: sem paginação).

O contexto feminista radical estadunidense exemplificado por hooks não é o mesmo do feminismo brasileiro, que, como demonstrado, vem estabelecendo outras formas de se relacionar com as instituições patriarcais, como o Estado brasileiro. Tampouco é o mesmo

que o feminismo auto identificado como radical na contemporaneidade⁸⁵. No entanto, a argumentação a respeito de uma noção politicamente esvaziada de irmandade sobre as mulheres vem ao encontro do que a entrevistada chama atenção a partir da observação de sua vida pessoal e em contextos ativistas, que é o risco do discurso feminista esvaziado de uma ação prática de atenção às diferenças, de cuidado.

O “não estar atenta às diferenças”, dito por Rita, provoca feridas entre as mulheres. E deste modo, como feministas, “eu acho que a gente acaba se perdendo” (Rita). A entrevistada aprofunda sua argumentação ao indicar que não só a prática feminista parece estar desconectada da teoria, em inúmeros casos, como a própria teoria feminista, especialmente aquela enraizada nas experiências europeias e norte americanas iniciais, é insuficiente para abarcar o conjunto da diversidade latina e brasileira.

E assim, eu tenho pensado o feminismo como esse lugar mesmo de não dar conta de todas as especificidades. Porque realmente não dá conta. Porque para pensar o feminismo, talvez a gente precise desapegar um pouco da Judith Butler ou de algumas referências norte-americanas. E cair aqui para o Brasil, para a América Latina. Repensar o que que é ser mulher na América Latina. Seja a mulher cisgênera, branca, preta, indígena ou trans, dentro dessas especificidades, mas: o que é ser mulher na América Latina? (Rita).

Eu estava lembrando da Hija de Perra sobre a teoria queer e ela critica muito a Judith Butler. Ela é do Chile. E ela é uma travesti chilena. E aí ela põe isso em cheque. Ela fala que "a minha travestilidade não é conceituada pela transexualidade ou transgeneridade norte-americana, porque eu sou chilena. O que Judith Butler fala sobre essa diferença ou essa não heteronormia não se aplica ao meu contexto". Ela é até debochada, e muito. Ela escreve, mas não deixa por menos (Rita).

No trecho narrado, enfatiza as contribuições da travesti, performance e pensadora chilena Hija de Perra em refletir sobre a realidade das travestis e outras corpos dissidentes do cone sul, que não se encaixam nas definições da teoria queer, de origem norte-americana da década de 90, a qual Butler aparece como precursora.

Segundo Butler, em relação às origens do termo inglês de 400 anos atrás, “queer

⁸⁵ O feminismo auto identificado como radical globalizado (BENTO, 2017) não é o mesmo que o referenciado por hooks (1984) de crítica total às instituições, pois que todas são patriarcais. Em outro texto, Bento apresenta ressalva importante: “não considero ‘o feminismo radical’ como feminismo, mas como uma expressão de uma existência fascista” (BENTO, 2019: 198), o qual defende equivocadamente que as sujeitas da política feminista são apenas mulheres cisgêneras, ou seja, aquelas que se identificam com o gênero que lhes foi atribuído ao nascer – feminino, em uma perspectiva estritamente biologizante, e, por isso, “fascista” para a autora. Também há uma perspectiva desse “feminismo radical” contemporâneo de repulsa aos homens, considerando todos eles símbolo de machismo e misoginia. Neste trabalho, também parto do entendimento do “feminismo radical” contemporâneo como extremista, potencialmente opressor a determinados grupos de mulheres, entre outros. E liberal e individualista, esvaziado de seu sentido político (hooks, 1984). Opto, então, pela construção de um feminismo libertário.

adquire todo o seu poder precisamente através da invocação reiterada que o relaciona com acusações, patologias e insultos” (Butler, 2002: 58). Para Leandro Colling (2007), a ideia da teoria é a de ressignificar o termo, como forma de positivar as práticas que se colocam contra as normas socialmente aceitas, como as realidades das/os LGBTs.

Hija de Perra ressalta que antes mesmo dessa teoria, a violência contra gays, lésbicas, travestis e trans já era forte nas terras latinas, especialmente no Brasil, Chile e Argentina, países nos quais, em contextos de enfrentamento ditatorial, foram surgindo movimento de resistência que não têm relação direta com movimentos internacionais.

Me refiero con esto a cómo los nuevos saberes del Género se agolpan en nuestros límites territoriales y nos encasillan con nuevas etiquetas para fomentar y entender el ejercicio de la existencia y sus diferencias sexuales. Así hoy en día los del norte nos indican una nueva lectura para comprender lo que ya existía en nuestras tierras. (...) Parece que todo lo que habíamos hecho en el pasado, actualmente se amotina y armoniza dentro de lo que San Foucault describía en sus años en la Historia de la sexualidad y que mezclado con los años de feminismo maravilloso finalmente acaban en lo que la Santa Butler inscribió como queer. Soy una nueva mestiza latina del cono sur que nunca pretendió ser identificada taxonómicamente como queer y que ahora según los nuevos conocimientos, estudios y reflexiones que provienen desde el norte, encajo perfecto, para los teóricos de género en esa clasificación que me propone aquel nombre botánico para mi estrafalaria especie bullada como minoritaria (PERRA, 2015: 10/11).

O termo queer é traduzido para o português e o espanhol como *bicha*, sendo esse um dos primeiros erros ao importar a teoria queer ao contexto latino-americano (COLLING, 2007). Ou seja, a importação do termo reduz as vivências aqui existentes. E ainda, parece corroborar com o que Hija de Perra destacou sobre prática comum em sociedades colonizadas: “Hoy hablo situada geográficamente desde el sur, pero muchas veces pareciera que me valido hablando desde el norte, como siguiendo el pensamiento que nos guía la matriz del dominador” (PERRA, 2015: 10). Assim, a argumentação de Rita indica a necessidade de uma atualização do feminismo latinoamericano e brasileiro: “Eu acho que a gente precisa usar mais as referências da gente mesmo, da nossa terra. E desconstruir esse feminismo. Para mim ele tem que sair dessa coisa teórica, e assumir a prática. É isso que eu tenho observado” (Rita).

Eu acho que toda a minha questão com o feminismo é sobre ele só ser teoria, e, mesmo na teoria, não dá conta de contemplar nem mesmo uma mulher branca (Rita).

Por isso, as vivências a nível pessoal e coletivo, para Rita, a conduziram a perceber um hiato entre as teorizações feministas, e as práticas feministas em si, levando ao questionamento da sororidade como laço universal de união das mulheres. Isso porque “uma

coisa é você ser feminista dentro de casa, ou nas suas relações mais próximas, ou nas suas relações afetivo-sexuais. Outra coisa é você tomar isso como um lugar de ativismo. Essas reflexões construíram nela “essa onda de ser ex-feminista”.

Rita chama atenção às responsabilidades que, como feministas, tem no mundo. E vai além, indicando que a construção de sua subjetividade perpassa esse campo político, no entanto, parafraseando Hija de Perra, não deve ser aprisionada há um rótulo ou a expectativas socialmente construídas.

Por isso que eu também me coloco como não feminista hoje em dia. Porque eu não quero estar no lugar da reprodução do discurso, ou seja, eu não quero ser convidada para falar sobre feminismo, eu não quero ser convidada para falar sobre transexualidade. Não! Eu quero ser convidada para falar sobre meu novo espetáculo que eu estou produzindo, minha zine, meus livros, enfim, se eu falar sobre isso, eu sou artista, eu estarei sendo ativista, eu estarei sendo feminista, eu estarei sendo... Sabe, eu me coloco nesse lugar de não feminista justamente para tentar mostrar para o povo que além de um discurso, eu sou uma artista, e eu produzo. Eu acho que o que tem me incomodado é que as pessoas não têm me visto tanto enquanto artista e mais enquanto ativista. Para mim arte é a coisa mais importante. Quando minha arte estiver sendo suprimida por um rótulo, eu não quero ser esse rótulo. Eu quero ser minha arte (Rita).

Ao mesmo tempo em que questiona a teoria esvaziada de prática presente no feminismo, ela indica como o rótulo – feminista – de certo modo, ignora a multiplicidade de elementos que a constituem enquanto pessoa: travesti, bissexual, afro-indígena, nordestina, artista, produtora e além. A autoidentificação enquanto feminista, e o reconhecimento público – político – desse lugar de universalidade, de certo modo, engessa e impede que ela possa ser vista e reconhecida em sua totalidade. Esse engessamento está relacionado à história das opressões. E para ser sujeita de direito, com reconhecimento para brigar por seus direitos, há que se encaixar nas identidades políticas construídas, correspondendo às “fantasias de homogeneidades” engendradas pelo Estado (BENTO, 2021).

Nesse sentido, os relatos de Rita contribuem para a construção de um argumento de que não só há inúmeras diferenças entre as mulheres, entre as feministas, que geram desigualdades, e que esse tema carece de teorização mais substancial e prática feminista que dê conta dessa pluralidade para o enfrentamento das desigualdades de modo concreto. Suas reflexões também auxiliam o argumento de como as identidades são construídas no jogo de poder das relações sociais e institucionais, de modo que essa construção pode limitar as subjetividades, para um não reconhecimento de que elas têm outras necessidades, outros desejos, conforme Segato (2020), além do direito a não violência de gênero ligado às lutas feministas e, no caso, transfeministas.

Novamente retomo a importância do lugar de fala elucidado por Ribeiro (2017) como possibilidade de transcendência do lugar socialmente construído, e não apenas de sobrevivência nesse mundo marcado por desigualdades e violências. Ao se considerar o direito de ter voz na ciência e na política em geral, faz-se indispensável reconhecer o

direito à existência digna, à voz, estamos falando de locus social, de como esse lugar imposto dificulta a possibilidade de transcendência. Absolutamente não tem a ver com uma visão essencialista de que somente o negro pode falar sobre racismo, por exemplo (RIBEIRO, 2017: 64).

E a autora questiona: “Quando existe algum espaço para falar, por exemplo, para uma travesti negra, é permitido que ela fale sobre Economia, Astrofísica, ou só é permitido que fale sobre temas referentes ao fato de ser uma travesti negra?” (RIBEIRO, 2017: 77). Portanto, há uma diferença fundamental entre lugar de fala e representatividade. E o lugar de fala não significa limitar ou restringir quem pode falar sobre quais assuntos, mas sim, o reconhecimento de que todos abordamos qualquer assunto a partir de ponto de partida específico.

Há três questões relevantes. De um lado, a importância de que pessoas que se aproximam da norma hegemônica construam conhecimento considerando seu próprio lugar, ou seja: pessoas brancas refletindo sobre branquitude, homens sobre masculinidades, pessoas heterossexuais sobre a heteronorma, pessoas cis sobre a cisgeneridade compulsória etc. Por outro lado, trata-se de reconhecer a legitimidade da fala de quem não está inserida/o na norma hegemônica, que só é possível se o reconhecimento do lugar de fala for feito nos termos propostos por Djamila Ribeiro, não essencializada. E, por fim, que essa ferramenta de reflexão e de discurso colabore para além do jogo político de representatividades, permitindo que as pessoas vivam e se expressem em amplitude.

3.4 De que cuidado estamos falando? Reflexões sobre um coletivo feminista

Esta sessão é composta pela análise de duas entrevistas. A primeira refere-se a uma entrevistada que atendeu ao convite disparado pela orientadora desta dissertação. A segunda foi indicada pela primeira. Ambas trazem relatos acerca da participação delas em um mesmo movimento feminista do Rio de Janeiro. São elas:

Marta, mulher cisgênera, preta, nascida na periferia do Rio de Janeiro. Atualmente reside no centro da capital. Graduada e pós-graduada em sociologia, assessora parlamentar. Antes de participar do movimento feminista em questão, relatou que teve “contato com

peças de coletivos que, apesar de serem feministas e eu concordar muito com os posicionamentos, eu não gostava das atitudes. Coisas que eu achava violentas assim. Isso me distanciou”. Ela se referiu a posicionamentos reativos de feministas, em relação aos homens, e também entre si, o que, segundo ela, “não acho que politicamente é a melhor estratégia, mas é compreensível” (Marta).

Ela explicou que talvez pelos privilégios que possui – como o acesso à escolarização formal e especializada, um emprego de status enquanto a maioria das pessoas da idade dela estão desempregadas, e uma família que lhe dá suporte financeiro e emocional - “fazem eu não sentir muito o impacto do machismo” (Marta), o que a leva para a compreensão de tais atitudes. Mas ela também sinalizou sua experiência enquanto mulher nascida e criada em São Gonçalo, região periférica, “um lugar muito estigmatizado”, e que, “com o movimento de vir para o centro da capital, soma-se várias questões, como uma experiência que visibiliza bastante as contradições da cidade desigual”. Sua trajetória de vida, marcada por vulnerabilidades de gênero, raça e território, mas também por certos privilégios, se torna relevante nas dificuldades de interação com as ativistas do referido movimento, o primeiro que ela participou.

Por outro lado, Natália, a segunda entrevistada, possui uma experiência maior em coletivos. Ela fez parte de grupos ligados à descriminalização das drogas e feminismo no Distrito Federal e no Rio de Janeiro. Mulher cis heterossexual, branca, nascida no Distrito Federal. Reside na zona oeste do Rio de Janeiro, cidade onde realizou graduação, mestrado e doutorado em filosofia. Lecionou como professora de filosofia, inglês e espanhol. No momento da entrevista encontrava-se desempregada, estudando para concurso universitário. Também foi uma das fundadoras do movimento em questão. Na atualidade, define-se como cultivadora. Ressalto que eu já conhecia Natália de espaços ativistas no DF, porém isso só foi explicitado no momento de convite e agendamento da entrevista, após a indicação de Marta.

Ambas integraram um movimento feminista antiproibicionista, ligado à uma rede nacional de feministas antiproibicionistas surgida em 2016:

dentro do movimento canábico e antiproibicionista, as mulheres sempre foram minoria. É um ambiente que objetifica muito a mulher. As mulheres sofriam muito nesses espaços, silenciamento, enfim, todo tipo de violências simbólicas (Marta).

Ao explicar as motivações para sua participação, à despeito de suas críticas a posturas radicais das feministas percebidas por ela anteriormente, ressalta:

Eu achei muito interessante, porque como eu posso dizer, ideologicamente, era centrado pelas questões que afetam a mulher de uma forma interseccional. Pensando na sociedade, pensando na questão das drogas (...). Não é só um movimento feminista, porque dentro do movimento feminista falar sobre drogas não é algo tranquilo. Acho que isso foi o que me fez entrar no movimento. Eu não entraria no movimento feminista se fosse só um movimento feminista (Marta).

E por isso, para ela, a luta antiproibicionista parece ser mais potente.

É total! É muito mais visceral. Tem um impacto social muito maior do que o feminismo. (...) Porque assim, feminismo é algo muito pequeno quando você está dentro de uma favela com medo de morrer. Não tem sentido discutir feminismo. Faz sentido você discutir saneamento básico, você discutir violência policial, você pensar soluções para as mortes, pensar em soluções muito mais coletivas. Eu percebo que tem uma diferença: o que é o coletivo dentro de uma favela, o que é coletivo fora de uma favela. Dentro da favela eu acho que o coletivo acontece mais (Marta).

Argumenta que existem vários tipos de feminismos. E que talvez aquele feminismo que com o qual tenha tido mais contato, pela academia, “é um feminismo que eu considero muito neoliberal, branco, que eu acho que é um feminismo que não consegue contemplar toda a minha diversidade sabe. Não acho tão bacana” (Marta). Diante disso, os fatores relatados que a levaram a se aproximar do ativismo feminista antiproibicionista são: ser usuária de drogas, ter participado de pesquisas sobre o uso medicinal da *cannabis*, perceber o sexismo na luta pela legalização da maconha e ter sido convidada a integrar o movimento por feministas que sabiam da sua pouca experiência no movimento social.

Natália complementa que algumas pautas centrais fundamentam a atuação do feminismo antiproibicionista, como anticapitalismo, antirracismo, luta antimanicomial, intrinsecamente relacionados com o debate sobre o encarceramento da população negra e das mulheres, e a criminalização das drogas e do aborto. A instituição desse movimento representou a “demarcação de território do espaço feminista dentro do movimento da maconha” (Natália), o que ampliou e aprofundou o debate.

O que eu aprendi muito nesses encontros nacionais, exatamente a grande ficha que caiu, foi que o movimento antiproibicionista dá um recorte da luta contra o racismo. A minha própria forma de engajamento também estaria contribuindo por exemplo, o que aqui no Rio a gente vê que é culpa da "guerra às drogas" que é um termo chulo. Não é nem guerra às pessoas, é um genocídio. Genocídio! Porque guerra tem dois lados. Aqui a gente não tem dois lados, a gente só tem morte (Natália.).

Os relatos que seguem, de ambas as entrevistadas, demonstram como as formas de organização e as metodologias implementadas pelo movimento em questão, de certa forma, se mostram contraditórias a algumas pautas defendidas, e geraram dissensos e descuidos. Primeiro, como ressaltou Marta, o movimento sempre teve mais mulheres brancas e

acadêmicas. Apenas ela e outra mulher negra, também acadêmica, o compunham. E uma das questões de debate é que as reuniões internas sempre eram no centro da cidade, o que era um entrave à participação de gente da periferia, “ainda mais considerando a questão do dinheiro para se locomover para a zona sul do Rio” (Marta).

Para Natália, falta de acesso a recursos é uma questão ainda mais ampla:

Quem que está no ativismo? Quem é que tem tempo? Tem grana, saúde, beleza, paz de espírito e controle emocional para estar ali militando num grupo? (...) Eu acho até fofinho assim falarem assim "ah, a gente tem que ter um espaço para as mães poderem vir na reunião" "Mas que mães, cara? Você acha que uma mãe trabalhadora no fim do dia vai pegar o filho e vai vir para uma reunião feminista no centro da cidade onde você mora perto?" Tá ligada. Ainda tem essa coisa geográfica! (Natália).

Mas no cotidiano, sinalizou Marta, muitas mulheres que desejavam participar das reuniões de acolhimento, e quem sabe, integrar organicamente o movimento, questionavam o fato dos encontros serem sempre no centro. “E eu via que era uma crítica que não era atendida”. “Apesar de ser um movimento de feministas antiproibicionistas, não fazia isso (...) não ia para os espaços marginalizados” (Marta). Assim como Marta, Natália soube de mulheres que não se sentiram acolhidas.

Quando chegou uma mulher que compunha um coletivo das Mulheres em Situação de Rua aqui do Rio, a galera não conseguiu acolher. Quando chegou também a ativista trans, a galera não conseguiu acolher. Não conseguiu acolher ninguém. Eu conheço pelo menos umas três minas negras que têm tretas de tentar chegar e de achar que o espaço já não era para elas (...). E aquilo eu achava estranho. E realmente era isso, não era de boa! (Natália).

O acolhimento eu acho que é você, além de se mostrar aberta, porque é difícil você se mostrar aberta, não chegar já com todas as respostas prontas, mas querendo saber da outra, de onde a pessoa vem, como é que ela está se mantendo. Eu acho que falta o acolhimento do... aquela pergunta "você está num estado emocional psicologicamente equilibrado para poder estar aqui?". (...) Quando você fala de mulheres maconheiras você tem todas essas diferenças de perfil né que mexe muito com o emocional da galera (Natália).

Além do que, segundo ela, depois de um determinado encontro ou reunião

não tinha muito esse cuidado de manter uma relação, até porque a gente não tinha espaço próprio, e não tinha grana para manter nada. Era quase que só um grupo de whatsapp. (...) Depois de participar da reunião, vai para o grupão porque “quando tiver manifestação a gente te recruta para ir fazer volume” (Natália).

Nesse momento da entrevista, sinalizou outra questão de descontentamento, que também se refere ao não acolhimento de questões centrais ao feminismo, e uma contradição entre as teorias, que embasam as pautas e prática do movimento.

Esse grupo de whatsapp era super escroto quando alguém falava sobre aborto. Ainda era um grupo opressor nesse aspecto. "Aqui é para falar de droga, mas não falar em aborto". Porra! Assim, a mina pedindo ajuda, não tinha ninguém para

acolher. Não tinha uma forma feminista de fazer as coisas! (...) Era meio isso o movimento todo, bem escroto em relação ao aborto por conta da segurança. Não é seguro fazer um aborto, e a pessoa vai fazer do mesmo jeito. Não é seguro fumar maconha, e as pessoas fumam do mesmo jeito. É uma contradição, porque é um grupo antiproibição e você está proibindo um assunto porque é perigoso. Não pode falar de outras drogas, não pode falar de nada! (Natália).

Marta destaca que como jovem, recém-chegada no movimento feminista, ela foi uma das pessoas que enfrentou barreiras em termos de acolhimento, e sua experiência foi atravessada por desafios no campo dos diálogos intergeracionais.

Eu comecei a observar elas, as mulheres mais velhas que eu, com mais de trinta anos, mulheres com mais experiência, com muito mais malícia assim para algumas coisas do ativismo que eu não tinha, e eu acho que uma das coisas que eu sentia falta era dessas mulheres terem um pouco mais de empatia, assim, com os meus erros, com as minhas dificuldades. (...) E não era uma diferença gigantesca de idade, de vida. Mas era grande sim em termos de experiência na militância, entende? Fazia muita diferença, e eu percebia que não tinha muita iniciativa de algumas mulheres (...) de tentar me deixar por dentro das coisas. Evitar algumas coisas, entendeu? Eu percebia que não tinha muito companheirismo nesse sentido. E aí com o tempo isso foi se tornando um pouco chato para mim porque – e aí vem uma questão pessoal minha, que eu acho que foi o principal para eu sair, para eu me afastar da rede: eu acho que não havia muito cuidado entre as mulheres assim, muita falta de paciência. Tipo, no grupo de whatsapp, muitas discussões, muitas agressividades assim às vezes desnecessárias (Marta).

Ela também sentiu o afastamento dessas mulheres mais experientes do coletivo quando começou a trabalhar como assessora parlamentar. A preocupação de que relatou foi na esfera da representação política do movimento. De modo que foi sendo impedida de participar da articulação com outros coletivos ou instituições, como foi o caso da Plataforma Brasileira de Políticas de Drogas, em nome do movimento. Não só impedida, mas isso foi se mostrando de maneira ríspida nos espaços de construção coletiva, especialmente por mensagens trocadas entre as ativistas no grupo on line.

Foi um momento que a Plataforma pegou e sugeriu um encontro aqui no RJ para articular movimentos sociais, chamou algumas pessoas que seriam representantes desses movimentos. (...) E aí depois, queriam se aproximar de assessores parlamentares, de pessoas ligadas à política. A Plataforma realmente é muito voltada para essas questões políticas mesmo, assim, da política institucional melhor dizendo. Não necessariamente nessa política de mobilização popular. E eu estava nesses dois, uma pessoa meio híbrida, como ativista e como assessora parlamentar. Quando as meninas explicaram da Plataforma no grupo, já estava havendo um pouco de desgaste sobre a representação. Aí eu fui perguntei no grupo “e aí gente, pô, quero participar dessa reunião”. E aí recebi uma resposta assim, eu não me lembro com detalhes, mas assim, uma resposta me dando um corte assim, e eu, “nossa cara, que isso?” Aí eu fiquei me sentindo muito mal. (...) Essa mulher, ela tinha muito destaque, uma pessoa que era próxima de mim na academia, eu não a conhecia só desse espaço de militância, uma mulher negra, a única que eu te falei que era negra. E ela tinha muito destaque. E eu via que ela me dava várias patadas, e eu ficava muito sem entender. Eu ficava “pô, ela é minha referência de mulher negra na academia. E na militância”. E ela era talvez aquela coisa do oprimido se tornar um pouco o opressor. Eu discuti isso até um pouco com

algumas amigas minhas. E era bem interessante, se eu for pensar de uma forma assim distante, ela distrajava não só a mim, várias outras mulheres e pessoas em geral. Uma pessoa que tem essa postura reativa assim. Eu imaginava que ela tinha passado por muita coisa na vida.... Mas eu ficava muito triste. Eu pensava “cara, qual o propósito de eu estar aqui?” Isso foi esse ano, tem uns dois meses que eu sai (Marta).

No trecho narrado, destaco o posicionamento de Marta enquanto “pessoa meio híbrida”, com participação no movimento social e na instituição Parlamento. A hibridez da entrevistada se alinha ao mencionado por Segato (2002), como uma saída para o movimento feminista, que justamente deve manter um pé nas instituições e outro na vivacidade do movimento e nas mobilizações de rua. Sob essa leitura, Marta não deveria ser lida como ambígua, representando um risco ao movimento. Pelo contrário, estaria em uma posição favorável ao fomento de articulações para o alcance das pautas.

Destaco também a rivalidade estabelecida pela companheira negra, sua referência de mulher negra na academia e no movimento, ao que já elabora sobre uma possível justificativa: “talvez aquela coisa do oprimido se tornar um pouco o opressor”. Posteriormente, ela afirmou: “Em alguns momentos eu também falei da mesma forma, porque acaba que quando você está sendo atacada, você acaba também...”.

E é uma situação que eu acho muito chata, de ser uma mulher negra dizendo que outras mulheres negras não tiveram cuidado. Difícil. Quando elas conseguem ter um protagonismo em um espaço. Isso me deixa bem triste. Tem uma disputa, de certa forma. E eu nunca entendi por que naquele espaço, eu era a mais nova, eu não representava uma ameaça, ninguém ali era uma ameaça pois todas em tese eram companheiras (Marta).

A narrativa exemplifica que, ainda que no contexto feminista antiproibicionista, a força do patriarcado está presente e permeia as relações internas. Sendo a produção de rivalidade e disputa entre as mulheres, uma grande ferramenta patriarcal para manter a dominação de corpos femininos. Ainda que seja uma mulher negra, inscrita na opressão interseccional e uma ativista por direitos humanos, não está livre das amarras patriarcais. Bem como as demais ativistas imersas no jogo de disputas. Bem como o movimento em si. Ao passo que Marta também foi percebendo a tomada de decisões arbitrárias por pessoas internamente. Algumas delas também ligadas a partidos políticos e utilizando do aparato político institucional para exercer poder no coletivo.

E aí foi isso, eu acho que muito disso se deve à uma tentativa de protagonismo em grupos que são horizontais, em tese, sempre tem isso né, sempre tem alguém que quer se tornar, que ter um destaque e que acaba monopolizando um pouco as coisas. Eu percebia um pouco isso, principalmente porque é um grupo pequeno (Marta).

Também percebeu certa resistência do movimento em dialogar com determinados setores, o que novamente parece-lhe estratégia não acertada, tendo em vista o histórico do movimento feminista de articulação com instituições para criação e efetivação de políticas públicas, e a prevalência de diálogo com partidos políticos.

Eu falo muito isso: na área de políticas de drogas, cara, se não tivessem, que são pouquíssimos parlamentares que discutem esse discurso assim, do que é enfim, redução de danos, do que é comunidade terapêutica. (...) Aí como que você vai querer fechar o diálogo com esses parlamentares que abrem essa brecha? Senão a gente não consegue, minimamente, o movimento social, quando eu falo a gente né, os movimentos, a gente não consegue enfim proteger direitos que já estão muito frágeis no momento atual. Então assim, pô eu vou deixar de conversar com determinado político e vou deixar passar uma lei sabendo que são as comunidades terapêuticas que acabam com as redes de atenção psicossocial? Eu não vou fazer isso! Eu tenho que disputar esse espaço também com a direita né. (...) Não tem como você conseguir disputar com um discurso fechado. O que você pode fazer é tecer alianças políticas, é traçar estratégias dentro do Parlamento que consigam fazer com que você utilize aquele espaço para as demandas do movimento social. Mas isso demanda muita habilidade política, enfim... (Marta).

Novamente, retomo Segato (2002) pelo posicionamento híbrido aos feminismos contemporâneos no contexto de extrema institucionalização dos movimentos. Um olhar atento ao diálogo com o Estado e as agências à medida que estas possibilitam o reclame de acesso a recursos e garantia de direitos, como aprovação de uma lei, no caso explicitado. Ou seja, há que se ter postura seletiva em relação às instituições, mas essa seleção não deve ser arbitrária e servir a propósitos de exercício de poder dentro dos movimentos. Deve estar relacionada aos propósitos do coletivo em si e das pautas defendidas diante de cada cenário que se apresente.

Em relação à tomada de decisões arbitrárias e atitude centralizadora de algumas ativistas, especialmente no diálogo com diferentes ativistas e diferentes espaços institucionais, Natália chamou atenção para o que conceituou como “maquinarização do movimento”. A maquinarização ocorreu devido às disputas que geraram uma hierarquização no espaço coletivo, “mesmo tendo prometido ser horizontal” (Natália).

Foi algo assim, um dia recebemos o comunicado: “estamos promovendo reformas dentro do coletivo para aprimorar o funcionamento. Então agora vai ter um departamento econômico, vai ter um departamento comunicacional”. Departamento não, um grupo de trabalho ou uma representante, outros nomes... Mas era isso, cada cidade ia eleger três pessoas para serem nucleares à articulação nacional. (...) Era para ser um movimento aberto, mas não estava aberto. Porque o que aconteceu foi isso: o pessoal tinha essas subdivisões de núcleos e tal. Mas aí depois criava um subgrupo para falar “nós três aqui é que mandamos”. E aquela coisa assim “essa é uma arte ou um cartaz para reunião aberta, mas o que a gente decide, as coisas importantes, são feitas nas reuniões fechadas”. E para participar das reuniões fechadas... (Natália).

Uma das consequências dessa maquinação em grupos de trabalho e núcleos impactou nas suas atividades. Como uma das primeiras integrantes, foi responsável por criar a página do coletivo na internet. No entanto, “Sem aviso prévio, me bloquearam!”. “Como é que tira meu login por que teve uma reunião nuclear nacional sem eu participar, e tudo que vai passar, vai passar antes pelo crivo do grupo de comunicação?” (Natália). Contou que a maquinação estava relacionada também à chegada de recursos financeiros oriundos de editais, inclusive ajudou a traduzir e inscrever projetos para vários editais. Mas a implementação dos recursos também foi arbitrária.

Aquí a gente tinha mais pessoal que trabalhava com assessoria de imprensa, ou com assessoria de determinados políticos, e que tinha mais tempo para isso. E que desenvolvia melhor na reunião. E que morava mais perto. E todas essas vantagens de privilégios que você fala "pô, esse é um grupo para quem pode" Quem pode, pode, quem não pode, se sacode! (...) Eram só as meninas que tinham grana, tinham articulação política, tinham advogado, que transformaram isso num trabalho mesmo. (...) É de novo o meu ponto: "quem são as pessoas que têm tempo, dinheiro, espaço, autonomia, autocuidado, tudo garantido para estar preocupadas em lutar pelo bem coletivo?" É alguém que já está bancado. (...) E as reuniões também sempre costumam ser em lugares de determinados partidos políticos. Então quem é anarquista já não cola. Está bem partidário o negócio. Mas por isso, como é que você vai ser ativista se você não tem alguém bancando? Porque você quer, por que você vive de ar? Não dá! Você é estudante, consegue ir junto, legal. Mas na vida adulta, como você vai ser ativista se você não trabalha com isso? Não é engajado! (Natália).

Natália exemplifica uma prática ainda hoje comum a diversos movimentos brasileiros ao se articularem com partidos políticos e agências financiadoras na intenção de desenvolverem suas bandeiras de luta, que acaba representando um entrave a sua autonomia, além de gerar disputas internas que os acabam enfraquecendo. Marta relatou que chegou um momento que estar no movimento parecia um trabalho.

Não parecia mais ativismo. Eu sentia uma relação de, ou melhor, uma necessidade de prestar esclarecimentos, de, enfim, todo um rigor, que é o rigor que eu tenho no meu trabalho, que não era mais amor, não era mais paixão, era um desgaste, e era um compromisso. Eu estava muito mais ali pelo compromisso do que pela causa. E havia muita cobrança sobre isso, de estar presente numa reunião, escrever um texto... e ainda sendo desqualificada na minha participação. Muita cobrança, muito julgamento também, sabe. Coisas muito efetivas assim, de ter que tomar cuidado com o que fala, eu tinha muito cuidado assim sabe para não falar uma besteira sabe, de ser julgada, principalmente por ser mais nova. Além das falas agressivas no whatsapp, de uma mulher que estava se destacando né. Eu ouvi isso em outros movimentos também que as pessoas se sentem no direito né de uma mandar nas outras. Ai fica uma relação que eu acho que é muito muito feia. É muito estranho. Não tem porque alguém mandar, te desqualificar, porque você não fez determinada coisa, ou porque você não tem determinada experiência. As coisas não tinham que ser assim, sabe (Marta).

Essa maquinação via institucionalização transforma o cotidiano ativista em

trabalho institucional, refém da lógica empresarial. E dentro do sistema patriarcal e capitalista, essa lógica justifica o excesso de trabalho, as cobranças excessivas por produtividade, a exaltação das disputas, do individualismo e do capacitismo.

E eu acho que também pelo cansaço. São mulheres que assim, estão em mil ativismos ao mesmo tempo, são mulheres que estão cansadas, são mulheres que, apesar de não ser de uma condição financeira que é desconfortável, mas não é ninguém rico, entendeu? Trabalham muito, enfim, essa rotina de ativismo ela é muito cansativa mesmo porque são muitas atividades, uma série de coisas. Então eu acho que acabou pecando por isso também (Marta).

Transforma o próprio ativismo em sobrevivência. Sobrevivência esta que importa para que suas ativistas se mantenham no ativismo. Em um ciclo cruel, promove “reformas para aprimorar o funcionamento do movimento”, como mencionou Natália, à medida que promove opressões, exclusões, as sobrecarrega individualmente e parece afastá-las dos propósitos iniciais de suas lutas. Numa tentativa de aumentar o controle interno por estes núcleos, Natália mencionou que em relação ao grupo de whatsapp, foi utilizada uma “desculpa de segurança, meio paranóica”.

Usou um golpe americano assim do tipo "olha, tem uma galera que pode estar infiltrada, a gente não sabe o que que pode acontecer, então tem que fechar tudo. (...) Não tinha mais critério para entrar no movimento. Era forçar a barra e querer muito entrar. Ninguém mais entra. (...) Que eu saiba largaram um grupão enorme de whatsapp (Natália).

Os trechos exemplificam “algumas coisas que são consideradas meio incoerentes com a proposta inicial” (Marta). “Não era para regredir ou virar só uma marca” (Natália).

Era para ser um espaço de articulação, apoio, encontro, entre coletivos e ativistas de mulheres antiproibicionistas e para levar o debate antiproibicionista para outros grupos feministas. Que trabalhavam com psicologia, com saúde. E era uma ideia foda, porque você podia ser desse movimento, mas você podia ser autônoma também. Era para ser plural. Era para ser algo pulsante, que articulasse nacionalmente, mas que fosse ao contrário, não para empoderar um núcleo em cima, mas para dar força para todas as pequenas embaixo. Mas não conseguiu articular os coletivos feministas daqui. (...) Inclusive eu achava que era algo mais libertário, que as pessoas iam se juntar para fazer todas as coisas que importavam juntas. Apoio de galera para entrar com tudo.

No entanto, parece que o movimento foi sendo cooptado pela lógica mercadológica de acesso à recursos, cooptado pelas agências financiadoras, por determinados partidos políticos e centros de pesquisa acadêmica. A partir daí, foi se institucionalizando e estabelecendo hierarquias, reproduzindo descuidos entre as ativistas. Foi se fechando e, conseqüentemente, se esvaziando.

Sobre a ausência de cuidado entre elas, Marta relata que:

Uma das principais metodologias do movimento era o autocuidado, mas eu não

via esse cuidado. (...) E um dos momentos que eu tive uma discussão, eu falei isso: “gente, não adianta ficar preocupada para criar um grupo, uma reunião de acolhimento para acolher mulheres, se nós não estamos sabendo acolher nós mesmas”. “E eu tô só levando fora aqui”, eu cheguei a falar... Em termos de cuidado coletivo né, como as pessoas se mantém, nessas redes de cuidado... “pô cara, como assim, mulheres que não estão se apoiando, não estão tendo cuidado entre elas”. E isso foi me deixando meio chateada. (...) Tanto que eu falei “olha, não estamos tendo cuidado entre nós. Não adianta fazer uma reunião de acolhimento e autocuidado” isso certamente deixou todo mundo incomodado né. Eu tirei as pessoas do lugar de segurança de que “oh, tá no movimento social, você tá fazendo o bem, tá dando tempo da sua vida para fazer algo bom” e não necessariamente é assim né.

Então as entrevistadas relataram os processos de elaborações internas que cada qual enfrentou até decidir sair do movimento. Marta não estava se sentindo acolhida pelo coletivo, o que colocou em xeque sua identificação com o movimento.

Eu ficava tentando fazer o possível para, como eu me considero com pouca experiência dentro do movimento de luta e tal, acho que eu estava querendo realmente aprender coisas sabe, aprender a me mobilizar, tudo mais. E eu via que não tinha muita boa vontade. (...) Eu me sentia muito mais silenciada do que qualquer outra coisa. Não me sentia útil por ser inexperiente. (...) Foi muito chato porque eram pessoas que eu admirava como mulheres, sua importância... Eu falei assim “ah, eu não vou ficar aqui só para dizer que eu tô, se eu não me sinto acolhida, eu não sinto que o que eu acredito, que o que impacta realmente o antiproibicionismo, está acontecendo...” eu estava achando que aquilo dali era uma coisa muito mais ilustrativa, era minha forma de pensar o movimento, o que me deixava muito desconfortável, porque acabava que como era muito pequeno, em outros espaços de luta, eu acabava sendo uma referência. Mas eu não estava me sentindo assim... Mas eu tava me martirizando muito “pô, vou sair, já tem pouca gente...” “será que eu devo dar uma chance?” Mas aquilo realmente estava me machucando muito (Marta).

Marta destacou que na semana em que decidiu sair do grupo, uma companheira saiu antes, o que a deixou ainda mais martirizada com sua decisão. Ao mesmo tempo, percebeu que suas impressões não eram em vão, e outras pessoas também estavam machucadas com o processo. E não havia espaço para conversarem sobre seus sentimentos em relação:

(...) a um certo autoritarismo, uma falta de cuidado. Uma das moças, ela realmente foi convidada a sair. Havia muita falta de empatia com as diferenças mesmo, com, enfim, com as dificuldades das outras. (...) Eu não quis ficar dissecando o sentimento que eu estava sentindo e a falta de cuidado que eu achei que o grupo não estava tendo. (...) Mas é isso, eu me sinto leve de ter saído (Entrevista B4, Marta).

Natália, por sua vez, explicou que várias coisas foram acumulando,

Eu sai, primeiro, porque eu estava com as demandas dos estudos. Sai de tudo né. Larguei tudo para trás porque precisava cuidar da minha vida. Digamos assim, tem um pouco essa desculpa. (...) Autocuidado da minha conta bancária também. (...) Mas antes de eu sair, eu já vi muita gente tentando entrar e não conseguindo. (...) E com tudo que aconteceu, até o bloqueio do meu acesso à página na internet, aí eu fiquei meio de saco cheio né. Tava já tendo que me despencar dos meus horários, tempo, dia, no fim de semana sabe. Aquelas coisas que você tira tempo

da sua vida para ir encontrar uma galera que já está tudo decidido porque encontrou antes (Natália).

Natália chamou atenção para uma reflexão no enfrentamento ao racismo e das desigualdades estruturais que é o lugar de fala, a importância da experiência de vida para lutar por determinadas pautas, no sentido de uma noção de totalidade sobre as necessidades envolvidas. Retomando o que indicou no início da entrevista, sobre a importância do movimento chegar a lugares periféricos onde a violência é mais latente e do movimento ser composto também pelas pessoas mais vulneráveis, reforça que a efetividade das pautas aí se faz urgente.

Ao mesmo tempo, aquilo: "não é para ser das mulheres negras, periféricas, encarceradas e tal?" A minha posição foi "esse tipo de espaço tem que estar sendo integrado e aberto e pautado por pessoas que têm a vivência mais do que eu". Eu não tenho a vivência de uma moradora de favela. Eu não tenho a vivência de uma pessoa negra. E eu posso só ter uma empatia e imaginar a escrotidão que é viver sendo o alvo né. Faz toda a diferença. E aí era isso, minha militância tava nesse momento de ver que por mais que eu pudesse ter simpatia e me solidarizar e tal, não era para eu estar construindo mais esse espaço também. Tem um pouco disso. Não é que eu abandonei a luta, mas pelo contrário, eu estou num momento mais de resguardo. Até porque eu estava fazendo doutorado. Isso me obrigou a ficar mais isolada. Porque querendo ou não para estudar, você acaba deixando de acompanhar vários espaços. Eu sempre tentei ao máximo colaborar para que outras mulheres pudessem falar. Tentar fazer uma dialética. Mas infelizmente... como eu repito, meu próprio espaço de privilégio já fode, já me tira toda uma abertura para compreensão de que não é só isso, não é só isso. E a sensibilidade mesmo, a dor, uma coisa muito latente. É um genocídio. Não é fácil. É a Ágatha! A foto dela de mulher maravilha, triste... E pior que é só número, só mais um número. Já teve caso que atiraram no neném dentro da barriga de mulher grávida dentro do carro. Bala perdida na linha vermelha (Natália).

As entrevistadas demonstraram como as dificuldades percebidas foram levadas para o nível pessoal. E foi pessoal, afinal provocaram dores internas e as mobilizaram a tomarem a decisão de se retirarem do movimento. No entanto, são relatos de desafios na construção coletiva, que devem ser enfrentadas, quiçá superadas, coletivamente.

Mas enfim, são construções né, e são caminhos. É um coletivo recente. E é híbrido, que tem essa questão do feminino, mas também tem essa questão do antiproibicionismo, é algo que é muito recente e é difícil sabe, no Rio de Janeiro principalmente. (...) E eu espero de verdade que o movimento consiga melhorar nessa questão porque eu acho que é muito importante. Que essa preocupação com as mulheres em situação de cárcere sabe, tem um movimento que tem tudo, todos os requisitos para ser um movimento muito potente, muito poder de transformação social. Mas eu acho que para isso acontecer, precisa de mais gente. E precisa que as pessoas que estejam ali sejam coesas sabe. Não precisa ser amigas íntimas. Mas que sejam pessoas que se respeitam minimamente. Que respeitem suas especificidades. Acho que isso é importante para qualquer movimento. Principalmente em um movimento que já é estigmatizado de certa forma. Porque são mulheres que já são estigmatizadas. Mulheres feministas antiproibicionistas, anticapitalistas, antimanicomiais, antirracistas, sofrem muito mais (Marta).

3.5 Aprendizados com as experiências de descuido

A partir da análise das entrevistas concedidas à pesquisa sobre experiências de descuidos e desrespeito entre ativistas no interior de coletivos feministas, alinhada à revisão de literatura apresentada, é possível observar aprendizados relevantes às reflexões feministas contemporâneas.

Ressalta-se a importância de reconhecer a pluralidade das feministas, considerando as diferenças desigualdades estruturais e subjetivas que compõem a existência de cada uma em coletivo. Na realidade, constata-se a dificuldade de reconhecimento dessas diferenças e de interação e convivência entre elas, gerando descuidos e opressões.

Inúmeros são os desafios dos movimentos feministas e de mulheres historicamente no Brasil ao estabelecer relações com o Estado e demais instituições públicas e privadas. Por um lado, a institucionalização dos feminismos, seja por meio de agências financiadoras, instituições acadêmicas ou de Estado, estimula a reprodução dos valores patriarcais, mercadológicos, racistas e capacitistas entre as próprias ativistas em coletivos, como o individualismo, a competição, a disputa por poder, hierarquização e centralização de decisões, que geram opressões e reforçam desigualdades, alimentando de modo indireto o próprio patriarcado e os demais sistemas de opressão.

Por outro, este é o cenário de primazia dos atos de reconhecimento ou de negação de identidades políticas. Mas percebe-se que, a certo ponto, o reconhecimento de identidades políticas acaba por engessar a experiência de alteridade das ativistas. De tal modo que, no jogo político, cabe a cada sujeita lutar por direitos mínimos de sobrevivência, desconsiderando que possuem outras necessidades, bem como outros desejos e projetos de vida.

Esse contexto desafiador engendra o debate sobre as demandas políticas universais *versus* as específicas. O reconhecimento de necessidades específicas alinhado a um olhar em perspectiva interseccional, não pode servir para cristalizar as pessoas em torno dessas categorias e demandas. Isso posto, o olhar interseccional alinhado a uma visão holística e ampla sobre saúde conduz ao entendimento de que refletir sobre racismo institucional ou transfobia nas políticas públicas, por exemplo, significa que esses temas devem ser transversais e não utilizados para cristalizar as pessoas em identidades, e assim, restringir demandas e o acesso a direitos. Deste modo, em nosso estado democrático de direitos, e

ainda, sob forte ameaça do conservadorismo político, não é possível renunciar ao escopo legal do Estado e das instituições.

Parece, afirmativo, portanto, que há um chamado para o fato de que as ativistas estão cansadas, estão adoecendo, o que pode levar a paralisia de suas ações, diante dos riscos a que estão expostas externamente, e também dos inúmeros desgastes que enfrentam internamente. Tomo as palavras de Odete como um alerta da necessidade de cuidado entre as feministas, diante da banalização da vida no contexto brasileiro hoje.

Para a mulher negra na militância é toda hora. A gente não consegue descansar. Você sai na rua, já sabe que vai acontecer alguma coisa. Ou é um segurança de supermercado, ou é dentro do banco. A gente que é negra tem que estar sempre ligada, e sempre pronta para alguma coisa que vai acontecer. Eu acredito que se não fosse o movimento de mulheres negras, eu não teria a autoestima que eu tenho hoje. Ou eu seria uma pessoa totalmente alienada, que faz de conta que nada está acontecendo, como infelizmente muita gente do nosso país. Ou eu teria ido para o outro lado. Eu não consigo me ver sem ser do movimento. (...) Até porque nós estamos vivendo uma conjuntura muito complicada sabe. Se vc não trabalhar o seu espírito, não trabalhar o seu corpo, você vai perceber que não vai conseguir aguentar. Porque está muito complexo, está muito difícil. Todo dia, o que eu vejo, que eu percebo aqui, as minhas amigas que são professoras, as minhas amigas que estão na militância, eu estou percebendo que todo dia é um enfrentamento, todo dia acontece alguma coisa. Que nem a gente na faculdade, a gente nunca teve tanto caso de racismo como a gente teve esse ano. Porque agora eles se abriram né. Eles sempre foram violentos, mas agora estão se achando no direito deles. A gente nunca teve tanto caso de racismo. A gente nunca teve tanto caso de misogênia. Descaradamente. De ataques às alunas, ataques graves às alunas. Existia antes, mas não um número tão absurdo como a gente está tendo hoje. Todo dia acontece uma coisa. Todo santo dia! E a gente não pode ficar com raiva. A gente tem que trabalhar até isso. Tem que trabalhar a nossa indignação. Focar no que a gente quer realmente. E ir até através do diálogo. Do diálogo e da educação mesmo! Por isso a gente está precisando de autocuidado mesmo. Porque tem muitas nossas que estão morrendo. E particularmente eu acredito que elas estão morrendo de tristeza mesmo. A gente está perdendo muitas. E a gente não pode perder mais ninguém. Então eu percebo que a gente tem que se cuidar melhor. Até para a gente poder argumentar contra isso. Porque senão vai chegar um ponto que a gente vai estar enfraquecida tanto espiritualmente, como também materialmente. Que a gente vai acabar abandonando a militância. E isso é uma coisa muito ruim. E a gente já está vendo algumas fazendo isso. Estão se isolando, morando num sítio... "não quero mais saber, não me perturba mais, não quero mais saber disso". E são pessoas importantes que a gente não pode perder. A gente tem que trazer essas pessoas cada vez mais para se fortalecer. Eu vejo dessa forma (Odete).

Sobre o tema do cuidado articulado ao feminismo, apenas Rita mencionou ter participado de reflexões anteriores sobre as frustrações no ativismo quando participou do coletivo no Distrito Federal. E poucos meses antes da entrevista, tomou conhecimento do paradigma do autocuidado e do cuidado entre ativistas em uma oficina específica sobre feminismo e cuidado coletivo. O que, para ela, atrelado a experiência pessoas vivenciadas no Acre, fez muito sentido.

Aqui em Rio Branco, meu bem, eu não imaginei que eu ia ter uma rede de mulheres feministas comigo onde eu pudesse me apoiar. Como a minha vizinha é muito feminista, e a gente conversa sobre muitas coisas e eu sempre tô aprendendo com ela. Aí tem uma outra mana que também está nesse rolê e tá passando por uma separação... E a gente juntas aqui, eu não percebia que isso poderia ser tão intenso em tão pouco tempo na minha vida, essa relação com as mulheres que são feministas, que são brancas e que são indígenas. Então eu penso que algumas pessoas, pelo menos as pessoas que eu tenho conhecido mais, elas estão praticando mais o feminismo em vez de ficar teorizando sobre o feminismo. É um feminismo que tem cuidado. Que as pessoas estão se cuidando. Porque tem que ter. Feminismo é sobre autocuidado. Eu percebi isso com o nosso rolê minha querida. É intrínseco. Na minha opinião, feminismo e autocuidado e cuidado coletivo têm que estar juntos. Senão, não dá, vira violência. Muitas práticas que a gente vê de violência, elas ocorrem porque a gente não tem o cuidado coletivo. A gente não presta atenção nas diferenças. Creio eu né. E nas demandas que as diferenças existem. Então eu acho que feminismo é mesmo sobre autocuidado e cuidado coletivo (Rita).

Duas entrevistadas relataram outras experiências de cuidado ligadas há momentos de retiro, de autocuidado, de prazer, de “descansar do ativismo” como mencionou Odete. É preciso atenção, visto que podem corroborar com uma perspectiva de responsabilização individual e capitalista alinhada a uma lógica mercadológica do que produz prazer, conforto, descanso, cuidado, e também reforçar o essencialismo histórico do sujeito do feminismo, como práticas do Sagrado Feminino ou como ações desenvolvidas por grandes agências privadas. No entanto, essas experiências não podem ser desconsideradas, pois numa sociedade tão desigual e violenta, o direito ao descanso e a práticas de autocuidado por si são igualmente importantes.

As discussões propostas também não invalidam ou deslegitimam as experiências dos diversos coletivos relatadas na construção da luta feminista. Inclusive Marta destacou que estão “em processo”, enfrentando inúmeros desafios no cotidiano de suas ações. Logo, as micropolíticas são fundamentais a cada movimento e ativista no processo de conquista e preservação de direitos à emancipação das mulheres e à transformação social.

Nesse sentido, portanto, a reflexão auxilia à construção de um olhar crítico sobre as diferentes demandas dos grupos de mulheres, sobre os modos como elas foram engendradas e são, a certo ponto, reforçadas e mantidas pela forma própria com que se dá o relacionamento dos movimentos com as instituições de direito e de financiamento. Para que o reconhecimento das diferenças não aumente a distância entre aquilo que é pauta universal dos movimentos feministas, que é o enfrentamento da progressiva crueldade sobre os corpos das mulheres, e os corpos feminizados em geral; as necessidades de cada grupo, a partir de sua historicidade, em contexto de estreita relação com o Estado; e as necessidades de cada

pessoa, em singularidade que não é passível de enquadramento ou representação no cenário das identidades políticas.

Por isso, e sobretudo, elaborar caminhos possíveis para o (auto)cuidado entre elas, para que estar em movimento seja canal de fortalecimento do eu em coletivo, para o fortalecimento dos coletivos em si. Cuidar da micropolítica para que num sentido macro, esses princípios reverberem, recuperar a paixão pela luta, com afeto, cuidado e posicionamento crítico, para uma teorização crítica e prática que engendre ações libertárias para as mulheres em todos os campos de suas vidas.

O que que é ação direta? O que é zona autônoma? O que é realmente entrar numa resistência armada? Se armar de que? Quais são as ferramentas? O que que a gente precisa? Exatamente, quer buscar o bem viver, que que a gente precisa para viver bem? Viver melhor e ajudar outras pessoas... Não é nem o termo ajudar... (Natália).

Não temos dúvida que o processo de transformação social será tão mais profundo quando mais pudermos avançar em termos de transformação das subjetividades das mulheres em seu próprio benefício e de suas comunidades, até que ambas as frentes sejam sinônimas (CFEMEA, 2016: 16).

No meu trabalho, quando eu faço retratos de mulheres, e aparentemente eu não estou falando de política, eu tô falando de política. Eu tô falando em mudar a representação que as mulheres têm. Mudar um imaginário do que é uma mulher, do que é uma mulher bonita, do que é uma mulher aceitável. E eu falo mulher bonita, parece muito raso, mas não é. É uma beleza mais complexa.

Eu não estou falando só de mim. A partir do momento que eu não estou falando só de mim, não é individual. Traz toda uma carga de mulheres, de pensamentos, e reflexões coletivas né. Quando eu comecei a ilustrar mulheres, na verdade, foi porque eu comecei a fazer corpos que eram parecidos com o meu. E aí outras mulheres começaram a se identificar. Então eu comecei a ver a necessidade que as mulheres tinham de se identificar nas ilustrações, pelo menos por esse aspecto.

Então acho que mudar essa imagem, esses retratos das mulheres, tem a ver com isso. De como a gente pode se enxergar poeticamente. Como a gente pode se enxergar com sensibilidade. E aí, conseqüentemente, enxergando outras sensibilidades, porque é sempre o caminho inverso né.

(Priscila Barbosa)

Capítulo 4 - A política feminista do (auto)cuidado

*Separadas pelo um rio, unidas pelo um grande mar
um mar de lutas, um mar de pautas, um mar de queres.
Distintas pela cor, igualadas pelo amor,
o amor à vida, o amor à causa, o amor e a dor.
Quando se quer ser mulher e se entende o que quer, a busca às vezes dói.
Quando se quer ser mulher, e se decide o que quer a luta constrói.
Separadas pelo um rio, unidas pelo um só sonhar,
a liberdade, a igualdade, o mesmo amar.
(Separadas pelo um rio - Rosalva Gomes)⁸⁶*

Neste último capítulo, discuto elementos que aprofundam a compreensão à respeito da dimensão política do autocuidado e do cuidado entre ativistas a partir das experiências de quatro grupos/coletivos/redes/articulações/organizações feministas brasileiras que desenvolveram e fomentaram ações sobre o tema nos últimos anos.

Em realidade, este capítulo segue uma abordagem mais descritiva. Não se trata de legitimar essa ou aquela experiência, em detrimento das demais. Mas demonstrar como tem se processado a incorporação do cuidado pelos grupos pesquisados. Assim, a análise das entrevistas teve como objetivos: apreender sobre como algumas experiências pelo país estão se tornando realidade na transformação de cada ativista e dos grupos que cada uma compõe e constrói; quais os principais conceitos em jogo relacionados à introjeção do cuidado nas agendas feministas estudadas; e quais os sentidos atribuídos a esses conceitos e suas justificações, pois, como afirmou Carmen, uma das entrevistadas: “os vocabulários que a gente usa também dizem muito da nossa história, da nossa herança política e de que história a gente quer reivindicar”.

As entrevistas foram realizadas a partir do roteiro-guia C (Anexo VI). A seleção de três das entrevistadas foi realizada a partir do meu conhecimento prévio advindo da participação conjunta em encontros e rodas regionais e nacionais. Ao longo do percurso metodológico, uma quarta entrevistada foi convidada a participar.

Elas datam do segundo semestre de 2019. Portanto, antes da pandemia em curso, que

⁸⁶ Rosalva Gomes é ativista do Maranhão pela agroecologia, a agricultura familiar e o enfrentamento da violência contra as mulheres. A letra da canção “Separadas pelo um rio” foi publicizada no *Diagnóstico da Violência contra as mulheres rurais no Maranhão* (ACESA; RAMA, 2020).

provavelmente impactou o cotidiano de organização e de atividades desenvolvidas por cada grupo pesquisado, bem como as reflexões sobre o tema. Parto da ideia de que as transformações decorrentes da crise sanitária, social, econômica e política que o Brasil atravessa, em 2020 e 2021, vem impulsionar as elaborações teórico e práticas sobre a necessidade do cuidado em contextos feministas.

As perguntas norteadoras da análise proposta são: o que significa feminismo?; o que significa autocuidado e cuidado entre ativistas?; quando e como vocês tiveram acesso a esse tema?; como se dá a incorporação do autocuidado e do cuidado entre ativistas pelo movimento social?; e quais os desafios à incorporação do autocuidado e do cuidado entre ativistas nesse contexto?

Para mostrar os elementos constituintes das experiências de autocuidado e o cuidado entre ativistas pesquisadas, é mister apresentar também a trajetória pessoal e movimentista de cada entrevistada, a partir de suas respectivas lutas no feminismo e fora dele, bem como dimensões de classe, raça e etnia, faixa etária, entre outras, que as atravessam, tomando como ponto de partida uma perspectiva interseccional. Aqui, a referência às entrevistadas será realizada a partir de seus nomes próprios, com devido consentimento.

O quadro (02) a seguir traz a síntese do perfil das entrevistadas:

Nome	Coletivo/ Movimento/ Organização Feminista	Faixa etária	Raça/ cor	Local de Nascimento	Local de moradia atual	Formação Educacional	Ocupação	Identidade de Gênero	Orientação Sexual	Classe Social	Religião/ Espirituali- dade
Célia Varela Bezerra	Coletiva de Autocuidado da Paraíba e AMB/PB	35 a 50 anos	Branca	Paraíba	João Pessoa/ PB	Graduação em Pedagogia. Especializações em: Violência Doméstica, Educação e Cinema e Gestão Educcional	Servidora Pública -Gestão Educcional de Jovens e Adultos do Estado da Paraíba	Mulher Cis	Heterossexual	Média	Budista
Carmen Silva Maria da Silva	SOS Corpo, Fórum de Mulheres PE e AMB PE	50 a 65 anos	Negra	Maranhão	Recife/PE	Técnica de Enfermagem; Graduação em jornalismo. Mestra em Políticas Públicas e Movimentos Sociais, e em Filosofia da educação; Doutora em Sociologia.	Membra da SOS Corpo	Mulher Cis	Livre orientação sexual	Média	Sem religião, mas gostar de aprender sobre.
Rebeca Oliveira Duarte	Rede de Mulheres Negras de Pernambuco	35 a 50 anos	Negra	Pernambuco	Recife/PE	Graduação em Direito. Mestrado em Ciência Política. Doutorado em Psicologia Cognitiva. E formações em Terapias Holísticas: Reike, Floral, Constelação Familiar e Biomagnetismo	Servidora Pública - Professora Universitária	Mulher Cis	Não informada	Média	Não informada
Ana Cavalcante	Mulheres Canábicas DF	20 a 35 anos	Branca	Distrito Federal	Brasília/DF	Cursando Graduação em Psicologia	Professora de ensino médio em colégio privado	Mulher Cis	Heterossexual	Média	Não informada

1.1 Sobre a ética do (auto)cuidado

Célia reside em João Pessoa, seu estado natal. Quando perguntada sobre sua identidade étnico-racial, informou que:

Isso para mim é muito confuso. Descobri aqui - eu participei de uma banca de concurso de cotas para classificar as pessoas, o movimento negro me convidou. Foi muito impactante. E muito curioso, pois ali eu era considerada como branca. Mas eu não me percebia assim. Aqui na Paraíba o racismo é muito marcado pelo cabelo crespo. Eu era loira, era uma criança que todo mundo gostava, tinha um status muito grande quando eu tinha o cabelo loiro. Na adolescência, encrespa e escurece. Tipo Elba Ramalho. Foi ficando mais liso de novo. São as mudanças. Naquela época eu me senti como se fosse rejeitada sabe. Fiquei como patinho feio, o nariz.... são questões de miscigenação... Mas ficou visível o preconceito... (...) Então na Paraíba eu sou uma pessoa branca, o fenótipo é branco. Mas eu me sinto mestiça, misturada... (Célia).

Esse trecho é importante, pois nele, demonstra a complexidade em torno do processo de subjetivação da constituição de si, em diálogo com o processo objetivo de afirmação de identidades, no seio dessa sociedade desigual que depende do aparato legal para a regulação dessas identidades. Essa questão foi marcante em diversos momentos de sua entrevista. E está relacionada ao marco dos direitos humanos: “como é que regula esse marco legal, os limites, a elegibilidade para o alcance dos direitos?”, o que dialoga com as teorizações feministas críticas sobre o poder do Estado para o reconhecimento das identidades políticas e os inúmeros desafios que esse poder de elegibilidade gera entre os feminismos (RIBEIRO, 1995; SEGATO, 2004; BENTO, 2021b). Ao que Célia aponta,

que a branquitude não seja uma condição que te dá privilégio em detrimento da condição de um corpo negro, de uma negritude. Mas que possamos viver todo mundo melhor né. Porque a gente não acolheu ainda sobre isso. É muito recente. é como se fosse ontem, sabe. Rede de Mulheres Negras PE tem três anos, a Marcha das Mulheres Negras também. Na verdade, elas vieram antes. Mas é muita invisibilidade, as narrativas como são construídas como hegemônicas, como verdade... (Célia).

Realmente a pergunta da Simone de Beauvoir volta com muita força. “Se ninguém é mulher e torna-se mulher”, então a categoria de mulher existe? O que é? Ela tá ligada a esse binário sexo e gênero? Para onde que vai? (...) Porque quando eu soube do livro “O Segundo Sexo”, eu pensava que “tornar-se mulher” era se tornar “a mulher feminista”. Depois, eu vi que não, há uma construção social do que é ser mulher, das diferenças (Célia)⁸⁷.

Assim, esse olhar para as diferenças é algo que aparentemente está no imaginário de Célia sobre a necessidade de cuidado no feminismo, para que:

não seja só um rótulo, seja uma construção permanente. As vezes a gente é uma defensiva entre a gente mesmas né, como se o rótulo de feminista já estivesse

⁸⁷ Referência à obra *O Segundo Sexo* (BEAUVOIR, [1947] 1980).

pronto. (...) Eu acredito que não. Estarei sempre aprendendo o feminismo. Eu tô aprendendo agora o feminismo na maturidade. Sempre estarei. Porque vão surgindo outras necessidades. Meu estar no mundo vai mudando. Que que o feminismo vai me apresentando? O que eu também vou apresentando ao feminismo?” (Célia).

Então ela relatou importantes eventos em sua trajetória que a conduziram para um olhar ampliado sobre o ser feminista e as responsabilidades aí colocadas. Suas primeiras percepções sobre desigualdades de gênero surgiram ainda bem jovem, no ensino fundamental, quando começou a participar do movimento estudantil e percebeu dinâmicas de assédio presentes no grêmio que compunha, o qual ela era a única mulher. Também relatou machismo na relação com seu pai e sua mãe, com forte sexismo na divisão das tarefas domésticas – “de cuidado em casa” - entre ela e seu irmão. Novamente ela chama atenção para a relevância do movimento feminista em diálogo com as instituições, no sentido de alteração das relações de violência a que estão expostas as mulheres no universo privado.

Tanto que a gente subverte o que é a esfera privada. Como eu sou da geração de transição democrática, eu vivi também a transição de construção da Lei Maria da Penha e o direito à Pensão Alimentícia. (...) Você mostra as contradições não só da sociedade, mas da intimidade, da esfera da família. Hannah Arendt já traz isso⁸⁸. É um espaço humano, e por ser humano, é contraditório. Pode ser muito amoroso, e pode não ser. Quem regula? Aí vem a questão “quem vai regular os afetos e o poder que está na esfera da família? E quais são os papéis que são regidos da mulher, da criança?” Aí vem o ECA... Isso traz uma revolução no marco das leis né. E a mulher estava sempre ali, o movimento feminista sempre muito marcado (Célia).

Na universidade, atuou na militância jovem do Partido dos Trabalhadores por curto período. Foi nesse contexto que começou a se autoidentificar como feminista:

porque minha visão de mundo teve uma lucidez maior, uma abertura maior para compreender as contradições do que é ser mulher, de como é que a gente se torna mulher nessa sociedade extremamente desigual (...) Quando eu disse “sou feminista”, foi assim “eu percebo isso e não aceito isso como naturalização” (Célia).

Aos 22 anos, participou de sua primeira ação de rua na Paraíba sobre a questão do aborto. E essa ação “foi um marco muito forte”, “a gente tinha essa força, esse espaço, porque tinha essas fronteiras táticas: eu discordo, mas eu deixo você passar”, em diálogo com a importância do feminismo em disputar as narrativas hegemônicas.

⁸⁸ Entre as obras de Hannah Arendt, destaca-se *A condição humana* ([1958] 2010), no qual a autora propõe uma reflexão crítica sobre as condições necessárias à sobrevivência das pessoas, que variam conforme o contexto social e histórico em que estão inseridas.

No campo profissional, teve diversas experiências em ONGs de direitos humanos em Mato Grosso, Minas Gerais e Goiânia. Trabalhou com situações de violações de direitos de indígenas e quilombolas, com a temática da soberania alimentar e a educação popular que influem em seu ativismo hoje.

É mesmo outro cosmos que gente ainda não acessou, menos de 1% da população indígena, há um genocídio! Eu tô muito feliz com a Marcha das Mulheres Indígenas, depois da Marcha das Mulheres Negras né, que eu participei em Brasília” (Célia).

Para ela, essa “trajetória transdisciplinar (...) deu uma possibilidade de fazer uma análise sistêmica” sobre as desigualdades no mundo, e sobretudo para as mulheres. “Com toda crítica que se possa ter em relação ao caráter universalista, da totalidade dos direitos humanos.... Mas o que eu pego e alinho com o feminismo é essa ética do agir político para a finalidade, ela tem uma coerência”. Assim, sua atuação nas diversas ONGs foi marcada por esforços pessoais para debater questões de gênero: “feminista ongueira”, vamos dizer assim”.

Além de ter possibilitado sua participação em encontros feministas nacionais, representando as ONGs, dos quais citou o 13º Encontro Nacional Feminista “dos 500 anos do Brasil”, em João Pessoa nos anos 2000. E o 14º ENF realizado no Rio Grande do Sul. Nesses encontros, pode conhecer melhor o movimento no país, além de se deparar com a diversidade de mulheres que o compõem.

Na Paraíba houve um levante. Na verdade, houve uma resistência, uma manifestação e visibilidade do movimento das mulheres negras. Eu lembro, como eu não participava organicamente de uma tendência, eu ficava observando as conversas. E as mulheres negras se juntando e apresentaram um manifesto. Foi muito lindo. E porque era mesmo uma invisibilidade. Quando percebeu, a força das mulheres negras! (...) Tinha também as putas. Também um distanciamento. Era como se fosse um não lugar ali. Depois a analfabeta, uma, sozinha, que era paraibana. Achei aquela mulher de uma potência, o auditório lotado. (...) E teve as mulheres indígenas. Elas se apresentaram. Acho que foi muito marcante. Eu senti tipo uma flechada assim. E quando ela falava eu me sentia assim, tão distante. Parecia que tinha um outro universo. E tem um outro universo. Tinha outro cosmos ali que eu não acessava... eram ali 500 anos... e tinha a figura da mulher indígena e a negra: "a diversidade". A resistência dos 500 anos tava ali. A gente fez uma caminhada. Aí eu disse "eu quero me aproximar dessas causas tão invisíveis". "pronto, eu quero acompanhar todos os encontros nacionais feministas". (...) Aí fui para outro encontro que foi no RS, com uma amiga lésbica. O tema era projeto de vida. Algumas avaliações dizem que não foi... foi meio despolitizado. Não acho. Lá, a visibilidade foi das mulheres lésbicas! Elas falando da invisibilidade. E vi essa questão das orientações, das identidades, da organização das mulheres lésbicas. Aí percebi realmente o estigma das travestis. E começou essa discussão das mulheres trans. O que é ser mulher. Aí depois teve um encontro da América Latino e do Caribe, essa discussão muito forte também (Célia).

Nesse momento, Célia participava dos encontros feministas enquanto representante

das organizações em que trabalhava. Em relação ao movimento feminista organizado, se considerava autônoma, mas assumir essa identidade não foi simples:

Como eu fui formada pelo centralismo democrático, eu ainda tinha essa história de ter que representar alguém, alguma organização. Isso me deu uma série de problemas. (...) Depois eu percebi que eu poderia ter colocado como autônoma, que no movimento tem isso né "eu aprendi". Aí comecei a ficar mais forte (Célia).

Então ela segue dialogando sobre o impacto desse contexto institucional, que por um lado, permite o reconhecimento das diferentes identidades e suas demandas, e que, pessoalmente, lhe proporcionou uma reflexão sobre a ética dos direitos humanos e do cuidado com a vida. Mas que, por outro, repercute no interior do feminismo, representando inúmeras dificuldades no relacionamento entre as próprias feministas, muitas das quais foram elucidadas no capítulo 03, e ela ressaltou: a invisibilidade de demandas de mulheres negras, indígenas, lésbicas, trans, analfabetas, prostitutas, e os desafios em se relacionar com essas diferenças, bem como conflito intergeracional.

Para fazer a síntese dos anos 2000 era assim "e agora, o que vai unir o movimento feminista com tanta diversidade?", "o que nos une?", "como que a gente acolhe?". Esse feminismo branco, classe média, acadêmico, e aí, "ele é o inimigo?", "elas são as inimigas?". "Que cultura sistêmica tá aí embrenhada no feminismo?". "Como a gente une?". Eram essas as indagações (Célia).

Nesse ínterim, ela teve experiências de aproximação com organizações feministas, mas foram experiências difíceis. Ainda na Paraíba, como autônoma:

Eu estava muito atuante na construção do Fórum de Mulheres. E aí sofri uma violência sexual. Aí foi muito interessante como o movimento reagiu à acolhida dessa violência. Eu prestei queixa, fiz tudo. Mas eu não quis expor, eu não quis tornar público para a mídia. Eu tava ainda na dor. Depois que passa, "É, passou", mas eu senti na pele. Tiveram reações assim... parece que você vira uma estatística. No 8 de março: "Ela tem que falar no microfone". Eu prestei queixa, foi bem difícil, porque toda a discussão que a gente fazia de políticas públicas para atenção a essas situações, eu fui vivendo não na teoria, vivendo na prática, no corpo, vivendo nos afetos. Muito forte. Falar do estupro não era só falar do estupro. Então eu não expus e fiquei ouvindo comentários assim, dessas coisas, "não deu entrevista". Não, fui viver meu momento, me preservar, me cuidar, e me afastei (Célia).

Por outro lado, ela relatou que foi acolhida por uma parte do movimento feminista da Paraíba e de Pernambuco, e também por "umas freiras bem à esquerda", que a auxiliaram diante de uma gestação indesejada em decorrência da violência sexual.

Isso entra na questão do autocuidado e do cuidado. Quando as tensões apertam... você não é mais uma pauta. É minha vida interna! Por isso que eu digo que feminismo é uma construção permanente. Eu sou dada a contradições, eu posso me contradizer, me refazer, me reinventar (Célia).

Célia também relatou que "o Fórum de Mulheres foi dissolvido depois devido a umas

brigas, disputas”. Num momento posterior de sua vida, em Goiânia, relatou outro episódio conflitivo no movimento feminista,

(...) eu fui para um encontro de uma articulação feminista. Quando eu cheguei lá "que coisa complicada". Muito fechado, muita tensão interna. Fui com uma amiga, a gente com muita vontade. E tinha muita jovem. Aí foi o primeiro conflito de geração que a idade pesou no meu argumento e eu falei disso. Até então eu não tinha me sentido assim. É muito interessante como os rótulos, eles entram, são colocados externamente. Foi uma discussão sobre o aborto. A forma como elas discutiam o aborto era tão realmente de doutrinar, rápida, muito diferente da metodologia da fala, da escuta, aquela metodologia do cuidado que o movimento tem. Foi uma coisa seca. E o corpo da menina era rígido. Eu fiz uma pergunta. Ela respondeu toda seca e ficou cortando durante a reunião. Ela falou "Não Célia, você vem de outra geração". Eu disse "Não, não é geração. Essa é uma questão metodológica, a gente pode discutir, não sei o que a minha idade está interferindo". Aí não deu para voltar. Depois eu descobri que teve uma questão interna. Eu não sabia. Ninguém sabia. Não tinha nada a ver com isso naquele momento. E ela jogou para mim. Não tinha espaço para o diálogo (Célia).

Após, como autônoma, ela atuou por alguns períodos na construção do Fórum Goiano de Mulheres que “era misto e não só de mulheres ligadas à Articulação de Mulheres Brasileiras”. Até que em 2015, retornou para a Paraíba, onde passou a ter uma atuação mais orgânica no movimento social, com a Frente Brasil Popular da Paraíba e em 2016 na Articulação de Mulheres da Paraíba, onde reencontrou boa parte das mulheres que a acompanharam anteriormente, ou seja, “tinha uma confiança ali”.

Hoje quando eu digo eu sou feminista, eu sou militante, eu sou ativista⁸⁹, é porque eu busco essa coerência do pessoal e do político, dessa transformação individual, esse gancho que eu faço com os direitos humanos. Porque é uma concepção ética de estar no mundo, de você regular o poder. Algo que dá limites. (...) Então eu tenho esse itinerário ético dos direitos humanos de que os fins não justificam os meios, tem uma ética". Então trazer essa ética para a política: "eu tenho que perceber" não é nem “eu tenho”. É "é justo, é antissistêmico eu construir uma ética em que o agir político, as estratégias que são um meio, o propósito para uma finalidade, ela tem que ter uma coerência. Tem q ter uma ética". Isso para mim também é ser feminista! E o feminismo traz muito isso na discussão do aborto: da autonomia, da vida, da vida das mulheres, a visão da decisão, a visão que a lei sexista traz (Célia)

Diante dos conflitos relatados, mas também da persistência em seguir articulada ao movimento feminista, motivada por essa “ética do agir político”, ela se pergunta “A questão

⁸⁹ Em relação a ser militante e ser ativista feminista, o debate sobre os termos, Célia relatou que “realmente isso ainda é um trânsito para mim”. Mas elucidou que percebe um desgaste do termo “militante”, “porque há uma aversão ao militante externamente. Internamente é melhor ver a história do ‘militonto’. Frei Betto já dizia: a gente tem um militonto, ele fica tonto de tanto ativismo” (Célia). Sua interpretação à respeito de um dos *Dez conselhos para os militantes de esquerda*, texto de autoria do frei, publicação livre. “Saiba a diferença entre militante e militonto: “Militonto” é aquele que se gaba de estar em tudo, participar de todos os eventos e movimentos, atuar em todas as frentes. Sua linguagem é repleta de chavões e os efeitos de sua ação são superficiais. O militante aprofunda seus vínculos com o povo, estuda, reflete, medita; qualifica-se numa determinada forma e área de atuação ou atividade, valoriza os vínculos orgânicos e os projetos comunitários” (BETTO, 2020).

é como fazer essa disputa? Qual é a ética? Como eu construo uma ética nesse agir político em que os meios e os fins devem ser coerentes?” (Célia).

Eu sou novata na AMB, mas tenho uma trajetória com elas, e vivi o cuidado, o autocuidado com essa questão, isso foi vital para minha vida. Quando eu vivenciei isso, "eu quero fazer isso também". Eu quero cuidar das mulheres que militam, que são ativistas, feministas. Ou seja, mulheres que estão em movimentos de transformação com uma intencionalidade feminista (Célia).

Então eu acho, para mim, porque são muitos pontos de vista, é como cada uma vai recebendo e se comunicando né... Para mim, autocuidado e cuidado eu vejo nessa dimensão dialética, o cuidar de si para cuidar do outro, como uma condição coerente, uma condição ética. Quando eu deixo de cuidar de mim e não faço essa autorregulação e cuidado do outro (Célia).

Para ela, o cuidado se refere à saúde, “ao equilíbrio”. “Quando eu me sinto realizada, feliz, com bem-estar físico, psíquico. É uma visão de mundo do que é um lugar para mim enquanto sujeita coletivo e individual. Para mim é essa palavra: bem-estar”. Mas na luta feminista, muitas vezes, “as mulheres vão falar em saúde depois que o corpo adocece. É uma concepção de adoecimento, não de prevenção e de saúde”. Célia apresentou alguns questionamentos que estão na base desta dissertação: "Quem cuida das mulheres? Quem cuida da comunidade? Quem cuida da casa? As mulheres. E quem cuida das mulheres? São as mulheres”. Por isso, reafirmou, “as mulheres precisam ser cuidadas, porque a luta também é cuidar”. Elementos fundamentais do cuidado: “o cuidar da casa, a divisão social do trabalho, a divisão sexista, a materialidade, a reprodução social”.

Então ela demonstrou que, dentro da AMB, esse tema vem se tornando mais presente após as ações realizadas pelo CFEMEA, que foi quando ela, entre tantas tiveram contato com a terminologia do “autocuidado e cuidado entre ativistas” apresentada pelo centro feminista. Célia e outras companheiras da AMB e de outros coletivos feministas participaram do Segundo Encontro de Imersão para o Autocuidado, o Cuidado entre ativistas e a Formação na Técnica de Redução Estresse entre Mulheres (TRE), em três módulos, realizados em Aldeia/PE, entre 2016 e 2017.

Bateu demais. Foi também um grande reencontro com as mulheres do Nordeste. Aquelas experiências que eu tive enquanto ONG, da diversidade dos movimentos, eu vi agora muito atualizado. Então aquele olhar que eu tive dos anos 2000, do movimento das mulheres negras como grande força antissistêmica, a mulher indígena querendo sua visibilidade, mas muita vulnerabilidade. A puta, a analfabeta, a popular, as lésbicas e as trans... Atualização de tudo isso. População negra lésbica periférica! Que não tem nada de frágil, super forte. Mas muita vulnerabilidade. E jovens. E essas mulheres num nível de adoecimento. Porque o enfrentamento é outro. É como se as jovens de hoje envelhecessem muito mais rápido do que na minha geração. Porque a esperança, a potência, ela também está sendo agredida (Célia).

Diante do questionamento das repercussões desses encontros dentro da AMB:

vou logo para os fatos: no momento em que estamos vivendo, a gente percebeu, a gente viveu isso naqueles encontros, o cuidado, que a gente pode ter deixado de lado. Isso foi até uma produção da própria ofensiva neoliberal (Célia).

Relatou que nesse contexto, desde os encontros, que aconteceram posteriormente em outras regiões do país e repercutem na AMB nacionalmente, estão havendo discussões internas sobre organicidade e sustentabilidade da organização:

Para mim está muito nítido, visível, que essa conjuntura traz em evidência essa pauta. Não é uma pauta artificial que o CFEMEA trouxe. É um olhar para a realidade de que há uma necessidade de reflexão sobre autocuidado e cuidado entre nós. Há uma necessidade, porque há uma ofensiva, há uma macropolítica de austeridade econômica, que ela interfere completamente nesse viver, nesse estar no mundo, sobretudo para as mulheres, as mulheres negras, nas políticas públicas, na saúde, na dimensão do tempo, no adoecimento. Interfere na dimensão de dizer "eu sou feminista" e ser atacada por isso. Dizer "eu sou lésbica" e ter sua integridade violada. Porque não é só dizer "sou feminista, sou lésbica, sou negra" e assumir isso numa dimensão política. Essa identidade vai interferir em tudo aquilo, em todas as relações sistêmicas de poder, de tirar o véu e dizer "Isso não é natural. Eu quero um outro lugar. Não só quero, mas eu vou lutar por ele. E eu posso lutar" (...) O que a gente percebeu é que não é uma pauta só para fora, é uma pauta de organicidade. E é o que está acontecendo. Agora é desafio mesmo (...) Está em uma construção. Não é algo dado não (Célia).

Destaco a ressalva de Célia à “dimensão do tempo” atrelada à perspectiva de cuidado das mulheres, pois, segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada:

O estudo do uso do tempo possibilita ter acesso a rotinas sociais muitas vezes ocultas, mas necessárias para que a vida se produza e reproduza, e permite saber o quanto de trabalho é realizado sem que assim seja considerado ou contabilizado. (...) Portanto, indica que a atribuição permanente do trabalho doméstico às mulheres, além de reservar a elas o reino da casa, representa uma sobrecarga de trabalho que elas terão de considerar se escolherem, ou necessitarem, trabalhar fora de suas casas. Trata-se, assim, de uma atribuição determinante no destino social de homens e mulheres (IPEA, 2011: 36 - 37)⁹⁰.

Na AMB-PB, Célia compõem a Coletiva de Autocuidado da Paraíba, criada recentemente, como repercussão desse processo, com a ideia de pensar e realizar ações sobre o tema para depois levar para o agrupamento do estado, pensando como essas ações podem refletir no fortalecimento do agrupamento em si.

Na prática, até aquele momento da entrevista, estavam realizando ações entre as

⁹⁰ O indicador do uso do tempo representa a quantidade de horas semanais dedicadas às tarefas domésticas – leia-se ‘cuidados’ domésticos (não remunerados), sendo uma categoria essencial para mensuração do índice de pobreza de uma população, junto aos anos de estudos, atividade e desemprego e duração diária do trabalho remunerado (IPEA, 2011). Assim, pela tarefa de conciliar o trabalho produtivo com o reprodutivo, o uso do tempo consolida-se como forte indicativo das desigualdades para as mulheres brasileiras (BANDEIRA, 2010).

integrantes da coletiva, outras com companheiras da AMB-PB, e começando a realizar ações de autocuidado para outras mulheres, não necessariamente ditas feministas, dentre as quais ela cita grupos de mulheres periféricas e de empregadas domésticas, com perspectiva de realizar também com o sindicato das prostitutas, sendo essa “uma das estratégias de fortalecimento comunitário das mulheres presente na AMB”. Trata-se, portanto, de esforços para levar esse debate a outros espaços, de se tornarem disseminadoras de metodologias e reflexões sobre a importância do (auto)cuidado.

Ao que ela apresentou um “exemplo bem contemporâneo” de outro processo que está se dando entre mulheres feministas da Paraíba, que tem a ver com a questão intergeracional do cuidado. Ela e mais algumas companheiras da mesma faixa etária, outras mais velhas, vêm percebendo as mudanças ocasionadas pela menopausa e construindo o entendimento de que é importante dialogarem sobre “como envelhecer numa perspectiva feminista?”. “Isso foi colocado, mas ninguém conseguiu dar conta disso. Não houve um cuidado para a gente parar e refletir” (Célia).

Diante disso, uma das companheiras criou um grupo de whatsapp chamado “Unidas pelo calor”. Ela convidou em outro grupo virtual formado por mais de 50 coletivas feministas da Paraíba, e outras mulheres foram entrando. “Se tornou um coletivo à parte”. Segundo Célia, esse grupo já contava com 33 mulheres e 10 já haviam se encontrado presencialmente. Fizeram uma roda para partilhas de estratégias de autocuidado. Mas o que chamou a atenção dela é que:

são mulheres ativistas que têm agendas públicas de movimento, que estão parando para fazer isso, mas como se não fosse do movimento feminista. Esse autocuidado como sendo algo separado, deslocado do político, como iniciativa individual. E chegam até a dizer que não aguentam, que são chatas demais as reuniões entre as mulheres. É uma impaciência. E a própria sensação de impotência de resolução dos conflitos. Os conflitos se repetem. (...) O interessante é que as mulheres estão conseguindo de forma sistemática parar para fazer isso. Será que a forma apolítica - a crise antipolítica, tá chegando nessa dimensão também entre a gente? “Tá desgastado?” “Eu prefiro me reunir de outra forma?” Porque são mulheres atuantes. Mas parece que para atuar não pode ter o espaço para cuidar de si. Porque quando eu atuo, eu disputo (Célia).

E aí, pensando sobre o autocuidado e o cuidado entre ativistas, em sua dimensão política ampla, Célia relatou que,

se ele perde a dimensão política, afetiva, construtiva, se ele tiver só uma dimensão.... eu tenho que ampliar o que é esse político. Se ele fechar só numa dimensão, ele vai ser um rótulo, ele não vai ser movimento (Célia).

Questionada sobre o fato de que as ações apresentadas, seja pelo Coletivo de

Autocuidado, seja pelo Coletivo Unidas pelo Calor, estão se dando de modo separado do movimento em si, Célia apresentou outros elementos pertinentes à reflexão,

Eu acho que se a gente já tem a coragem de dizer que está separado, de identificar, já é bem saudável. Porque é muito difícil a invisibilidade das questões que acontecem e a gente não enxerga. O contexto é soberano, como a gente fala. Isso é muito dolorido. As pessoas estão sentindo e não estão falando. Ou não há espaço. Ou quando eu vou falar, eu vou dizer que teoricamente isso já existe, pela teoria feminista crítica do cuidado, eu vou argumentar teoricamente, mas a vivência, a gente não tem. (...) E o que é um momento separado e o que é um momento exclusivo? É uma questão de foco, de prioridade, é um momento exclusivo, de centralidade do tema. Mas não quer dizer que o cuidado não permeia as ações realizadas pelo movimento. É mais que isso (...) Como eu posso enfrentar essa realidade que é tão ofensiva, mas eu não posso também sucumbir à sensação de impotência que ela traz. Esse é um olhar cuidadoso que está atravessando o movimento. (...) E movimento não pode ser rótulo, é um itinerário, como os direitos humanos, a ética. É construção coletiva com uma intencionalidade, uma abertura. Então você tem que estar interessada. Mas os impactos, os desdobramentos, você não consegue medir (Célia).

Por isso, ela nomeia como “tensão construtiva” o momento processual que estão vivenciando, a partir das reflexões sobre cuidado, autocuidado e movimento feminista. E para ela, essa é uma “tensão humana”, que atravessa a ética das relações humanas em sociedade, e que tem a ver com essa “dimensão política ampliada”, pois

ela é uma ação humana de decisão que transforma relações de poder, transforma o espaço privado, ela modifica os espaços públicos e as relações de desigualdade, de classe, de gênero, para mim ela é política. Como a ação política, há uma intenção, uma ciência dessa ação. Ela desencadeia, sistematicamente, uma série de relações. Ela modifica, na perspectiva feminista, para desconstruir uma sociedade patriarcal, então ela vai quebrando conceitos e rótulos, vai desconstruindo desigualdades e vai apontando onde estão essas desigualdades e apontando possibilidades de relações mais iguais entre mulheres, homens, cis e trans, de seres que têm o direito legítimo de expressar sua vida, seu corpo, sua manifestação cultural religiosa. É um estar no mundo com toda sua dignidade de estar nesse mundo, de expressar esse mundo, de viver nesse mundo, em relações, em conexões. Então não tem uma ação que não seja política. Como expressão mais antiga da polis, de viver, de conviver em cidade, de ter que decidir. para mim isso é político. E uma política feminista é onde desnaturaliza essas construções patriarcais, racistas, homofóbicas, isso não é natural, isso é violação. Que a diversidade possa ser garantida. Porque ela é vida. Ela é expressão de vida, de desejo. (...) Os gregos já colocavam a conduta: você precisa saber cuidar de si para saber cuidar da polis. É muito interessante. Isso é muito antigo e muito atual. Você vai para uma esfera de poder, de correlações de forças (Célia)⁹¹.

Portanto, para ela, há um processo em curso, mas ainda há muito que se refletir. Essa dimensão ética e política do cuidado (FISCHER; TRONTO, 1990; TRONTO, 2009), que está atrelada à “dimensão de sustentabilidade política do movimento”, e que prescinde de

⁹¹ Foucault (1985) estudou as práticas sociais clássicas, demonstrando como as primeiras formas de preocupação com o cuidado estavam imbricadas de relações de poder, que definiam o cuidado de si como uma conduta moral a ser seguida para o cuidado da vida em sociedade. E como na sociedade moderna o cuidado se instala como eixo fundamental para a constituição do indivíduo moderno.

afeto e de construção, é tanto um componente de auto-organização, como um componente de elegibilidade de direitos diante dos marcos legais em que vivemos. “Mas como a gente vai exigir direitos de autocuidado? Aí seria uma decisão individual né.” Por isso, para ela, pensar o cuidado no interior do movimento feminista não está dissociado de pensar o direito ao cuidado em termos de reivindicação de políticas públicas, como pauta também dos movimentos.

Como é que eu não só traduzo isso, mas identifico e traduzo isso numa dimensão política de direitos? (...) O exercício que eu faço é assim: como eu identifico a dimensão do autocuidado numa esfera de políticas públicas⁹² e também de uma intencionalidade política, do movimento em si: do acolhimento de quem tá chegando, do cuidar do corpo. Esse corpo que é tão disputado nas narrativas né. O corpo é meu território. Como é que eu cuido dele? E não só como eu cuido, mas como eu posso cuidar dele. (...) Seria uma linha reta, mas não é. Como eu falei das dimensões do equilíbrio, identificar essa tensão é muito saudável. (...) Porque se o movimento se fecha também num rótulo, dizendo "nós somos assim" ele não é movimento né. Se a gente percebe os conflitos, e isso tem acontecido nessas ações, ele indica aonde que a gente está. É extremamente pedagógico. E potencialmente transformador (Célia).

1.2 Autorreflexão para o cuidado de si

Carmen, maranhense, viveu em São Paulo e hoje reside em Pernambuco. Em relação a sua raça/cor, apresentou uma resposta que também traz ressalvas aos critérios étnico-raciais das políticas brasileiras:

é bem dividida: eu sou de origem negra e tenho origem portuguesa. meu bisavô era um português desgarrado que se casou com uma ex-escravizada. E tenho os traços que hoje, aqui no Nordeste, seria chamado de morena, ou parda para o IBGE. Para mim eu sou negra. Mas não faço militância como negra. Digo isso porque sentir-me negra pela minha origem, pelos conhecimentos ancestrais que eu trago, é uma coisa. Outra coisa é fazer militância nesse lugar, quando você sabe e eu sei, que uma pessoa de pele preta e que tenha o cabelo crespo vai receber uma discriminação muito mais superior que a minha. Eu sofro muito mais uma discriminação por ser de origem pobre do que por ser negra. Então eu tenho isso aí muito tranquilo na minha vida, acho que não depende disso ser feminista antirracista (Carmen).

Possui um histórico de formação marxista que se desenvolveu em uma militância no movimento sindical, no movimento popular de transportes e no Partido dos Trabalhadores,

⁹² Flavia Biroli (2015) discute como, nas sociedades democráticas, o acesso a recursos para garantia da integridade física e psíquica, bem como para a participação política, relaciona-se com os recursos advindos das condições em que os indivíduos são cuidados e/ou fornecessem cuidado a outras pessoas. De modo que a configuração assimétrica das relações de cuidado no Brasil consolida-se como fator de perpetuação de uma noção individualista e liberal de cuidado de si e, deste modo, de intensificação das desigualdades de gênero, classe, raça/etnia, entre outras. Por isso, a interferência Estatal se faz relevante para garantir cuidado, principalmente às populações vulneráveis (BIROLI, 2014).

espaços de militância⁹³ nos quais ela percebia “que a situação das mulheres era diferente da situação dos homens”. Teve experiências de atuação com educação popular ligada aos movimentos sociais e as diferentes dimensões da vida.

Na juventude, Carmen teve contato com um grupo feminista do Maranhão com o qual ela relata que não se identificava, pois era “um grupo de feministas de classe média cheio de personalidades”. Passou a ter experiências positivas de contato com o feminismo organizado e com a teoria feminista em São Paulo. Por vários anos, dizia que “tinha uma militância partidária e feminismo era algo que apenas estudava”. Em Recife, atuou em uma escola de formação popular, na qual avalia o modo de funcionamento como patriarcal, “ainda que às vezes escondido por mulheres, era muito autoritário”. Ela ingressou na equipe da SOS Corpo em 2013. Também é militante da AMB de Pernambuco e do Fórum de Mulheres de Pernambuco, agrupamento da AMB.

Sobre o autocuidado e o cuidado entre ativistas, ela afirmou, assim como Célia, que o termo ela conheceu a partir das ações do CFEMEA. “Agora o conteúdo não”.

É muito complexa essa pergunta. O tema com o termo ele me chega pelo CFEMEA, nessa nova política do CFEMEA nesse momento que começa a trabalhar com esse termo "autocuidado e cuidado entre ativistas". Já o conteúdo disso, que eu tive de experiência, é muito antigo. Por exemplo, toda discussão de grupos de autoconsciência no feminismo, que aqui falamos de grupos de autorreflexão, é uma pegada muito antiga né. Antes de eu estar engajada no movimento, como coletivo assim, antes, portanto, de vir para Recife, eu já participei de momentos de encontros que eram de oficinas de autorreflexão.

Carmen citou duas das primeiras experiências em que participou de oficinas de autorreflexão, quando ainda estava na universidade e vivia no Maranhão. A primeira foi em uma oficina com mulheres rurais, na qual estava responsável pela sistematização, e foi realizada a técnica da linha da vida que, segundo Carmem, vem sendo utilizada como uma prática educativa nesses últimos 30 anos de feminismo brasileiro. “A técnica foi feita como uma experiência curta. Achei deslumbrante, aí comecei a conhecer outros aspectos desse tipo de trabalho”. Então acompanhou o trabalho de outra ativista, uma psicóloga negra, que fazia oficinas de saúde da mulher com as mulheres rurais. “E era com trabalho de corpo. Ela

⁹³ Em relação ao debate ativismo x militância, Carmen informou que não se relaciona muito bem com “ser ativista”, pois para ela é um termo que vem do movimento de incidência junto ao sistema ONU, pessoas/ONGs que iam fazer incidência em reuniões da ONU. “Não tem a ver com a minha cultura política que é de militância, de ação coletiva organizada. E não de um indivíduo, nem um pequeno coletivo que tem boas ideias e leva para um lugar.... É um termo que se liga muito a questão individual. mas isso assim, a partir da minha cultura política. Tem muita gente que não pensa assim, que ativismo, que não gosta de falar militante porque é um termo ligado à esquerda. E eu gosto de ser militante justamente porque é um termo ligado à esquerda.

tinha uma boneca de pano bem grande, que você tirava a roupa e mostrava os órgãos internos. Era um recurso pedagógico” (Carmen).

Ambas as oficinas foram realizadas por feministas que participavam daquele grupo feminista maranhense que Carmem relatou não ter muita afinidade. Ao passo que acabou gostando um pouco mais “porque tinham algumas pessoas que faziam trabalhos muito interessantes como elas”. E depois, quando chegou à SOS Corpo, as experiências também se fizeram presentes. Ela destacou a importância da influência dos grupos radicais norte-americanos e franceses de autoconsciência das décadas de 60 e 70.

Como destacado por Sardenberg (2004), esses grupos atuavam a partir de valores radicais de horizontalidade, conquista de autonomia e necessidade de apropriação dos corpos para a efetiva transformação das vidas das mulheres, e, por meio de práticas pedagógicas de trabalhos com mulheres, propiciaram espaços de socialização de experiências individuais e coletivas, com ênfase na sexualidade, saúde e enfrentamento à violência, afirmando a máxima feminista de que o pessoal é político.

No Brasil, quando chegou esse processo aqui eram grupos bem pequenos de feministas, algumas que moravam aqui, outras que vieram do exílio. (...) Principalmente em São Paulo e no Rio de Janeiro. E em Recife, começou esse grupo Ação Mulher (...) que era grupo de militância que fazia também autorreflexão (Carmen).

Carmem explicou que em meados da década de 70, o Grupo Ação Mulher se profissionalizou e foi desmembrado entre dois outros grupos: a Casa da Mulher de Recife e o SOS Corpo, que naquele momento era SOS Corpo, Grupo de Saúde da Mulher, que seguiu essa abordagem.

Tem uma influência porque a origem do feminismo da SOS é esse feminismo radical ligado aquele livro das feministas de Boston sobre meu corpo minhas regras⁹⁴. Ele foi muito forte aqui, especialmente os primeiros dez anos do SOS. (...) Têm muitas coisas dessa época que foram muito importantes. Sem dúvida, influenciada, por um lado, com essa parte de saúde, corpo, sexualidade, por esse trabalho do feminismo norte-americano; e do ponto de vista teórico, muito pelos grupos de autorreflexão franceses também (Carmen).

Então, para ela, há um conhecimento anterior dessas “práticas ligadas ao conhecimento de si, a construção de si mesma como mulher, e como uma mulher revoltada com o lugar social do ser mulher, e, portanto, como feminista”. Para ela, o conhecimento de si é mais que um conteúdo a ser apreendido. É um processo de construção de si que se

⁹⁴ Referência à publicação *Our Bodies, Ourselves*, do Coletivo de Mulheres de Boston, 1971. Destaco também tradução adaptada ao contexto latinoamericano *Nuestros Cuerpos, nuestras vidas: La Guía Definitiva Para La Salud de la Mujer Latina* (BOSTON WOMEN’S HEALTH BOOK COLLECTIVE, 2000).

relaciona com esses lugares socialmente estabelecidos para as mulheres, “saber que você é uma mulher socialmente vista como mulher”, mas ao mesmo tempo possibilita “desidentificar-se como mulher”, questionar e desconstruir esse lugar, conforme Célia, que leva ao cuidado de si.

Ela ressalta que “a construção de si é a espinha dorsal do feminismo” – pois “o feminismo não é uma auto-declaração”.

Você pode participar muito anos do movimento, porque você tem aquela identidade coletiva do movimento. Você faz as coisas concretas do movimento. É uma escola de aprendizagem: você liga o som, fala numa manifestação, distribui panfleto, pinta faixa, faz a reunião, leva o material, sobe na mesa. Entretanto, você pode ficar anos nisso e não ter feito nenhum processo de construção de si. Então a construção de si é justamente esse processo de autoconsciência, de autorreflexão. Você dizer "eu não quero esse lugar que foi instituído para mim". "Eu não sou uma mulher, mas eu sou mulher" (Carmen).

Aí há um destaque da relevância do processo de construção de si coletivo e não de modo individual, e assim, relacionado com política feminista para transformação.

No coletivo você vê que isso que isso não acontece só com você. E você precisa permanentemente estar construindo a si mesma como uma mulher que se identifique com as outras mulheres, se não você não faz movimento. E se você não tiver identificação com as outras, você pode até ajudar por compaixão ou por desafio profissional, mas você não faz movimento. Mas se você também não se desidentificar, você mantém o que é o lugar social da mulher na sua vida. (...) Sem a questão de si, você fica meio capenga. (...) E como você faz isso? Essa construção é permanente. Essa crítica de si e de como a gente foi construída. A gente nunca tá pronta né. (...) Eu acho que fazer coletivamente é a partir de uma crença que o mundo tá muito ruim, não é só minha vida. A construção social do que é uma mulher não é só minha, cerca de 50% da humanidade. E além disso, o mundo tá ruim não só para as mulheres. O mundo tá um lugar muito ruim de viver na verdade, para ser bem sincera. E aí, eu sou participe de uma crença que acredita que a transformação do mundo é coletiva, você se engaja num coletivo para transformar o mundo. Isso é fazer movimento social. Então por isso eu entendo que a construção de si é uma dialética entre o que você constrói consigo mesma, no seu processo de autorreflexão, que para mim isso é a verdadeira formação - um processo de autorreflexão; só que isso existe em interação com seu coletivo. Pois, primeiro que a gente não tem capacidade, a gente não tem resposta para tudo na gente mesma. E que a mudança do mundo não pode ser, não combina bem com individualismo (Carmen).

Entretanto, Carmem relata que após esses anos iniciais, a SOS Corpo passou por desafios pertinentes ao conjunto das organizações feministas brasileiras, “a terrível década de 90”. “Foi um momento depois das Conferências da ONU de incidência política no Congresso, nas conferências, valiosa para a conquista de direitos”, mas essa articulação via Estado e agências públicas e privadas, como já destacado (RIBEIRO, 1995; SEGATO, 2004; BENTO, 2021b) trouxe questões aos movimentos sociais.

Foi também um período em que o feminismo brasileiro deixou de fazer atividades de formação autorreflexivas. Fez formação voltada para saúde, para violência, de

forma participativa. As mulheres falam e participam, porém aquilo não está sendo feito para produzir uma autorreflexão. Tem uma diferença que é tênue, mas que impactou na construção do movimento. Para construir, você precisa das mulheres não só discutindo política pública, mas discutindo a vida, e vivendo a vida cotidiana. Nas lutas. Fazendo oficina de reflexão, conhecendo o corpo. Uma troca mais profunda e cuidadosa (Carmen).

Então, “desde os anos 2000, vem um movimento lento e gradual de uma retomada”. Na sua entrada na organização, em 2013, ocorreu um processo interno nesse sentido. “Foi aquela coisa de começar a revitalizar algumas técnicas que possibilitavam o conhecimento do corpo, uma construção de uma relação consigo menos sofrida à medida que você reconhece nas outras aquilo que você passou”. “Aí entendemos que precisamos fazer uma vivência de nós mesmas. Se você nunca viveu, fica difícil de fazer com as outras. Mas foi só por um período, avaliamos que foi curto” (Carmen).

No período de realização da entrevista, a SOS Corpo novamente passava por uma etapa de refletir sobre a criação de espaços ou momentos de autorreflexão coletiva, pois “estávamos sentindo falta disso, desse lugar totalmente diferente”. Para Carmem, três motivações fundamentavam esse desejo. Em primeiro lugar, a “renovação da equipe”, com a entrada de novas integrantes, assim como ocorreu na sua chegada. Em segundo, a percepção de algumas integrantes da “necessidade de processos de autorreflexão”.

De como isso é construtor de um processo de uma militância feminista para fazer algo, que construa o que quer, que consiga se colocar, que consiga viver aquilo com a intensidade necessária, mas que aquilo não destrua sua vida. Uma militância mais cuidadosa de si mesma, principalmente, e das outras tb. Isso exige um processo de reflexão.

E o terceiro é o contexto, que vem se acirrando após a entrevista.

A gente está lidando com muito sofrimento. Nós estamos sofrendo com esse contexto aqui na SOS. E nós somos um lugar de acolhida para muita gente que está sofrendo, talvez mais do que a gente. Então isso obriga, tanto obriga a um trabalho de autorreflexão mais intenso, como em redes de solidariedade. Porque tem muita gente em situação de adoecimento, de sofrimento intenso. É uma prática que existe por dentro do movimento. Sempre que tem uma companheira que está despencando, cria-se uma rede que dá aquela força, segura a onda de grana, consegue coisas, é uma prática do movimento. Não da SOS. E não é novo. Mas as pessoas entram individualmente. Fora aquela outra rede que não podemos falar dela, e que funciona... A gente acha que o momento exige capacidade de se centrar, de ampliar sua compreensão do mundo e ao mesmo tempo ampliar a compreensão do seu lugar no mundo. Do que você quer fazer para transformar o mundo. Como o seu coletivo se situa no mundo. Fazer isso no meio do sofrimento é trocar o pneu com o carro em movimento (Carmem).

Também destacado por Carmem, houve influência das reflexões aportadas pelo CFEMEA sobre o autocuidado e o cuidado entre ativistas, “talvez isso tenha nos ajudado a retomar o trabalho interno de autorreflexão” (Carmen). Assim como Célia, Carmem e outras

companheiras da SOS Corpo, da AMB de Pernambuco e do Fórum de Mulheres de Recife estiveram presentes no Encontro de Imersão para o Autocuidado, o Cuidado entre ativistas e a Formação na Técnica de Redução Estresse entre Mulheres (TRE), em 2016 e 2017, e em outros espaços proporcionados pelo centro feminista.

Para mim tem influência. Porque eu aprendi uma técnica que eu acho muito potente que é o TREM⁹⁵. Mas eu acho TREME⁹⁶, melhor, porque treme tem a ver com a própria técnica. Eu acho ela uma técnica muito potente enquanto percepção de si, conhecimento do corpo, e enquanto regeneração mesmo (Carmen).

Para além dos ganhos pessoais, houve impacto no coletivo regional: as que participaram nas formações estão realizando rodas de TRE entre elas, e também em outros encontros do Fórum, com mulheres que não necessariamente estiveram presentes no início. Ela também percebe que há outras práticas de cuidado sendo compartilhadas, como reike coletivo, aromaterapia, exercícios respiratórios, técnicas corporais de neurolinguística, bioenergética, dança circular, entre outras. Também reintroduziram oficinas de autorreflexão no Fórum.

Eu e outra companheira criamos um roteirinho básico que varias de nós conseguimos fazer a oficina. Não tem que dominar o tema ou necessariamente que você tenha vivência nesse tema. (...) Ele funciona porque é baseado na troca entre todas, no intercâmbio, para propiciar o debate. Ele cria as condições para que as pessoas se expressem, e se expressem em primeira pessoa, falando das suas experiências, não julgue, não dê conselhos para a outra, e no final, possa de alguma forma construir algum aprendizado para si a partir do que ouviu (...) É o aprendizado que você aprende com as outras, na partilha. Você não constrói a si mesma sozinha. (...) Porque você precisa falar. Falando a gente elabora coisas que nem sabe. Na verdade, o processo de elaboração ocorre, ele vai ocorrendo dentro de você e ele sai pela fala ou pela expressão no momento em que é possível ele sair. Porque ele estava ocorrendo. Se estiver mais arrumadinho, mais elaborado, ele sai e tal; se tiver aos borbotões, sai chorando, sai gemendo, sai como tiver que sair. Sai. Mas você aprende quando sai de você, do mesmo jeito de quando saiu com a outra, com a escuta (Carmen).

Entretanto, Carmem apresentou algumas ressalvas.

É um processo que o CFEMEA está instituindo dentro da AMB. E está sendo muito vitorioso no seu objetivo porque tem uma adesão grande: já foi Centro-oeste, depois Nordeste, Norte e agora Sudeste. E as pessoas se sentem muito envolvidas. Eu vejo dentro dos espaços da AMB, as pessoas se referirem, as pessoas falarem nos grupos virtuais, no email, falarem dos encontros, do tema. Mas também vejo usarem o nome do tema em vão, assim, substitutivamente por exemplo, "dinâmicas de abertura de atividades", que são dinâmicas da educação popular que a AMB sempre fez, que no MST chama "mística de abertura". Algumas vem do espaço educativo, outras vem da psicologia, outras vem dessas várias técnicas de cuidado, das origens mais diversas que sempre foram feitas. Mas

⁹⁵ TREM – em referência a como algumas vem chamando o TRE, com ênfase no “M” ao final, de Técnica de Redução de Estresse entre “Mulheres”.

⁹⁶ TREME - como as mulheres do Norte batizaram o TRE no encontro posterior, realizado entre 2017 e 2018 em Belém-PA, em relação aos tremores corporais advindos dessa prática de cuidado.

agora as pessoas chamam isso de momento de cuidado. Eu acho muito ruim. É uma coisa substitutiva, sem reflexão. E eu acho que diminui aquilo para qual o nome foi criado que era a ideia de processos mais intensos de você ter a oportunidade de perceber seu próprio processo e contribuir para que cuide das outras. Para que umas cuidem das outras. Eu acho que abrir uma atividade de uma forma criativa não é isso. Mas eu também sinto que é um resultado. No sentido de que as pessoas estão pensando sobre autocuidado e tal. Está no universo vocabular das pessoas (Carmen).

Outra questão que ela tem receio é que “as pessoas tomem o TREM como autocuidado, que autocuidado é fazer o TREM”. E segue,

Tem duas dificuldades envolvidas na verdade: como dar uma sequência para isso e como fazer com que isso tenha impacto no modo de organização e funcionamento do movimento. Então eu tenho receio que as pessoas tomem o aprendizado como algo para você mesma, ou algo que você pode fazer no seu trabalho. Tipo, eu tenho um trabalho de militância ou profissional que eu trabalho com mulheres e eu posso utilizar essa técnica que é uma coisa boa. Mas não é esse o objetivo. (...) Na SOS a gente segue não usando muito o termo autocuidado porque gostamos mais da ideia de cuidado de si, de construção de si; e a gente também não é muito adepta do termo ativistas e tal. Mas a gente não acha que o termo diminui a coisa que é feita. Chegamos a essa conclusão: uma coisa é o termo, outra coisa é a coisa que é feita. Mas enquanto movimento feminista, isso é algo que ainda teremos que aprofundar (Carmen).

4.3 O cuidado da mãe negra

Rebeca, nascida e residente em Pernambuco, também apresentou ressalvas aos critérios de raça/cor do IBGE e nas políticas brasileiras, mas sob perspectiva distinta:

A minha identidade racial é negra né. Dentro desse conceito racial de preto e pardo, pelo menos aqui em Pernambuco a gente não utiliza essa terminologia na questão da identidade. Mas sendo negra e reconhecendo a questão da cor da pele né, que sendo a pele clara meu lugar é outro, minhas experiências são outras. Agora, são outras, mas também não é à toa que eu me constitui negra né. Também tive experiências que me levaram a essa definição. Então é um processo bem complexo né. Bem cheio de histórias para contar (Rebeca).

Iniciou sua militância⁹⁷ no movimento estudantil secundarista. E desde quando terminou a faculdade de direito, atua junto do movimento negro. Em princípio, no movimento negro em geral, em ONGs da imprensa negra e em entidades de denúncia do racismo midiático, sempre com grande prevalência de mulheres, à despeito do machismo presente no movimento. Mas naquele momento ainda não havia agrupamentos específicos

⁹⁷ “Em PE, a gente tem tradição mais de militante do que ativista. (...) Militante é muito que relacionado há uma pestia social que é dada ao militante. O ativismo dá aquela noção digamos mais aceita na sociedade. Mas aí, acho que talvez seja uma tradição de ativismo mais do campo ambiental que foi trazida de outros movimentos. Mas em termos de direitos humanos, a gente fala militante, no movimento negro a gente fala militante negro, militante negra. E aí eu me vejo como militante. Minha identidade é mais de militante, embora que na constituição dos espaços, as pessoas façam outras leituras” (Rebeca).

de mulheres negras em Pernambuco.

No processo de preparação para a Conferência de Durban no início dos anos 2000, foi criado um grupo nacional, de discussão on line, “Mulheres Negras, para fortalecer as mulheres negras a irem para Durban”, que teve impacto em diversas regiões do país.

Bombou essa lista de discussão nacionalmente. Era novidade o artefato. Foi organizada para a Conferência, mas deu continuidade. Inclusive eu acho que eu entrei no pós-conferência. E lá eu conheci altas militantes. Foi um lugar de muitas discussões, de muito pega pra capá também. E também foi uma forma de encontro. Comecei a conhecer essas pessoas através desse grupo. E a discussão que na época não se travava por interseccionalidade, mas falava, o termo era o viés de gênero e de raça, para demarcar que é necessário discutir e fazer digamos uma problematização junto aos companheiros homens do movimento negro de como historicamente as mulheres negras estavam sempre atuando no movimento negro, mas que nas inter-relações o machismo estava presente. Muitas dores abertas ali (Rebeca).

Depois, no Observatório do Negro, que “também não tinha o fim de ser um grupo de mulheres negras, mas era só de mulheres negras”, elas passaram a se afirmar como Grupo de Mulheres Negras. E iniciaram ações para o processo da primeira Conferência de Igualdade Racial, com encontros e debates. “A mulherada sempre foi prevacente”. Então, junto à “outras companheiras de outros grupos de militâncias autônomas”, criaram a Articulação Negra de Pernambuco “daquela época”, para “fortalecer negros e negras a participarem das conferências brasileiras e lutarem por políticas públicas”. A partir da criação, outros grupos de mulheres negras deflagraram.

Entretanto, relatou desafios que o movimento negro na região, e demais movimento sociais no Brasil como um todo, enfrentaram após os anos 2000, com a ascensão do governo de esquerda no país, advindos da relação movimentos-Estado.

Mais uma vez, houve um processo político nacional, e muitos dos nossos quadros foram para Brasília, ou para secretarias estaduais. Foi uma desestabilização, que depois a gente vai precisar conversar e discutir qual foi a nossa parte nesse processo todo. De como os movimentos sociais também se deixaram cooptar. E com essa cooptação, a gente desmobilizou os movimentos. Por um lado, a gente teve ganhos, por exemplo, na questão racial, a gente teve a SEPIR, com quadros nossos que verdadeiramente atuaram, que mobilizaram para discutir políticas públicas com seriedade. Na verdade, o que a gente não visualizava era o contexto que a gente tem hoje. Só pensávamos “daqui para melhor”. Então nisso, esquecemos muito da salvaguarda, do que tinha que segurar, tinha que manter que era a mobilização (Rebeca).

Por outro lado, ela demonstrou que nem todos os setores do movimento negro estavam exatamente alinhados ao governo, até porque “a questão negra é suprapartidária”. Na ocasião da Marcha Zumbi + Dez, em 2005, foi criado um Movimento Autônomo, “constituído basicamente por mulheres”, para exigir que se cumprissem as políticas públicas,

os direitos já conquistados⁹⁸.

A narrativa torna visível como as relações entre movimentos sociais e Estado trazem inúmeros desafios para os próprios movimentos, gerando posicionamentos internos distintos, o que pode provocar ainda mais o enfraquecimento desses setores. Tanto que Rebeca mencionou que houve um cuidado interno de evitar a palavra “racha”, no sentido de preservar o movimento negro externamente.

Nessa trajetória, Rebeca ressalta que “essa é a nossa história, do movimento negro brasileiro: sempre se organiza, se desorganiza, para se organizar de novo num outro momento histórico”. E indica que, diante do cenário político atual, de retrocesso político, criminalização dos movimentos sociais e o aumento das desigualdades, da pobreza e da violência contra a população negra, até o genocídio em massa, o qual Rebeca sinalizara que seria impensável nos anos 2000, a luta passou a ser contra o fascismo, o genocídio, o extermínio do povo negro, e todo o discurso de destruição do governo federal. Nesse intuito, “Articulação Negra de Pernambuco está se reorganizando” (Rebeca).

A prevalência das mulheres negras nesses atos é perceptível. Desde a realização da Marcha das Mulheres Negras em Brasília em 2015, até os diversos coletivos regionais de mulheres negras que emergiram no país após a Marcha. “Hoje eu vejo o feminismo negro como uma atriz política que redimensiona toda a discussão política teórico e prática e vivencial” (Rebeca). A Rede de Mulheres Negras de Pernambuco, a qual Rebeca é integrante, é fruto desse processo e se articula em torno do lema:

Contra o racismo e pelo bem viver, “colocando a vida à cima, como uma bandeira de lutas”. A gente saiu da luta por políticas públicas, para o direito básico à vida. Voltamos à estaca menos quinze (Rebeca).

Dentro dos feminismos, as mulheres negras denunciam as desigualdades que as cercam pela intersecção das dimensões de raça, gênero e classe. E como a luta pela preservação da vida, como pauta do movimento negro, e pela autonomia das mulheres, como ponto de convergência dos feminismos, não pode estar dissociada dessa concepção (GONZALES, 1982; CARNEIRO, 1995; RIBEIRO, 1995)

Eu vejo hoje que o feminismo negro tem uma liderança em termos políticos muito importante nacionalmente. Por exemplo, ele possibilita a gente rever isso que é dentro de um feminismo classista branco. O feminismo classista branco não via a possibilidade de se fazer, por exemplo, uma reunião de mulheres, e se fazer uma brinquedoteca para as filhas que vinham porque dizia “a mulher não tem que ficar carregando menino para todo canto não”. Lutava contra a discussão da

⁹⁸ O Movimento Autônomo marchou em 16/11/2005 (VIEIRA, 2005). Já “o grupo partidário, todo de homens, saiu no fim do mês, dizendo: ‘o governo está nos apoiando’” (Rebeca). Ambas em Brasília-DF.

maternagem. E a mulherada negra não "vamos, vamos sim, acolhe". Porque a história da resistência negra é da mãe negra. Então esse outro olhar histórico ensinou as feministas brancas a parar e a repensar isso, e hoje já pensa diferente. Mas ainda assim, as mais clássicas ainda têm aquela abordagem "não, não vamos misturar". (...) No feminismo negro, se reconhece que o genocídio negro, por exemplo, é de jovens homens negros, é dos filhos. Então se diz "Não! Essa uma questão de gênero também". Os homens, nossos jovens, nossos meninos estão sendo mortos. Isso atinge quem? A mãe negra que está chorando seu menino. Então tudo isso é uma liderança política de um novo olhar para as estruturas sociais (Rebeca).

Rebeca ressalta que “esse outro olhar histórico” perpassa toda a Rede. No começo, “o enfoque era para auto-organização”, uma organização interna por comissões divididas em temas específicos “para que fosse algo realmente auto-gestionado, que não fosse hierárquico, com coordenações apenas para gestar mesmo as comissões” (Rebeca). Daí parte a percepção sobre a necessidade de cuidado entre elas.

Então autocuidado, no começo, não era o foco, o foco era organizacional. E o que acontece? Os últimos acontecimentos são extremamente adoeceadores. O racismo já é! Então todo mundo... Já teve encontro que o choro tomava conta, falando de experiências do racismo. Então é algo que a gente sempre vive no limite. E as mulheres pretas muito mais. Foram debates, diálogos sobre solidão da mulher negra. Teve um encontrão sobre a solidão da mulher negra. Foi muito emocionante. E ali todas viram a necessidade de se cuidarem. De se cuidarem umas às outras também. A questão do autocuidado se tornou algo necessário para o trabalho continuar existindo (Rebeca).

“Eu propus desde o início da Rede que a gente pensasse no autocuidado, mas assim, chamando "vamos ver, vamos conversar". Isso porque Rebeca já possuía contato anterior com o tema, e segundo ela, num sentido político.

Com 16 anos eu já atuava no movimento estudantil da escola técnica. Aí levava pra lá, discutia sobre cromoterapia, sobre florais, sobre outros textos sagrados, como Iching que é um texto sagrado chinês de autoconhecimento. (...) Quando eu levava essas coisas para discutir eu dizia "isso não tem que estar separado do olhar político na sociedade". O tempo todo eu estava falando dessa necessidade dá gente trabalhar o fora e o dentro, o fora e o dentro, porque está tudo interligado, não existe essa separação (Rebeca).

Essa reflexão foi aprofundada, pela Rede, até que, dentro das ações de planejamento, decidiram que precisavam criar uma Comissão de Autocuidado para realizar encontros de autocuidado entre elas. À época da entrevista, apenas um encontro havia sido realizado na Rede.

Então eu já fui chamada para auxiliar nesse, com práticas integrativas (...) que é também um outro termo que hoje está sendo muito utilizado (...) Amanhã eu vou auxiliar num processo, vai ter o Encontro da Rede de Mulheres Negras de Autocuidado para jovens negros de uma comunidade. Vou estar lá auxiliando. Porque, também, nesse tempo que eu fiquei mais aqui, e tive meus filhos, eu voltei a fazer um processo que tem muito mais a ver com minha forma de ver o mundo que é da terapia holística. (...) Então eu também fiquei meio no lugar de auxiliar

nisso do autocuidado. Inclusive eu já abri "minha gente, bora, eu atendo vocês, para aplicar Reike, para fazer uma terapia floral, outras". Só que elas não conseguem tempo para a gente fazer essas atividades (Rebeca).

“Chamada para auxiliar”, pois Rebeca compartilhou que nos últimos anos tem sido difícil participar organicamente da rede e de outros espaços de militância, especialmente por ter filhos pequenos e estar envolvida no cuidado e sustento deles, bem como, dedicada à atividade de “professora e militante” na universidade. “Eu fiz toda minha formação para trabalhar com questão racial. Minhas escolhas acadêmicas foram escolhas políticas”. Ministra a disciplina Educação das Relações Étnico-raciais e atua no Projeto Luz do Sol Rural, que oferta práticas integrativas solidárias para pessoas da universidade e da comunidade. “Já têm várias companheiras fazendo parte. Então, a gente vai buscando aproximar assim, qual o instrumento?” (Rebeca).

Portanto, em relação à Rede de Mulheres Negras, ela “tem contribuído mais a distância, com o que pode, quando alguém solicita”. “Têm muitas assim na rede”. Essa parece ser uma prática de cuidado entre elas, de respeito às possibilidades de cada uma para construírem juntas. Também relatou que teve tempo que se dedicou apenas à política e que, no seu adoecimento, percebeu que deveria retomar os estudos de terapias holísticas. Assim como as mulheres da rede “que não conseguem tempo” para se cuidar.

As mulheres negras estão sempre instadas a pensar no outro. Então tá sempre cuidando da família, cuidando da mãe doente, do filho doente, do irmão que ela precisa sustentar. Toda família negra é assim. Têm muitas mulheres negras que pelo histórico da solidão da mulher negra, não tem filhos, mas têm os sobrinhos como filhos né. Muitas mães solteiras. É sempre cuidar do outro, cuidar do outro, cuidar do outro, o tempo todo. Então qual o momento que você cuida do seu corpo, da sua mente, da sua alma?⁹⁹ (...) Isso é político porque quando a gente traz esse autocuidado as pessoas param e pensam "realmente eu tenho que me cuidar" (Rebeca).

Apesar de dar nome à Comissão e aos encontros, Rebeca ressaltou não gostar muito do termo “autocuidado”.

É porque autocuidado é um termo muito recente, que, digamos, passa melhor pela goela das pessoas. Autocuidado desce melhor pela garganta marxista. Porque antes de chegar nesse reconhecimento, era visto como exoterismo, misticismo. Eu era "a exotérica" se falasse de fitoterapia, se falasse de floral, se falasse... era exoterismo. Entende? Eu passei sendo "a mística" e "a exotérica". Hoje autocuidado é um eufemismo. Eu vou colocar isso. Autocuidado é um eufemismo para o que sempre foi na verdade um outro olhar sobre saúde. Aqui, por exemplo, quando o pessoal fala autocuidado eu digo cuidado humano. Porque é além do

⁹⁹ Como apontado por Carneiro (1995; 2004) e Werneck (2009), a inserção da participação das mulheres no mercado de trabalho nos últimos anos nem reduziu sem empobrecimento, nem inverteu a lógica da estratificação social na qual a mulher negra ocupa a base da pirâmide.

auto né. O humano é o cuidado entre nós. O coletivo (Rebeca).

Ao passo que ela percebe que a utilização desse termo pela Rede de Mulheres Negras parte do entendimento de que essa é uma dimensão coletiva e política, distinta da maneira como os tradicionais movimentos sociais compreendiam o autocuidado:

Aí quando eu digo "eu vejo as diferenças dos movimentos" é porque isso na década de 90, quando a gente de esquerda falava em terapias, em autocuidado era "A porra louca". (...) Tanto o movimento estudantil na época que era voltado para uma visão materialista histórica; quanto os movimentos sociais, especialmente o feminista. E porque eu digo especialmente os feministas? Porque nessa época quem conduzia e orientava o movimento feminista eram as feministas brancas, prioritariamente. Os grupos de saúde.... Era tudo formado por um viés marxista branco hegemônico de um olhar branco. Eurocêntrico. Então no momento que a pessoa vai e faz um discurso de Marx sem fazer uma inflexão sobre as outras vertentes que nos constituem, o olhar negro, o olhar... Por isso que quando eu chego no movimento negro eu me encontro. Porque o movimento negro fala de axé, fala de ancestralidade, eu digo "É isso minha gente! Tá acontecendo. É aqui!" (Rebeca).

Ao falar da luta da mãe negra com o cuidado de sua comunidade, Rebeca destaca o histórico das irmandades negras, as quais, segundo Werneck (2009), são repertórios de identidade e de organização das mulheres negras.

São irmandades negras que as pessoas se juntavam para auxiliar uma pessoa a fazer um curso, ajudar na construção da casa de outro. E a Rede de Mulheres Negras acaba se constituindo na força dessa irmandade. (...) Eu acho que o termo autocuidado ele vem nesse contexto. Acho que a Rede está em processo. Até porque tem que ser por processo mesmo. Aos poucos. Trabalho." (Rebeca).

4.4 Cuidado feminista antiproibicionista

A última entrevistada desse bloco de análise é Ana, a mais jovem atuante no feminismo. Nascida e residente em Brasília/Distrito Federal. Ela relatou como seu "caminho inicial no feminismo foi a maconha". Devido ao uso intenso de drogas na adolescência, que geraram muitos conflitos com os pais, ela teve que sair de casa bem jovem e passou a estudar sobre drogas, e mais especificamente, sobre a maconha. Nesse ínterim, ela participou do movimento estudantil, e tentou se envolver com políticas algumas vezes. Mas o machismo presente nesses espaços a afastou.

Feminismo pra mim é o grande movimento de protagonismo que eu conheci. Essa conscientização do que que não tá bom pra mim. Acho que foi o primeiro que eu me identifiquei. Estar nesse lugar de questionar. E acho que é isso: lugares feministas são uns dos poucos lugares que eu sinto confiança de verdade, sabe. Que eu posso estar à vontade. Que eu posso ficar sem medo de alguém me passar a perna. Sem ter que ficar atenta mil vezes pq minha postura.... sei lá. Me sinto livre! Essa perspectiva de que a gente muda o que a gente quiser. E a gente pode

fazer coisas que não pareciam possíveis. Nós fazemos muitas coisas que não pareciam possíveis (Ana).

Até quem, em 2017,

eu tive a oportunidade de fazer uma viagem pela América Latina conhecendo o contexto da cannabis. Alguns países que estavam passando por mudanças. E aí na Colômbia eu conheci as mulheres da Rede Latinoamericana de Mulheres Canábicas. São mulheres de vários países, não só da AL, têm mulheres que moram fora também (...) mas sobretudo com a perspectiva latina, de que as mulheres latinas precisando se unir. E aí foi quando as coisas de feminismo começaram a chegar de forma teórica mais próxima assim. (...) E aí começou uma trajetória muito doida porque não tem como estudar cannabis também sem não passar pelo racismo, sem passar pela questão de classe. Sem passar enfim por todas essas outras coisas e entender que todos os problemas que envolvem a proibição da maconha, na verdade, envolvem a proibição de todas as outras coisas, não só de plantas, mas do aborto, da vida das mulheres, da nossa autonomia, tentativa de cercear nossa autonomia (Ana).

Ela relatou que ao voltar dessa viagem, recebeu o convite para construir o coletivo de Mulheres Cannábicas no DF, tentando também criar uma articulação nacional, em articulação com a Rede Latinoamericana. Entretanto, no Brasil, desde 2016, existe a RENFA – Rede Nacional de Feministas Antiproibicionistas. Assim “em algum momento o Mulheres Cannábicas encontrou também como a RENFA” (Ana). Ao se articular com a rede nacional, enquanto coletivo regional, aprendizados vieram.

Acho muito importante ressaltar como a gente está conectada com a RENFA, porque foi de onde vieram nossos princípios para estar fazendo o Chá das Minas, que é esse momento que a gente acredita ser o que a gente proporciona mensalmente de autocuidado com as usuárias de cannabis. (...) Sobretudo partindo desse antiproibicionismo feminista. Então, acredito que as meninas sejam posicionadas dentro desse feminismo num lugar bem específico, de entender mais a fundo o racismo estrutural, de entender questões de mulheres cis e trans. (...) Parte de um lugar bem específico de mulheres da periferia, mulheres negras, sendo protagonistas do próprio movimento. E aí eu acho que quando a gente acompanha um movimento em que as próprias pessoas são protagonistas isso é um aprendizado infinito (Ana).

O coletivo é autogestionado, sem hierarquias. Têm algumas funções de mídia, de participação nos grupos regionais e nacionais, “mas vai muito da disponibilidade de cada uma para compor esses espaços. O objetivo é reunir mulheres e promover reflexões a nível pessoal e coletivo “sobre a cannabis, e sobre tantas outras plantas de poder”, alinhado ao debate político sobre a criminalização das drogas, o machismo, o racismo, entre outros temas, através de compartilhamento de informações na internet, bem como a realização de eventos de discussão na capital. “Buscamos fortalecer não só esse compartilhar de informações, mas as vivências, da promoção de cultura. Tem toda uma cultura envolvida na questão da cannabis” (Ana).

É um coletivo que não é fechado né. Então tem pessoas que estão sempre fazendo as coisas. Então a gente estuda muito, trabalha muito. Acompanha todas as pautas políticas que têm aqui. Tá em Congresso, tá em Câmara, tá em audiência pública, tá nas manifestações. É muita coisa, muito trabalho. Nem todas as mulheres cannábicas estão envolvidas nesse nível. E as vezes há eventos que não são só para mulheres (Ana).

O debate sobre a questão do cuidado em saúde é transversal ao coletivo, pois atuam a partir de perspectiva de redução de danos e promoção de saúde inclusive pelo uso da maconha. “Então eu acho que isso tem uma relação muito forte com autocuidado porque é o que você precisa. É partindo de si, do seu corpo no mundo, antes de qualquer coisa” (Ana). Ao que apresenta o contexto de lutas em que estão inseridas:

A gente tá vivendo nesse mundo, acho que eu nem tenho uma palavra pra definir o absurdo de desigualdades né. E por mais que nem sempre a gente seja o principal alvo dessas desigualdades e do sofrimento e das violências que vem com essas desigualdades, a gente tá vivendo nesse mundo. A gente contribui para ele continuar sendo assim. Então, pensar sobre racismo, sobre classe, sobre gênero, tudo que é fundamental para todas nós. Mesmo que a gente tenha um lugar de fala muito específico, me colocando nesse lugar de fala. Têm outras mulheres cannábicas que assumem diferentes lugares (Ana).

Diante desse cenário desigual, “pensar que você pode se cuidar já é o primeiro passo”. Porém, um dos desafios tem sido justamente nas abordagens de redução de danos que Ana desenvolve: “tentar levar para diferentes pessoas, seja através de insumos, seja através de vínculos mesmo, a importância da reflexão do cuidado”. Desafiador porque, por mais que as pessoas tenham acesso aos insumos, as informações, “à listinha de coisas que deveria fazer para se cuidar”, “se cuidar não é fácil”, “ninguém nunca me cuidou”. Muitas vezes o autocuidado é individualizado, colocado nesse lugar de responsabilidade individual. E as ações propostas não se tornam efetivas para as pessoas que precisam dele.

Por isso, Para Ana, há a necessidade de se pensar em estratégias coletivas de cuidado entre as mulheres cannábicas.

Entender que sem rede não tem como se cuidar. Eu não consigo me cuidar sozinha nesse mundo. Se não tiver outras pessoas, do mais simples compartilhar de emoções, pra me ajudar, me escutar.... Pequenas coisas de rede mesmo que faz a gente se sentir cuidada e que permitem a gente se olhar para se cuidar. O autocuidado para mim não está separado da rede. Eu não consigo enxergar o autocuidado longe da rede (Ana).

Inicialmente, elas fizeram uma roda livre sobre mulheres e cannabis, após um convite de um coletivo que possuía um espaço próprio e deseja movimentá-lo. Lá, elas tiveram a oportunidade de fazer diversas reuniões, “conversando abertamente”, “um lugar que a gente

se sentia absolutamente protegidas”.

Aí surgiu o Chá das Minas. A ideia é que a gente se encontre uma vez por mês, sempre em roda, a partir de temas definidos. A gente valoriza essa coisa de se olhar no olho. De estar presencialmente conversando. Acho que têm várias coisas bem legais, inclusive do CFEMEA, da roda de conversa como metodologia. E esse formato de roda é bem importante pra gente. Já considero ele como, às vezes independente do que surge ali, do que a gente conversa, só por estar sentada em roda olhando para as pessoas, parece que isso já é me cuidar. De estar me colocando nessa posição de me escutar e escutar as outras, e a partir disso, tecer novos significados, para ter cuidado mesmo. Mais importante do que as informações, é o espaço de fala e de escuta (Ana).

Os encontros em roda do Chá das Minas começaram nesse espaço central de Brasília, mas vem sendo realizado em diversas cidades do DF, perpassando por diferentes dimensões de territorialidade, perpassadas por tantas outras, como classe e raça. Ana também destacou que as rodas não são exclusivas para mulheres usuárias. “É um convite para mulheres cannábicas, mulheres que se encaixem nisso”, havendo mães que acompanham suas filhas usuárias, por exemplo.

A rotatividade é muito importante pra gente. Embora tenham algumas figurinhas que se repetem, tem uma variedade muito grande, de conhecer muitas, muitas, muitas mulheres, porque a gente está rodando mesmo né. E aí tentando incentivar que elas se juntem de alguma forma com quem elas estão, no território delas. Que a gente vá trocando, mas que não seja impossibilitado o encontro de mulheres por causa das diferenças todas (Ana).

Sobre as rodas, Ana referenciou as rodas de autocuidado e cuidado entre ativistas desenvolvida pelo CFEMEA, denotando seu conhecimento prévio sobre metodologia. Porém, em relação à terminologia – autocuidado e cuidado entre ativistas - informou que ela não foi incorporado pelo coletivo deste modo:

Quando a gente fala "entre ativistas" muitas mulheres não se sentem ativistas ainda. Se sentem excluídas. Ainda mais mulheres usuárias de drogas, normalmente excluídas das demais categorias. Não tá em canto nenhum. Pessoas que costumeiramente foram negligenciadas pela política. Aí as pessoas mais potenciais... a gente não consegue dialogar. (...) Ou mesmo "cuidado coletivo", várias vezes a gente já conversou sobre isso. Parece meio que ninguém cuida. Ninguém cuida no fim das contas. Então, de quem que é esse cuidado? A gente deveria cuidar, mas ninguém cuida no fim das contas. Então mesmo o "autocuidado", desses termos, eu não tô feliz com nenhum deles não. (...) Acho que eu ainda tenho várias restrições com esses nomes todos. Embora reconheça a importância deles, assim, porque a gente precisa se comunicar e falar de algum jeito. Ainda tem várias coisas que eu não sinto fluidas (Ana).

Questionada sobre os termos que elas estão utilizando, e suas significações, Ana sinalizou que depende muito do contexto com quem e para quem elas estão falando, se é

uma ação pública no Congresso, por exemplo, ou em uma roda de mulheres. E quem está participando na roda naquele momento. Mas que o cuidado parte da ideia de promoção de saúde, seja pela informação, oferta de insumos para redução de danos e outros, ou escuta. “Temos esse norte que é o de promover esse cuidado. Eu costumo falar as vezes de ‘cuidado entre pares’. Mas ainda com essa discussão terminológica na cabeça” (Ana).

E o cuidado passa por todo o processo de organização do coletivo, principalmente por esbarrar na esfera da criminalização, e por se tratar de mulheres cannábicas. Há uma preocupação no campo dos cuidados digitais, que envolve: comunicação interna do coletivo, disponibilização de informações na internet, promover espaço seguro de participação na internet para as pessoas participarem, etc.

Tem que ter né um bocado desses cuidadinhos. Com certeza a informação legal sobre. Então a gente está em contato com a Reforma - Rede Jurídica pela Mudança da Política de Drogas. Vão orientando a gente no sentido do que a gente tem de direitos, o que temos de restrição. Ainda mais nesse contexto de mudanças que foi esse último ano [2019]. Mas é isso, a princípio, a gente tem direito de falar sobre todas as coisas. Não ser considerado apologia. Desde 2011 o STF entende que a gente tem direito de falar (Ana).

E sobre o Chá das Minas, as preocupações com o cuidado na organização se tornam ainda mais relevantes, pois “a ideia é que seja aberto né”.

Então a gente divulga, mas há uma preocupação sempre que o espaço seja seguro mesmo: Quem que vai estar vindo? Vai ter gente com planta? A gente vai estar em algum lugar que de repente pode aparecer policial e enquadrar todo mundo? Se tem homens em volta.... Sempre que a gente vai para um lugar novo a gente chega sem saber como é. Então temos que ter esse cuidado, avaliara na hora se é seguro ficar ali. (...) Às vezes fazemos acordos em relações a fotos ou coisas de segurança mesmo de cada uma, ou de temas específicos. (...) São cuidados que a gente precisa ter, porque são impeditivos da gente se organizar. Então a nossa segurança é muito importante. Até porque a primeira coisa que faz com que as pessoas não se conscientizam é porque tem medo mesmo (Ana).

Ana aponta esse como um dos principais desafios para a realização do Chá das Minas. E esse é um desafio de organização que leva a outro, que é o de priorizar essa ação, de manter esse espaço rodando, como um espaço de cuidado. Por isso elas têm a tarefa de incluir o Chá no planejamento do Coletivo.

Por mais que a gente adore ir, é sempre, ao mesmo tempo, o mesmo desafio para todo mundo se cuidar. "Nossa, a gente tem que se cuidar né. Então vamos lá". Sempre rola esse lugar de “seria bem fácil nunca mais fazer o Chá das Minas”. Eu acho que porque as outras coisas são imbuídas de um discurso racional, elas "precisam" da gente muito mais né. Justamente por isso que virou essa quase que obrigatoriedade: ter Chá das Minas. Teve chá que teve três, quatro pessoas, mas a gente manteve, porque se deixar, a gente sabe que só para de fazer mesmo (Ana).

Outra preocupação é a responsabilidade delas com o espaço de partilha

proporcionado pelas rodas.

Porque também a gente não quer ficar, a ideia não é que vire uma coisa tilelê, religiosa, nada disso. Mas é muito importante para a gente, que está abrindo tanta energia, a gente tem que estar ancorada em certas coisas para conseguir lidar, porque são coisas profundas. (...) E aí as preocupações com abrir, encerrar, essas coisas bem específicas de manter a roda, de sustentar. Então eu sinto que é uma parte muito importante dessa metodologia não fazer rodas muito longas. A gente faz a roda. Se a gente quiser ficar batendo papo, a gente encerra e continua. Isso pra mim é fundamental, senão a coisa se perde. Fica meio sem terminar. Ou tem gente que já não consegue mais ouvir. Tava a fim da roda, daquele tema específico. Então a gente tem esse cuidado. Às vezes, é no mesmo momento: fecha e tals, aí continua (Ana).

A sustentação da roda, de fazer essa mediação da roda, também envolve o desafio de aprender a escutar, mas “escutar de verdade” como destaca. “É um exercício constante. Deixar a outra pessoa falar, esperar, ouvir as outras nas rodas, não interromper”. Ana também chamou a atenção para a necessidade de proporcionar outras ferramentas para além da fala e da escuta externa. Para cada mulher entrar em contato consigo mesma, “pra fortalecer uma escuta interna que eu acho que é o primeiro passo do autocuidado né”.

Quando a gente tá falando de cuidado com a gente - tem muito a ver com a gente conseguir se ouvir. Saber o que o corpo precisa. Porque assim, se a gente vai cuidar de alguma coisa, tem que saber o que tá precisando de cuidado. Só o seu corpo pode falar isso né. (...) Já tentamos exercícios de respiração, mas eu queria algo mais revolucionário (Ana).

Todos esses desafios parecem apontar para a necessidade de cuidado entre as integrantes do coletivo, como cuidados internos, diante de tantas responsabilidades, de abertura e profundidade, e de suas próprias subjetividades. Ao que foi relatado que o espaço de cuidado segue sendo o Chá das Minas: “Mesmo às vezes sendo difícil priorizar, o Chá é a atividade que reúne todas nós, porque ali a gente pode ser só amigas, sem a pressão do trabalho, da cobrança enquanto coletivo” (Ana).

Então ela citou exemplo de uma das colegas do coletivo que estava mal há tempos, pois não conseguia conversar sobre questões muito importantes para ela. “E foi num Chá das Minas que ela conseguiu abrir. Desde então, está muito melhor”. Ana refere que esse fato teve impacto em todo o processo das relações internas no coletivo, em seus outros espaços. Como mencionou, esse é um espaço que auxilia no fortalecimento dos vínculos entre elas, “fortalece os laços todos, de tudo. Acho que é esse mesmo o objetivo”.

Então assim, têm coisas que a gente sabe que são políticas: criar espaços seguros de diálogo, criar espaços seguros de celebração e de encontros mesmo. Então acho que o Chá das Minas tem esse propósito, momento da gente se encontrar, poder conversar do que a gente quiser, e por mais leve que isso possa ser, entendendo a

profundidade desse caráter político. Porque é a partir daí que a gente começa a se organizar, a reconhecer o que está faltando. Porque que eu não consigo me cuidar? (...) Eu tenho a impressão que - aí sem teoria nenhuma, bem pessoal mesmo - eu acho que a gente é político quando estamos atuando conscientemente para construir uma sociedade diferente. A cada mínima ação que intencionalmente você tá pensando "quero construir uma sociedade diferente", a gente tá falando de política. (...) Mesmo que não usemos esses termos todos em questão.

Em relação ao diálogo sobre o cuidado no movimento nacional de feministas antiproibicionistas, Ana relata que elas têm tido mais diálogo com as pessoas dentro da pauta do cuidado do que com o movimento em si. Aí há uma questão de legitimidade da pauta, que para ela, passa também pelos privilégios percebidos no Chá das Minas.

Eu sinto que tem um pouco desse lugar de que as meninas da RENFA fazem essas coisas de cuidado em situações muito absurdas: mulheres que passaram por violências muito intensas. E sinto que a gente ainda está fazendo com pessoas privilegiadas em vários sentidos. Mesmo que sejam pessoas.... Então eu sinto que esse lugar do privilégio - e aí não digo nem só o privilégio de pessoas brancas, ou pessoas de classe alta, mas vários outros privilégios, de ter uma família, várias dessas pequenas coisas... Então no meio das pautas e das coisas, eu realmente não sinto vontade de trazer mesmo. Com certeza eu acho que é legítimo. Sinto que as vezes eu gostaria que parecesse mais legítimo. Mas geralmente quando tem os encontros da RENFA e dessas outras coisas, isso meio que se perde, porque são tantas coisas mais intensas. E aí a gente também faz ações com mulheres em situações mais intensas. Tem o coletivo do Tulipas do Cerrado que faz ações de cuidado com essas meninas né. E aí realmente são contatos, mulheres profissionais do sexo, tão passando por outras situações. A gente tem feito acompanhamento de mulheres usuárias de crack também. Então meio que acontece dessas coisas que fazemos no Chá, de elas serem desviadas para coisas mais tensas né. Ao mesmo tempo, individualmente eu tenho essa crença de que faz sentido eu falar para os meus pares, que isso é a coisa mais revolucionária que eu posso fazer (Ana).

4.5 O cuidado que aproxima

A análise das experiências pesquisadas envolvendo grupos feministas que desenvolveram e fomentaram ações sobre o (auto) cuidado nos últimos anos no país possibilita a observação de aproximações, bem como de particularidades. Muitas das quais, ligadas ao próprio histórico do movimento feminista brasileiro, desde seu surgimento, às lutas de resistência e às transformações no interior desses grupos, considerando o contexto patriarcal, racista, capitalista e capacitista que os circundam, e que resultam em um movimento feminista plural e repleto de contradições e dissensos que geram cobranças e disputas internas, assim como a reprodução de descuidos entre suas integrantes. Afinal, como expresso nos relatos, feminismo não é rótulo nem autodeclaração, é processo não linear e coletivo.

A polissemia de entendimentos à respeito da incorporação do cuidado pelos grupos pesquisados também está interligada à essa pluralidade. Por isso, além das condições estruturais que engendram desigualdades entre as feministas, as subjetividades de cada uma, as memórias e os repertórios de identidades pessoais e coletivos são igualmente importantes no jogo de significações e estratégias em curso.

Desde o cuidado de si, o cuidado entre pares, o cuidado humano, as preocupações com cuidados digitais, ao autocuidado e o cuidado entre ativistas, há o entendimento comum e crescente da necessidade de cuidado no feminismo, sejam as militantes e/ou ativistas, em espaços amplos e/ou exclusivos, em rodas e encontros de compartilhamento de vivências e/ou práticas integrativas, justamente para o cuidado das diferenças, o fortalecimento pessoal e dos grupos que lutam por transformações dos lugares socialmente estabelecidos a elas, seus pares e comunidades.

Desse modo, foi perceptível a necessidade de refletir sobre o cuidado no movimento feminista como estratégia de auto-organização dos grupos, bem como o diálogo entre eles, para a preservação das lutas diante do cenário ainda mais complexo, desigual, violento e adoecedor que o movimento social brasileiro enfrenta.

Cuidado, este, compreendido enquanto uma dimensão de saúde integral, holística, ética, coletiva e política antissistêmica e transformadora, dotada de uma intencionalidade feminista, que ultrapassa um caráter instrumental e técnico, para se consolidar também em experiências de solidariedade e de irmandade entre as mulheres brasileiras.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mulheres são como as águas, crescem quando se juntam.

(autoria desconhecida)

Esta dissertação buscou investigar formas em que o (auto) cuidado vem sendo apropriado por mulheres ativistas em alguns grupos/ coletivos/ articulações/ redes no Brasil, tanto teórica como praticamente, aprofundando suas dimensões de saúde às esferas afetivas, subjetivas e sociológicas, intrinsecamente políticas, enquanto práxis feminista que fortalece as ativistas e se mostra transformadora das condições estruturantes de desigualdades de gênero, raça, etnia, sexualidade, idade, entre outras, considerando um olhar interseccional sobre múltiplas realidades de mulheres brasileiras, colaborando assim para a sustentabilidade do ativismo feminista no país.

A realização de entrevistas semi-estruturadas somadas à análise de discurso e ao diálogo com autoras e autores estudados permitiram uma reflexão considerável sobre a partilha de experiências de 11 feministas do Centro-Oeste, Sudeste, Norte e Nordeste, ainda que esse número seja quantitativamente pequeno considerando as dimensões continentais do Brasil.

Apesar da diversidade das experiências compartilhadas, observou-se um perfil entre as interlocutoras, sobretudo quanta à classe – média - e à formação acadêmica – graduadas e pós-graduadas, entre as quais o desenvolvimento de uma consciência feminista foi desenvolvida em geral em contextos de militância estudantil, sindical e partidária, e posterior inserção no feminismo organizado. Esse recorte também parece relevante ao identificarmos o acercamento das interlocutoras ao tema estudado, já que o exercício do cuidado em sociedade assume grande relevância entre as consolidadas teorias feministas comprometidas com o enfrentamento das desigualdades de gênero, que passam por um estudo atento sobre a divisão sexual do trabalho, sobretudo no Brasil.

O cuidado para manutenção da vida está na base de nossa existência. Ademais, ele é central para a sobrevivência de comunidades historicamente alijadas, principalmente a partir das empreitadas patriarcais e coloniais. Como ressaltado por algumas interlocutoras, as redes de solidariedade e de apoio ao aborto são algumas das práticas históricas e revolucionárias de cuidado entre mulheres, essencial à preservação de tantas vidas.

Mas as tarefas do cuidado historicamente também serve aos interesses patriarcais,

capitalistas e de Estado, justificando a exploração da força de trabalho que o realiza, especialmente as mulheres negras e pobres brasileiras. Por isso a preocupação com a saúde e o cuidado a partir de um olhar sociológico, que enfatiza o modo como as tarefas de cuidado sobrecarregam mulheres em muitas dimensões de suas vidas, torna-se cada vez mais premente. Também evidencia-se o impacto dessa sobrecarga desigual no âmbito dos coletivos e organizações feministas, com consequências às ativistas, o que conduz às linhas norteadoras dessa pesquisa apontando para a necessidade de se repensar a atuação feminista sob uma ótica do (auto) cuidado no feminismo.

Em sentido oposto à prática do cuidado desigual, feminizado e racializado que oprime e subalterniza mulheres, o autocuidado em sua fonte antirracista defende o direito ao afeto, ao bem-estar e ao fortalecimento pessoal e comunitário diante da persistência do racismo. Essa concepção, compreendendo também o contexto de riscos a que estão expostas as mulheres na linha de frente das resistências e lutas por transformações das condições de vida, está na base da recente perspectiva do autocuidado e do cuidado entre ativistas proposta pelo CFEMEA. Pela perceptível relevância das formulações teóricas e práticas desenvolvidas pelo centro feminista nos últimos anos, especialmente a difusão da metodologia das rodas de autocuidado e cuidado entre ativistas, de norte a sul do país, observa-se sua repercussão em determinadas movimentações feministas pelo país.

Quando se fala em rodas de mulheres, fala-se sobre circularidade. Circularidade dos olhares, em que todas se veem à mesma distância; favorável à circularidade da fala e da escuta; e em que tudo que está no centro pode ser compartilhado por todas, há uma mesma distância. A dimensão da circularidade, com ênfase no círculo – na roda - está presente nas danças circulares antigas, faz parte de tradições indígenas e da diáspora negra, e é inspiração para a pedagogia feminista entre outras fontes nas quais a horizontalidade dos saberes é motor para os processos de aprendizagem mútua. Elementos propícios à disposição para a afetividade e o cuidado coletivo.

No entanto, construir e preservar espaços e tempos para a incorporação do (auto) cuidado no cotidiano dos coletivos e movimentações feministas, e assim desafiar os tradicionais sistemas de desigualdades e opressões, não tem se mostrado uma tarefa simples. O estudo histórico dos movimentos feministas brasileiros, bem como dos processos de constituição e de reconhecimento de identidades políticas, realizados no âmbito da esfera estatal e institucional, denotam a grande pluralidade das feministas brasileiras, atravessada

por diferenças subjetivas entre elas, mas também estruturais, consequências da forma como esses sistemas agem duramente sobre elas.

As experiências de descuidos analisadas possibilitam constatar os inúmeros desafios ao reconhecimento dessas diferenças e desigualdades e à interação e convivência entre elas, gerando descuidos e opressões no seio dos próprios feminismos. Foi perceptível a ocorrência de matrizes potencializadoras das disputas e hierarquias entre as experiências pesquisadas quanto à raça, classe e diferenças geracionais, indicando a necessidade de cuidado com essas questões. O processo de análise também evidencia os desafios na relação que muitos movimentos tiveram e ainda têm com o Estado, instituições e agências internacionais, os quais revelam certo paradoxo da *ongzação* do movimento feminista brasileiro e de outras formas de institucionalização.

Essas percepções conduzem à necessidade de um olhar vigilante sobre as formas com que historicamente se estabelecem as relações entre movimentos feministas, Estado e agências público e privadas, posto que este é o cenário de primazia dos atos de reconhecimento (ou não) de identidades políticas de grupos e de movimentos sociais. Por um lado, essa relação corrobora com a reprodução de valores patriarcais, capitalistas, racistas, capacitistas, cisheteronormativos, comum da hierarquia das desigualdades entre as feministas, dificultando ainda mais a interação entre as diferenças que as constituem e inoculando conflitos entre elas. E por outro, tende ao engessamento de suas alteridades históricas, cristalizadas em torno de categorias homogeneizantes com risco de vinculá-las exclusivamente a demandas específicas.

Assim, o movimento feminista carece de cuidado no relacionamento com as instituições, seja Estado, academia, partidos políticos, sindicatos, agências financiadoras, entre outras, em uma posição híbrida que não aposte todas as expectativas de transformações via a atuação e mediação do Estado, e mantenha a vivacidade do movimento, aquilo que faz sentido em um tipo de intencionalidade feminista. Ou seja, que mantenha o *animus* da resistência, para uma revolta potente, poética, afetiva e afetuosa, e que faz com que suas ativistas continuem em permanente movimentação e disseminação de um modo de realizar política próprio em relação àqueles modelados pelo patriarcado, o racismo, o classismo e outros sistemas de opressão, mesmo que por intermédio de outros movimentos, coletivos, articulações. Mesmo depois e apesar de tantas dores e frustrações em espaços feministas onde parece haver expectativas subjetivas de respeito e solidariedade, à despeito dos

enfrentamentos e violações externas.

De tal forma que a luta movimentista por conquista e acesso a direitos deve contemplar todos os âmbitos das vidas das ativistas, em sua pluralidade. E não aquilo que o Estado determina como necessidade de atenção e política a uma categoria política. O debate inclui aí acesso a saúde, educação, moradia, alimentação, arte, entre muitos outros campos da vida em sociedade. E em um sentido de reivindicar o direito ao cuidado em termos de efetivas políticas públicas e em termos de um Estado que seja sensível à manutenção e reprodução da vida em sua plenitude.

Para tanto, carece também da necessidade da incorporação do cuidado como estratégia de auto-organização dos grupos, para o cuidado entre suas integrantes, para superação dos modos tradicionais de se fazer política e assim, colaborar para a autossustentabilidade e a preservação das lutas diante do cenário ainda mais complexo, desigual, violento e adoecedor que o movimento social brasileiro enfrenta hoje com o acirramento da crise sanitária, social, política e econômica em virtude do extremo conservadorismo político brasileiro e da pandemia em curso.

Múltiplas e polissêmicas são as formas e os conceitos relacionados ao debate sobre a assimilação do cuidado nas agendas feministas estudadas, relacionadas justamente à pluralidade inerente a elas, considerando as condições estruturais de diferenças e desigualdades, bem como as subjetividades, as expectativas, as memórias e os repertórios de identidades pessoais e coletivos em jogo. Nesse sentido, há também aproximações.

O debate atual sobre a importância do (auto) cuidado entre militantes e/ou ativistas feministas compreende o cuidado em diversas dimensões, capilarizadas em muitos caminhos possíveis, enquanto saúde integral, dotado de subjetividade e fundamentalmente coletivo, que ultrapassa as tradicionais dicotomias pessoal *versus* político, emoção *versus* razão, corpo *versus* mente, reconhece as diferenças, valoriza o respeito mútuo e os vínculos, criando metodologias, espaços, lugares e tempos outros, rodas e redes de solidariedade e de irmandade feminista, heterotopias práticas e teóricas que ultrapassam os sistemas impostos para a construção de uma sociedade mais equânime, justa e melhor para as mulheres e para todas as pessoas que se beneficiam de seus cuidados e suas lutas.

A diversidade das experiências compartilhadas – especialmente aquelas relacionadas a opressões e descuidos no interior de espaços feministas – aponta para o fato de como o projeto de um cuidado coletivo é árduo, demorado e delicado. E os debates sobre identidades

se tornam cada vez mais prementes. Enquanto as teorias feministas e as práticas a partir delas servirem para reproduzir o ideal abstrato e universalizante do sujeito político do feminismo, seguirão como co-responsáveis pelas múltiplas opressões e disputas sobre e entre as mulheres.

As ativistas latino-americanas e brasileiras estão longe de serem uma só voz e monocromáticas. São mulheres negras, brancas, indígenas, negrindias, de periferias, de centros urbanos e de zonas rurais, lésbicas, bissexuais, trans e travestis, de diferentes formações acadêmicas, idades, origens, territórios, religiosidades, culturas e afins. Por isso relembro Angela Davis, segundo a qual “A diferença pode ser uma porta criativa. Nós não precisamos de homogeneidade nem de mesmice” (ib.: 2011. Sem paginação).

Assim, o compromisso com o cuidado coletivo depende de articulações micro e macropolíticas de perspectiva feminista, da disponibilidade de cada uma e dos grupos, de criatividade, de escuta, e sobretudo de vigilância sobre privilégios naturalizados e irrefletidos – o que significa autovigilância e empenho pessoal e coletivo para a desconstrução de preconceitos e práticas discriminatórias e violentas inerente aos sistemas de produção de desigualdades. Prescinde também que no interior dos espaços coletivos e movimentalista essa questão seja incorporada aos debates, tornando-se uma pauta política, como a luta por direitos civis e trabalhistas, por aborto seguro e justiça reprodutiva, pela preservação dos territórios e pela transformação dos modos de produção.

Percebo que a partir do cuidado das diferenças e das desigualdades entre as mulheres, que só é possível com o reconhecimento de que existem, dividem e machucam, e do cuidado dessas dores sentidas, irrefletidas e tradicionalmente reproduzidas, é possível transformar grupos e coletivos, criar outros, e insistir nas lutas coletivas. Neste ponto o afeto e a solidariedade entre as mulheres alcança sua faceta mais nitidamente revolucionária, enquanto categoria política, teórica e prática feminista.

A intenção deste trabalho não é fragilizar as lutas feministas, tornando-as alvo de mais críticas em contextos de tantas violações, riscos, perseguições e criminalizações. Mas desvelar nuances complexas e dolorosas do feminismo brasileiro, em suas contradições, parece condição para que os sentidos e o exercício do (auto) cuidado nas vidas das ativistas na linha de frente sejam aprofundados, fortalecendo assim a potência da (auto) transformação feminista.

Penso que esta dissertação alcança o objetivo de se somar às teorias, conceitos e

práticas feministas contemporâneas, comprometidas com o enfrentamento ao patriarcado, racismo, genocídio e também, porque não, ao epistemicídio feminista tão arraigados em nosso país. Além disso, colabora para o debate atual sobre a politicidade do autocuidado e do cuidado coletivo no feminismo, para o feminismo e a a partir do feminismo para toda a sociedade, enquanto uma pauta política antissistêmica das opressões e de feminismos atualizados em novos projetos pessoais e sociais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACESA; RAMA, **Diagnóstico da Violência contra as mulheres rurais no Maranhão**. 2020. Disponível em: [Diagnostico-violência-ACESA-e-RAMA.pdf]. Acesso em 14/09/2021.

ARENDT, Hannah. **A condição humana**. 11ªEd. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

AYRES, J.R.C.M. et al. O conceito de vulnerabilidade e as práticas de saúde: novas perspectivas e desafios. In: CzeresNia, D.; Freitas, C.M. (Orgs.). **Promoção da saúde: conceitos, reflexões, tendências**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2003. p.116-39.

BANDEIRA, Lourdes. Importância e motivações do Estado brasileiro para pesquisas de uso do tempo no campo do gênero. **Revista Econômica**, v. 12, n. 1, p. 47-63, 2010.

BARRY, Jane & DORDJEVIC, Jelena. **Qual sentido tem a revolução se não podemos dançar**. EUA: Fundo de Ação Urgente pelos Direitos Humanos de Mulheres, 2007.

BAUER, Martin & GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som. Um manual prático**. Editora Vozes. Petrópolis, 2002.

BEAUVOIR, Simone. **O Segundo sexo**. Tradução de Sérgio Milliet. 4 ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1980 (1949).

_____. O belo, o feio e o abjeto nos corpos femininos. **Revista Sociedade e Estado** – Volume 36, Número 1, Janeiro/Abril 2021a.

BERNAL, M. **Manual de Autocuidado y Autodefesa para Mujeres Activistas**. Artemisia, Grupo Intersidisciplinario en Género, Sexualidade, Juventud y Derechos Humanos e Eliege, Red de Jóvenes por Derechos Sexuales y Reproductivos, A. C. 2006.

BIROLI, F. **Autonomia, preferências e assimetria de recursos**. 2014. Disponível em: [https://www.anpocs.com/index.php/papers-38-encontro/gt-1/gt10-1/8909-autonomia-preferencias-e-assimetria-de-recursos/file]. Acesso em: 30/05/2019.

_____. Responsabilidades, cuidado e democracia. **Revista Brasileira de Ciência**

Política, nº18, pp. 81-117, Brasília, setembro - dezembro de 2015.

BOSTON Women's Health Book Collective. **Nuestros Cuerpos, nuestras vidas**: La Guía Definitiva Para La Salud de la Mujer Latina. Siete Cuentos Editorial; Illustrated edição 2000.

BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. **Resolução Conep n. 196 de 10 de outubro de 1996**. Aprova diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. Diário Oficial da União da República Federativa do Brasil. Brasília, 1996.

_____. Ministério da Saúde. DATASUS. **Painel Coronavírus Brasil**. Disponível em: [Coronavírus Brasil (saude.gov.br)]. Acesso em 07/11/2021.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde. **Guia prático do cuidador**. Brasília: Ministério da Saúde, 2008.

_____. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **LEI Nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.

_____. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei Nº 13.104, de 9 de março de 2015**. Altera o art. 121 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para prever o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio, e o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir o feminicídio no rol dos crimes hediondos. Brasília, 2015.

_____. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006**. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. 2006.

BUTLER, Judith. **Corpos que importam**: os limites discursivos do sexo. N-1 Edições.

(1993) 2019.

_____. Críticamente subversiva. In: JIMÉNEZ, Rafael M. Mérida. **Sexualidades transgresoras. Una antología de estudios queer**. Barcelona: Icária editorial, 2002, p. 55 a 81.

_____. **Problemas de gênero: Feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004 (1990).

CÁRDENAS, Ana Maria e MÉNDEZ, Nallely. O autocuidado como estratégia política. **SUR 26**. 2017. Disponível em: [O autocuidado como estratégia política - Sur - International Journal on Human Rights (conectas.org)]. Acesso em: 17/02/19.

CARNEIRO, Sueli. Enegrecer o feminismo. A situação da mulher negra na América Latina, a partir de uma perspectiva de gênero. **Racismos Contemporâneos**. Rio de Janeiro: Takano Editora, 2003.

_____. A mulher negra na sociedade brasileira - o papel do movimento feminista na luta anti-racista. In: MUGANGA, Kabengele (Org.). **História do negro no Brasil**. Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2004.

_____. Gênero, raça e ascensão social. **Revista Estudos Feministas**. Florianópolis, v. 3, n. 2, pp 544-552, 1995.

CARNEIRO, Sueli; SANTOS, Thereza. **Mulher Negra**. São Paulo: Nobel CECF, 1985, p. 123.

CASTRO, Cosette. **Cuidado e Autocuidado entre mulheres ativistas no mundo online**. Estimulando (novas) subjetividades em tempos de pandemia e violência. Ria Editorial, 2021.

CESTARI, Mariana Jafet. **Sentidos e memórias em luta: mulheres negras brasileiras no III Encontro Feminista Latinoamericano e Caribenho**. Disponível em: [Sentidos e memórias em luta: mulheres negras brasileiras no III Encontro Feminista Latinoamericano e Caribenho (1985) (openedition.org)]. Acesso em 20/11/2021.

CFEMEA. **Autocuidado e Cuidado entre Ativistas**. Brasília: CFEMEA, 2015.

_____. **Bem viver para a militância feminista:** metodologias e experiências de autocuidado e cuidado entre mulheres ativistas. Brasília: CFEMEA, 2016.

CFEMEA e ULF. **Cuidado e Autocuidado Entre Ativistas:** Diálogos Virtuais Zine. 1ed 2018. 2 ed 2020.

CÉSAR, Ana Cristina. Estou atrás. 28.5.69 [1985]. **Ana Cristina César Poética.** São Paulo: Companhia das Letras, 2013. P.164.

COLLINS, Patricia Hill. **The black Feminist Thought.** London: Routledge, 2000.

_____. **Pensamento Feminista Negro:** conhecimento, consciência e a política do empoderamento. Tradução Jamille Pinheiro Dias. São Paulo: Boitempo Editorial, 2019. Texto original, 1990.

COMBESSIE, JC. **O método em sociologia** - como é e como se faz. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS. **Pesquisa CNM – Covid-19.** Edição 21 – de 09 a 12/08. Disponível em: [Relatório_pesquisa_Relampago_Ed_21.pdf (cnm.org.br)]. Acesso em 05/11/2021.

COSTA, Ana Alice A. O movimento feminista no Brasil: dinâmicas de uma intervenção política. **Revista Gênero.** Niterói, 2005. p. 16.

COUTINHO, Maria Lúcia. A narrativa oral, a análise de discurso e os estudos de gênero. **Estudos de Psicologia,** 11(1), 65-69, 2006.

CRENSHAW, Kimberlé. **Demarginalizing the Intersection of Race and Sex:** a Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory and Antiracist Politics. University of Chicago Legal Forum, Chicago, p. 139-167, 1989.

_____. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Estudos Feministas,** ano 10, 1º semestre, 2002.

CRESWELL, JW. **Projeto de pesquisa:** métodos qualitativo, quantitativo e misto. 3ª ed. Lopes M, tradutora. Porto Alegre: Artmed, 2010.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. Tradução de Heci Regina Candiani. Boitempo, [1981] 2016.

DINIZ, DÉBORA; MEDEIROS, MARCELO; MADEIRO, ALBERTO. Pesquisa Nacional do Aborto. Artigo Especial. **Ciênc. saúde colet.** 22 (2), 02/2017. Disponível em [<https://doi.org/10.1590/1413-81232017222.23812016>]. Acesso em 10/04/2019

FASSIN, Didier. Os sentidos da saúde. Antropologia das políticas da vida. In: SAILANT, F. e GENEST, S. *Anthropologie médicale: Ancrages locaux défic globaux*. Cap. 14, pp. 383-399. **Collection Societés**, culture et santé. Tradução de Rubens de C. F. Adorno. Québec: Les Presses de Université Laval; Paris: Anthropos, 2005.

FAVRET-SAADA, Jeanne. Ser afetado. **Cadernos de Campo**. n. 13: 155-161, 2005.

FIGUEREDO, Ângela. Perspectivas e contribuições das organizações de mulheres negras e feministas negras contra o racismo e o sexismo na sociedade brasileira. **Rev. Direito e Práxis**, Rio de Janeiro, Vol. 9, N. 2, 2018, p. 1080-1099.

FISCHER, B.; TRONTO, J. Toward a feminist theory of caring. In: ABEL, E. K.; NELSON, M. K. (Ed.). **Circles of care: work and identity in women's lives**. New York: State University Press, 1990. p. 35-62.

FLICK, U. **Uma introdução à pesquisa qualitativa**. Porto Alegre: Bookman, 2004.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade: o cuidado de si**. V. 3. 10 ed. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir: Nascimento da prisão**. Petrópolis, RJ: Vozes. [1975] 2002.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA; INSTITUTO DATA FOLHA. **Relatório Visível e Invisível: a vitimização de mulheres no Brasil**, edição 3; 2021. Disponível em: [[relatorio-visivel-e-invisivel-3ed-2021-v3.pdf](#) (forumseguranca.org.br)]. Acesso em: 05/11/2021.

GILLIGAM, Carol. **In a different voice**. Londres: Harvard Press, 1982.

GONZALES, Lélia. A mulher negra na sociedade brasileira. In: LUZ, Madel, T., org. **O**

lugar da mulher; estudos sobre a condição feminina na sociedade atual. Rio de Janeiro, Graal, 1982. 146p. p. 87-106. (Coleção Tendências, 1.).

_____. Por um feminismo afrolatinoamericano. In: Isis Internacional, Mujeres por un Desarrollo Alternativo. **Mujeres. crisis y movimiento. América Latina y el Caribe.** 1988, Nº 9, 133-141.

_____. Mulher negra. [1984]. In Elisa Larkin Nascimento, **Guerreiras de natureza: mulher negra, religiosidade e ambiente.** São Paulo, Selo Negro, 2008, p. 29-47.

GRUPO GAY DA BAHIA. **Relatório de Crimes contra LGBT no Brasil.** 2018. Disponível em: [relatório-de-crimes-contralgbt-brasil-2018-grupo-gay-da-bahia.pdf (wordpress.com)]. Acesso em 14/07/2020.

GURGEL, Telma. Feminismo e liberdade. **Universidade e Sociedade**, Brasília, v. 1, n. 34, p. 99-110, 2004.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, (5), 7-41. 1995. Recuperado de [https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1773].

HARDING, S. **The Science Question in Feminism.** Ithaca: Cornell University Press. 1986.

HIRATA, Helena e KERGOAT, Danièle. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de Pesquisa Fundação Carlos Chagas**, v. 37, n. 132, p. 595-609, 2007.

hooks, bell. **Feminist theory: from margin to center.** Boston: South end press, 1984.

_____. **O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras.** Tradução: Ana Luiza Libânio. – 1. ed. - Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018 [2000]. Disponível em: [O feminismo é para todo mundo: Políticas arrebatadoras (archive.org)]. Acesso em: 10/04/2020.

_____. Vivendo de amor. Em **O livro da saúde das mulheres negras: nossos passos vêm de longe.** Org.: Jurema Werneck, Maisa Mendonça, Evelyn C. White. Rio de Janeiro:

Pallas: Criola : Global Exchange, 2000 [1994]. 256 p.; 23 cm. P. 188-198

OMS. **Abortamento seguro:** orientação técnica e de políticas para sistemas de saúde – 2ª ed. 2013. Disponível em: [9789248548437_por.pdf (who.int)]. Acesso em: 10/04/2019.

NAVARRO, Tania S. Identidade nômade: heterotopias de mim. **Colóquio Foucault/Deleuze-Unicamp.** Novembro/2000-10-16. Disponível em: [http://www.tanianavarros.wain.com.br/chapitres/bresil/heterotopias%20de%20mim.htm]. Acesso em 04/04/2021.

IM-DEFENSORAS e DEFENRED. **Diálogo Virtual de Autocuidado:** una estrategia política en la defensa de los derechos humanos. 2017. Versão completa disponível em [http://goo.gl/Gz3Yh1]. Acesso em 02/04/2019.

IPEA. **Retrato das desigualdades de gênero e raça.** 4. Ed. Brasília: IPEA, 2011.

IPEA; FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. Brasília: Rio de Janeiro: **Atlas da Violência 2019.** São Paulo: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2019. [http://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/arquivos/downloads/6537-atlas2019.pdf]. Acesso em: 14/05/2020.

RIBEIRO, Djamila. **Lugar de fala.** Editora Jandaíra; 1ª edição. 2019

RIBEIRO, Matilde, Mulheres negras brasileiras: de Bertioga a Beijing, **Estudos Feministas,** 1995, v. 3, n°2, p. 446-457.

JOSCELYNE, et. alli. Funcionamento da saúde mental no campo dos direitos humanos: resultados de uma pesquisa internacional baseada na Internet. **Plos One,** 23 de dezembro de 2015. Disponível em: [https://journals.plos.org/plosone/article?id=10.1371/journal.pone.0145188]. Acesso em 13/03/2019.

LORDE, Audre. A Burst of Light, Essays. **London:** Sheba Feminist Publishers. 1988.

_____. **Sister outsider:** essays and speeches by Audre Lorde. Berkeley: Crossing

Press, 2007.

MACHADO, B. A. Interseccionalidade, consubstancialidade e marxismo: debates teóricos e políticos. **In: Colóquio Internacional Marx e Marxismo 2017 - de O Capital à Revolução de Outubro (1867 - 1917)**, Niterói, 2017. Anais do Colóquio Internacional Marx e Marxismo 2017 - de O Capital à Revolução de Outubro, 2017.

MARCONDES, Mariana. O cuidado na perspectiva da divisão sexual do trabalho: contribuições para os estudos sobre a feminização do mundo do trabalho. In YANNOULAS, Silvia (Coord.) **Trabalhadoras. Análise da feminização das profissões e ocupações**. Brasília: Abaré, 2013. p. 251-279.

MINAYO, M. Cecília. Qualitativo-Quantitativo: oposição ou complementariedade? **Cadernos de Saúde Pública**. Rio de Janeiro. 9(3): 239/262, jul/set, 1993.

MOURA, Dione Oliveira; ALMEIDA, Tânia Mara Campos de. **Ancestralidade, interseccionalidade, feminismo afrolatinoamericano e outras memórias sobre Lélia Gonzalez**. ARQUIVOS DO CMD, v. 08, p. 27-45, 2019.

NETO et alli (Org.). **Dossiê Vidas em Luta**. Criminalização e violência contra defensoras e defensores de direitos humanos no Brasil em 2017. Rio de Janeiro: Justiça Global, 2018.

NOGUEIRA, C. A análise do discurso. In: L. Almeida e E. Fernandes (Edts), **Métodos e técnicas de avaliação: novos contributos para a prática e investigação**. Braga: CEEP, 2001.

OLIVEIRA, Guacira; DORDJEVIC, Jelena. **Cuidado entre ativistas**. Tecendo redes para a resistência feminista. Brasília: CFEMEA, 2015.

ONU MULHERES. **Declaração interagencial das Nações Unidas sobre violência contra mulheres e meninas no contexto da COVID-19**. 2020. Disponível em [Declaração interagencial das Nações Unidas sobre violência contra mulheres e meninas no contexto da COVID-19 – ONU Mulheres]. Acesso em: 05/11/2021.

ORLANDI, Eni. Texto e discurso. Organon. **Revista do Instituto de Letras da UFRG**, v. 9, n. 23, 1995.

OXFAM. Defensores em perigo. A intensificação das agressões contra defensoras e defensores dos direitos humanos na América Latina. **Nota Informativa da OXFAM**, 2016.

PERRA, H. Interpretações imundas de como a Teoria Queer coloniza nosso contexto Sudaca, pobre, aspiracional e de terceiro mundo, perturbador com novas construções genéricas que os humanos encantaram com o heteronorma. **Revista Punto Género**, (4), pp. 9-16, 2015.

PINTO, Céli Regina. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, Coleção História do Povo Brasileiro, 119 p, 2003.

_____. Elementos para uma análise de discurso político. **Barbarói** (USCS), v. 24, p. 87-118, 2006.

PRONER, C. et alli (Orgs). **A resistência ao golpe**. Bauru: Projeto Editorial Praxis, Canal 6, 2016.

QUIJANO, Anibal. **“Bien Vivir”**. Entre el “desarrollo” y la Des/Colonialidad del Poder. 2014. Disponível em: [quijano 2014.pdf (mapuche.info)]. Acesso em: 09/10/2021.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte: Letramento: Justificando, 2017.

SAFFIOTI, Heleieth. Já se mete a colher em briga de marido e mulher. Em **Perspectiva**, São Paulo, n. 13, v. 4, 1999, p. 82-91

SARDENBERG, Cecília. Da crítica feminista à uma ciência feminista? In: COSTA, Ana Alice e SARDENBERG, Cecília (eds.). **Feminismo, ciência e tecnologia**. Salvador: NEIM/UFBA; REDOR, 2002.

SARDENBERG, Cecília. Pedagogias feministas: uma introdução. In: Violência Contra as Mulheres: a Experiência de Capacitação das DEAMs da Região Centro-Oeste. **Caderno AGENDE**, V.5, dezembro de 2004.

SEGATO, R. L. (1). Identidades políticas / Alteridades históricas una crítica a las certezas del pluralismo global. **RUNA, Archivo Para Las Ciencias Del Hombre**, 23(1), 239-275. 2002.

_____. Uma agenda de ações afirmativas para as mulheres indígenas do Brasil. **Série Antropologia**. Brasília: UnB, 2003.

SCOTT, Joan. **Gênero**: uma categoria útil de análise histórica. Educação e Realidade. Porto Alegre, v. 16, n. 2, p. 5-22, 1988.

SILVA, Carmem. **Feminismo popular e lutas antissistêmicas**. Recife: Edições SOS Corpo, 2016.

SILVA, Maria Claudia Ferreira. **Marcha das margaridas**. 1. ed. - Rio de Janeiro: Aeroplano, 2014.

SIQUEIRA, Guaia M. Rodas de re-existência feminista. Em: CFEMEA. **CFEMEA. 30 Anos de lutas**. Brasília: CFEMEA, 2019. pp. 37-50.

_____. Racismo Institucional: a repressão policial na atenção a jovens usuárias e usuários de um Centro de Atenção Psicossocial no Distrito Federal. Em: **Anais do III Encontro Internacional: Participação, Democracia e Políticas Públicas**, Vitória, 2017.

TARROW, Sidney. **O poder em movimento: movimentos sociais e confronto político**. Tradução de Ana Maria Sallum. São Paulo: Summus, 2013.

Transgender Europe. **Update Trans Murder Monitoring**. 2021. Disponível em: [TMM Update TDoR 2021 - TvT (transrespect.org)]. Acesso em: 13/11/2021.

TRONTO, Joan. **Mulheres e cuidados**: o que as feministas podem aprender sobre a oralidade a partir disso? In: JAGGAR, Alison e BORDO, Susan (eds.). *Gênero, corpo, conhecimento*. Rio de Janeiro: Record, Rosa dos Tempos, 186-204, 1997.

_____. **Moral Boundaries**: a political argument for an ethic of care. New York: Routledge, 2009.

VELASCO, H; RODA Díaz de, A. **La lógica de la investigación etnográfica**. Un modelo de trabajo para etnógrafos de la escuela. Madrid: Trotta, 1997.

VIEIRA, Dojival. **A Causa que nos une, Marcha Zumbi +10**. Editor de Afropress.

Disponível em: [<https://marchazumbimais10.blogspot.com/>]. Acesso em 15/10/2021.

YANNOULAS, Silvia. Gênero e mercado de trabalho: situando a problemática. Em: YANNOULAS, Silvia (Coord.). **A convidada de pedra**. Mulheres e políticas públicas de trabalho e renda: entre a descentralização e a integração supranacional. Um olhar a partir do Brasil 1988-2002. Brasília: FLACSO/ Abaré, 2003. p. 48-64.

_____. **Feminização ou Feminilização?** Apontamentos em torno de uma categoria. *Temporalis*, ano 11, n. 22, p. 271-292, 2011.

WERNECK, Jurema. Nossos passos vêm de longe! Movimento de mulheres negras e estratégias políticas contra o sexismo e o racismo. In: **Vents d'Est, vents d'Ouest: Mouvements de femmes et féminismes anticoloniaux** [en línea]. Genève: Graduate Institute Publications, 2009 (generado el 19 avril 2019). Disponible en Internet: [Nossos passos vêm de longe. JW.pdf]. Acesso em 12/03/2021.

Teses e Dissertações

BONI, Valdete e QUARESMA, Sílvia J. **Aprendendo a entrevistar:** como fazer entrevistas em Ciências Sociais. Tese (Doutorado), v. 2, n. 1, pp. 68-80, jan./jul. 2005. Acesso em: 12/02/2019.

CARNEIRO, Sueli. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser.** Tese (Doutorado) em Filosofia da Educação, Universidade de São Paulo, 2005.

FERREIRA, Verônica. **Da mulher como objeto às mulheres como sujeito:** uma análise da trajetória do movimento feminista nas lutas por saúde das mulheres no Brasil. Dissertação (Mestrado). Fortaleza: Mestrado acadêmico em políticas públicas e sociedade/UFC, 2006.

GALETTI, Camila. **Corpo e feminismo:** a Marcha das Vadias de Campinas/SP. Dissertação (Mestrado) - Departamento de Sociologia, ICS, UnB, 2016.

RANGEL, Patrícia. **Movimentos feministas e direitos políticos das mulheres.** Tese (Doutorado) - Instituto de Ciência Política, Universidade de Brasília. Brasília, 2012.

SIQUEIRA, Guaia M. **Racismo Institucional:** a repressão policial na atenção a jovens

usuárias e usuários de um Centro de Atenção Psicossocial no Distrito Federal. 2017. Especialização (TCC). Brasília. Especialização em Gestão de Políticas Públicas em Gênero e Raça/UnB, 2016.

Outras fontes

AKAHATA, 2020a. **Encontros Virtuais Brasil, 2020 - Autocuidado Feminista e Proteção Coletiva**. Disponível em: [VERSION 2 cuadernillo Talleres Brasil_compressed.pdf]. Acesso em 20/01/2021.

AKAHATA, 2020b. **Talleres virtuales de seguridad para activistas, autocuidado feminista y protección colectiva mayo-julio 2020**. Disponível em: [202005 - Taller Online - Cuidado Colectivo entre Activistas y Defensoras DDHH (1).pdf]. Acesso em 20/01/2021.

AKAHATA, 2019. **Relatório Final Oficinas Brasil 2019 Oficinas de segurança e autocuidado para ativistas LGTBI+ na América Latina**. Disponível em: [Talleres de Seguridad y Autocuidado Feministas - Akahatá (akahataorg.org)]. Acesso em 20/01/2021.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS. **Boletim Trans. Nº 002.2021**. 2021. Disponível em: [Microsoft Word - BOLETIM TRANS - 002-2021 - 1SEM2021.docx (wordpress.com)]. Acesso em 10/08/2021.

BARBOSA, Priscila. **Calendário Ilustrado 2019: Verás que uma filha tua não foge à luta**. Disponível em: @PRIII_BARBOSA. Acesso em: 04/10/2020

BENTO, Berenice. Feminismos e o mito da sororidade. **Instituto Humanita Unisunos**. Entrevista concedida a Patricia Fachin. 04 Mai 2017. Disponível em: [Feminismos e o mito da sororidade. Entrevista especial com Berenice Bento - Instituto Humanitas Unisunos - IHU]. Acesso em 10/10/2021.

_____. Mulheres afegãs: fome, pedra, burca. **Acervo On line**. 30.08.2021. Disponível em: [https://diplomatique.org.br/mulheres-afegas-fome-pedra-burca/]. Acesso em 08/09/2021b.

BETTO, Frei. **Dez conselhos para os militantes de esquerda**. Disponível em: [Frei Betto: dez conselhos para os militantes de esquerda – Site do frei Gilvander Moreira.] Acesso em:

18/11/2021.

BOITEUX, Luciana; BERTOCHE, Maria. A luta contra a violência à mulher em tempos bolsonaristas. **Portal Catarinas**, Disponível em: [A luta contra a violência à mulher em tempos bolsonaristas | Portal Catarinas]. Acesso em 20/10/2021

CFEMEA. (Auto)cuidado - político, coletivo e inadiável. Baderna Feminista. **Outras Palavras**. 10/07/2020. Disponível em: [<https://www.cfemea.org.br/index.php/baderna-feminista/4818-auto-cuidado-coletivo-politico-e-inadiavel>]. Acesso em 20/08/2020.

_____. **Nossa história**. Disponível em: [<http://cfemea.org.br/index.php/cfemea/nossa-historia>]. Acesso em: 13/07/2019.

CHAVES, Marjorie. Dia Internacional da Mulher: entenda o que é sororidade. **G1**. Entrevista concedida à Brenda Ortiz. 08/03/2020. Disponível em: [Dia Internacional da Mulher: entenda o que é sororidade | Distrito Federal | G1 (globo.com)]. Acesso em Acesso em 10/10/2021.

COLLIN, Leandro. Teoria Queer. **Mais definições em Trânsito**. UFBA, 2007. Disponível em: [Microsoft Word - TEORIAQUEER.doc (ufba.br)]. Acesso em 29/10/2021.

COMUM, TEAR e BARBOSA, Priscila. **Mini-manual de autocuidado para mulheres na linha de frente: Lembretes ilustrados de amor e resistência**. 2018. Disponível em: [<http://www.comum.vc/manualdeautocuidado>]. Acesso em 02/01/2019.

CUNHA, Bárbara. A justiça em defesa das estruturas patriarcais: análise jurídica do caso Mari Ferrer. **Portal Catarinas**, 06/11/2020. Disponível em: [A justiça em defesa das estruturas patriarcais: análise jurídica do caso Mari Ferrer | Portal Catarinas]. Acesso em 20/10/2021.

DAVIS, Angela. As mulheres negras na construção de uma nova utopia. In: **Conferência realizada na 1ª Jornada Cultural Lélia Gonzales**. São Luis, 12/07/2011. Disponível em: [As mulheres negras na construção de uma nova utopia – Angela Davis - Geledés (geledes.org.br)]. Acesso em: 09/02/2018.

ENRICONI, Louis. Advocacy: o que é? **Portal Politize** 10/08/2017. Disponível em:

[Advocacy: o que é? – Politize!] Acesso em: 04/09/2021

GRILLO, Cristina, et alli. A primavera das mulheres. **Época**, 2015. Disponível em: [http://epoca.globo.com/vida/noticia/2015/11/primavera-das-mulheres.html]. Acesso em 29/05/2019.

GUIMARÃES, Paula. “Quero voltar logo para jogar futebol”: a saga de uma criança para fazer o aborto no país. **Portal Catarinas**, 17/08/2020. Disponível em: [Quero voltar logo para jogar futebol”: a saga de uma criança para fazer o aborto no Brasil | Portal Catarinas]. Acesso em 20/10/2021.

HANISCH, Carol. **O pessoal é político**. 1969. Tradução Livre. Disponível em: [O Pessoal é Político (riseup.net)]. Acesso em 24/10/2021.

KAÊ GUAJAJARA. **Espelho espelho meu**. *Disco Hapohu*: 2019. Youtube (2:42)

KOSHINO, Tais. **Dicas de autocuidado para tempos difíceis de militância**. Zine: @taiskoshino, 2018.

MARTINHA DO COCO. **Ciranda de Amor e Luta**. Perfume delas: 2017. Youtube (5:06)

Martinha do Coco lança o CD “Rodas Griô”. **Portal Geledés**. 2017 Disponível em: [Martinha do Coco lança o CD “Rodas Griô” - Geledés (geledes.org.br)]. Acesso em:13/05/2020

MELO, Manuela. Feminismo, Militância e Autocuidado. **Blogueiras Feministas**. 2014. Disponível em: [http://blogueirasfeministas.com/2014/11/feminismo-militancia-e-autocuidado/]. Acesso em: 29/07/2017.

MNU JORNAL. **Entrevista Lélia Goinzalez**. Nº 19 - maio/junho/julho de 1991 (páginas 8 e 9). Disponível em: [http://blogueirasnegras.org/wp-content/uploads/2013/07/entrevista-lelia-mnu.pdf]. Acesso em: 21 jul 2020.

NEPeM/CEAM/UnB. **Por Elly, Por nós e Pelas outras**. 2018. Disponível em: [http://genposs-unb.blogspot.com/2018/06/por-elly-por-nos-e-pelas-outras_6.html]. Acesso em 04/05/2019.

NUNES, Naila. **Como foi e é importante a marcha das mulheres negras**. 02/12/2015. Disponível em: [Saiba como foi e a importância da Marcha das Mulheres Negras - Plano Feminino]. Acesso em: 07/07/2021.

Positividade Tóxica (5ª Temporada, 27º Ep). **Greg News** [Série]. Direção: Alessandra Orofino. Produção: Silvia Fu, Patricia Carvalho, Thatyana Bensoussan, Tereza Gonzales. Redação final: Gregorio Duvivier, Alessandra Orofino, Bruno Torturra. HBO Brasil, 2021. (34:10) Disponível em [GREG NEWS | POSITIVIDADE TÓXICA - YouTube]. Acesso em 27/10/2021.

SEGATO, Rita. La pedagogía de la crueldade. **Revista 12**: 29 mai. 2015. Entrevista concedida Veronica Gago. Disponível em: [https://www.pagina12.com.ar/diario/suplementos/las12/13-9737-2015-05-29.html]. Acesso em 10/04/2021.

_____. A verdadeira liberdade está na incerteza. **Blog Pensar o tempo**. Entrevista concedida à Astrid Pikielny para o jornal La Nación, caderno “Opini3n”, em 2 de maio de 2020. Tradução de Catarina Lins.

SILVA, Adriana. Sueli Carneiro revê trajet3ria feminista e de luta contra o racismo em livro - Hoje. **Revista Marie Claire**, 2018. Disponível em: [https://revistamarieclaire.globo.com/Mulheres-do-Mundo/noticia/2018/12/sueli-carneiro-reve-trajetoria-feminista-e-de-luta-contra-o-racismo-em-livro.htm]. Acesso em: 02/05/2019.

SILVA, Cidinha. Para onde caminha a Marcha das Mulheres Negras. **Portal Geledés**, 21/11/2015. Disponível em: [https://www.geledes.org.br/para-onde-caminha-a-marcha-das-mulheres-negras-por-cidinha-da-silva/]. Acesso em: 14/09/2021.

VIDAL, Ver3nica e TOLMAY, Susan. **Politicizando o Autocuidado e o Bem-estar em nosso Ativismo como Mulheres Defensoras de Direitos Humanos**. 2015. Disponível em: [https://www.awid.org/news-and-analysis/politicizing-self-care-and-wellbeing-our-activism-women-human-rights-defenders]. Acesso em: 10/02/19.

ANEXO I

Lista de sites para consulta

AFM - Articulação Feminista Mercosul: [mujeresdelsur-afm.org]

AKÃHATÃ - Equipe Feminista Trabalhos Com Direitos Humanos, Gêneros E Sexualidades: [Últimas Novidades - Akahatá (akahataorg.org)]

AMB - Articulação de Mulheres Brasileiras: [Início — Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB) (ambfeminista.org.br)]

AMNB - Articulação de Organizações de Mulheres Negras: [AMNB – 21 anos de Primaveras Negras! - AMNB].

ANMIGA - A Articulação Nacional das Mulheres Indígenas Guerreiras da Ancestralidade: [Marcha das Mulheres – ANMIGA].

ANMIGA - Articulação Nacional das Mulheres Guerreiras da Ancestralidade: [Reflorestarmentes - ANMIGA CONVOCA]

AWID - Associação para os Direitos das Mulheres no Desenvolvimento: [https://www.awid.org/]

Blogueiras Feministas: [Blogueiras Feministas]

Blogueiras Negras: [Blogueiras Negras – Informação para fazer a cabeça]

DEFENRED: [Red de apoyo a Defensores y Defensoras de Derechos Humanos - DEFENRED]

Catarinas Jornalismo com perspectiva de gênero: [Portal Catarinas]

CENTRAR - Terapias Integrativas para Promoção do Potencial Humano: [CENTRAR | Terapias Integrativas para Promoção do Potencial Humano (wordpress.com)]

CFEMEA - Centro Feminista de Estudo e Acessória – [Início (cfemea.org.br)]

Coletivo Feministas Saúde e Sexualidade: [Home - Coletivo Feminista mulheres.org.br]

Comitê Impulsor Nacional da Marcha das Mulheres Negras contra o Racismo e a Violência e pelo Bem Viver 2015: [MARCHA2015 (wixsite.com)]

Cunhã Coletivo Feminista: [Cunhã Coletivo Feminista (@cunhanfeminista)]

GELEDÉS - Instituto de Mulheres Negras Geledés: [geledes.org.br]

GENPOSS - Gênero Política Social e Serviços Sociais – [GENPOSS Gênero Política Social e Serviços Sociais (genposs-unb.blogspot.com)]

GENPOSS - Gênero Política Social e Serviços Sociais – [GENPOSS Gênero Política Social

e Serviços Sociais (genposs-unb.blogspot.com)]

IM- Defensoras: [[IM-Defensoras – Iniciativa Mesoamericana de Mujeres Defensoras de Derechos Humanos](#)]

Marcha das Margaridas: [(20+) Marcha Das Margaridas | Facebook]

Marcha das Vadias Distrito Federal: [Marcha das Vadias DISTRITO FEDERAL | Se ser livre é ser vadia, então somos vadias! (wordpress.com)]

Mulheres Cannábicas: [Mulheres Cannábicas (@mulherescannabicas) • Fotos e vídeos do Instagram]

Nem Presa Nem Morta por Aborto/ Campanha pela descriminalização do aborto no Brasil: [<https://www.instagram.com/nempresanemmorta/?hl=pt-br>]

Observatório das Mortes Violentas De LGBTI+[1]No Brasil: [Observatorio de Mortes Violentas de LGBTI+ no Brasil - Lgbti+ (observatoriomortesviolentaslgbtibrasil.org)].

Politize - Organização da Sociedade Civil: [Home | Politize!]

Programa Roda de Mulheres: [RODA DE MULHERES | instituto-arcana]

Rede de Desenvolvimento Humano: [[Redeh – Rede de Desenvolvimento Humano](#)]

Rede de Mulheres Antiproibicionistas: [Antiproibicionismo | Mulheres Cannábicas do Brasil (mulherescannabicas.com.br)]

Rede Feminista de Saúde: [Rede Feminista de Saúde – Movimento de Mulheres, feminista e antirracismo (redesaude.org.br)]

Reforma - Rede Jurídica pela Reforma da Política de Drogas Rede Reforma: [Rede Juridica pela Reforma da Política de Drogas]

RENFA - Rede Nacional de Feministas Antiproibicionistas: [RENFA (@renfantiproibicionista) • Fotos e vídeos do Instagram]

RMNPE - Rede de Mulheres Negras de Pernambuco: [Rede de Mulheres Negras de Pernambuco - Página inicial | Facebook]

SOS Corpo: [Instituto Feminista para Democracia]

Universidade Livre Feminista: [feminismo.org.br]

ANEXO II

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido 2019

Estou ciente de que o projeto de dissertação de mestrado *Autocuidado e cuidado entre mulheres ativistas: um ato político*, vinculado ao Departamento de Pós-graduação de Sociologia, Universidade de Brasília (UnB), de autoria da mestrandia Guaia Monteiro Siqueira e orientação da professora Dra. Tânia Mara Campos de Almeida, tem como objetivo investigar diferentes formas de autocuidado e cuidado entre ativistas, enquanto recurso político e transformador diante das opressões de gênero, raça/etnia, classe e sexualidade na sociedade brasileira.

Também fui informada de que a coleta de informações para a realização do projeto será feita por meio de conversa sobre o tema e relatos de experiências, gravada em meio digital.

A mestrandia se compromete em utilizar minhas falas exclusivamente para a finalidade da pesquisa, sendo que seus resultados poderão ser divulgados em revistas técnicas, livros, congressos ou reuniões científicas. Estou ciente de que terei acesso prioritário aos dados obtidos com essa pesquisa.

Fui informada que minha presença é voluntária e espontânea, sem qualquer pagamento ou recebimento por isto, bem como sem qualquer risco ou prejuízo a minha pessoa. E que indicarei a forma como desejo ser referenciada na pesquisa.

Por fim, sei que posso deixar de colaborar com o referido projeto no momento em que assim o quiser, sem penalidade de nenhuma natureza, até a data de 01/11/2019. Bem como, sei que posso interromper o consentimento para gravação do meu relato a qualquer momento durante a entrevista.

Nestes termos, portanto, concordo em participar da pesquisa. E estou ciente que receberei uma cópia deste documento.

Nome da Entrevistada: _____

N. Doc.: _____

Assinatura da Entrevistada: _____

Assinatura da Pesquisadora responsável: _____

_____ / _____, _____ de _____ de 2019.

ANEXO III

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido 2020

Estou ciente de que o projeto de dissertação de mestrado *Autocuidado e cuidado entre mulheres ativistas: um ato político*, vinculado ao Departamento de Pós-graduação de Sociologia, Universidade de Brasília (UnB), de autoria da mestrandia Guaia Monteiro Siqueira e orientação da professora Dra. Tânia Mara Campos de Almeida, tem como objetivo investigar diferentes formas de autocuidado e cuidado entre ativistas, enquanto recurso político e transformador diante das opressões de gênero, raça/etnia, classe e sexualidade na sociedade brasileira.

Também fui informada de que a coleta de informações para a realização do projeto será feita por meio de conversa sobre o tema e relatos de experiências, gravada em meio digital.

A mestrandia se compromete em utilizar minhas falas exclusivamente para a finalidade da pesquisa, sendo que seus resultados poderão ser divulgados em revistas técnicas, livros, congressos ou reuniões científicas. Estou ciente de que terei acesso prioritário aos dados obtidos com essa pesquisa.

Fui informada que minha presença é voluntária e espontânea, sem qualquer pagamento ou recebimento por isto, bem como sem qualquer risco ou prejuízo a minha pessoa. E que indicarei a forma como desejo ser referenciada na pesquisa.

Por fim, sei que posso deixar de colaborar com o referido projeto no momento em que assim o quiser, sem penalidade de nenhuma natureza, até a data de 30/01/2020. Bem como, sei que posso interromper o consentimento para gravação do meu relato a qualquer momento durante a entrevista.

Nestes termos, portanto, concordo em participar da pesquisa. E estou ciente que receberei uma cópia deste documento.

Nome da Entrevistada: _____

N. Doc.: _____

Assinatura da Entrevistada: _____

Assinatura da Pesquisadora responsável: _____

_____/____, ____ de _____ de 2020.

ANEXO IV

Roteiro de Entrevista A

PARTE I – PERFIL

- 1.1 Nome (e como deseja ser referenciada na pesquisa)
- 1.2 Idade
- 1.3 Escolaridade / formações educacionais
- 1.4 Formações profissionais
- 1.5 Local de moradia
- 1.6 Local de nascimento
- 1.7 Locais de atuação como ativista
- 1.8 Raça/cor (*autodeclarada*)
- 1.9 Identidade de gênero
- 1.10 Orientação sexual
- 1.11 Renda mensal
- 1.12 Religião/ vivência de espiritualidade

PARTE II – ATIVISMO (considerar mesmas perguntas para diferentes coletivos que faça parte)

- 2.1 Para você, o que significa feminismo?
- 2.2 E ativismo feminista?
- 2.3 Como você se aproximou do ativismo feminista? Conte um pouco dessa história.
- 2.4 Nome do coletivo e outros movimentos que fez parte.
- 2.5 Função no coletivo na época em que participava?
- 2.6 O coletivo em que atuava se considera feminista? Porquê?
- 2.7 Considera que era um movimento político? Porquê?
- 2.8 Quais os objetivos principais do coletivo? (*objetivos, público-alvo, pautas principais*)
- 2.9 Quais os principais desafios enfrentados pelo coletivo?
- 2.10 Como você considera que você contribuiu para o coletivo?
- 2.11 O que você acha que o coletivo te acrescentou?
- 2.12 O que contas, o que se passou no interior desse coletivo, que você se sentiu descuidada, despreitada, sem apoio?
- 2.13 Considera que os conflitos há época poderiam ter sido enfrentados de outra maneira? Como?

PARTE III – AUTOCUIDADO E CUIDADO ENTRE ATIVISTAS

- 3.1 Você já ouviu falar sobre autocuidado e cuidado entre ativistas? Quando e como? *Seguir, se sim.*
- 3.2 O que significa autocuidado e cuidado entre ativistas para você? (*princípios, exemplos*)
- 3.3 Considera que o autocuidado e o cuidado entre ativistas é importante? Porquê?
- 3.4 Considera que o autocuidado e o cuidado entre ativistas é um ato político? Porquê?
- 3.5 Considera que a partir de uma abordagem de autocuidado e cuidado coletivo, a questão à época poderia ter sido enfrentada de outra forma? Explique.
- 3.6 Considera que os processos de autocuidado e cuidado entre ativistas favorecem para: (*exemplos*)
A) O processamento de conflitos; a superação das desigualdades entre as ativistas; B) o fortalecimento de laços de solidariedade entre as ativistas; C) o fortalecimento de vínculos de pertencimento ao coletivo; D) o fortalecimento do enfrentamento aos ataques e violações de direitos?

PARTE IV - ATUALIDADE

- 4.1 Você tem informações sobre esse coletivo hoje? *Se sim, seguir para as próximas perguntas.*
- 4.2 Como você acredita que esse coletivo está lidando com essas questões hoje?
- 4.3 Considera que esse coletivo incorpora o autocuidado e o cuidado entre ativistas em sua agenda política hoje? Como se dá essa incorporação? O que mudou?
- 4.4 E em sua vida pessoal e movimentista, como se dá a incorporação do autocuidado e do cuidado entre ativistas hoje?

ANEXO V

Roteiro de Entrevista B

PARTE I – PERFIL

- 1.1 Nome (e como deseja ser referenciada na pesquisa)
- 1.2 Nome do coletivo e outros movimentos que façam parte
- 1.3 Idades
- 1.4 Escolaridades / formações educacionais
- 1.5 Formações profissionais
- 1.6 Local de moradia
- 1.7 Local de nascimento
- 1.8 Local de atuação do coletivo
- 1.9 Raça/cor autodeclarada
- 1.10 Identidades de gênero
- 1.11 Orientação sexual
- 1.12 Renda mensal
- 1.13 Religião/ vivência de espiritualidade

PARTE II – ATIVISMO (considerar mesmas perguntas para diferentes coletivos que faça parte)

- 2.1 Para você, o que significa feminismo?
- 2.2 E ativismo feminista?
- 2.3 Como você se aproximou do ativismo feminista? Conte um pouco dessa história.
- 2.4 Nome do coletivo e outros movimentos que faz parte.
- 2.5 Função no coletivo em que participa?
- 2.6 O coletivo em que atua se consideram feminista? Porquê?
- 2.7 Considera que é um movimento político? Porquê?
- 2.8 Quais objetivos principais do/s coletivo? (*objetivos, público-alvo, pautas principais*)
- 2.9 Quais os principais desafios enfrentados pelo coletivo?
- 2.10 Como você considera que contribui para o coletivo?
- 2.11 O que você acha que o coletivo te acrescenta?

PARTE III – AUTOCUIDADO E CUIDADO ENTRE ATIVISTAS

- 3.1 Para o coletivo, o que significa autocuidado e cuidado entre ativistas? (*princípios, exemplos*)
- 3.2 Quando e como vocês tiveram acesso a esse tema. Conte um pouco dessa experiência.
- 3.3 Considera que o autocuidado e o cuidado entre ativistas é importante para o coletivo? Porquê?
- 3.4 Considera que seu coletivo incorpora o autocuidado e o cuidado entre ativistas em sua agenda política? Como se dá essa incorporação? Quando se iniciou?
- 3.5 Como fazem para reservar tempo e espaço para o autocuidado e o cuidado entre ativistas dentro do contexto em que estão?
- 3.6 Quais os desafios à incorporação do autocuidado e do cuidado entre ativistas em sua vida pessoal e movimentista?
- 3.7 Quais estratégias e práticas você e/ou o seu coletivo utilizam para potencializar o autocuidado e o cuidado entre as ativistas considerando esses desafios?
- 3.8 Como a incorporação do autocuidado e do cuidado entre ativistas afeta a sua vida pessoal? E a sua maneira de ser ativista? E o seu coletivo?
- 3.9 Considera que os processos de autocuidado e cuidado entre ativistas favorecem para: (*exemplos*)
A) O processamento de conflitos; a superação das desigualdades entre as ativistas; B) o fortalecimento de laços de solidariedade entre as ativistas; C) o fortalecimento de vínculos de pertencimento ao coletivo; D) o fortalecimento do enfrentamento aos ataques e violações de direitos?
- 3.10 Como tem se processado o intercâmbio com outros coletivos a partir do autocuidado e cuidado entre ativistas? Conte um pouco dessas experiências.
- 3.11 Consideram o autocuidado e o cuidado no coletivo como um ato político? Porquê?

ANEXO VI

Roteiro de Entrevista C

PARTE I – PERFIL

- 1.1 Nome (e como deseja ser referenciada na pesquisa)
- 1.2 Nome da Organização e outros movimentos que faça parte
- 1.3 Idade
- 1.4 Escolaridade / formação profissional
- 1.5 Função na organização
- 1.6 Local de moradia
- 1.7 Local de nascimento
- 1.8 Local de atuação do coletivo
- 1.9 Raça/cor autodeclarada
- 1.10 Identidade de gênero
- 1.11 Orientação sexual
- 1.12 Renda mensal
- 1.13 Religião/ vivência de espiritualidade

PARTE II – ATIVISMO (considerar mesmas perguntas para diferentes coletivos que faça parte)

- 2.1 Para você, o que significa feminismo?
- 2.2 E ativismo feminista?
- 2.3 Como você se aproximou do ativismo feminista? Conte um pouco dessa história.
- 2.4 Nome da organização e outros movimentos que faz parte.
- 2.5 Função na organização em que participa?
- 2.6 O coletivo em que atua se consideram feminista? Porquê?
- 2.7 Considera que é um movimento político? Porquê?
- 2.8 Quais objetivos principais do coletivo? (*objetivos, público-alvo, pautas principais*)
- 2.9 Quais os principais desafios enfrentados pelo coletivo?
- 2.10 Como você considera que contribui para o coletivo?
- 2.11 O que você acha que o coletivo te acrescenta?

PARTE III – AUTOCUIDADO E CUIDADO ENTRE ATIVISTAS

- 3.1 O que significa autocuidado e cuidado entre ativistas? (*princípios norteadores, exemplos*)
- 3.2 Quando e como vocês tiveram acesso a esse tema. Conte um pouco dessa experiência.
- 3.3 Quando e como se deu a incorporação do autocuidado e o cuidado entre ativistas na organização?
- 3.4 O que mudou desde o início?
- 3.5 Considera que o autocuidado e o cuidado entre ativistas é importante na organização? Porquê?
- 3.6 Quais os desafios à incorporação do autocuidado e do cuidado entre ativistas em sua vida pessoal e movimentista?
- 3.7 Quais estratégias e práticas você e/ou o seu coletivo utilizam para potencializar o autocuidado e o cuidado entre as ativistas considerando esses desafios?
- 3.8 Como a incorporação do autocuidado e do cuidado entre ativistas afeta a sua vida pessoal? E a sua maneira de ser ativista? E o seu coletivo?
- 3.9 Como tem se processado o intercâmbio com outros coletivos a partir do autocuidado e cuidado entre ativistas? Conte um pouco dessas experiências.
- 3.10 Considera que os processos de autocuidado e cuidado entre ativistas favorecem para: (*exemplos*)
O processamento de conflitos; a superação das desigualdades entre as ativistas; o fortalecimento de laços de solidariedade entre as ativistas; o fortalecimento de vínculos de pertencimento ao coletivo; o fortalecimento do enfrentamento aos ataques e violações de direitos?
- 3.11 Considera o autocuidado e o cuidado no coletivo como um ato político? Porquê?

ANEXO VII

Roteiro de Entrevista D

PARTE I – PERFIL

- 1.1 Nome (e como deseja ser referenciada na pesquisa)
- 1.2 Nome da Organização e outros movimentos que faça parte
- 1.3 Idade
- 1.4 Escolaridade / formação profissional
- 1.5 Função na organização
- 1.6 Local de moradia
- 1.7 Local de nascimento
- 1.8 Local de atuação do coletivo
- 1.9 Raça/cor autodeclarada
- 1.10 Identidade de gênero
- 1.11 Orientação sexual
- 1.12 Renda mensal
- 1.13 Religião/ vivência de espiritualidade?

PARTE II – ATIVISMO

- 2.1 Para você, o que significa feminismo?
- 2.2 Como você se aproximou do feminismo? Conte um pouco dessa história.
- 2.3 E ativismo feminista?
- 2.4 Você se considera uma artista ativista feminista?
- 2.5 Quais os desafios em realizar ativismo feminista a partir da arte?
- 2.6 Você faz parte de algum coletivo ou organização feminista? Porque se considera feminista?
- 2.7 E outros coletivos?
- 2.8 Função no coletivo em que participa?
- 2.9 Quais objetivos principais do coletivo? (*objetivos, público-alvo, pautas principais*)
- 2.10 Quais os principais desafios enfrentados pelo coletivo?
- 2.11 Como você considera que contribui para o coletivo?
- 2.12 O que você acha que o coletivo te acrescenta?
- 2.13 Considera que é um movimento político? Porquê?

PARTE III – AUTOCUIDADO E CUIDADO ENTRE ATIVISTAS

- 3.1 Porquê fazer o Mini-manual de Autocuidado para Mulheres na Linha de Frente? O que significa?
- 3.2 Como se deu a incorporação do autocuidado para mulheres na linha de frente em sua atuação profissional/ artística e/ou ativista?
- 3.3 E o Calendário? Qual a mensagem por trás da frase "verás que uma filha tua não foge à luta"?
- 3.4 Para quem essas produções se dirigem? Podemos considerar que se dirigem a mulheres ativistas?
- 3.5 Você já ouviu falar sobre autocuidado e cuidado entre ativistas? Quando e como? *Se sim, seguir*
 - 3.5.1 O que significa autocuidado e cuidado entre ativistas para você?
 - 3.5.2 Considera que o autocuidado e o cuidado entre ativistas é importante para o você e/ou seu trabalho artístico e/ou seu coletivo? Porquê?
- 3.6 Podemos considerar que seu trabalho artístico dialoga com esse tema? *Se sim, seguir.*
 - 3.6.1 Quais os desafios à incorporação do autocuidado e do cuidado entre ativismos em sua vida pessoal, artística e/ou ativista?
 - 3.6.2 Como a incorporação do autocuidado e do cuidado entre ativistas afeta a sua vida pessoal e a sua maneira de ser artista?
 - 3.6.3 Como tem se processado o intercâmbio com outros coletivos e/ou expressões artísticas a partir do autocuidado e cuidado entre ativistas?
- 3.7 Considera sua arte política? Porquê?
- 3.8 Considera o autocuidado e o cuidado entre mulheres como um ato político? E ativistas? Porquê?